

MNEMOSINE REVISTA
VOLUME 1, Nº 1, JAN/JUN 2010

DOSSIÊ: BRASIL COLÔNIA

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO



EXPEDIENTE

Coordenadora Editorial - VOLUME 1, Nº 1, JAN/JUN 2010

Juciene Ricarte Apolinário

Conselho Editorial

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Diêgo Silva Araújo (UFCG) - webmaster

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson de Oliveria Burití (Presidente) (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG) – (Presidente)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Conselho Consultivo

Ângela Maria Vieira Domingues (CHAM/Universidade Nova de Lisboa/IICT)

Antonio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Antônio Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra)

Antônio Torres Montenegro (UFPE)



Carla Mary S. Oliveira (UFPB)

Carlos Cunha Miranda (UFPE)

Clerton de Oliveira Martins (UNISOR)

Dilton Cândido Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe)

Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)

Edson Silva (UFPE)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Fátima Martins Lopes (UFRN)

Geraldo Silva Filho (UFT)

Iranilson de Oliveria Burití (Presidente) (UFCG)

John Manuel Monteiro (UNICAMP)

Josemir Camilo de Melo (UEPB)

Juvandi de Souza Santos (UEPB)

Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC)

Marcus Silva (USP)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (UFF)

Maria José Silva Oliveira (UEPB)

Mary Catherine Karasch (Oakland University)

Mary Lucy Murray Del Priore (UNIVERSO/NITERÓI)

Patrícia Cristina Aragão Araújo (UEPB)

Regina Célia Gonçalves (UFPB)

Silvana Brandão (UFPE)

Silvia Hunold Lara (UNICAMP)

Webmaster

Diêgo Silva Araújo



SUMÁRIO

CONTEÚDO:	PÁGINAS:
APRESENTAÇÃO	
Revisitando o Dossiê Brasil Colônia Juciene Ricarte Apolinário	7
DOSSIÊ BRASIL COLÔNIA	
Centro e Autoridades Locais: novas Leituras Para o Período Colonial Prof. Dr. Rodrigo Ceballos	9-30
Brasil Holandês. A Construção do “Eu” e do “Outro” no ‘Relato de Roulox Baro’ Britt Dams	31-53
Educação na Paraíba Colonial: o Período Holandês Dr. João Marcos Leitão Santos	54-72
“Que o papel admitia tudo quanto se lhe quisesse escrever”: boatos, murmurações e memória da Inconfidência Mineira Tarcísio de Souza Gaspar	73-100
Vontade Régia versus Interesses Locais: a Câmara da Paraíba e a Festa para São Francisco de Borja Andrea Simone Barreto Dias & Juciene Ricarte Apolinário	101-114
As Redes Dos “Homens do Ouro” das Minas: em Busca de Prestígio e Legitimação do Mando Simone Cristina de Faria	115-133
Na Curva do Tempo: a Economia Fluminense na Primeira Metade do Século XVIII Antonio Carlos Jucá de Sampaio	134-152
ARTIGOS	



<p>Mídia, Memória e História Ana Cristina Figueiredo de Farias</p>	153-167
<p>Memória, História e Oralidade Bruno A. Picoli</p>	168-184
<p>Quando o Corpo Também Precisa Saber: Relatos de Formação Intelectual em Gilberto Amado Maria Cláudia Cavalcante</p>	185-207
<p>Jesuítas e Daimyôs: evangelização e Poder Político no Japão do Século XVI Jorge Henrique Cardoso Leão</p>	208-226
<p>Bacharelismo e Retórica na Construção do Estado Brasileiro Laíse Helena Barbosa Araújo</p>	227-250
RESENHAS	
<p>ESCORSIM, Leila. Mariátegui: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Celso Gestermeier do Nascimento</p>	251-254
<p>BURKE, Peter, Variedades de história cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p. Sílvia Sasaki</p>	255-258
ENTREVISTA	
<p>Tema: Projeto Resgate Barão do Rio Branco Entrevistada: Esther Caldas Guimarães Bertoletti (Coordenadora do Projeto Resgate Barão do Rio Branco – MINC) Entrevistadora: Juciene Ricarte Apolinário</p>	259-266



APRESENTAÇÃO

Revisitando o Dossiê Brasil Colônia

Aos leitores apresento a primeira revista científica do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG e, notadamente, do Curso de História da Unidade de História e Geografia. Com o presente dossiê, a *Mnemosine Revista* inicia uma trilogia que seguirá com "Brasil Império" e "Brasil República". Objetiva-se possibilitar a divulgação de trabalhos de pesquisadores que tratem de temáticas desde a colônia até os dias atuais. O Dossiê Colônia foi organizado a partir de temas escolhidos livremente por seus respectivos autores e, acreditamos, revelando uma diversidade de interesses de discussões historiográficas, metodológicas e de diálogo com as fontes. Nos últimos anos, vem sendo publicados diversos trabalhos sobre Brasil Colônia, apesar de ser em menor proporção em relação aos trabalhos vinculados às temporalidades Império e República, no entanto, é perceptível um avanço no uso das fontes pelas redescobertas das pesquisas em arquivos brasileiros e no exterior. Os trabalhos dos últimos anos no campo do Brasil Colônia revelam que as práticas sócio-culturais construídas na América Portuguesa eram repletas de transgressões, sejam político-administrativas entre centro e metrópole, sejam nas práticas de sociabilidade discurridas em torno das festas, das lutas políticas de negação à ordem metropolitana, das relações de gênero, da diversidade dos planos educacionais que fugiram às regras religiosas, entre outras ressignificações que o cotidiano dos homens e mulheres luso-brasileiras conseguiam desconstruir a lógica do Projeto Colonial Português.

Para o presente dossiê apresento-lhes textos com abordagens variadas e que tratam de temas e problemas do Brasil Colônia, a partir das discussões sobre a recente historiografia portuguesa e brasileira respeitante ao Antigo Regime, enfocando novas possibilidades de estudo sobre a interdependência entre o centro (a metrópole e seu monarca) e a periferia (a colônia). Aborda-se a memória criada em torno da Inconfidência Mineira, através da análise dos boatos e murmurações que circularam em Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro entre o início da repressão, em 1789, e a execução de Tiradentes, em 1792. É discutida a prática educativa desenvolvida na Paraíba colonial durante o domínio holandês. Analisa as estratégias e os objetivos dos poderes locais da Capitania da Paraíba, representados por meio dos oficiais da Câmara, na sua recusa em organizar a festa para homenagear São Francisco de Borja. Aborda-se a ocupação holandesa no nordeste brasileiro a partir



de análises dos documentos deixados pelo cronista Roulox Baro. Analisa-se as transformações gerais ocorridas na economia do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, considerando o impacto causado pela ocupação de novas regiões e pelo fluir do ouro. Estamos diante de um dossiê sobre Brasil Colônia com característica de multiplicidade de nortes interpretativos, opções de correntes teóricas, opções de recortes, ângulos e ressignificações diversas do passado da América Portuguesa por parte dos historiadores selecionados.



CENTRO E AUTORIDADES LOCAIS: NOVAS LEITURAS PARA O PERÍODO COLONIAL

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
PPGH- UFCG – CFP
rcovruski@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo passeia, especialmente, pela recente historiografia portuguesa e brasileira sobre o Antigo Regime para discutir novas possibilidades de estudo sobre a interdependência entre o centro (a metrópole e seu monarca) e a periferia (a colônia). Ser leal vassalo de Sua Majestade no reino ou na colônia não era sinônimo de submissão social numa rígida hierarquia estamental. Antes, era o pertencimento a uma cadeia de deveres e favores envoltos pelo poder da graça real. Jogos de mercês que envolviam a formação de redes sociais (supra)locais interessadas em manter uma política de privilégios respaldada pelo centro governativo. A dinâmica social propiciada pela “economia moral do dom” na colônia, envolvendo o cotidiano da conquista e do comércio colonial, merecem maior atenção para uma releitura do significado de “pacto colonial”.

Palavras-Chave: América portuguesa; rede clientelar; economia moral do dom.

ABSTRACT

The aim of this article is a brief discuss of a recent Portuguese and Brazilian historiography about the Ancient Regime and its new possibilities to understand the interdependence between a center (the metropolis and its king) and the peripheries (the colony). To be a loyal vassal of His Majesty did not mean to be a submission person in a rigid social hierarchy. After all, meant to belong in a chain of duties and favors surrounded by the power of the real grace. These real graces provided the interests of social networks to maintain a policy of privileges supported by the own metropolitan government. The social dynamic provided by the colony’s “moral economy of endowment”, involving the daily life of conquest and colonial trade, deserve more attention for a reinterpretation of colonial pact’s concept.

Keywords: Portuguese America; clientelist network; welfare economy.



INTRODUÇÃO

Os estudos históricos sobre a importância das autoridades locais no Antigo Regime ganharam novos contornos para a compreensão da administração e formação das redes sociais (os bandos) na América portuguesa. Os estudos desenvolvidos por historiadores brasileiros como João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Fernanda Baptista Bicalho consistem em entender o Império português como um espaço dinâmico, em que a existência de um centro foi possível graças à sua constante dependência e capacidade de negociação com as “margens”. Estas, por sua vez, apenas se constituíram como tal por legitimarem o centro através de uma hierarquia de valores e deveres presentes nas cotidianas relações sociais.

O sentido de negociação ganha um significado importante quando ao invés de tratá-lo como uma disputa por poder – em que temos a dicotomia periferias *versus* centro –, o entendamos como a capacidade de se estabelecerem relações de poder construtoras da ordem do Império. A questão, assim, passa a ser de como se formaram as interdependências entre as mais distintas partes do Império através das relações locais, supra-locais e ultramarinas; redes que se entrelaçam e mostram as possibilidades de construção de um espaço em contínua transformação.

Ter acesso a uma arquivística dos saberes dos homens do Antigo Regime torna-se importante para compreender a própria arquitetura de poderes mantenedoras do Império. Assim, apesar de sua grande visibilidade o rei não era absoluto; ele também participava de toda uma mecânica de poderes em que deveria saber lidar da melhor forma possível. Por sua vez, os súditos e as instituições locais, sob os auspícios reais, também mantinham uma dinâmica imperial que nos faz questionar até que ponto as diretrizes do centro constituíam, por si só, o sistema em que se vivia.

Como, então, reelaborar o conceito de “pacto colonial” sem entendê-lo unicamente como um “poder maior” que parte de cima para baixo, controlando e administrando seu território? Da mesma forma, como não absolutizar a independência das “margens” e sua capacidade de intervir diretamente de baixo para cima?

Centro, margens e autoridade: as redes de poder

Segundo Edward Shills, toda a sociedade possui sua zona central invasora de seu “domínio ecológico”. (SHILLS, 1975) Não se trata de um centro geográfico, mas de um fenômeno que



pertence à esfera dos valores e das crenças. Este fenômeno centralizador é o criador e legitimador da ordem dos símbolos que governam a sociedade. À medida que nos deslocamos do centro da sociedade – do centro em que a autoridade é possuída – em direção à periferia em que autoridade ainda atua, a ligação com o sistema central de valores vai se atenuando. “Quando mais baixo se desce da hierarquia, ou quanto mais nos afastamos territorialmente da localização da autoridade, menos essa autoridade é apreciada”. (SHILLS, 1975: 63) Assim, para Shills, uma sociedade que se mostre exageradamente hierárquica e desigual não terá uma afirmação intensa no seu sistema central de valores.

Esta interpretação da existência de um “sistema central de valores” termina por incutir ao centro um valor essencial e determinante de produção de saberes na sociedade. Apesar deste “centro” não ser um fenômeno identificado geograficamente, ele se constitui a partir de sua própria importância central para a existência de uma autoridade, ordem e valores. Assim, esta determinante prioriza a elaboração de saberes que partem de um espaço, afinal de contas, bem definido e que se propaga, bem ou mal, para suas margens. O centro, desta forma, parece ser o olhar panóptico que vigia, dita e condena aqueles que resistem. O lugar da resistência, por sua vez, apenas se torna possível quando mais distante deste centro se está, onde seu olhar pouco alcança. A hierarquia, assim, é vista como um problema para o centro, pois quanto mais distante dele mais complexa se torna a inserção de valores e deveres comuns. O saber é visto por Shills como uma força que parte de cima para baixo, imposta pela coerção ou por outros instrumentos expansivos propiciados pelo sistema central de valores.

Para o caso do Antigo Regime, certamente o centro, constituído por conselhos e o seu rei, emite ordens, decretos e decisões. Mas esta ação por si só não garante a sua legitimidade. Ela é sustentada por toda uma hierarquia de valores que traspassa todas as esferas da sociedade. Mesmo que esta hierarquia tenha como cume o “centro”, ela é respeitada através de disputas, acordos tácitos e por negociações entre as várias partes componentes da sociedade. Relações possíveis pelas próprias conexões construídas entre os mais distintos níveis hierárquicos repousados no lugar do “sagrado”: o centro ou o rei. O sagrado não é autoritário, mas antes é um lugar resultante e legitimado pelas próprias relações de poder existentes na sociedade.



São as relações de poder que elaboram e remodelam os saberes constituintes de uma “ordem”, de uma instituição. As condições de possibilidades de existência de saberes não existem por sua dependência ao Estado, mas por ser também o resultado da articulação com poderes locais e específicos. O aparelho de Estado é, na verdade, um instrumento de sistemas de poderes que não estão unicamente nele localizados, mas o ultrapassam e complementam. Muitas destas formas de exercício de poder foram possíveis, inclusive, pela formação de saberes em outros espaços de disputas desligadas do centro. O Estado, então, não é o órgão central e único de “poder”, assim como as redes de poder não são uma extensão dos efeitos do Estado para todos os escalões da sociedade.

As formações de redes de poder não ocorrem apenas ao nível mais geral dos acontecimentos, mas também nos mais sutis interesses da sociedade. Entender o “poder” e sua função “autoritária” significa, então, entender como as várias relações de poder se relacionam com o nível mais geral de “poder” pertencente ao Estado. As disputas que resultam nas redes de poder não são negativas ou trazem malefícios. Não é esta a questão, pois a rede de poder é o espaço de exercício de interesses. Margem e centro se “mesclam”, não há necessariamente favorecidos e desfavorecidos, mas produções de saberes que estabelecem valores – como a importância do papel do rei – que por mais hierárquica que seja possibilita a negociação.

As disputas presentes nas relações de poder nos permitem estudar formas de constituição e legitimação de uma determinada ordem social. O poder político sobre os homens e mulheres na França do século XVIII, por exemplo, não era uma força que vinha necessariamente de cima, pois também era exercida por toda a sociedade. Assim, se num primeiro momento as petições, as *lettres de cachet* ou as ordens reais possam nos parecer a força de um poder central, o próprio desejo e uso da sociedade por estes instrumentos nos fazem rever a questão.

Como nos diz Michel Foucault,

... as “ordens do rei” não se abatiam de improviso, das alturas, como sinais da cólera do monarca, a não ser nos casos mais raros. A maior parte das vezes, elas eram solicitadas contra alguém pelos seus próximos, o pai e a mãe, um dos parentes, a sua família, os filhos ou filhas, os vizinhos, o pároco por vezes, ou algum notável; eram assediados, como se de um grande crime merecedor da cólera do soberano se tratasse, por qualquer questão obscura de família: esposos injuriados ou agredidos, fortuna dilapidada, conflitos de interesses, jovens desobedientes, vigarices ou bebedeiras, e todos os pequenos desvios de conduta. (FOUCAULT, 1992: 113)



Como se a raiva de uma família, de um vigário ou de um nobre merecesse a atenção e a ira do monarca, o uso da *lettre de cachet* permitiu que essa representatividade fosse exercida. Além disso, era um uso que vinha “de baixo para cima” e que deveria ser lido e respondido pelo monarca. Mas as *lettres de cachet* requeriam também um ritual judicial em que deveriam ser recolhidas testemunhas e provas pela polícia antes da sentença final.

A existência do processo judicial, entretanto, não pode ser entendido como a interrupção de um poder real sobre as esferas da sociedade, mas a diluição deste uso através de um complexo jogo de pedido e réplica. As *lettres de cachet* permitiram que cada um pudesse fazer uso por si de sua funcionalidade, utilizando-a para os seus próprios fins e contra seus desafetos. Aquele que fosse habilidoso o suficiente para fazer uso desta relação conseguia se tornar, face ao outro, um verdadeiro “monarca terrível”.

Para o caso de Portugal do século XVII, Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha também estudaram as positivities propiciadas através de uma complexa e bem normatizada hierarquia de valores regulada pelo que Marcel Mauss denominou de “economia moral” do dom. No Antigo Regime, o dom fazia parte de um universo normativo que transformava as relações em uma prática contínua de unidade de atos de benefício. Estas cadeias de compromissos constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas no reino português. Mas a própria possibilidade de relações políticas através desta rede também propiciou práticas informais no sistema hierárquico e na formulação de mecanismos próprios e específicos na “economia moral” do dom.

As ações políticas da “liberalidade” e da “graça” faziam parte das obrigações sociais constituintes do próprio indivíduo português no Antigo Regime. Elas faziam parte da prática do dom e introduziam responsabilidades diretas e indiretas entre o benfeitor e o beneficiado. O dom tornou-se, assim, um símbolo de *status* e força política, dando ao indivíduo a capacidade de pertencer às relações do “dar”, “receber” e “retribuir”. A “economia moral” do dom propiciava uma “economia de favores” sustentada por toda uma hierarquia mantida pelos compromissos entre credores e devedores. O benefício não era necessariamente econômico, mas algo difícil de mensurar em uma contínua cadeia de acordos e deveres. Mais do que a dívida propriamente dita, era o valor moral e as relações mantidas pelos mais variados interesses entre as partes que constituíam os laços. As relações, assim, eram legitimadas pela prática dos “favores”. Desta forma, a “economia moral” do



dom tinha um significado mais amplo e alto que a simples dívida em si. Ela significava a construção de laços que uniam as partes, “numa crescente espiral de poder, subordinada a uma estratégia de ganhos simbólicos, que se estruturava sobre os atos de gratidão e serviço”. (XAVIER; HESPANHA, 1993: 382)

Estas relações de poder – que Xavier e Hespanha denominam de relações assimétricas de amizade – constituíam o respeito pelas hierarquias, em que o subordinado estava preso às idéias de “respeito”, “serviço” e “atenção”. Mas o que me interessa destacar é que destas relações podiam derivar, informalmente, relações clientelares. Esta estratégia derivada da própria ordem hierárquica permitia a concretização de objetivos políticos particulares, como manter alianças desejáveis para alargá-las ou mantê-las por mais tempo. Não se quer dizer com isto que o Estado português possuía partidos, mas que as relações assimétricas de amizade permitiram uma dinâmica de dependências de favores que favoreciam a constituição de uma complexa rede. Esta cadeia também era formada pelos “intermediários” que detinham o conhecimento alargado de interesses, assim como dos credores e devedores, fazendo contatos com as partes interessadas para criar prestígio político e ter maior poder pessoal. Isto não significou que estes intermediários, entretanto, tivessem uma participação mais importante do que os outros nesta rede. Por mais poderosos que fossem os seus membros, havia pelo menos uma pessoa que detinha mais recursos que os outros: o rei. Era desta última instância que dependiam muitas concessões dos bens.

Estas redes de poder permitiam, por um lado, o acesso à limitada preponderância política, econômica e simbólica mantida por alguns membros da hierarquia social. Por outro, a formação destas redes exercia uma resistência às políticas de centralização que o aparelho administrativo central buscava estabelecer nas áreas que tradicionalmente já possuíam “seu senhor”.

Uma relação de poder, para poder existir, deve ser desigual e confluir para a luta de interesses e suas disputas. Quando isto não ocorre, não existe relação e, portanto, não há como se manter uma rede. Assim, quando um elemento da rede rompe com o próprio sistema de funcionamento, ele se vê desligado dela. Este foi o caso do conde de Atouguia, que se desfez de seus compromissos neste espiral de poder por não aceitar a ordem real de desterro alegando uma amizade simétrica aos condenados. “O grande perdedor político é, assim, o mesmo conde de Autoguia, que sacrifica, pelo seu ‘ato de amizade’, uma posição política muito importante”. (XAVIER; HESPANHA, 1993: 386)



A amizade deveria ser desigual e foi justamente nesta assimetria de relações que se legitimaram as redes de poder entre os homens livres do Antigo Regime.

O que é importante ressaltar é que esta relação, por mais desigual, não era “desfavorável” aos que estavam “abaixo” na hierarquia de favores. A relação é possível mediante interesses que confluem. Certamente este embate provoca disputas, invejas, crises, mas também a manutenção de compromissos, de favores, de uma troca. As redes clientelares também eram possíveis pela troca de um *effectus* por um *affectus*, ou seja, uma materialidade em troca de uma submissão política. Se determinadas Casas mantinham uma nobreza e importância política, também não era raro que fossem obrigadas a serem dependentes de certos financiadores. Esta oferta de bens econômicos que permitiam a manutenção material de uma Casa era frequentemente sustentada pelo elemento inferior da hierarquia. Este, apesar de estar “abaixo” de uma economia “moral”, recebia em troca bens simbólicos que lhe davam *status* e acesso a posições de prestígio. O ato de “dar”, assim, poderia significar um ato de investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais e, ao mesmo tempo, uma estratégia de diferenciação social.

O rei, mesmo estando no topo da hierarquia legitimada pela economia de favores, também estava ligado ao costume de retribuição. O monarca também estava sujeito à mecânica do dom, podendo ser pressionado por Casas poderosas para obterem vantagens. Novamente o “poder” mostra-se como o produtor de um saber em que todos estão incorporados e submetidos. Assim, é neste contínuo jogo de troca de deveres e favores que o rei consegue se legitimar como tal e manter-se no cume das hierarquias. Para isso, ele necessita fazer funcionar as suas redes de modo a neutralizar outras que o ameaçassem nas disputas.

Além disso, o monarca também estava inserido na prática das mercês. Para satisfazer os desempenhos de seus súditos era comum, desde o medievo, que o rei fizesse doações por serviços prestados. Estas doações não eram necessariamente remuneratórias, mas principalmente de valor moral e de direito de pertencimento a Casas reais, ordens militares, guardiões de cidades. Para Fernanda Olival, a recompensa régia, além do valor econômico que pudesse dar ao beneficiado, tinha fortes conotações honoríficas. Isto “era fundamental numa sociedade organizada na função do privilégio e da honra, da desigualdade de condições, que cada um devia esforçar-se, não por esconder, mas por exhibir, até de forma ostensiva”. (OLIVAL, 2001: 24) Afinal, era através desta



mecânica das mercês que se poderia ampliar ou fazer funcionar novos mecanismos das redes clientelares.

Mas é importante destacar que o próprio rei se via envolto na prática das mercês. Um bom monarca, para alguns juristas, deveria justamente retribuir um serviço através de mercês que ultrapassassem o seu próprio valor. Os serviços, assim, constituíam uma forma de investimento individual podendo ser convertido, dependendo da opinião do rei, em doações da coroa. Se a decisão da mercê cabia ao monarca, por outro lado os serviços feitos também poderiam representar um direito dos vassallos frente à coroa. E este direito foi um dos poucos que se mantiveram frente ao rei até o final do século XVIII.

As redes de poder se tornaram possíveis pelo emaranhado das práticas da liberalidade, caridade e gratidão. Dívidas imensuráveis e acumulativas propiciadoras de um compromisso interminável entre as partes. Os atos do “dar” e “receber” significavam no Antigo Regime exercer, acima de tudo, benefícios com justiça. Não existia, entretanto, uma forma de calcular uma dívida pelo ato do “dar”. É por isso que a relação dom-retribuição terminou gerando um espiral de benefícios contínuos e crescentes entre as partes envolvidas. A dívida fundada no par liberalidade/gratidão terminava se tornando, caso as partes desejassem, inextinguível. Isto porque nesta relação clientelar exigiu-se uma contenção de parte a parte em uma busca incessante de justiça:

Se, por um lado, o inferior está obrigado, pela “economia da gratidão”, a uma certa racionalização [...] da troca, o superior também o está, em virtude de se subordinar a uma “economia do dom”. Estas duas economias integram-se numa regra geral de troca de vantagens numa sociedade onde, se o desequilíbrio era um traço constitucional, também o era o seu caráter regulamentado, estabilizado, consolidado; numa só palavra, naturalizado. (XAVIER; HESPANHA, 1993: 391)

A economia do bem comum, a política de privilégios e o caso das Câmaras

A naturalização de uma “economia moral do dom” também se concretizou na América portuguesa através de outros usos e formas. Nas conquistas das Índias a coroa costumava conceder postos administrativos ou militares como o de governador, provedor da fazenda e juiz de órfãos. Tais concessões proporcionavam pagamentos pelo ofício exercido, mas principalmente privilégios



mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade, direitos alfandegários ou isenção de taxas. Tal privilégio, por sua vez, poderia ser estendido a soldados e pessoas de origem social não-nobre. Como os fidalgos do reino, estes homens puderam exercer formas de enriquecimento e de circulação de privilégios.

Para João Fragoso, os principais da terra no Rio de Janeiro seiscentista criaram estratégias de existência e exercício de poder através das alianças parentais. O importante na formação de *bandos* ou grupos de interesses comuns com laços de dependência era manter a hegemonia na hierarquia estamental sendo necessária a existência de bens materiais. A relação com comerciantes tornou-se uma necessidade para os principais de muitas regiões do Império e aqueles, por sua vez, obtiveram maiores facilidades para realizar negócios em um mercado influenciado pelas famílias da terra. Por sua vez, mantendo-se em uma hierarquia de valores reconhecida pelo centro os bandos podiam criar alianças supra-regionais sentidas até em Salvador – o centro do poder colonial na América portuguesa. Dessa forma, foi possível até mesmo a formação de alianças com ministros do rei. Através da existência de uma elite pôde-se destituir governadores e obter vantagens através das decisões do Conselho Ultramarino. Apesar da inexistência de uma fidalguia na América portuguesa, as estratégias dos bandos para manter benefícios materiais com comerciantes, políticos e a coroa podem ser entendidas como uma prática de reciprocidades, de dom e contradom. (FRAGOSO, 2003: 27-28)

Segundo Giovanni Levi, em seu estudo sobre as sociedades mediterrâneas, as relações pessoais se constituíam pelos valores da boa vontade e da amizade, do dom e do contradom. Isto significou a construção de uma sociedade rigidamente hierárquica e desigual. O sentido de justiça, então, funcionou exatamente na adequação que os valores de dom e contradom podiam proporcionar. Para isso o comportamento entre as partes deveria ser o de equidade, o que não implica necessariamente em igualdade ou em equivalência, mas antes em um ponto justo na relação de reciprocidade. Para Levi a equidade era a raiz do sistema jurídico que desejava organizar uma sociedade estratificada. Sociedade que por mais hierárquica não era imóvel. Nela conviviam uma série de sistemas normativos capazes de provocar resistências, disputas e consensos sobre o que poderia ser o justo para cada um. A justiça distributiva se trata, então, de uma multiplicidade de retribuições possíveis em que as formas de interpretação desta reciprocidade se multiplicam de acordo com os níveis sociais daqueles que participam. (LEVI, 2002)



Baseado neste critério de justiça no Antigo Regime, Fragoso entende que as relações de dom e contradom propiciaram a troca de interesses entre os diversos estratos sociais da colônia. Da mesma forma, para este historiador a presença de mecanismos de acumulação semelhantes nos dois lados do Atlântico luso – produto de um sistema de benefícios da coroa e das atribuições econômicas da Câmara – permitiu que as diferentes partes do Império compartilhassem um conjunto de mecanismos econômicos denominados de “economia do bem comum”. Ou seja, se por um lado se davam privilégios e mercês que incidiam sobre a vida social no reino e no ultramar, da mesma forma o Senado da Câmara e a coroa – enquanto cabeças da *república* – retiravam do mercado e da concorrência bens e serviços indispensáveis ao público, passando a ter sobre eles o exercício da gestão. (FRAGOSO, 2001)

Um bom exemplo desta “economia” que se estabeleceu no Rio de Janeiro seiscentista foi o novo uso que se deu aos cargos de provedor da fazenda e de juiz de órfãos, propiciando aquilo que Fragoso denominou de “poupança social” ou “colonial”. Monopolizados por um bando, estes cargos passaram entre 1670 e 1690 como serventias pelas mãos de outros integrantes do grupo, e como meio de atrair novos aliados ou fazer a paz com velhos adversários. Apesar da concessão da serventia ser uma prática exclusiva do rei e em raras exceções do governador, o bando mantenedor destes cargos conseguiu através de suas relações de poder reinventar esta prática conforme os seus interesses.

A economia do bem comum permitiu estabelecer “famílias senhoriais” do Rio de Janeiro derivadas de ministros e oficiais do rei ao longo do seiscentos. Seus representantes foram, na maioria, senhores de engenho. Também conseguiram se estabilizar por mais tempo na região e tiveram maior capacidade de se relacionar com estrangeiros. A formação de uma elite senhorial no Rio de Janeiro se tornou possível através das relações que lhe permitiram ter posse dos cargos da administração pública e de bens materiais. Por sua vez, repito, foi também através da manutenção desta “poupança social” construída por uma economia do bem comum que a elite fluminense se constituiu. Ou seja, através de uma rede de influências e uma engenharia de alianças se pôde controlar e se beneficiar da “poupança colonial” por meio de ofícios reais.

O interessante, por sua vez, foi a própria capacidade desta elite local de reelaborar o mercado através da manutenção de cargos régios propiciados pelo sistema de mercês. Da mesma forma como



ocorria em outras partes do império português, no Rio de Janeiro foram concedidas mercês que ordenaram, formalmente ou não, o comércio da economia local e imperial. Um súdito que obtinha o posto de governador de Angola, por exemplo, podia retirar de Luanda uma grande quantidade de escravos sem pagar impostos. Privilégio que propiciava grandes lucros e vantagens em relação a um simples traficante. Com isso, os preços não eram regidos pela oferta de mercadorias e sua concorrência, mas por todo um mecanismo de privilégios concedidos, em grande parte, pelo rei.

A este mercado Fragoso denominou de “imperfeito” por se distinguir daquele que entendemos hoje. Este mercado era compatível com a economia política do Estado português, funcionando de acordo com as hierarquias e privilégios concedidos aos setores mais altos da sociedade. A mesma prática era seguida para a concessão de mercês de privilégios comerciais, repassados para aqueles que tivessem servido ou fossem descendentes de pessoas que serviram à coroa, ou seja, ao “bem comum”. (FRAGOSO et al, 2000)

O sistema de mercês, assim, se mostrou um valioso mecanismo de exercício de poder mantido pelo rei para controlar, mesmo que em muitos casos informalmente, a ordem do Império. Os postos eram motivos de disputas entre os súditos pela oportunidade de se retirar do “público” – da riqueza social – a capacidade de se manter nas redes de poder. Por sua vez, o exercício da economia do bem comum nas colônias também gerou disputas políticas locais. Afinal, as distribuições de ofícios superiores e de mercês eram instrumentos que possibilitavam o aumento de prestígio social e, certamente, de riquezas. Como na América espanhola, ter acesso à Câmara municipal, aos privilégios concelhios ou a outros cargos da administração real possibilitavam a inserção de grupos nas redes de poder. Não foram raras, no Rio de Janeiro, as disputas entre bandos pelo controle político da cidade e, portanto, dos benefícios que ele representava. (FRAGOSO, 2000: 95-98)

Estas disputas não ocorriam apenas na esfera local para reforçar alianças ou se impor contra desafetos, mas também eram promovidas pelas negociações entre os súditos nas colônias e na metrópole. Não possuindo títulos honoríficos, a elite colonial necessitava arregar outras formas de mérito para obter o direito a mercês. Em cidades como Olinda, Salvador ou Rio de Janeiro remetiam sua “nobreza” não a uma categoria natural ou jurídica, mas através de uma valorização da condição de conquistadores ou descendentes de conquistadores. A ação da conquista, do povoamento e da defesa de territórios da coroa eram formas de legitimação de um exercício do bem comum. Estas



negociações se constituíram através das redes de interesses entre diversos setores da hierarquia social do Império e sua dinâmica foi produzida por aquilo que as historiadoras Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa denominaram de “economia política de privilégios”.

Para o caso de Portugal, a concessão de honras e privilégios era um mecanismo da coroa para controlar a representação dos súditos e delimitar hierarquias. Por sua vez, as práticas da conquista conferiam o dever do “dar” do rei em troca do serviço conferido. Forjou-se, assim, um compromisso lógico, um pacto entre o rei e os súditos do ultramar. Pacto político possível por ter como espaço de negociação o Senado da Câmara. Nesta dinâmica, toda uma ordem era legitimada pelo próprio monarca:

Ao retribuir os feitos dos seus súditos ultramarinos, o monarca reconhecia o simples colono como vassalo, identificando-o à metrópole e a si próprio, estreitando os laços e reafirmando o pacto político sobre o qual se forjava a soberania portuguesa nos quatro cantos do mundo. (FRAGOSO et al, 2000: 75)

Por sua vez, o Cabildo hispano-americano, ocupado pelos *vecinos* moradores mantenedores de uma *república* às suas próprias custas, também fazia questão de enviar procuradores e informes reafirmando a responsabilidade do monarca com o pacto de interdependências estabelecidas. Com isto, mais do que manter um “prestígio local” por pertencerem a um espaço de poder de grande visibilidade, mantinha-se uma política de interesses locais e supra-locais capazes de barganhar vantagens ao grupo que compunha o Cabildo. Como afirma Gelman para o caso da Câmara de Buenos Aires:

... a partir del Cabildo se podía influir sobre los oficiales reales de hacienda y el gobernador, se podía favorecer el comercio clandestino y el semi-legal ó combatirlo, se podía favorecer el control de la mano de obra por algunas personas, controlar las vaquerías, los precios, etc. (GELMAN, 1985: 15)

Nada muito distinto, como nos mostra Fragoso, daquelas práticas mantidas pela Câmara do Rio de Janeiro e sua “nobreza da terra” interessada em exercer políticas de privilégio.

Segundo Gelman, através do que denomino aqui de uma “política de privilégios” legitimada pelo Cabildo, aproximadamente 200 *vecinos*-moradores-negociantes de Buenos Aires participaram do lucrativo comércio de escravos ao longo do século XVII. Deste total, apenas 26 indivíduos concentravam 76% deste negócio em suas mãos. Entre eles estavam, obviamente, os membros do Cabildo, além de outros *vecinos* influentes e os oficiais régios de Buenos Aires. Certamente o



exercício da economia do bem comum repousava naqueles que possuíam terras, *chacras*, estâncias, gado, escravos, índios de aluguel ou de *encomienda* e que, portanto, estavam preocupados com a manutenção de seu *status quo*.

Esta luta por uma poupança social era tão importante quanto pertencer ao Cabildo e manter relações de cumplicidade com oficiais régios e o governador. Na realidade, não há como discernir a ação destes homens apartada destes espaços de poder. Para ser *regidor*, isto é, um cabildante, era necessário possuir terras e defender a *republica* às próprias expensas. Ou seja, ser um atuante comerciante em Buenos Aires era sinônimo de ser *vecino*, mesmo que este muitas vezes fosse um estrangeiro, um português. Foi desta forma que os lusitanos fizeram parte do comércio rio-platense, envolvendo-se na política de privilégios e na economia do bem comum de Buenos Aires. (CEBALLOS, 2009)

A economia política de privilégios está inscrita, assim, na lógica da economia do dom e, portanto, foi capaz de redefinir “redes clientelares” na colônia. Acredito que a economia política pode ser pensada como uma construção e reelaboração constante de exercícios de poder entre o centro e as periferias possibilitadas pelas negociações e redes pessoais e institucionais existentes. Estas redes de poder possibilitavam o acesso a cargos e a estatutos políticos aos colonos – como o de *cidadão* e *vecino* (para o caso das cidades hispano-americanas) – e, por sua vez, conferiam uma legitimidade ao centro, à sua administração e às formas de controle sobre as periferias.

A constituição desta economia política foi um meio de manutenção de um Império em que centro e periferias se estabelecem como partes que, mesmo desiguais, se legitimaram através de acordos, de direitos e deveres. Não afirmo que isto significou um “equilíbrio” de forças, mas antes uma dissolução de poderes e formas de consenso compostas por uma economia legitimadora de uma ordem imperial. Consenso que não está necessariamente livre de disputas, estratégias políticas e coerções.

Como os Cabildos hispano-americanos do Império espanhol, as Câmaras municipais do Brasil colônia tiveram um importante papel na administração local do Império português. Não apenas por representarem o controle real nas margens, mas porque foram um dos principais espaços cujo controle possibilitava o acesso às redes de poder no centro e, principalmente, porque abriam brechas para a constituição de laços de compromisso entre os bandos locais.



Em fins do século XVII, a Câmara do Rio de Janeiro enviou a Lisboa um procurador para requerer do monarca a observância da legislação e a expulsão de “pessoas hebréias”. Com isso, a Câmara buscava manter coeso um determinado grupo de principais da terra para consolidarem os seus interesses. De acordo com Fragoso, os laços matrimoniais foram um importante instrumento para evitar a dispersão de bens materiais e sociais. E o Senado da Câmara foi um dos principais mecanismos de legitimação e manutenção desta “nobreza da terra”. Foi por isso que a Câmara do Rio de Janeiro protestou, no século XVII, que as “interpretações errôneas” por parte dos representantes do centro terminavam muitas vezes prejudicando os “naturais, os filhos e netos de cidadãos descendentes de conquistadores daquela capitania, de conhecida e antiga nobreza”. (BICALHO, 2001: 214)

Mais do que uma preocupação com o bom governo das localidades, denúncias realizadas pela Câmara são indícios da existência de disputas de bandos formados entre os principais da terra. No caso de Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello demonstrou a complexa luta de interesses entre a Câmara de Olinda, o governador e os comerciantes do Recife em meados do século XVII e início do XVIII. Nesta disputa, os senhores de engenho lutaram contra a intromissão de comerciantes na Câmara e na política da cidade alegando, entre outros fatores, a ausência de uma “nobreza”.

Esta disputa gerou o uso de um mecanismo de poderes que demonstrou a capacidade de senhores de engenho e comerciantes em lutarem por interesses locais. Estes homens, dentro de suas possibilidades, utilizaram-se de um escopo jurídico-institucional, reforçado pela Câmara de Olinda, motivada pela polarização que ocorreu naquela capitania entre os ditos “nobres da terra” e os comerciantes. Distinção singular, já que em outras partes do Brasil colonial, e diria também na América espanhola, o comerciante também era geralmente o senhor de engenho (ou *encomendero* e detentor da mão-de-obra local).

Após a restauração de Pernambuco, os senhores de engenho que lutaram pela reconquista passaram a se autodenominar “nobreza da terra”, buscando com isso legitimar o monopólio do poder local, diferenciando-se dos mascates, homens tidos como rudes por sua atividade manual.

O próprio secretário do governo da capitania chegou a enviar correspondência ao rei dom João IV legitimando e incorporando o título de “nobres” aos senhores de engenho de Pernambuco. Este valor, fundado pelos serviços prestados à coroa pelos descendentes dos conquistadores, já havia



tido formulado antes, em 1651, na Câmara de Olinda. Nela se solicitavam as reservas de cargos públicos da terra para os “filhos e moradores”, uma vez que ‘à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês’. (MELLO, 2003: 161)

Este valor político e social teve um papel fundamental na relação entre centro e periferia. Por um lado serviu como instrumento para a coroa portuguesa exercer seu domínio sobre o espaço em questão; mas por outro, estes “súditos políticos”, por livre e espontânea vontade, haviam servido à coroa e obtiveram, com isso, largas regalias. Por outro lado, restauradores como João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros que primeiramente souberam negociar e obtiveram importantes privilégios da coroa, tiveram podadas muitas das vantagens anteriormente adquiridas.

Se a “nobreza da terra” em Pernambuco havia obtido um importante *status* e privilégios capazes de monopolizar os interesses locais, a presença dos mascates foi um obstáculo importante e bem utilizado pela coroa para controlar e podar esta excessiva concentração de forças.

As mercês reais e a produção de saberes

Estudar as relações centro/periferias no Antigo Regime significa, então, compreender estratégias dos usos do bem comum entre os súditos das colônias e a coroa, fosse espanhola ou portuguesa. Em certa medida, nestas relações dinâmicas formadoras de espirais de poder a legitimação de um centro tornou-se possível pelos usos que conquistadores e colonos puderam exercer através de uma economia política de privilégios. Um aspecto importante desta possibilidade de negociação e de dependência entre as duas esferas está na capacidade da produção de saberes sobre os territórios americanos. Deter um saber era um meio de exercer um poder e a capacidade de grupos inferiores na hierarquia do Antigo Regime colocar em prática os valores do dom e contradom.

Apesar das regras implícitas na economia da mercê acordar que o súdito deveria servir ao monarca sem contar com uma recompensa material para além daquilo que fosse indispensável, na prática quem servia à coroa fazia-o também, em grande medida, motivado pelas recompensas. Deveres desta natureza não eram, por sua vez, espontâneos. Um “contrato” deste tipo apenas poderia ser estabelecido quando os serviços e as mercês compensatórias eram aceitos por ambas as partes.



Ou seja, por mais que o súdito se achasse no direito de justiça, a relação dom/contradom deveria ser sustentada pelo rei ou um poderoso.

Entretanto, se muitas vezes o Estado espanhol utilizou-se da venda de cargos para garantir direitos e privilégios aos seus súditos na colônia para o bem governar, chegando a perder em muitos casos o controle da situação ou em outros tomando vantagens dessa dinâmica, a coroa portuguesa também se viu refém de outras práticas. Pela frequência dos despachos a troco de serviços, a justiça distributiva e o seu direito a mercês se impôs como uma norma espontânea para quem era titular de desempenhos. (OLIVAL, 2001)

Como foi exposto anteriormente, a sociedade portuguesa no Antigo Regime se constituiu com base na economia moral do dom, sendo um requisito essencial para sua manutenção a possibilidade de negociação e o exercício de deveres e recompensas entre os mais diversos estratos da sociedade. No topo destas relações estava o monarca, e muitos se dirigiam a ele a procura de direitos por serviços prestados.

Se o monarca devia recompensar os serviços com equidade, outros aspectos também devem ser destacados como decorrentes desse fato. Os pedidos de mercês passavam por todo um processo burocrático para avaliar os merecimentos de cada indivíduo. A mercê e o serviço atuaram, ao mesmo tempo, como importantes elementos de controle e mobilidade social. Assim, a coroa se consolidava como retribuidora de distinções e com a importante capacidade de reconfigurar as hierarquias sociais. Por outro lado, isso também requeria recursos do Estado que eram limitados. Desta forma, se o peso da dívida do rei tinha grande importância para a manutenção de uma ordem no Império português, o serviço e a liberalidade na relação política entre os vassallos e a coroa propiciavam uma interdependência e uma coesão. Para a política e as finanças do monarca, a dívida, a liberalidade e o serviço mantinham-se como importantes bases para a manutenção do Império. (OLIVAL, 2001)

A apropriação do direito de mercês por serviços prestados foi um recurso constantemente utilizado pelos vassallos do rei nas colônias portuguesas e espanholas. O interessante, entretanto, é que estes serviços também foram, em grande medida, produtores de um conhecimento que era repassado ao centro. Apesar de o rei ser o detentor deste conhecimento, seu produtor não deixava de ser o criador de imagens cuidadosamente selecionadas para as margens do Império. Desta forma, o uso da pena, da escrita, tornou-se um importante instrumento para a concessão de benefícios.



Como nos diz Ronald Raminelli, para se entender a “dinâmica centralizadora” do Império nos séculos XVI e XVII é necessário recorrer aos laços políticos entre o soberano e seus súditos. A distância entre as colônias e a metrópole era vencida pelas letras, ou seja, através da escrita os vassallos recriavam a natureza e os feitos no ultramar. Por meio de inventários, crônicas e mapas o mundo colonial era codificado. E seria através da produção destes códigos que a administração da colônia tornava-se possível. (RAMINELLI, 2006)

Mas se as notícias eram importantes para o controle do Império, foi também através delas que os súditos letrados buscaram adquirir privilégios e vantagens em um jogo em que a “verdade” prevaleceu para aquele que soube utilizar-se da força da escrita. Assim, para o caso espanhol, através das *cartas de relación* (correspondência oficial) o conquistador Hernán Cortés pôde estabelecer estratégias eficientes de informar a Carlos V as justificativas do uso das armas e da violência, tornando-se um herói aos olhos do monarca mesmo tendo se rebelado contra as ordens do governador de Cuba.

Certamente produzir este conhecimento foi um meio de se sentir pertencente ao centro, desfrutando os privilégios próprios da corte. Mas significou, antes de tudo, tomar posse de um espaço e dar-lhe nome e senhor. Assim, poder pertencer às redes de poder constituintes do Império também significou o domínio e o controle, mesmo que muitas vezes indireto, sobre o território descrito.

Como Raminelli chama atenção, no Brasil o recurso das letras também foi eficientemente empregado pelos vassallos. Na época da união das coroas ibéricas, Gabriel Soares de Sousa, para pedir ao rei Filipe II de Castela a possibilidade de desbravar e conquistar o interior requereu ao monarca os títulos de capitão-mor e governador da conquista, direito de nomear cargos de justiça e fazenda, hábito das ordens da cavalaria e suas respectivas tenças, mercês de cavaleiros-fidalgos, e a permissão de formar uma tropa composta de mecânicos, mineiros, degredados ou não, e índios. Tamanho pedido não foi respondido com prontidão pelo monarca, o que levou Soares de Sousa a utilizar o recurso da escrita como meio para legitimar a necessidade de conquista.

Seu memorial, “Tratado Descritivo do Brasil”, de 1587, dava informações sobre as possessões portuguesas na América e o mapeamento de tribos indígenas aliadas e rebeldes, rios, portos, engenhos e lavouras. Como senhor de engenho em Salvador, preocupou-se também com as



descrições sobre a Bahia de Todos os Santos e comentou sobre a fragilidade das suas fortificações e as ameaças constantes de corsários e índios. Também não deixou de criticar os demasiados privilégios concedidos à Companhia de Jesus e o entrave que estes religiosos impunham ao emprego de mão-de-obra indígena.

Este senhor de engenho ao escrever ao rei recorria a uma série de estratégias de persuasão: a fragilidade do Império resultava da incapacidade de conquista de seus colonos, sendo necessária ajuda imediata da coroa. Com recursos e mercês, os colonos poderiam avançar para o interior à procura de metais preciosos.

O simples ato de escrever forjou um discurso e consolidou uma visão específica das periferias, dando voz a determinados grupos de interesse. Se Soares de Sousa não logrou desprestigiar seus desafetos jesuítas, conseguiu da coroa o apoio para conquistar o sertão, tornando-se governador e capitão-mor. Demonstrou pleno conhecimento das estratégias da economia de mercês para obter ganhos na conquista de privilégios por serviços que nem sequer chegaram a ser concretizados, uma vez que morreu durante sua tentativa de encontrar riquezas no interior. Além disso, este senhor de engenho soube a que intermediário recorrer para que as informações de seu tratado corressesem eficientemente pela corte madrilena. Assim, para Raminelli,

... a existência de uma teia de informações era capaz de mobilizar o mundo colonial, reduzi-lo a questões básicas, traduzi-lo em relatórios, tratados e mapas, e conduzi-lo enfim em forma de papel para os centros europeus. Essas informações eram vitais para a consolidação de laços entre centro e periferias. (RAMINELLI, 2006: 112)

Produção de conhecimento e privilégios eram elementos intrínsecos e mostram a interdependência que existiu entre o monarca e os súditos nas periferias.

As vantagens adquiridas na produção de conhecimento ao rei conferiam aos súditos, mais do que riquezas em si, a possibilidade de pertencimento ao centro e às suas formas de economia. O controle das armas e das letras conferiu a Cortés a ascensão de humilde fidalgo à nobre de alto prestígio, com sua casa e família passando a figurar entre a aristocracia de Castela.



Por sua vez, a transmissão do saber das periferias para a metrópole também foi de extrema importância para o centro. No caso do Império espanhol, desde as primeiras décadas do século XVI os soberanos pagaram aos súditos para que produzissem conhecimento sobre as periferias através de questionários, crônicas, memoriais, cartas, mapas, estudos da natureza. Se, como nos diz Gil Pujol, a formação dos Estados modernos foi uma tentativa de legitimar um centro político mais do que lutar por uma centralização absoluta (PUJOL, 1991), o “projeto das letras” da capital castelhana mostrou-se eficiente.

Para o caso do Império português não houve um investimento dos soberanos para a produção de saberes sobre as colônias. Os conhecimentos reunidos para as Índias portuguesas consistiram no resultado das próprias empreitadas de colonos e administradores em busca de privilégios reais. Isto não significa, como vimos, que as estratégias da produção de conhecimento e da economia de mercês foram menos importantes para o Império português ao longo do século XVII. A economia do “dar” e “retribuir” também envolvia pedidos delicados e que deveriam ser bem estudados antes de sua concessão. Por sua vez, o súdito, através do direito de justiça tinha a capacidade de questionar e rejeitar, na medida do possível, as mercês concedidas.

Considerações Finais

As disputas locais por lugares administrativos e pelo controle do comércio no Império devem ser compreendidas como parte constituinte de uma lógica formadora de dependências e deveres a que os seus agentes e o monarca, nos seus mais sutis interesses, estavam submetidos.

As lutas pelo controle da poupança social nos recantos do Império português e espanhol significam a existência de uma sociedade que apesar de rigidamente hierarquizada é dinâmica, não estática. Esta mecânica produtora de saberes quebra a concepção da existência de um “pacto” monolítico, construído unicamente a partir de seu centro. Antes, mostra-se o quão dependente era este centro de seus vassallos, zelosos pelo bem comum da *republica* em nome do rei.

Direitos comuns adquiridos e resguardados, que deveriam ser respeitados e agraciados como frisou o Cabildo de Buenos Aires ao monarca espanhol:



... celosíssimo del bien de sus vasallos y de gratificar a los que le sirven fielmente, está obligado [o monarca] a hacer merced a los de este puerto y provincia del Paraguay porque desde que sus padres la conquistaron y muchos de los que son vivos poblaron este puerto en su Real nombre siempre han traído sus vidas en gran riesgo, padeciendo grandes trabajos y hambres y se defendiendo de naciones de indios muy belicosos y disponiendo para que recibiesen el Sagrado Evangelho [...]. (apud LEVILLIER, 1915: 344)

Uma equidade, espaço de ação de direitos e valores, mantida cuidadosamente por redes sociais que envolveram desde moradores, senhores de engenho, comerciantes, membros da Câmara até oficiais régios, ouvidores, governadores e o seu rei. Práticas cotidianas exercidas microscopicamente na escrita, nas relações de compadrio e de parentesco, tratos comerciais e mercês reais.

Referências Bibliográficas

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CEBALLOS, Rodrigo. Extralegalidade e autotransformação no porto: a presença portuguesa na Buenos Aires colonial (século XVII). *Fronteiras, Revista de História*, vol. 11, n. 19, 2009. Campo Grande, Edufgd.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In *O Que é o Autor*. São Paulo: Passagens, 1992.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, v.8, n. 15, p. 11-35, 2003. Rio de Janeiro: 7 Letras.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



FRAGOSO, João. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, n. 1, p. 45-122, 2000. Rio de Janeiro: 7 letras.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope. Revista de História e de Ciência Sociais*, n. 23, 2000, Lisboa.

GELMAN, Jorge Daniel. Cabildo y Elite Local: el caso de Buenos Aires en el siglo XVII. *Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social*, n. 6, pp. 3-20, segundo semestre de 1985.

LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de História Moderna*, on-line, n. 7, 2002. Disponível: <http://www.tiemposmodernos.org/viewissue.php?id=7>. Acesso em 19 de maio de 2004.

LEVILLIER, Roberto (coord.). **Correspondencia de la Ciudad de Buenos Aires con los reyes de España** (1588-1615). Tomo 1. Buenos Aires: Municipalidad de Buenos Aires, 1915

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n. 6, p. 119-144, 1991.

RAMINELLI, Ronald. Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa. *Revista Historia y Sociedad*. Universidad Nacional de Colombia, 12:107-132, 2006. Disponível: http://nemesi.unalmed.edu.co/publicaciones/revistas/historiaysociedad/ediciones/articulos_revista_12/ronald_raminelli.pdf. Acesso em 19 de maio de 2009.

SHILLS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1975.



XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Vol 4. Lisboa: Estampa, 1993.



BRASIL HOLANDÊS. A CONSTRUÇÃO DO “EU” E DO “OUTRO” NO ‘RELATO DE ROULOX BARO’

Britt Dams
Dutch Literature / Literary Theory
Ghent University

RESUMO:

Durante 30 anos (1624-1654), os holandeses ocuparam territórios no Nordeste brasileiro. Hoje, os eventos são considerados como um dos mais importantes capítulos da história brasileira. Na Holanda, pelo contrário, a experiência brasileira funciona como um ponto cego na historiografia nacional. Todavia, a colonização do Brasil resultava num arsenal de manuscritos e imagens. O “relato de Roulox Baro” faz parte desta produção. Aos sete anos de idade, foi enviado às Índias Ocidentais. Conviveu durante toda a juventude com os tupis. Adulto, tornou-se interprete a serviço da Companhia das Índias Ocidentais e comandou algumas expedições no interior. O registro da expedição de 1647 sobrevive. Vamos apresentar uma análise cultural e histórica do relato.

Palavras-chave:

Brasil holandês – colonização – identidade – representação

ABSTRACT

For a period of 30 years (1624-1654) the Dutch occupied territories in North-eastern Brazil. Today, the events involved are considered one of the most important chapters of Brazil’s history. In the Netherlands, however, the Brazilian experience functions as a blind spot in the national historiography. Nevertheless, the Dutch colonization of Brazil resulted in a whole arsenal of manuscripts and images. One of these texts is ‘the report of Roulox Baro’. At the age of 7 Roulox was sent to the West Indies. After a childhood spent among tupi Indians he became interpreter for the West Indies Company and led a couple of missions to the interior of the country. The log of his 1647 expedition survived. We will present a cultural and historical analysis of this report.

Keywords:

Dutch Brazil – colization – identity - representation

Introdução



Abril de 1647, o holandês Roulox Baro empreende uma expedição no interior do Brasil Colonial. O motivo: negociar com os bárbaros índios tapuias. Num pequeno relato, ele nos contará a sua experiência. Como percebeu a realidade brasileira e como foi a sua atitude frente a este povo estranho?



Uma mulher Índia em uma pose “natural.” Num primeiro olhar rápido, não notamos nada de estranho. Vemos uma indígena “selvagem” trazendo provisão acompanhada de um cachorro. Só quando deixamos o olhar parado na imagem é que podemos notar os membros humanos; parecem recém cortados. A mulher segura uma mão e traz um pé na cesta das suas costas. A obra que temos à nossa frente é a *Mulher Tapuia* de Albert Eckhout (1610-1666). A mulher está representada em harmonia completa com o paisagem. Ela faz parte da natureza que a cerca e se mostra sem marca de cultura -nua- e sem expressão. O espectador contemporâneo não experimenta um sentimento de “unheimlich”; a cena não nos parece cruel. Parece que a mão e o pé estão numa relação paradigmática com duas frutas tropicais. Mas, por exemplo, uma goiaba e uma manga não dariam o mesmo significado à obra. O espectador de fato não vai estar inclinado à fazer a associação com práticas canibalescas, mas provavelmente com um “Bom Selvagem”.¹

Acabamos de descrever uma das muitas imagens que faz parte da enorme produção de “textos” que surgiu no encontro entre o Velho e o Novo Mundo. Não estamos nas pistas dos exploradores e colonizadores de ontem. Do nosso lugar de pesquisador atual, aludimos a uma realidade desaparecida, estranha, ausente. O nosso objeto de pesquisa não “existe” mais – no caso dos tapuias, que foram quase exterminados um século depois da obra de Eckhout. No entanto tentaremos fazê-lo renascer e lhe daremos uma nova sepultura no nosso “texto”. Mesmo se tentarmos nos distanciar totalmente, não seria possível, visto que nenhum discurso é neutro. Seguimos a trilha iniciada por Michel de Certeau e pensamos que cada interpretação histórica depende de um sistema de referência e alude à subjetividade de um autor (CERTEAU 1984: 63-64).

¹ Existem varias imagens da “Mulher Tapuia”. O soldado Caspar Schmalkalden (1642-1645), por exemplo, desenhou a mulher com um papagaio na mão, na cesta todavia traz um pé. O papagaio incitara o espectador a fazer outras associações. (*Brasil Holandês. The voyage of Caspar Schmalkalden from Amsterdam to Pernambuco in Brazil*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1998.



Estamos na frente de um abismo duplo. De um lado, aquele entre os viajantes e os indígenas e, do outro, aquele entre nós e os viajantes. Temos que superar o abismo na nossa frente. Podemos relacionar o presente com o passado graças às nossas descrições e representações, sem perder de vista que a nossa leitura do passado depende das nossas preocupações atuais.

Qua patet orbis

Vamos descrever o *relato de Roulox Baro*,² escrito depois de uma visita de Roulox aos tapuias na selva brasileira. O manuscrito faz também parte –tão como a pintura de Eckhout– da produção textual que surgiu durante um episódio mal conhecido do passado holandês: a colonização do Nordeste brasileiro. A fato de que o país tem uma história marítima muito rica faz parte da memória nacional. No Século de Ouro, os holandeses foram navegadores reputados e temidos pelas outras nações expansionistas. Hoje em dia, todos os holandeses sabem que o país tem uma história colonial com Indonésia, África do Sul, Suriname e a cidade de Nova Iorque. Poucos estão conscientes do fato de que o Nordeste brasileiro esteve sob domínio holandês durante 30 anos (1624-1654).³

A Companhia das Índias Ocidentais foi criada em 1621 com a intenção de elaborar um comércio lucrativo baseado numa colonização pacífica. Durante mais de 30 anos a indústria de açúcar foi controlada pela Companhia. A partir de 1630, tentaram estabelecer uma colônia permanente. A presença de Johan Maurits van Nassau-Siegen (1637-1644) tornou-se mito no imaginário pernambucano e brasileiro. Desde o seu primeiro encontro com o país, tinha uma grande admiração e um grande amor pelo território que descrevia como *un des plus beaux du monde* (BOXER 1957: 9) e decidiu administrar a Companhia sob a divisa *Qua patet orbis* ou “Até onde houver mundo”. Este *Homo Universalis*, colecionador ardente, calvinista “tolerante” – a liberdade religiosa sob a seu

² A versão original em holandês do relato perdeu-se, mas se deve a publicação do registro à iniciativa do cronista francês Pierre Moreau (1651). Baseamo-nos na tradução contemporânea de Rodrigues, Lêda Boechat (1979): MOREAU, Pierre e BARO, Roelof. *História das últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação ao país dos Tapuias*. Belo Horizonte: Livraria Itataia Editora, 1979.

³ Sobre a colonização do Brasil, consultar: MELLO, J.A. Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Rio de Janeiro, 1947; BOXER, Charles. *De Nederlanders in Brazilië 1624-1654*. Alphen aan den Rijn: A.W. Sijthoff, 1977 ; BOOGAART, Ernst van den (red.): *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*, Den Haag: The Johan Maurits van Nassau Stichting (1979); WHITEHEAD, Peter James Palmer : *A portrait of Dutch 17th century Brazil: animals, plants and people by the artists of Johan Maurits of Nassau*, Amsterdam, 1989 ; HEIJER, Henk den: *De geschiedenis van de WIC*, Zutphen: Walburg Pers, 1984.



governo foi, segundo muitos historiadores, marcante em sua época –, não se limitava à administração da colônia. Trazia ao Brasil cientistas, artistas e artífices, entre eles Willem Piso, Georg Marckgraf, os irmãos Post, Albert Eckhout etc., que eternizaram suas presenças no Brasil. Graças a eles, temos inúmeros manuscritos, textos impressos, desenhos e pinturas sobre a fauna e flora do país e seus habitantes.

A presença holandesa no Brasil talvez seja um ponto cego quanto à historiografia dos Países Baixos, porém no outro lado do Atlântico faz parte da memória nacional: a produção científica e artística que foi produzida durante o governo de Johan Maurits van Nassau foi relativamente pesquisada e faz parte da herança nacional. Para alguns, a expulsão dos holandeses em 1654 é indicada como o nascimento da identidade nacional. Porém, a produção foi iniciada pelo lado holandês, as representações saíram dos seus gênios, eles davam uma reprodução colorida das suas realidades. Em conclusão, a partir dessas obras, podemos obter mais informações sobre os holandeses do que os brasileiros do século XVII.

Roulox Baro

Roulox Baro, com apenas seis ou sete anos de idade, foi enviado numa frota holandesa com destino às Índias Ocidentais. Trabalhou de grumete no navio do capitão Dirck Ruiters. Nunca chegaram ao destino final, pois as embarcações holandesas foram despedaçadas pelas tropas portuguesas. O pequeno Roulox sobreviveu e foi provavelmente extraviado a uma tribo tupi, onde cresceu. Entretanto os holandeses foram rechaçados da Bahia em 1625, para voltar no Brasil em 1630, com forças renovadas. Pernambuco foi conquistado e Recife se tornou capital da nova colônia. Neste tempo, Roulox, adulto, provavelmente apresenta-se às autoridades holandesas. Um período de glória começa. Só em 1644, Johan Maurits deixa Pernambuco depois de um governo honroso. A partir de 1645, à situação econômica e política dos holandeses no Brasil muda. Os habitantes portugueses se opõem mais frequentemente à administração holandesa e graças à ajuda crescente de índios e escravos, conseguem reconquistar uma grande parte do território holandês. Em abril 1647, Baro é mandado como interprete e embaixador nas tribos tapuias, na mata do Rio Grande do Norte, com a missão urgente de negociar com o cacique Janduí. Por vários motivos, entre outros, o assassinio do precedente embaixador e tradutor dos tapuias, Jacob Rabi, as relações entre as tribos e os holandeses



foram arruinadas. Vendo sua decadência próxima com ansiedade, queriam uma aliança no combate contra os portugueses. Desde 1643, Baro se mostrava um aventureiro completo em várias expedições. Além disso, falava três línguas –Holandês, Português e tupi. Foi o candidato perfeito para conduzir a missão. O seu contemporâneo, Pierre Moreau – o tradutor francês do relato – compartilhou esta opinião:

...decidiu enviar-lhe Roulox Baro, que lhes servia comumente de intérprete, o qual, tendo convivido desde a sua juventude com os tapuias, sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles. Este devia agradecer-lhe em seu nome a amizade que lhes dispensava...(Moreau 1979, 66)

Vamos tentar analisar o relato e a atitude do autor – no caso, Roulox Baro.⁴ Como se comportava diante desta (nova) realidade? Foi capaz de adquirir conhecimento sobre o outro? Experimentou assombro ou encanto? De qual maneira a sua própria identidade cultural foi confirmada e nutrida pela sua representação do outro?

Tupi or not Tupi? That's the question

(Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*, 1928)

⁴ Tentaremos interpretar o registro e relatá-lo ao grande projeto colonizador que iniciou ao final do Século XV na Europa Ocidental. O nosso quadro metodológico é formado por três autores: De Certeau, Todorov e Greenblatt. Apesar de representar diferentes disciplinas, compartilham um interesse comum pelo chamado “pensamento da alteridade”: em suas análises dos produtos numerosos produzidos no contexto do projeto colonial ocidental pré-moderno, põem a ênfase na idéia que a confrontação com o Novo Mundo foi reveladora para a formação da identidade dos habitantes do Velho Mundo. Consultar: CERTEAU, 1975 ; TODOROV, 1981 ; GREENBLATT, 1991.



Antes de começar a análise do relato, vamos esboçar brevemente a situação dos ameríndios que os holandeses encontraram no início do século 17 no Brasil. Naquele tempo, eram subdivididos em dois grupos: os “civilizados” e os “não-civilizados”:

O primeiro grupo era de índios tupi ou brasileiros. Grande parte das tribos eram submetidas aos portugueses, portanto renegaram a existência nômade. Moravam principalmente ao longo da costa em aldeias onde cada uma pudera manter o seu cacique, mas o poder final estava sempre nas mãos de um Europeu. Nas suas aldeias, aprenderam os rudimentos da fé Católica Romana. Recebiam a designação “civilizado” porque se entregaram facilmente ao poder Europeu. Os holandeses conseguiram numa semelhante *disciplinação* das tribos tupi restantes, ainda não submetidas, elas “desfrutaram” duma conversão à fé calvinista. Alguns tupis foram enviados a Europa, onde receberam uma formação para voltar nas suas tribos como tradutores e para transmitirem os costumes europeus ou foram utilizados como informantes pelos Europeus.



O segundo grupo, os índios tapuia,⁵ opuseram muito mais resistência à colonização europeia. Chamados de “bárbaros”, foram representados nus, o que devia acentuar o estado de natureza, ao contrário dos índios tupi, vestidos com roupas para indicar um nível de civilização. Os índios tapuia tiveram a reputação de ser extramente ferozes e beligerantes e nunca deixaram a sua existência nômade. Transmigravam na mata onde se dedicavam a práticas canibalescas. Apesar da resistência à “educação” europeia, a maioria das tribos era disposta a ajudar os holandeses numa aliança contra os portugueses.⁶ Na opinião dos holandeses, contrariamente aos portugueses, a conversão dos índios não era uma finalidade essencial da colonização. Pelo contrário, deram a preferência às relações de amizade e alianças militares para assegurar o sucesso do comércio colonial. Desde a fundação da Companhia, a escravidão foi desaprovada:⁷ a liberdade foi um direito proporcionado pela Companhia mesma. Evidentemente, na prática, aconteciam transgressões –ex.: a venda e o abuso de escravos– mas os comandantes da Companhia foram partidários da estratégia pacífica e as transgressões foram duramente penalizadas. Os tapuias –ou “não-civilizados” – foram muito mais ávidos nas negociações do que os tupis. Devido ao caráter inconstante deles, tinham mais vantagens ao ficar no sertão distante e não nas aldeias do litoral, onde ficavam os tupis sob governo holandês. Pouco a pouco os tupis também receberam instrução religiosa, se deixaram converter a fé Calvinista e serviram como empregados da Companhia. Os tapuias, que nunca se

⁵ Tapuia significa na língua tupi inimigo ou designa os que não falavam tupi. Os portugueses usam o termo para designar os índios não subjugados.

⁶ Os portugueses mesmo tentando com esforço, nunca lograram estabelecer uma aliança para com este povo. Quando notaram que os holandeses lograram, impressionaram-se muito. O assunto foi tratado muitas vezes nos sermões e nas cartas do Padre Antônio Vieira.

⁷ Willem Usselinx, negociante calvinista da Antuérpia, padrinho da Companhia, escreveu em 1608 o panfleto *Vertoogh hoe nootwendich, nut ende profijtelick het zij voor de Vereenighde Nederlanden te behouden de vryheijt van te handelen op West-Indiën in den vrede metten Coninck van Spaignen* (Argumentação sobre a utilidade, os vantagens e o lucro para os Reinos dos Países Baixos em garantir a liberdade do comércio com as Índias Ocidentais e a paz com o Rei da Espanha), no qual condena a escravidão em geral. Usselinx –cujos argumentos são mais econômicos do que religiosos– achava que os indígenas seriam mais facilmente convertidos à cristandade quando confrontados ao estilo de vida Calvinista do que através de contatos comerciais pacíficos. A Companhia queria, antes de tudo, estabelecer um comércio lucrativo. Um comércio baseado num tratamento consciencioso dos índios. Por trabalho livre, garantiria produtos mais baratos do que, como o faziam os portugueses e espanhóis, trazer os índios na escravidão. Aquela atitude “pacífica” dos holandeses para com os índios talvez se explique pela tradução e edição (1578) da Brevíssima relación de Bartolomé de Las Casas. Na Holanda o pequeno livro pareceu ser um panfleto contra os espanhóis. Os índios assim como os holandeses estavam sob domínio espanhol no Século XVI e os holandeses compadeciam dos índios até se comparar com eles. Sobre esta questão: NIEUWSTADT, Michel van. “Filologische aantekening”. *Kort Relaa van de verwoesting van de West-Indische Landen*, Amsterdam: Uitgeverij de Arbeiderspers, 1969, 180-185.



submeteram, viveram paradoxalmente em pé de igualdade com os invasores holandeses, com quem compartilharam um inimigo comum: os portugueses. (MELLO, 1947)

Como um representante daquelas tribos tapuia, Roulox Baro iniciará negociações.

Expedição na selva intrincada

O relato de Baro começa na sua casa em Jararé-Mirim, uma aldeia no litoral do Nordeste brasileiro, na capitania do Rio Grande. A expedição fora adiada três semanas por causa da chuva incessante, o que dificulta a travessia do rio Potengi. Quando Baro recebe dos índios tapuia a notícia de que Janduí lhe espera com impaciência porque os Portugueses também querem negociar uma aliança, decide se afastar, apesar das inundações. Sem comida, mas carregando presentes, deixa sua casa em 23 de abril 1647, junto com o seu assistente polaco Straffi, um grupo de índios – tupi e tapuia – e quatro cães de caça, que vão prover o grupo com carne durante o viagem. Dois índios tupi têm a missão de chegar antes dos outros na aldeia para dar os presentes e avisar Janduí da chegada de Baro. Durante a expedição, o grupo atrasa várias vezes. Os homens descansam de vez em quando e comem em abundância os frutos da caça e da pesca. Em caminho, visitam três aldeias indígenas. Na primeira, estão confrontados com o que outrora foi uma aldeia. Chegam depois de um morticínio. As cabanas foram demolidas e no chão havia cadáveres espalhados. Os tapuias da expedição querem dar um funeral aos seus parentes; por isso colhem os ossos e as unhas para trinchá-los e prepará-los numa refeição. Uns dias depois, estão convidados numa aldeia tupi. Os membros lhe contam que os inimigos –no caso, índios em aliança com os Portugueses – exercem pressão para renunciar a sua fidelidade para com os holandeses. Querem salvo-condutos, na convicção de que o documento lhes salvará do inimigo. Finalmente, antes de continuar à expedição, Baro dá-lhes os papezinhos.

Atrasam-se uma última vez numa pequena povoação que fugiu da região costeira para se esconder. Baro indigna-se desse atitude de traição para com os outros índios tupi e os holandeses. Contudo, os índios indicam-lhe o caminho até o abrigo de Janduí e, em 22 de Maio, a expedição chega finalmente na povoação. Janduí está ausente, mas receberam um bom tratamento dos habitantes.



O velho cacique chega alguns dias depois. A partir desse momento, começa um mês de longas negociações, só interrompidas para se transladar ou para dar lugar a práticas rituais (casamento, enterro, práticas canibalescas, invocação de deuses/demônios, cf. *Infra*).

Em primeiro lugar, o cacique Janduí se queixa do pequeno valor dos presentes recebidos. Em seguida, pede a Baro para demonstrar que tem ao menos tanta força quanto o negociante anterior, Rabbi. Janduí demanda-lhe mobilizar tropas contra o inimigo mais próximo, o povo de Paicu. Janduí desconfia da situação e receia que falem índios para dar apoio aos holandeses, o que dificultaria a luta contra os Portugueses. Já recebia várias notícias sobre tribos que mudaram de bandeira. Em vista disso, quer persuadir as tropas do cacique Vvagarí e consultar o diabo ou *Houcha*, quem vai “aparecer” várias vezes. Ao princípio, Houcha encoraja Janduí a fugir, em seguida pede que não empreendam nada sem reforço holandês. Conforme as admoestações de Houcha, Janduí ameaça mudar-se para beira-mar se não receber ajuda. Baro não se dá por vencido e insiste de primeiro investigar a veracidade dos relatos dos mensageiros, prisioneiros no acampamento, uma vez que as mensagens pudessem esconder alguma astúcia dos Portugueses. Baro receia que os tapuias infestem o litoral para os habitantes tupi. Finalmente, Baro manda o seu assistente Straffi a Natal para pedir reforço militar e mais presentes. Depois de trocar dois cães de caça por cereais, o próprio Baro volta por fim para Natal em 7 de Julho. Aqui termina o relato.

Graças a outras fontes, sabemos que em 14 de Julho se apresentou ao Major George Garstman (FERRÃO, 1997: 30), antes de regressar a sua casa em Jacaré-Mirim. Nos meses seguintes Janduí recebeu um reforço limitado dos holandeses e, depois de uma grande derrota no início de 1648, fugiu para beira-mar, em Fort Keulen, com o seu povo. Entretanto Baro abdica da sua função e Peter Persijn lhe sucede. Os tapuias voltaram a mata de Macaguá e mostraram lealdade aos holandeses até a capitulação em 1654.

Além do encanto?

O que surpreende, à distancia atual, no relato de Baro é a ausência da retórica do maravilhoso, típica das primeiras cartas e relatos dos expedicionários europeus. Colombo e os seus epígonos davam descrições idílicas dos indígenas, o que nutria o mito bem conhecido do “bom selvagem”. Os seus relatos estavam impregnadas da leitura das novelas de cavalaria (ex.: *Amadis de Gaula*) e dos relatos



de viajantes (ex.: Marco Pólo e Mandeville). Os relatos dos viajantes nutriam-se entre si, até construir uma imensa rede de intertextualidade. Além disso, Colombo e os outros tentavam, através, entre outras coisas, do uso de um arsenal de adjetivos, exprimir o encanto face à nova realidade; *monstruoso, mágico, maravilhoso*,... Em outros momentos, narradores não encontravam a palavra correta para descrever a nova realidade. (MONEGAL, 1991: 69)

O uso desta retórica refuta a veracidade do texto para o leitor contemporâneo. A maioria dos testemunhos vacilam na fronteira entre fábula e realidade. Vários expedicionários estavam realmente convencidos de que o Novo Mundo foi povoado com muitos animais “estranhos”. Outros buscavam lugares míticos (ex.: El Dorado) ou pessoas (ex.: as Amazonas) e, às vezes, estavam convencidos de tê-los encontrados, porque os tinham visto com os próprios olhos. Baro, pelo contrário, não descreve encontros com sereias, ciclopes, homens com rabos... –vai *ver* o diabo, vamos analisar este fenômeno depois– e não quer confirmar a existência de figuras míticas. Aparência, moral e costumes parecem apresentados sem julgamento ou assombro. Claro, a sua missão não consistia em subjugar os tapuias ao poder holandês, nem em converter a tribo. Procurava o restabelecimento de uma aliança. Tinha de entrar em contato e ser bem sucedido nas negociações. Além disso, conhecia bem o povo indígena visto que recebeu grande parte da sua educação entre índios.

O assombro de Colombo em face da estranheza e diversidade exprime um desejo. No início, um desejo duplo: o paraíso terrestre como presente de Deus e os bons selvagens como futuros cristãos. O fato da denominação, dar um nome como no batismo, foi também um ato de apagamento. O assombro dos primeiros conquistadores funciona como um freio pelo qual não foi possível integrar o Estranho em uma representação escrita. Não foi possível apanhar nem (com)pre(e)nder a alteridade. Os primeiros contatos poderiam ter resultado em um conhecimento ou diálogo com o outro, mas isso não acontecia. Nos primeiros contatos, o outro funcionava apenas como um sinal vazio que podia ser assimilado, interpretado e apropriado (TODOROV, 1982). Os europeus estavam em uma contemplação face a uma realidade que não entendiam. Esta experiência formava uma égide que impedia o conhecimento real (GREENBLATT, 1991: 176).

Nos primeiros encontros, a atitude dos conquistadores seguia um molde manifesto e paradoxal:



Os índios foram considerados, de um lado, como iguais e, de outro lado, como estranhos ou outros. A diferença entre as duas culturas tinha que ser conservada para enganar os índios nas transações econômicas; não podiam ter consciência que só recebiam quinquilharias na troca. Pelo outro lado, eliminar a diferença permitia estabelecer similaridades para com os conquistadores e impor a sua religião (GREENBLATT, 1991: 109). A atitude dupla⁸ se baseava na percepção dos primeiros descobridores que não foram capazes de sair do seu etno- ou egocentrismo, logo não recebiam entrada para o mundo do outro e não foram capaz de conhecer o outro. O “Índio-como-igual” era considerado como um ser humano completo com os mesmos direitos; o dever cristão era um privilégio. O “Índio-como-desigual” era considerado como um ser inferior que podia ser roubado, manipulado e dominado. Os representantes deste sistema ocidental presumido superior não foram capaz de compreender o Outro, mas só de tomar posse, de (com)pre(e)nder o Índio como objeto.

Sobre o relato de Baro, temos que estar conscientes do fato de que por varias razões não se trata de um primeiro encontro com os índios. Primeiramente, o nosso protagonista já teve várias “experiências” com os índios, durante sua educação – mesmo que tenham sido com os índios tupi *disciplinados* – e em varias expedições ao serviço da Companhia. Em segundo lugar, os fatos datam do meio do século XVII, mais de um século depois das primeiras descobertas, mas também meio século depois dos primeiros contatos entre holandeses e o povo brasileiro indígena. Os índios descritos aqui não são apresentados cômicos e não se parecem com os habitantes benignos dum paraíso terrestre, que tranqüilamente aguardariam os europeus para receber a palavra de Deus. É manifesto também que o comportamento do Índio face ao intrusivo europeu mudou. O comércio de troca já desenrola-se mais penosamente, os índios não se contentam mais com as quinquilharias, mesmo Janduí se queixa do pequeno valor dos presentes recebidos. Os tapuias também não parecem impressionados pela idéia de uma “educação” ou conversão e a atitude deles não se pode explicar no fato de que já adoram um Deus/Diabo/espírito.

Como se comportou Baro face à alteridade? Podemos falar, mesmo que a retórica típica esteja ausente, de encanto? Seria prematuro formular uma resposta agora. Vamos analisar mais profundamente três aspectos do fragmento: a posição de mediador de Baro e dois fenômenos

⁸ Logo esta atitude dividir-se-á em duas e nutrirá um debate intenso que começará entre Las Casas (igualdade / afirmação da própria identidade / atitude colonial) e Sepúlveda (desigualdade / superioridade / em favor da escravidão).



descritos por Baro fazendo parte da cultura da tribo tapuia: a veneração de um Diabo/Espírito e práticas as canibalescas.

Baro, o mediador

Baro empreende uma viagem do centro até a periferia da colônia para trocar tropas com cargas, mas sobretudo para se comunicar com os “incultos” na mata e testemunhar a situação dos “selvagens”. Graças ao seu conhecimento dos vários idiomas, pôde mediar entre as diferentes facções. Contrariamente à sua predecessor famosa no Novo Mundo, *La Malinche*,⁹ é originário da Europa, mas também cruzou desde criança muitos espaços (discursivos) diferentes. Nasceu em Amsterdã, cresceu no Novo Mundo, recebe um emprego no centro da administração holandesa, de onde sai várias vezes para participar em expedições nos territórios periféricos, para encontrar os índios no interior. Pela parte “civilizada” da colônia, a mata simboliza o desconhecido e o inacessível. Os tapuias vivem numa fronteira, como aliados fazem parte da comunidade colonial, mas suas maneiras de viver são in(com)pre(e)nsíveis aos europeus. Em parte por causa da existência nômade, mais são em primeiro lugar as crenças e os rituais que escapam ao pensamento e agir ocidental. Os tapuias são temidos por todos no Brasil (DE LAET, 1937: 48). Os holandeses preferem deixar aqueles “selvagens” na periferia, na mata, num espaço amedrontador. Estão mantidos num espaço inóspito onde se escondem *viciosos animais e outras monstruosidades como por exemplo tigres cruéis, várias formigas e serpentes* (RUITERS, 1913: 20-23). Aquela ânsia pelo desconhecido e in(com)pre(e)nsível poderia resultar na destruição da cultura tapuia. Visto que provavelmente seria uma tarefa arriscada demais e que os holandeses viram vantagens no fato de que eram também inimigos dos portugueses, escolheram uma aliança. A suposta atitude de igualdade nos contatos foi obviamente uma estratégia hábil para usar os índios, formavam uma arma poderosa contra o inimigo (DE LAET, 1937: 47).

Os holandeses desenvolvem um modo de comunicação baseada na troca, tão como a organização da colônia. Mediadores como Baro conseguem penetrar o sistema de sinais do outro. Apesar disso, as

⁹ Esta escrava, princesa, tradutora e amante de Hernan Cortés ainda representa um símbolo duplo no México. Por um lado é considerada a mãe de todos os Mexicanos: o seu filho foi o primeiro menino com sangue misturado. De um outro lado, representa a traição que levou à vitória do invasor europeu.



negociações continuam a se basear no sentimento de superioridade dos europeus. Baro possui o poder da escrita, o que lhe permita procurar salvo-condutos e pedir por carta presentes e tropas. De um outro lado, mostra -provavelmente em aparência- um tipo de respeito pelos rituais baseados na improvisação. De fato Baro consegue mudar a situação à seu favor. Convence os índios a colaborar de novo, a despeito dos avisos contrários do Diabo (*cfr. Infra*). Por outro lado, os índios também tiram vantagem da situação. Recebem presentes de valor e apoio militar para se defender contra o inimigo comum. Na perspectiva holandesa, os índios são apenas objetos que poderiam ser manipulados e que poderiam ser exterminados, o que aconteceu com os índios tupi. Porque esta destruição “só” aconteceu gradualmente? No Brasil, os holandeses são confrontados com a heresia e o canibalismo. Talvez o motivo da destruição “lenta” esteja fundamentada na confrontação com costumes estranhos.

Cannibali!

Deve-se a Colombo o primeiro testemunho da existência de comedores de homens no Novo Mundo, batizou-os de Caribes. Um termo que por equívoco logo mudou para *canibais*. Aquelas criaturas transgrediram um dos mais grandes tabus do Velho Mundo: a devoração do outro. O antropófago foi (e às vezes ainda é) considerado como o ser humano mais primitivo. Segundo Aristóteles, era um ser que se encontrava na fronteira entre o humano e o animal; séculos depois Freud colocou a antropofagia, ao lado do incesto e do patricídio, na categoria das pulsões primárias da criança. A figura do comedor de homens ronda a Europa como um fantasma. Histórias sobre sua existência já assombraram o Velho Mundo por vários séculos. Com o descobrimento do Novo Mundo, foram experimentadas em suas veracidades. O canibalismo rapidamente tornou-se um tema iconográfico importante. Esta fonte de inspiração desenvolve-se através do século XVI sob impulso de, por um lado, filósofos –o exemplo mais famoso: Montaigne¹⁰ que vão abordar a questão da natureza dos índios –e, de um outro lado, os exploradores que têm contatos mais longos e intensos com os

¹⁰ Montaigne foi o primeiro grande nome das letras européias a fazer referência ao Brasil. Seu capítulo "Dos Canibais" (*Ensaio*, Livro I, capítulo XXXI) continua sendo uma das mais belas páginas do encontro da cultura européia com os nativos do Novo Mundo. O *Ensaio* tinha um papel precursor para o estudo da antropologia. O pensador fez uma crítica filosófica ao imperialismo colonial e vai usar do “Selvagem” para se queixar das atrocidades que tiveram lugar em seu país. Utilizou-se de seus costumes saudáveis, visto que o índio ignorava as palavras *mentira* ou *traição*, fazê-los contrastar com a França do seu tempo.



indígenas. Além disso, o canibalismo foi um pretexto moral esplêndido para a invasão, o povo cruel tinha que ser subjugado ou destruído.¹¹

Os testemunhos mais famosos sobre comedores de homens no Brasil foram feitos pelos franceses Jean de Léry e André Thevet e pelo Alemão Hans Staden.

Jean de Léry¹² participou na primeira missão protestante no Novo Mundo e neste contexto empreendeu um viagem do centro até a periferia da sociedade no século XV. Nesta margem da sociedade colonial será convidado a várias aldeias indígenas (1556-1558). Léry esboça as práticas dos índios como exemplos morais e descreverá a primeira apologia importante do “Bom Selvagem”. No início, o canibalismo é apresentado sendo *horrível, bárbaro...* para dar prova, da mesma maneira que Montaigne, que na Europa as coisas são ainda pior: *Aussi, qu'on abhorre plus tant, désormais, la cruauté des Sauvages anthropophages, c'est-à-dire mangeurs d'hommes. Puisqu'il y en a de tels, voire de plus détestables et pires qu'eux au milieu de nous.* (Léry 1927, 209)

Sob a pluma de Léry o canibal representa o exemplo contrário da hipocrisia francesa. O *barbarismo* dos *selvagens* é menos *bárbaro* do que os extermínios sangüíneos que ocorreram na Europa por causa das guerras de religião. De volta à França, opina que se vive melhor na América e que os canibais poderiam dar uma lição de virtude aos franceses.

O juízo moral de Léry está em parte nutrido por um discurso teológico do século XVI. As duas tendências religiosas – o catolicismo e o protestantismo – distinguiram-se por suas práticas, que se tornavam um elemento social com pertinência religiosa. O abismo entre os atos objetivos e a fé subjetiva que se desenhou sobretudo no século XX já era presente, em forma latente, na fase inicial. Uma destas práticas é a eucaristia. Já no século XVI, os protestantes acusam os católicos de

¹¹ O canibal foi uma construção europeia criada no primeiro encontro com o Novo Mundo, funcionava como um símbolo abjeto para justificar as conquistas. Também existe a antropofagia cultural, que faz parte de rituais específicos como por exemplo a endo- e a exo-antropofagia. A última está também marcada por um olhar ocidental, o olhar do etnólogo ou antropólogo. Em *Le cannibale. Grandeur et Décadence* (1994) Frank Lestringant dá-nos um comentário sobre o modelo do canibal e seu papel no imperialismo Europeu durante as primeiras colonizações.

¹² Sobre o viagem de Léry, ver: CERTEAU, 1975 e LESTRINGANT, 1999.



canibalismo porque eles comem hóstia: o *corpo de cristo*. Visto que Cristo é Deus, significa que o católicos tinham o desejo de engolir Deus.¹³

André Thevet,¹⁴ contemporâneo de Léry e *Primeiro Cosmógrafo* do rei francês, só ficou dez semanas em terras brasileiras; não obstante, sua *Singularitez de la France Antarctique* adquiriu grande fama. Suas descrições, contrariamente as de Léry, não dão uma imagem coerente do “bom selvagem”: elogios e críticas se misturam. Num momento, o índio é componente de um paraíso terrestre, no outro é um bárbaro inculto. A obra se parece com um mosaico contendo detalhes díspares do Novo Mundo. Thevet *bricola* –ou constrói– sua própria representação da realidade do Novo Mundo com o que vê, ressentido e se imagina. Encarna a *pensée sauvage* de Lévi-Strauss e constrói um mundo *mythopoético com elementos heterogêneos*. (GREENBLATT, 1991: xiii)

Hans Staden –artilheiro alemão a serviço de Carlos V– naufragou nas proximidades de Itanhaém. Uma vez salvo, Staden procurou a amizade dos portugueses mas logo foi capturado por índios, dando início então ao seu calvário. Viveu nove meses em pavor, passando pelos mais atrozes sofrimentos. Várias vezes escapou por pouco da morte, mas nunca foi vítima de uma cerimônia de antropofagia, porque cada vez logra em suspender a sua execução, ou, por exemplo por chorar copiosamente– os índios não gostam de covardes – ou impressionando os índios com profecias. A sua imagem dos índios é marcada pelo medo, o que resulta em descrições geralmente muito negativas dos nativos.

Baro pelo contrário, descreve o canibalismo como um ritual, seu relato não enfatiza atos de barbarismo e de bondades. Parece que não exprime juízos morais, nem sobre os índios, nem sobre situações na Europa. Como um testemunho ocular, anota em seu relato o que observa:

A 23, tendo marchado até o anoitecer, um ancião apresentou aos tapuias os ossos de diversos parentes seus falecidos, que carregava há muito tempo. As mulheres os depilaram e cortaram bem miúdo os cabelos, que estavam ainda aderidos às cabeças, despejaram mel silvestre em cima e comeram tudo com tapioca. Perguntei porque os homens não tomavam parte naquela festa e disseram-me que a mesma não lhes competia. Quando tudo foi engolido puseram-se a gritar e a chorar; caminhando até que chegaram a um lugar em que nenhum dos seus parentes tivessem morrido. (BARO, 1979: 104)

¹³ Lestringant alude à atitude de Léry como protestante e sua opinião sobre as guerras de religião que ocorriam naquele tempo na França. LESTRINGANT, 1999.

¹⁴ Sobre a vida e obra de André Thévet, ler: LESTRINGANT, 1991.



Baro não se encontra em uma situação perigosa. Por ser aliado, não corre o risco de terminar numa caçarola. Conforme outras fontes europeias, os índios tapuias são também exocanibais, apesar de Baro não dizer uma palavra sobre isto –o que é surpreendente. Os tapuias comem não só os seus parentes próximos (endocanibalismo), mas também os seus inimigos. Os rituais descritos por Baro só dão exemplos dessa primeira forma de canibalismo. Os tapuias estavam convencidos de que os falecidos encontrariam o melhor descanso nos intestinos dos parentes. Ossos, cabelos e unhas foram cortados bem miúdo para os utilizar como ingredientes de base num prato. O processo de luto dos tapuias acontece através da comida e da digestão.¹⁵ Baro descreve, por exemplo, uma criança que, a despeito das profecias do feiticeiro, morre e logo será comida:

Foi-nos preciso acampar neste lugar no dia seguinte, pois Janduí estava cansado; o Diabo tinha-lhe aparecido durante a noite, o que logo se tornou conhecido de todo o acampamento; imediatamente, todos os fogos foram extintos. O ancião nada soube do Diabo senão que uma de suas crianças que está muito doente se curaria. [...]

Entretanto, morreu a criança cuja cura o Diabo tinha assegurado. Os tapuias zangaram-se e o expulsaram; mas ele deixou-se ficar, fingindo estar extremamente compungido com a morte da criança, cuja cabeça os tapuias cortaram e cujo corpo retalharam, pondo-o a cozinhar em uma panela. Em seguida, os parentes mais próximos vieram à festa e comeram tudo, inclusive os tenros ossos. E quando nada mais restou, puseram-se todos a lamentar-se, gritando e batendo com os braços. Eis as cerimônias que observaram nessa ocasião.
(BARO 1979: 104)

Baro descreve sem julga-las, as práticas canibalescas, um contraste enorme com os juízos de valor exprimidos por seus predecessores. Podemos presumir que o discurso teológico (*cf.* *Supra*) ainda está presente na colônia holandesa, ao menos de maneira latente. Porém, Baro não parece influenciado por isso. Até então, não encontrávamos exemplos explícitos deste discurso na produção “textual” holandesa. Johannes de Laet (DE LAET, 1640: 480-481), nas suas descrições dos tapuias – inspirados pelas obras do século XVI de, entre outros, Léry, Staden e Thévet – coloca uma forte ênfase no exocanibalismo. Em sua exposição sumária das tribos tapuia fala de um *rebanho de antropófagos*, de *povos Selvagens e indomados* impossíveis de educar por causa da presença duma *grande diversidade de idiomas e barbárie* entre eles (DE LAET, 1640: 481). Em todas as descrições destaca-se a crueldade destes *selvagens*. Os exemplos das práticas canibalescas ilustram esta idéia e davam uma razão muito aceitável pelos oficiais na Europa de porque este povo não se deixa subjugar. Estes “Selvagens” ameaçam a potência colonial. O sentimento de medo que se lê em filigrana nos relatos sobre os tapuias, aponta provavelmente um encanto –duradouro– face a este

¹⁵ Parece-se com *vínculo do clã* descrito por Freud em *Totem e Tabu*.



povo. Os holandeses malograram na tentativa de compreender a cultura do outro, assim como os primeiros conquistadores.

E difícil conseguir saber se Baro sentia medo quando via às cenas. Considerando sua posição quanto autoridade holandesa, é muito provável que escondesse os sentimentos para assegurar a sua reputação. Segundo John Hemming (HEMMING, 1978: 265), os tapuias nunca foram comedores de homens. Neste caso, ou as cenas foram inventadas por Baro –nutridas por histórias conhecidas–, ou ele inseriu os exemplos de modo consciente para dar às autoridades –que davam a impressão de ser convencidos da existência destas práticas– um *touch of the real* ...

Sobre diabos e xamãs

O último elemento que queremos expor concerne uma figura bem famosa para os habitantes do Velho Mundo: o Diabo. Junto com o Deus cristão atravessa o oceano para se manifestar no território americano.

Com a descoberta de novos povos e o choque da Reforma, o Velho Mundo entra em erupção. Pouco a pouco pode começar uma busca de novos sentidos e uma redefinição das categorias teológicas, políticas e jurídicas. Naquele período no qual o Velho Mundo sofre uma *desagregação das crenças* (CERTEAU, 1975: 43) o Diabo se manifesta cada vez mais. Durante a guerra sanguinária entre Católicos e Protestantes, a imagem do *Príncipe das Trevas* dava consolação: oferece uma explicação das calamidades e fortalece a posição austera de Deus (MUCHEMBLED, 200: 204-205). Apesar de os últimos processos de feitiçaria na Holanda terem lugar no final do século XVI, o povo continuava a crer na existência do diabo ao longo do século XVII (HUIZINGA 1988: 88). Sendo assim, a sua aparição não é uma coincidência. Provavelmente, Baro já tinha sido confrontado com um caso de heresia entre os europeus no Brasil ou já tinha ouvido falar de um caso:

No dia seguinte, os feiticeiros chegaram junto de nós e reduziram a pó certas sementes de corpamba, que tinham torrado numa panela; depois de misturá-las com água, engoliram-nas. Imediatamente essa beberagem, saiu-lhes pelo nariz e pela boca e eles se agitaram como possessos. Disseram-me que celebravam esta cerimônia a fim de que seu milho, ervilhas e favas pudessem amadurecer bem depressa. (BARO, 1979: 102)

A aparição de (maus) espíritos faz parte de rituais específicos dos tapuias. *Chamá-los* é um privilégio que só pertence ao cacique e a alguns anciãos da tribo. Janduí, o cacique, possui um símbolo mágico que lhe dá poder, no caso, uma cabaça cheia de pedras e sementes secas. Os xamãs



tinham a tarefa de cuidar do objeto e, quando for preciso, reavivar a força da cabaça com fumaça de tabaco. No relato de Baro, estes homens chamam-se alternativamente: *feiticeiros*, *adivinhos* e *sacrificadores* (MOREAU, 1979: 28-29). Depois de ingerir uma bebida à base de pó de ipecacuinha, entram em transe e assim podem entrar em contato com os espíritos. Escondidos na cabaça, os espíritos estão invocados pela produção de fumaça de tabaco para dar conselhos ou apoio em situações complicadas, predizer o futuro ou assistir a certos rituais (MOREAU, 1979: 28-29). Houcha, ou o Diabo, é o espírito principal no relato, mas outros espíritos também são invocados.

Quando Baro chegar na aldeia, há uma penúria de tabaco por causa das chuvas torrenciais e os membros da tribo queixam-se porque têm de adiar os rituais várias vezes. Finalmente vão ter posse do tabaco desejado e os rituais podem efetuar-se. Como no fragmento seguinte:

No dia seguinte Janduí fez saber aos que queriam casar-se que estivessem prontos e comparecessem à noite à sua cabana, onde Houcha, isto é, o Diabo e o Grande Sacrificador deveriam encontrá-los, para dar-lhes a bênção. À tarde, os moços lutaram e deu-se a ordem de plantar novamente os roçados. Depois, na escuridão da noite, Houcha veio à choça do ancião. A ele e ao Sacrificador os tapuias apresentaram um grande cachimbo, feito de noz de coco, cheio de fumo. Os jovens estavam de pé e sobre eles o Sacrificador e o Diabo sopravam a fumaça do fumo; essa era a sua bênção. Isto feito, todos se retiraram, com exceção dos mais idosos, que perguntaram a Houcha como eles se comportariam nessa guerra. Este calou-se longo tempo, depois, disse-lhes com uma voz horrível: "Fugireis." O ancião perguntou: "E por que fugiremos?" Não fui eu sempre o senhor dos meus inimigos?" "Não importa, replicou o Diabo. Fugireis; mas voltareis e farei saber quando." Dito isso, desapareceu, deixando grande espanto e tristeza entre os tapuias. (Baro 1979: 105)

Baro não tem dúvidas sobre a aparição do Diabo. Apresenta-se de novo como uma testemunha ocular, vê e ouve o que os índios vêem e ouvem. O valor etnográfico não é desprezível, mais repete essencialmente o que já foi observado por outros. Encontramos o mesmo tipo de descrições em Léry, Staden e Thevet, mas a reação de Baro é diferente. Staden por exemplo descreve uma cabaça enganchada num bastão na qual se encontram calhaus. O instrumento aparece em diferentes festividades. Cada índio possui o seu, mais só o feiticeiro ou xamã tem o dom de falar com os espíritos que se escondem adentro. A princípio Staden pensava que o espírito dentro da cabeça era o Diabo, mas depois de assistir a certa cerimônia, mudou de opinião. O espetáculo é na verdade um engano:

Je crus d'abord que cet esprit devait être le démon ; mais quand j'entrai dans la cabane, et que je les vis assis autour du prophète qui devait faire parler les tamarakas, je m'aperçus bientôt de la fourberie, et je sortis de la cabane en pensant combien il est facile de tromper le peuple. (STADEN, 1979 : 180)



Encontra-se a mesma reticência em Léry e Thevet. Baro, ao contrário, parece crédulo. Mesmo quando entrem mais cinco espíritos e que logo falem cinco *vozes* ao público, não mostra nenhum assombro:

Chegada à noite, os tapuias recomeçaram suas danças e Janduí e seus feiticeiros vieram à choça de sacrifício para indagar de Houcha o que lhes aconteceria. Três vozes enrouquecidas responderam a um só tempo: "Fugireis." "Como?" perguntou Janduí. Tenho mais homens que os meus inimigos, sem contar o socorro que espero dos holandeses." Uma só voz respondeu-lhe: "Tu esperas, mas ele ainda não está aqui." Isto foi escutado por todos, e todos, o ancião, os feiticeiros, os homens e as mulheres puseram-se a chorar e lamentar-se cerca de meia hora. Então, uma quinta voz falou e a Janduí lhe disse: "Não combatas com os teus inimigos sem os holandeses: recua e a dissensão lavrará entre eles, e eles se matarão uns aos outros". Ouvindo isto, o povo reanimou-se e pôs-se a dançar o resto da noite, ao fim da qual o Diabo se retirou. (BARO, 1979: 106)

Staden, Léry e Thevet não têm dúvidas sobre a existência de (maus) espíritos, mas são céticos quanto à veracidade dos atos e discursos dos xamãs, *profetas falsos* ou *afrontadores* (LÉRY, 1927: 221,229).

Vêm além dos atos rituais e notam que os supostos feiticeiros só fizeram uma *performance* para dominar o povo. Os rituais são considerados de menor valor. De Laet dá um resumo breve do que falta nos rituais dos índios para serem considerados religiosos:

Les sauvages Brasiiliens n'ont presque nul sentiment de Religion, ni n'ont nulle cognoissance de l'origine ou création du monde. [...] Et n'ont nulle cognoissance d'aucun Dieu, ni n'en adorent nul, d'ou vient qu'il ne trouve aucun nom pour l'exprimer : si ce n'est Tupa, par lequel mot ils denotent quelque souveraine excellence [...] ils ignorent aussi le Paradys et l'Enfer apres cette vie, combien qu'il croyent que les ames demeurent apres leur separation d'avec le corps, & qu'elles sont par fois converties en démons, & qu'elles sont transportees dans des champs arrosés et agreablement vestus de divers arbres, ou elles dansent continuellement. (DE LAET, 1640 : 475)

Visto que os rituais não confirmam sua definição de religião, não podem ser chamadas assim. Mas a existência do diabo foi aceita, porque se pode nomear e se definir nos termos do próprio. O valor simbólico das práticas dos xamãs, pelo contrário, está fora do seu entendimento, será abnegado e por conseguinte posto *hors-texte*. Como na confrontação com as práticas canibalescas, a diferença cultural não se aceita e isso impede de obter conhecimento sobre o outro.

Baro adapta-se ao seu ambiente e dá a impressão de crer nos rituais. Na busca da razão deste comportamento encontramos em uma bifurcação, cada possibilidade aponta as qualidades de improvisação do mediador. A primeira argumentação parece-nos menos plausível, mas merece ser mencionada. Baro crê realmente nos espíritos e nas práticas dos xamãs. Neste caso a terminologia (*Diabo, feiticeiros, endemoninhados...*) seria usada para dar mais veracidade ao relato. Por outras palavras, Baro conta o que será aceito pelas autoridades holandesas. Podemos também argumentar



que Baro é simplesmente um “bom” cristão – católico ou calvinista – que crê na existência do Diabo, endemoninhados e feiticeiros. Ser-lhe-ia muito fácil aplicar estas crenças aos rituais dos índios. Isto significa também que ele conhecia muito pouco da cultura do outro, assim como os seus compatriotas. Todavia este conhecimento pareceria suficiente para “entrar na brincadeira”, em uma *performance*. Ele duvida das declarações de Houcha, assim como o cacique e os xamãs. Graças a esta atitude, pode exercer autoridade e poder: Janduí será finalmente convencido para lutar juntamente contra os portugueses.

Nosso protagonista foi um nômade, em sua posição de *go-between* estava sempre prestes a partir e ficava provavelmente entre duas culturas, num espaço *in-between* (BHABHA, 1994). Quem foi Baro? Um compatriota honesto? Um herói? Um impostor? Um comerciante espertalhão? Provavelmente, um pouco de cada um, pois ele não vai nos contar o seu segredo.

Finalmente

Não quisemos dar uma interpretação unívoca do relato de Baro. Pelo contrário, tentamos dar uma representação, nossa representação de uma realidade passada em vez de tentar o impossível, reconstruindo *wie es eigentlich gewesen*. Oferecer uma representação através de uma descrição significa ser condenada a ficar incompleto porque *décrire, ce n'est pas seulement être inexact ou incomplet, c'est changer de structure, c'est signifier autre chose que ce qui est montré* (BARTHES, 1982: 12). Temos o mesmo desejo que Stephen Greenblatt, queremos *falar com os mortos*, os quais recebem uma nova sepultura no nosso texto. Este falar está dificultado uma vez que o nosso objeto de pesquisa surge de um diálogo, um diálogo malogrado. A história da Europa Ocidental é um longo monólogo. O Outro como outro nunca foi percebido, o estranho ameaçador tinha que ser trazido à ordem do próprio ou destruído. Os holandeses no Brasil estavam, assim como os outros europeus, confrontados com problemas epistemológicos que formaram um grande obstáculo. Não conseguiam sair do etnocentrismo e sendo assim não lograram abrir o entendimento no encontro com o outro. Nas cartas e nos relatos dos primeiros exploradores e colonizadores do Novo Mundo, encontra-se um imenso silêncio: a voz do Índio. O nativo está calado, é um *in-fans* com uma voz não representável. O único cochicho que se pode ouvir atualmente destas culturas desaparecidas, vem das obras de etnólogos (Alfred Métraux, Claude Lévi-Strauss, Hélène e Pierre Clastres) ou de “devoradores de textos” como Todorov, Certeau e Greenblatt.



Até hoje, sente-se esta relação unidimensional. Nas análises do universo colonial, a ênfase fica no lado ocidental. O etnocentrismo europeu acentua o seu poder, no entanto a confrontação também tinha uma influência manifesta no próprio ser ocidental.

A estrutura colonial holandesa possuía um “dentro” e um “fora”. No primeiro encontrava-se a ordem do próprio ser – ou *self* –, o domínio onde os índios tupi foram colocados. Este dentro só podia existir graças a uma delimitação. Atrás da fronteira encontrava-se o outro, o ameaçante, onde os índios tapuia deviam ficar. Este “fora” foi determinante para o ser próprio – ou *self*. *Tupi or not Tupi, that was the question* (ANDRADE, 1928).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. *Revista da Antropofagia II-1*, São Paulo, 1928.

BHABHA, Homi K.. The other question: Stereotype, discrimination and the discourse of colonialism. In: *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

BARTHES, Roland. Le message photographique. In: *L'obvie et l'obtus*. Paris: Édition du Seuil, 1961, 9-24.

BARTHES, Roland. L'effet de reel. In: *Œuvres complètes Tome II 1966-1973*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, 479-484.

BOXER, Charles R. *De Nederlanders in Brazilië 1624-1654*. Alphen aan den Rijn: A.W. Sijthoff, 1977.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

FERRÃO, Cristina/Soares, José Paulo Monteiro (eds.). *Dutch Brazil. Volume I. Documents in the Leiden University Library*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.

FREUD, Sigmund. *Totem und Tabu. Einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker*. Leipzig-Vienna: H. Heller & Cie, 1913.

GREENBLATT, Stephen/GALLAGHER, Catherine. Counterhistory and the Anecdote. In: *Practicing New Historicism*. Chicago: University of Chicago, 2000, 49-74.

GREENBLATT, Stephen. Prefácio. In: Lestringant, Frank. *Mapping the Renaissance World. The Geographical Imagination in the Age of Discovery*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GREENBLATT, Stephen. *Marvelous Possessions. The wonder of the new world*. Oxford: Clarendon Press, 1991.



- GREENBLATT, Stephen. Resonance and Wonder. In: *Learning to Curse. Essays in Early Modern Culture*. New York and London: Routledge, 1990, 161-183.
- GREENBLATT, Stephen. *Renaissance Self-Fashioning. From More to Shakespeare*. Chicago en London: The University of Chicago Press, 1980.
- HEIJER, Henk den. *De geschiedenis van de WIC*. Zutphen: Walburg Pers, 1994.
- HEMMING, John. *Het Rode Goud. De onderwerping van de Braziliaanse Indianen*. Utrecht: Het Spectrum, 1978.
- HUIZINGA, Johan. *Nederlandse beschaving in de zeventiende eeuw: een schets*. Amsterdam: Contact, 1988.
- LAET, Johannes de. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier, 1630.
- LAET, Johannes de. *L'histoire du Nouveau Monde ou description des Indes Occidentales*. Leiden: Bonaventure & Abraham Elseviers, 1640.
- LAET, Johannes de. *Historie ofte Jaerlyck Verhael van Compagnie*. Leiden: Bonaventuer & Abraham Elseviers, 1644.
- LAS CASAS, Bartholomeu de. *Kort relaas van de verwoesting van de West-Indische landen*. Amsterdam: Uitgeverij de Arbeiderspers, 1969.
- LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Paris: Payot, 1917.
- LESTRINGANT, Frank. *André Thevet. Cosmographe des derniers Valois*. Librairie Droz S.A., Genève, 1991.
- LESTRINGANT, Frank. *Le cannibale. Grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994.
- LESTRINGANT, Frank. *Jean de Léry ou l'Invention du Sauvage*. Paris: Champion, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Librairie Plon, 1955.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*, Paris: Librairie Plon, 1962.
- MELLO, José Gonsalves de. *Nederlanders in Brazilië (1624-1654). De invloed van de Hollandse bezetting op het leven en de cultuur in Noord-Brazilië*. Zutphen: Walburg Press, 2001.
- MONEGAL, Rodrigúes Emir (ed.). *De ontdekking van Amerika. Persoonlijke verslagen van Columbus, Cortés en vele anderen*. Utrecht: Uitgeverij Kosmos, 1991.
- MONTAIGNE, Michel de. "Des Cannibales". Em: *Œuvres Complètes*, Paris: Éditions du Seuil, 1967, 98-103.



- MOREAU, Pierre. *Klare en waarachtige beschrijving van de leste beroerten en afval der Portugezen in Brasil; daar in d'oorsprong dezer zwaarigheden en oorlogen klarelijk vertoont worden [...]*. Amsterdam: Jan Hendricksz. en Jan Rieuwertsz., 1652.
- MOREAU, Pierre e Baro, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação ao país dos Tapuias*, Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1979.
- MUCHEMBLED, Robert. *Une histoire du diable XIIe-Xxe siècle*. Paris: Édition du Seuil, 2000.
- NIEUHOF, Johan . *Gedenkwaardige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize*. Amsterdam, 1681.
- PIETERS, Jürgen. *Moments of Negotiations. The New Historicism of Stephen Greenblatt*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2001.
- PIETERS, Jürgen. De demon van de analogie. Bij het lezen van “Het werkelijkheidseffect”. In: *Feit & Fictie V 1*. Groningen: Historische Uitgeverij, 2000.
- RUITERS, Dierick. *Toortse der zee-vaert*. L'Honoré Naber (ed.). 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1623.
- STADEN, Hans. *Nus, Féroces et Anthropophages*, Paris: Éditions A.M. Métaillé, 1979.
- THÉVET, André. *Les singularités de la France Antarctique. Le Brésil des Cannibales au XVIe siècle*. Paris: La Découverte/Maspéro, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*. Paris: Editions du Seuil, 1982.
- WHITEHEAD, Peter James Palmer. *A portrait of Dutch 17th century Brazil : animals, plants and people by the artists of Johan Maurits of Nassau*. Amsterdam/Oxford/New-York: North-Holland Publishing Company, 1989.



EDUCAÇÃO NA PARAÍBA COLONIAL: O PERÍODO HOLANDÊS

Dr. João Marcos Leitão Santos
PPGH-UFCG

RESUMO

Este trabalho apresenta a prática educativa desenvolvida na Paraíba colonial durante o domínio holandês. Visitando a filosofia da educação protestante na qual o projeto da Nova Holanda era devedor, se reconheceu que as ações aqui realizadas eram conforme tal tradição puritana. Depois de constatar que os efeitos da presença holandesa não foram tão ocasionais como já se pretendeu, concluímos pelo reconhecimento do significado da ação educativa investigada.

Palavras-chaves

Educação, Paraíba Colonial, Domínio Holandês

Abstract

This work presents practical the educative one developed in the colonial Paraíba during the Hollander domain. Visiting the philosophy of the protestant education of which the project of New Holland was wing, if it perceived that the actions carried through here were in agreement puritan tradition. After if evidencing that the effect of the Hollander presence were not so occasional as already was intended, concludes for the recognition of the meaning of the investigated action educational.

Key-words

Education, colonial Paraiba, Hollander domain.

Introdução

Nossa consciência histórica e o nosso nacionalismo fazem sempre complexa a tarefa de falar do holandês *invasor* - como se outros não o foram - e hagiografar nossa *restauração*. Por isso, às vezes nos escapam acontecimentos que outro adjetivo não teriam senão o de relevantes.

O Nordeste ocupado pelo expansionismo predatório da Europa dos seiscentos viu – mas não lembra – nascerem na terra brasílica expedientes que ora com maior, ora com menor sucesso, estavam vocacionados a fazer crescer valores significativos nesta terra nascente. Assim foi o esforço de implementação de um projeto educativo desenvolvido na Paraíba sob o governo holandês.



Neste trabalho, tentamos fazer este registro, apontando primeiro, como considerações preliminares, os testemunhos dos que demonstram que a “presença” holandesa não se fez tão episódica como tantas vezes se aponta.

Depois da independência da Espanha, a Holanda fez-se protestante a partir de 1561, apesar de antecedentes Valdenses, dos Irmãos de Vida Comum, Anabatistas e Calvinistas ingleses emigrados. (Cf. MUIRHERAD, 1963). Os holandeses que para cá vieram não podiam trazer outro referente ideológico-cultural senão este alimentado pelas suas convicções religiosas, razão porque na segunda seção deste ensaio nos voltamos para uma filosofia da educação desenvolvida pelo protestantismo, calvinista e puritano, mais do que a sua feição luterana não predominante.

Na última parte reunimos as práticas que se desenvolveram no Estado holandês aqui instalado, com olhos voltados para a Paraíba do século XVII, apesar de muitas das experiências também serem encontradas nos demais domínios territoriais onde se delimitou a presença do conquistador.

1. Considerações Preliminares

Porque reincidir sobre a presença holandesa entre nós? Tantas vezes tratado como elemento episódico, a presença protestante-batava no Nordeste do Brasil, parece ter uma continuidade maior do que supõe apressadas investigações, como a declaração de Nelson que *os holandeses dominaram a parte nordeste do Brasil, colonizaram e estabeleceram ali a Igreja Reformada... sobram somente relíquias arquitetônicas, porém não religiosas desta colônia.* (NELSON, 1976: 180).

Todavia, há teses e evidências em contrário como a apresentada de Hoornaert, que *apesar dos acontecimentos políticos terem logo interrompido a obra missionária dos predicantes temos provas históricas de que, mesmo depois da expulsão dos holandeses do Brasil, certas noções calvinistas ficaram profundamente arraigadas na mente dos índios nordestinos* (HOORNAERT, 1983: 140), hipótese que é ratificada por Araújo quando afirma que *entre os indígenas algum tempo perdurou os efeitos (sic) da propaganda calvinista*, e que vai além da apreciação de Antonio Vieira que *entre os portugueses (reinóis nascidos no Brasil) a propaganda calvinista não teve resultado apreciável* (ARAÚJO, 1906: 8, 9), Ou também a negativa de Siepierski sugerindo que *os reformadores*



holandeses deram bastante atenção a evangelização e muitos índios se converteram ao calvinismo. (SIEPIERSKI, 1988: 25).

Na mesma compreensão, ainda que contraditória com a passagem precedente sobre os resquícios calvinistas no nordeste o próprio Vieira afirmava que:

pela comunicação que haviam tido dos holandeses... batizaram-se todos os hereges e se reconciliaram com a Igreja muitos, que estavam casados ao modo de Holanda, e se receberam com os ritos católicos. Enfim, as duas povoações que eram compostas de gentios hereges ficaram de todo cristãs... Na veneração dos templos, das imagens, das cruzes, dos sacerdotes e dos sacramentos estavam muitos deles tão calvinistas e luteranos como se nasceram na Inglaterra ou Alemanha. Eles chamam a Igreja, Igreja de *Moanga*, que quer dizer igreja falsa; e à doutrina *morandubas abares*, o que quer dizer *patranhas de padres*. (BARROS, 1736, apud. RODRIGUES, 1930: 42).

Mas também importa a lembrança de Araújo sobre a peregrinação do padre Manoel Moraes.

Entretanto, houve um católico notável, que abjurou aceitando doutrinas de Calvino. O padre Manoel Moraes, que no princípio do domínio holandês o combatera, num posto próximo a Santo Amaro das Salinas, onde comandava *índios disciplinados na religião e nas armas*, depois converteu-se ao calvinismo, ficando, na frase do frei Rafael de Jesus, *refinado herege por obediência e por observância, pregando e defendendo os erros de Lutero e de Calvino*.

Moraes, ciente de que o poder holandês ou antes a Companhia das Índias estava em patente declínio, sabendo perfeitamente que [João Fernandes] Vieira o era bem capaz de entrega-lo a inquisição, onde iria figurar em algum auto de fé, achou melhor *re-converter-se*, voltar ao seio da religião católica... (ARAÚJO, op. cit.: 10) (grifos do autor)¹⁶.

E como ele, em escala menor, pois não *viveu pregando e defendendo os erros de Lutero e Calvino*, o vigário da Paraíba, Frei Gaspar *aceitou determinações do governo holandês que feriam pontos da ortodoxia católica* (MELLO, apud. VEIGA, 1980: 23). É também de se supor a continuidade da influência das missões holandesas quando se observa que no século XVIII obras de caráter apologético ainda eram produzidas no Brasil colônia para condenar os erros do protestantismo reformado, o que torna pertinente interrogar acerca do significado de uma obra contra luteranos e calvinistas no Brasil deste período, como aponta Paim:

Frei Mateus da Encarnação Pina, nascido no Rio de Janeiro em 1667, e que foi abade do mosteiro de São Bento nessa cidade na metade da centúria seguinte, publicou uma obra contra os jansenitas,

¹⁶ Para uma biografia recente referente a Manoel Moraes: VAINFAS, Ronaldo *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.



calvinistas e luteranistas (Defensio Puríssima, et Integerimae Doctrinae Sanctae Matris Ecclesiae, 1729, 599 p.) (PAIM, 1984: 215) (grifo nosso).

2. A Herança Protestante

Conhecendo-se o expediente que educação e religião andaram *pari passu* na experiência do cristianismo é inevitável uma visitação a herança reformada, surgida da tradição protestante a partir do século XVI que desde a *Carta aos Senhores Alemães* (1520); do *Apelo aos Magistrados* (1524); e das *Diretivas aos Inspetores* (1538), de Martinho Lutero, delineou os elementos distintivos fundamentais em relação à tradição católica, principalmente e ortodoxa.

Para o protestantismo os pais são responsáveis pela educação dos filhos, no exercício da responsabilidade e da autoridade que vem de Deus, devendo ser brandos e firmes. Ao Estado compete organizar o ensino, de matriz religiosa, pois sua intervenção é obrigatória, uma vez que a religião é à base da educação. Representada em seus primórdios e nos desenvolvimentos posteriores principalmente por Bacon, Ratichius, Commenius, Locke, e Francke, a pedagogia protestante transitou entre o realismo (dos primeiros) e o pietismo de (Franke). (Cf. RIBOULET, 1951).

Para o pensamento reformado a ação pedagógica era indispensável à sua institucionalização religiosa, uma vez que não tinham os colégios e as universidades medievais em seu plano geral de estudos, o ensino regular e metódico da religião cristã, e assim, a educação escolástica não podia responder satisfatoriamente ao racionalismo e ao misticismo reformado.

Além da questão puramente formativa havia ao mesmo tempo o componente político, que associava a Reforma aos nacionalismos, bem como o entendimento de que era imprescindível ao movimento de Reforma que se criasse uma via de acesso direto aos textos sagrados, - a alfabetização - como mecanismo de restauração do cristianismo antigo puro. Desta forma, *...aproveitando-se inteiramente de um ensino orientado para uma argumentação dialética, era de sua essência procurar ultrapassá-lo para retornar ao destino original da mensagem religiosa – atingir o mais profundo da alma.* (HUBERT, 1976: 42). Assim, vários estados alemães se deram a organizar o seu sistema escolar sob influência protestante, e previam a instalação de escolas elementares vernáculas com o ensino da leitura, da escrita, da religião e da música sacra. Depois vinham as escolas



superiores de latim, que passaram mais tarde a constituir o ginásio, e por fim os estudos universitários.

Se o objetivo da educação medieval era educar o indivíduo segundo os ditames da Sagrada Escritura, conforme interpretadas pela autoridade eclesiástica, a perspectiva protestante era de uma educação mais universal, emancipada da tutela da Igreja, e sobre o controle do Estado, como indicamos. A tradição calvinista e a anglicana tiveram maior repercussão educacional no universo de língua inglesa do que a luterana, a primeira ainda mais, e notadamente na Holanda, nosso interesse primário.

Na esteira das teses fundamentais da pedagogia protestante, há o exemplo do rei Gustavo Adolfo, da Noruega, obrigou em 1620, a criação de ginásios nas cidades maiores, escolas “triviais” nas cidades menores e “pequenas escolas triviais” na zona rural, legislação que só foi efetivamente adotada em 1649, e sob a influência de Comênius.

O pastor da paróquia era o presidente *ex-officio* do conselho escolar, mas nas cidades, os conselhos escolares eram eleitos tanto pelo clero como pelas juntas municipais. Todos os conselhos de educação elementar eram supervisionados e controlados pelo Capítulo, um conselho diocesano formado pelo Bispo, e pelo Deão da Catedral, presidente e vice-residente, respectivamente, e mais quatro ou mais membros escolhidos entre os lentes das escolas secundárias do Estado, organização típica, guardadas as devidas proporções, encontradas no Brasil holandês e indicativa da simbiose educação-religião no protestantismo.

A importância destas indicações está em que todos os elementos que aparecem na proposta pedagógica protestante, permearam a ação educativa holandesa na Paraíba seiscentista: a intervenção das autoridades na criação imediata de escolas cristãs, para todas as crianças¹⁷, (inclusive, ou principalmente, indígenas, em nosso caso); a busca por pastores e mestres para ‘soletrar a religião’, o uso do Grande e o Pequeno Catecismos (1529), aos quais se junta, em 1534, a tradução da bíblia para a língua alemã; (holandesa, tupi), o princípio da obrigatoriedade escolar. A grande inovação era reconhecer ao Estado o poder de fiscalizá-la e, se necessário, de assegurá-la, pois é seu dever velar pela instrução pública, tão urgente como trabalhar pela prosperidade material das suas nações, da

¹⁷ Sobre a universalidade do ensino entre os protestantes ver: SANTOS, João Marcos Leitão. *Educação, Religião e Colonialismo. Filosofia da Educação e prática missionária protestante na África no século XIX*. Mimeo.



qual a educação é, aliás, inseparável. E mais: esta instrução pública deve ser tanto de meninos como de meninas.

2.1 A tradição puritana

O puritanismo não pode deixar de ser compreendido como uma *atitude do espírito* em relação aos problemas da vida, baseada na responsabilidade moral e individual. Após a Reforma, na Europa e mais tarde nos Estados Unidos *ele constituiu uma característica comum daquelas comunidades*.

Os puritanos foram inovadores, mas se associaram em várias ocasiões aos movimentos educacionais leigos. Na Suíça, Holanda, Escócia, e na América do Norte o calvinismo foi responsável pelas mudanças metodológicas, e indiretamente, por expedientes democráticos, como se vê nos sistemas sinodais e consistoriais. A França ofereceu um paradigma quando em 1560 os Estados Gerais sob domínio protestante enviaram ao Rei um memorial em que fixava:

Que estava na vontade do Rei exigir que a Igreja contribuísse com uma parcela de suas rendas para auxiliar de forma razoável os professores e os homens de saber de todas as cidades e vilas, de modo que estes pudessem ensinar a juventude necessitada do país; que estava na vontade do rei que todas as famílias, sob pena de multa, enviassem seus filhos às escolas, e que os senhores e os magistrados ordinários se encarregassem por velar pelo cumprimento dessa lei. (apud, MONROE, op. cit.: 191).

Na Holanda, que nos ocupa neste ensaio o calvinismo se associou ao poder secular modelando o sistema educacional. Divididos entre rigoristas e evangelistas assistiu tensões expressivas quando Jacob Harmensz (Armínio) foi nomeado professor de Leyden em 1602, em oposição a Franciscus Gomarius, líder dos calvinistas estritos, conservadores. A divergência assumiu caráter político, pois os arminianos eram republicanos, partidários da autonomia provincial e da tolerância.

Estas tensões semantiveram até o Sínodo de Dordrecht, (1618), que estabeleceu o monopólio calvinista conservador e tornou-se *a política geral adotada por todos os países protestantes no período*, e fixou que:

Escolas devem ser fundadas nos campos, nas vilas e nas cidades. Deve ser ministrada educação religiosa. Os magistrados cristãos devem velar para que os professores sejam criaturas bem qualificadas, recebendo uma compensação adequada pelos seus esforços. Os filhos dos pobres dêem receber educação gratuita. Em todas estas escolas os professores devem ser cristãos ortodoxos. Os ministros eclesiásticos têm obrigação de visitar todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. (MONROE, op. cit.: 197).



É inescusável reconhecer que esta diretriz geral para a política educacional foi o paradigma implementado nas terras colonizadas, como no Brasil e na África do Sul. Os puritanos liberais foram os primeiros na tolerância, na liberdade de expressão e nas pesquisas científicas

produzindo quase todos os precursores da educação universal. Algumas vezes chega mesmo a ser difícil dizer se homens como Sir William Petty, J. Priestley, J. Lancaster, G. Birbeck, ou mesmo Horace Mann de Massachusetts devem ser considerados representantes da tradição puritana ou da tradição laicista. (Id.: 197).

Os puritanos também não descuidaram da educação superior. Em geral não eram espaços sectários, mesmo porque no século XVII a posição dos dissidentes estava muito mais consolidada. Os demitidos das Universidades de Oxford e Cambridge por intolerância religiosa, por exemplo, fundaram diversas academias, oito no total. Presbiterianos e Irmãos Unidos organizaram um fundo comum para o ensino superior, mais tarde desmembrado. Vários estudantes migraram para estudar na Holanda e na Escócia, na maior parte movidos por concepções liberais, voltando-se predominantemente para as formações, médicas, jurídicas e teológicas.

O processo de libertação do dogma calvinista rígido foi grandemente acelerado pela íntima associação que se estabeleceu entre os líderes puritanos e os partidários do laicismo, deístas e maçons livres. *As academias puritanas se caracterizavam, portanto, como pioneiras da liberdade política e religiosa, colocando-se muito à frente da esterilidade ortodoxa de Oxford e Cambridge* (Id.: 205), funcionando com predecessora das universidades modernas. O princípio da educação universal e obrigatória foi aceito pelas igrejas puritanas numa época em que isto constituía um notável progresso, *em comparação com outras igrejas.*

... os sistemas das escolas públicas do século XIX cresceram a partir das sementes que foram plantadas por eles. O maior de todos os reformadores educacionais, João Comenius (Jan Amós Komensky), foi um puritano, apesar de não ter sido calvinista, e suas idéias foram aceitas nos países puritanos como a base de suas políticas educacionais. (Id.: 218).



2. Filosofia da Educação e Prática Educativa: a Paraíba Holandesa

Na Holanda do século XVI e XVII o aumento comercial e populacional implicou na dilatação da ação cultural *o ensino básico foi generalizado, e o número de analfabetos nos Países Baixos diminuiu*. A leitura da bíblia e do catecismo de Heidelberg era universalizada. Nas cidades maiores se difundiam as *escolas latinas* e as províncias esforçavam-se por ter seus próprios centros de formação superior. Entre 1614 e 1640, já funcionavam as universidades de Harderwijk, Utrecht, Groningen, Fraenker e Leyden, originariamente destinadas a formação do clero protestante, muitos aproveitados no Brasil durante o domínio holandês, como vimos. Middelbulg, Amsterdã, Dordt, Deventer, Den Bosch, Breda e Brabant também possuíam as *escolas ilustres*, universitárias, mas não tinha credenciamento para diplomar cursos superiores reconhecidos.

As guerras européias fizeram emigrar para as terras holandesas um expressivo contingente de intelectuais e artistas. Só Amsterdã saltou de 30.000 para 200.000 em um século. Sendo a Igreja Cristã Reformada a igreja do Estado, se exigia filiação a ela para a ocupação de cargos públicos, feição que se reproduzia nas instituições de ensino, (Cf. SCHALKWIJK, 1986) numa permanente a luta entre a igreja e o Estado pelo controle da vida civil.

As pretensões de ocupação do Brasil pelos neerlandeses já era de conhecimento do governo espanhol, e inibir esta iniciativa não se mostrava possível. Quando os holandeses desembarcaram em 15 de fevereiro de 1630, apesar da resistência, foram apenas quinze dias para que se estabelecesse a instalação, ainda que se afirme que *a ocupação holandesa era um fato, não era, nunca seria, um fato consumado*. (ABREU, 1969: 115).

A empreitada era considerada guerra justa contra a Espanha, com marcada implicação religiosa, e entre os dispositivos que normatizavam a conquista, havia o expediente da tolerância com a liberdade de consciência e de religião. O empreendimento tem a seguinte compreensão de Schalkwijk:

O ensino primário floresceu, mas o reitor da “escola latina” Bartholomeus Colius não conseguiu arrebanhar alunos. O sonho de fundar uma “escola ilustre” (faculdade) também não se concretizou. Trinta e seis diferentes títulos de livros circulavam pelo Nordeste, desde cartilhas e livros sobre a casa Orange-Nassau, a leituras clássicas de pregadores reformados famosos. A tentativa de instalar uma imprensa no Recife saiu malograda, e o mestre gráfico Pieter Jansz faleceu em 1643. A companhia continuou tentando. (SCHALKWIJK, op. cit: 84, 85).



Um dos primeiros a trabalhar na capitania da Paraíba foi o rev. Jocus van Stten, que deixou o primeiro relatório pastoral conhecido na América Latina. Ao todo existiram durante algum tempo vinte e duas igrejas reformadas em solo brasileiro, com três congregações situadas entre Itamaracá e Paraíba: Itapeçerica, Maurícia e Massurepe, chegando-se a capital com as igrejas de Cabedelo e Paraíba que desapareceram com a restauração.

Sempre houve uma disputa entre os nativos holandeses que demandavam por assistência religiosa e o trabalho que era voltado à missão entre os indígenas, inclusive porque fazia parte das atividades dos ministros religiosos acompanharem as expedições militares como capelães. (Cf. SANTOS, 2001).

Com a diferença entre as remunerações pagas pelas diversas agências missionárias ligadas a Igreja Reformada Holandesa, muitos preferiam a Paraíba, onde inclusive o custo de vida era menor (Cf. HIEKMANS, 1886). Sempre havia vagas para ministros religiosos tanto em Pernambuco como na Paraíba, mas por vezes a opção era mais por manter a vacância do que fazer imigrar ministros sem as qualificações morais e espirituais desejadas, o que remete a questão da formação deste clero. O reverendo Doornick queixava-se mesmo que havia *tão pouco temor de Deus no Brasil* por isso se precisava de reforma e moderação.

3.1 O ensino primário

A tarefa educativa estava a cargo dos diáconos, e destinava-se a ambos os sexos. Além disso, se objetivava um ensino que atingisse todos os ciclos, do elementar ao superior, como sugere o acervo bibliográfico disponível. A formação elementar primária se dava a partir das *cartas do ABC e caligrafia*, com uma literatura de apoio tomada de opúsculos religiosos, principalmente, orações, o credo apostólico e o decálogo, além dos catecismos.

Para as classes mais jovens elaborou-se uma fórmula mais simples através do *Breve Resumo*, aprovado pelo Sínodo em 1618, que ao lado do livro de *Consolações dos Enfermos*, foram os principais recursos desta etapa da formação, publicados junto aos *saltérios*. O *Breve Resumo* consistia em setenta e quatro perguntas e respostas em linguagem simplificada que sintetizava o catecismo de Heidelberg. Não era raro ainda o uso do *Grande Catecismo* em classes mais adiantadas,



recitado antes das aulas e dos ofícios religiosos. Entre estes materiais didáticos estavam ainda porções das Sagradas Escrituras, principalmente os Salmos e os Provérbios, e fechando o ciclo o *Almanaque de Enkhuzen*, com informações diversas de geografia e história universal.

Durante a administração de Nassau a escola primária desenvolveu-se bastante (SCHAWKWIJK, op. cit.: 210), uma vez que o presbitério assumiu como imperativo que o funcionamento de escolas se estendesse a todos os lugares sob controle holandês onde houvesse crianças, aumentando a demanda por docentes que ministrassem em língua portuguesa, reservando-se o tupi e o holandês para aos aldeamentos indígenas das missões. O projeto foi implementado e um ano após a chegada de Nassau quase todo o território estava sendo escolarizado, restando agora o esforço junto aos pais para remeterem seus filhos às escolas.

A ambigüidade de termos para designar a atividade docente, torna imprecisa a quantificação destes mestres no período. As citações como “consolador”, “leitor”, “professor”, etc. quase sempre se dava em função de atividades cumulativas, muito embora se distinguisse a tarefa do alfabetizador e do leitor. Estes eram distribuídos nas localidades *a fim de ensinar as crianças e os adultos a ler, escrever, e instruí-los nos elementos da religião cristã [reformada]* (Id.: 210). Para esta atividade de ensino também eram aproveitados pessoas das diversas nacionalidades presentes no Brasil holandês, que incluía franceses, ingleses, alemães e *quatro índios*.

O segmento menos atendido pela ação educativa foram os escravos, e muito embora no período nassoviano se considerasse útil que eles recebessem educação elementar, os primeiros ensaios neste sentido datam de 1645. As condições de guerra constante e a multiplicidade dos dialetos era um obstáculo quase intransponível, havendo registro de apenas um professor que os ensinava em língua nativa. O governo eclesiástico chegou a investigar a utilidade desta instrução como estratégia militar, analisando se o alheamento dos negros não favorecia a sua inércia nos embates com os portugueses e os nativos.

Na estrutura sócio-institucional os professores tinham seu “prestígio social” um pouco abaixo dos consoladores, mas com os mesmos proventos, uma vez que o estado nassoviano atribuía grande relevância a sua atividade. Para a manutenção desta extensa rede de escolarização o governo se valia de bens eclesiásticos e de taxações tributárias ocasionais, o que nem sempre se mostrava eficiente.



Além disso, uma pequena taxa era cobrada dos alunos indistintamente, mas com efeito simbólico já que não cobriam custos.

Os professores eram tutelados pela instituição eclesiástica e respondiam ao consistório local, sendo pré-requisito para o exercício das funções docentes a demonstração da ortodoxia reformada. Suas tarefas estavam fixadas em “contrato”, na *Carta de Instrução*, a saber: ensinar a ler e escrever, lecionar matemática, além de ministrar os ensinamentos referentes à religião cristã, orações e disciplina.

3.2. O ensino secundário

A intenção de implementar uma “Escola Latina”, o ensino secundário, que incluía aulas de latim, grego, e artes liberais, não funcionou em todas as possessões holandesas, restringindo-se ao Recife e a Paraíba. Nesta foi iniciado pelo reverendo Doornick em 1642, em sua própria casa para seis crianças, ajudado pelo seu genro que compôs um catecismo trilingüe, alimentando a pretensão de que tal iniciativa gerasse interesse também entre os portugueses, que ainda tendiam a enviar seus filhos para Espanha e Roma. Porém, o súbito regresso de Doornick no ano seguinte para a Holanda interrompeu a atividade, que somente prosseguiu oficialmente em Pernambuco. Mas a pressão do clero impedia a frequência ao curso oferecido, mesmo que a proposta assegurasse que as aulas se dariam “sem ofensa a religião”. Assim acabou destinado ao desuso o acervo que incluía gramáticas latinas e gregas, obras de Terêncio, Cícero, entre outros.

Ainda na Paraíba, Johannes Apricius que desembarcou como soldado, em 1644, logo se ocupou de intensa atividade educativa entre os indígenas, e por isso foi admitido pelo consistório como “proponente” que era a figura de pastor-auxiliar, e posteriormente efetivado ministro e capelão entre os indígenas no Ponto das Baleias, Paraíba, de onde emigrou para o Caribe em 1654. Benquisto entre os brasileiros Apricius dedicou-se a composição de uma gramática tupi e legou em 1657 o *Dictionarium Brasílico Belgicum*.

A missão da Igreja Cristã Reformada Holandesa e seu consistório em Recife tinham uma preocupação específica com a seleção e envio de quadros de pessoal para o Brasil, e se debruçava na busca dos melhores agentes para a missão entre os indígenas. O perfil indicado exigia indivíduos

bem-educados e aptos para o pastado, a fim de aprenderem a língua brasileira *para o futuro ensino, porque Pernambuco requisitava professores*, de preferência com esposa e filhos, para coloca-los nas aldeias tendo *com o objetivo o ensino da juventude indígena*, ainda sugeria que



fossem levados à Holanda vinte ou trinta jovens brasileiros, com o fim de aprenderem holandês e serem educados na religião reformada. (Id.: 272).

A iniciativa de levar jovens nativos para a imersão cultural na Holanda não era novo e a experiência mostrara ineficácia, uma vez que a permanência nas terras baixas favorecia o esquecimento da língua nativa, tornando inócua a intenção de fazê-los voltar como missionários entre os seus patrícios. (Cf. LIMA, 1939).

A tentativa de isolar em aldeias determinadas, jovens com maior propensão e habilidade para ministério religioso entre os pares, os quais seriam dispensados dos trabalhos manuais para um treinamento mais específico, também não trouxe os resultados esperados, e foi substituída pelo envio dos indígenas a Pernambuco para habilitação na cidade. Ficou estabelecido a partir de 1638, que a catequese para formação deste clero seria iniciada em Goiana e na Paraíba, e na concepção do seu gestor, o reverendo Doorenslaer *o resultado é satisfatório, comparecendo o gentio as orações e aos cantos diários*.

Como alternativa se pensou na organização de internatos nos quais os indígenas seriam submetidos ao processo de formação na nova religião, mas este expediente logo precisou ser abandonado, sobretudo, pela resistência familiar dos jovens, que não aceitavam passivamente a separação dos seus filhos, além de que a aculturação nos padrões europeus não era suficientemente rígida, fazendo com que cedo voltassem a suas práticas “pagãs” – como eram tidas as religiosidades indígenas - não esquecendo, por fim, o caráter nômade de muitas das nações indígenas de então. (Cf. ALMEIDA, 1963).

Mello também aponta para o fato que a adesão ao empreendimento invasor não foi universal, particularmente entre os tapuias que *“nunca aceitaram a disciplina e a rotina das pregações, cuja “gota d’água” da resistência parece ter sido a referida segregação dos curumins do ambiente doméstico no que é corroborado por Nieuhof, afirmando que diversas nações tapuias mantinham boas relações com os holandeses... conquanto não se submetessem a eles... não aceitam instrução de qualquer espécie* (NIEUHOF, 1942: 231). Apesar disso, as evidências demonstram fartamente que “não aceitam instrução de qualquer espécie” representa um exagero.

Em que pese à subordinação e a violência que todo projeto colonialista impõe, tal restrição dos indígenas não era absoluta, e muitos viam com certa tolerância o hibridismo cultural-religioso



trazido pelos estrangeiros, que via de regra, os tratavam melhor e com mais respeito do que os lusitanos. Assim se registra que *os da Paraíba solicitaram que vissem a receber o seu próprio pastor optando por pregação e ensino em suas próprias aldeias, com professores holandeses e brasileiros [que] deveriam ser colocados nas aldeias.* (SCHALKWIJK, op. cit.: 274).

O período de 1640 a 1642 marcou a fase de expansão *em todos os setores do trabalho missionário*, o próprio campo da Paraíba apresentava tal desenvolvimento que o reverendo Doreslaer já não o podia conduzir sozinho a missão, razão porque o Consistório dividiu o campo, ao norte incluindo os aldeamentos indígenas, e ao sul conjugado a área de Itamaracá.

Apesar do trabalho hercúleo face a resistência ainda presente dos pais em mandarem seus filhos nativos e indígenas à escola, *o ministério escolar também se desenvolveu largamente na Paraíba e em Pernambuco, com o envio de mais nove professores da Holanda e suas famílias para o ensino de holandês.*

Segundo o mesmo Schalkwijk *o mais importante fato desse período foi que o ensino começou a se 'brasilianizar'* (Id.: 286) sob inspiração do reverendo V. C. Soler, com aproveitamento inclusive de nativos que já revelavam aptidão para a tarefa educativa, propondo-os para serem admitidos como professores pela Companhia, idéia recebida com entusiasmo na Holanda. Alguns destes professores trabalharam nas aldeias de Doreslaer e Thomas Kemp e foram posteriormente aproveitados no ministério ordenado como pastores em algumas comunidades indígenas.

A demanda crescente por instrução não era sinônimo do enfraquecimento nos critérios seletivos para a atividade docente e diversos candidatos (de várias nacionalidades) foram rejeitados, mesmo sobrecarregando os que já se dedicavam ao ensino. Parte desta demanda pode ser reconhecida pela assembléia geral dos índios em Itapeçerica (entre Goiana e Itamaracá), em 1645, que reuniu 120 representantes de 17 aldeias e entre as nove propostas ali formuladas estava *mais pastores e professores.*¹⁸

¹⁸ A idéia da organização indígena em Câmaras, a da Paraíba com quatro aldeias,¹⁸ não tinha simpatia em Recife nem na Holanda sendo substituída pela figura de um Comandante Geral auxiliado por três Regedores indígenas.



As medidas em curso, que Mello chama de *completas* privilegiava as crianças em detrimento dos adultos, uma vez que estes tinham menor interesse na iniciativa educativa. Com vista a afastar os jovens das “superstições bárbaras” para o Brasil seriam encaminhados

um número regular de pessoas idosas, casadas, de quem e tivesse boas informações sobre o modo devida, para que aqui se dedicassem ao ensino dos jovens, e se trouxessem filhos tanto melhor. Tais famílias seriam distribuídas uma para cada aldeia para *manterem escolas* nas quais seriam admitidos todos os *filhos dos brasileiros* logo que completassem 5, 6, ou 7 anos.

nessas escolas eles teriam alimentação, dormiriam, proibidas as saídas, exceto aos domingos, quando iriam a igreja, salvo houvesse a possibilidade de no mesmo local realizarem suas atividades religiosas. Aos pais seria facultado visitar os filhos uma vez por semana ou uma vez a cada 14 dias. *Todos* os filhos dos brasileiros estariam obrigados a freqüentar essas escolas, sem exceções, nelas aos filhos dos mestres não seria permitido o uso de outra língua senão a holandesa para que os educandos a aprendessem, também *a língua dos índios poderia ser empregada para que os meninos holandeses adquirissem o conhecimento da mesma*, sendo expressamente proibido o uso do idioma português. Ainda aí os meninos aprenderiam as letras do alfabeto, a soletrar e finalmente aprenderiam a ler e a escrever, as orações lhes seriam ensinadas desde o começo e holandês, a saber: agradecer a Deus, a profissão de fé e os dez mandamentos, as rezas da manhã e da noite e a cantar salmos antes das refeições. Logo que estivessem mais desenvolvidos de entendimento e senhores da língua holandesa ser-lhe-ia ensinado o catecismo da igreja reformada com suas perguntas e respostas e, em seguida, pelos mestres, iniciados nos fundamentos da verdadeira religião cristã. (MELLO, 1987: 212)(grifo nosso)

Quando as hostilidades havidas entre 1645 e 1654 recrudesceram um pouco, as atividades missionárias continuaram e era opinião mais ou menos unânime que

a igreja entre os brasileiros está aumentando razoavelmente, *precisando, porém, de instrução permanente*.

O ministério do ensino se recuperou na Paraíba. Havia entre os professores um tal de Johannes Engelaer, o qual tinha pressa aparente de voltar para a Holanda, mas que, por volta de 1648, ainda estava no Brasil, onde constituiu família, servindo como consolador, “leitor”, e professor. A “brasilianização” do ensino também continuou. (SCHALKWIJK, op. cit.: 303) (grifo nosso).

Quatro novos professores indígenas atuavam ali em 1651, e *é provável que também tenham ensinado crianças tapuias*, então admitidas na aldeia a pedido do cacique Nhandui. Diz Gonsalves de Mello que *os índios foram aceitos como mestres-escolas*. *O Conselho dos XIX mostrou-se admirado e satisfeito com o rápido progresso da instrução e com o fato de índios já exercerem funções de mestres-escolas e recomendaram que a obra de Doorenslaer e Eduard merecesse todo apoio e ajuda*. (MELLO, op. cit.: 219, nota 60).

3.3. O ensino superior



Efetivamente, não houve tempo hábil para o desenvolvimento do ensino superior. Esta seção apenas remete ao fato, em si importante e expressivo, que como é sabido, não se excluía dos planos de Nassau nem da Companhia a instituição de uma Academia para o ensino de filosofia e teologia, com um corpo de ministros formados na língua portuguesa e no tupi.

Quando da alimentação deste projeto, abraçado pelo Conselho dos 19 da Companhia ainda desconhecia o fracasso da implementação do curso latino secundário, e a reticência inevitável fez com que a perspectiva não tivesse continuidade, mesmo que apenas como perspectiva.

A expulsão dos holandeses marca o fim do empreendimento missionário e educativo holandês na Paraíba e no Nordeste. O período que marcou a derrota holandesa, por motivos óbvios, também trouxe o esgotamento do projeto pedagógico instaurado na colônia, e laconicamente se informa que *na verdade, acreditamos que Peieter Poti e Antonio Paraupaba, cuja educação na Holanda custou tanto dinheiro a Companhia, são mais perversos e selvagens na forma de viver do que outros brasileiros.* (PEREIRA, 1886: 319). Apesar disso também informa Kemp e van der Poel que *a instrução por meio dos mestres-escolas, nas aldeias, prosseguiu 'com regular progresso'* ainda demandando por *algumas pessoas honradas* para servir de mestres-escolas.

Que havia uma intenção política e de dominação cultural evidente na instrução dos índios parece fora de discussão. O proselitismo religioso e a catequese eram uma só coisa, a *educação* era outra, e Nieuhof afirma ser *muito interessante as medidas e atitudes adotadas pelos holandeses visando a educação e a instrução religiosa dos índios*, em curso já a partir de 1638, e que inicialmente incluía mandar nativos estudar na Holanda e órfãos holandeses estudarem no Brasil, como mencionado.

O projeto era de introduzir “um ensino leigo” que incluía além da leitura e escrita propriamente, os *costumes civis* conforme a instrução dada a quaisquer jovens holandeses do seu tempo, para somente depois deste fundamento leigo, se introduzir os elementos catequéticos de formação religiosa reformada; cujo resultado esperado era que a instrução na língua *holandesa* e na religião *protestante*, formasse uma unidade que vinculasse as nações ameríndias aos holandeses, perspectiva que, obviamente, nunca deixou de ter resistência entre os velhos brasileiros.



Ao lado da formação “acadêmica” se instituiu um programa de formação técnica em trabalhos manuais (*hantwerken*) e as “artes úteis” (*goede konsten*), que neste caso revelou-se muito mais atraente e eficiente na formação educacional dos indígenas como constata Gilberto Freire, tratando do *indígena na formação da família brasileira* (FREIRE, 1990).

Considerações Finais

Para esta consideração final, entende-se como imprescindível ressaltar três aspectos fundamentais. Considerando, que o empreendimento colonialista para o Brasil não tinha uma perspectiva episódica, antes pretendia consolidar tão definitivamente quanto possível a Nova Holanda, sua ação educativa também visava a perenidade, sendo temerário entendê-la como incidental.

Ainda que se considere que o projeto educativo implantado na Paraíba colonial estava atrelado ao colonialismo expansionista, a violência do transplante cultural e a catequese religiosa, o papel desempenhado não foi anulado por estes condicionantes. Este é o primeiro aspecto: durante trinta anos a Paraíba colonial foi submetida a um empreendimento pedagógico de nível muito superior ao que tivera antes ou teve imediatamente depois do inaugurado neste período.

Este fato nos impõe o segundo aspecto ainda de caráter qualitativo. Guardadas as diferenças apenas em termos conjunturais, de um tempo de guerra e das estruturas da experiência histórica na nação holandesa, a educação oferecida à Paraíba sob domínio holandês em nada ficou a dever aos melhores padrões oferecidos na Europa de então, como vimos na tradição protestante-puritana, outra vez ressalvada a questão do hiato cultural indígena-europeu.

Isto se percebe entre outras coisas através dos recursos didáticos para todos os níveis de ensino, desde os textos religiosos - como não podia deixar de ser – indo até os textos latinos da literatura clássica e fechando o ciclo o *Almanaque de Enkhuzen*, indiscutivelmente um avanço relevante em termos de conteúdos, passando pelo esforço subsequente de Johanes Aprius, professor na Paraíba que em 1657 dedicou-se a composição do *Dictionarium Brasílico Belgicum*, e da elaboração de uma gramática tupi, mesmo após a sua saída das terras brasílicas.

E finalmente, agora de forma mais tangencial, é relevante a inserção de recursos humanos e financeiros como indicamos no texto, que visava à manutenção desta *extensa rede de escolarização*,



para a qual o governo se valia de bens eclesiásticos e de taxações tributárias ocasionais, e ainda da taxa era cobrada dos alunos indistintamente.

Como tivemos oportunidade de apontar em outras ocasiões (SANTOS, 2007), a história da educação tem sido muitas vezes *a irmã mais pobre* nas investigações historiográficas, daí decorre o nosso esforço neste trabalho de apontar mais um capítulo desta trajetória, entre os mais esquecidos, entre outras razões, pelo pequeno *status* gozado pela nossa província paraibana na historiografia brasileira, pelo hiato temporal que nos remete a colônia e pelo nacionalismo de estarmos sob domínio estrangeiro.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial 1500-1800*. Rio de Janeiro: Briguet, 1969.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1963.

ARAÚJO, Vicente Ferrer Wanderley de. *Seitas protestantes em Pernambuco*. Recife: Tipografia Jornal do Comércio, 1906.

BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

CARVALHO, Vicente de. Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. 64, 1904. p. 710-717.

DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses 1639*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco* 31, 1886. p. 239-288.

HOONAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/1. São Paulo e Petrópolis: Paulinas e Vozes, 1983.

HUBERT, René. *História da pedagogia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.



LIMA, Clóvis de. Episódios e aspectos do domínio holandês na Paraíba. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. 4, 1939. p. 81-114.

MAYER, Frederick. *História do pensamento educacional*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *O tempo dos flamengos*. Recife: Fundarpe, 1987.

_____. João Fernandes Vieira. Recife: EdUFPE, 1956. v 1. In VEIGA, Gláucio. João Fernandes Vieira e o conflito entre a ética protestante e a católica. *Revista do Arquivo Público*. v. 35-36, n 37-38, p. 13-30, 1981/1982.

MONROE, Phillipe. *História da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

MUIRHERAD, H. H. *O cristianismo através dos séculos*. Rio de Janeiro: CBP, 1963.

NELSON, Wilton M. Bosquejo y bibliografía para uma história del protestantismo em América Laina. In CEHILA. *Para uma História de la evangelización em América Latina*. III Encontro Latinoamericano de CEHILA em Santo Domingo. Barcelona: Hogar del libro, 1976.

NIEUHOF, Johannes. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1942.

PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio; [Brasília]: INL, 1984.

PEREIRA, José Higino Duarte. Relatório apresentado na sessão de 09 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. 30, 1886, p. 289-310.

RODRIGUES, José Carlos. *Religiões acatólicas. Memórias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Recife: Fundarpe, 1986.

RIBOULET, L. *História da pedagogia*. São Paulo: FDT, [1951 ?]. v. II.



SANTOS, João Marcos Leitão Protestantismo e Indigenismo no Brasil Colonial. Dois episódios da presença protestante entre nações indígenas no Brasil colonial. IN BRANDÃO, Sylvana. *História das Religiões no Brasil*. Recife, EDUFPE, 2001. v. I

_____. *Educação, Religião e Colonialismo. Filosofia da educação e missões protestantes na África no século XIX*. 2007, mimeo.

SIEPIERSKI, Paulo. D. *Evangelização no Brasil. Um perfil do protestantismo brasileiro*. São Paulo: Aura, 1987.

SOUTO MAIOR, A. Assembléias dos índios em Pernambuco de 1645. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. 79, 1910. p. 61-77.

VEIGA, Gláucio. João Fernandes Vieira e o conflito entre a ética protestante e a católica. *Revista do Arquivo Público*. v. 35-36, n 37-38, p. 13-30, 1981/1982.



“QUE O PAPEL ADMITIA TUDO QUANTO SE LHE QUISESSE ESCREVER”: BOATOS, MURMURAÇÕES E MEMÓRIA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Tarcísio de Souza Gaspar
Mestre em história pela Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este artigo investiga a memória criada em torno da Inconfidência Mineira, através da análise dos boatos e murmurações que circularam em Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro entre o início da repressão, em 1789, e a execução de Tiradentes, em 1792. Objetiva-se questionar a natureza da opinião pública colonial, enquanto lugar social de conflito, onde se chocam linguagens políticas divergentes. Tensionada entre discursos corporativos de protesto, que já pertenciam ao vocabulário político colonial, e uma nova linguagem política oriunda da Ilustração, a memória da Inconfidência Mineira ganhou caracteres polêmicos e contraditórios, que perduram até os dias atuais.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira; memória e linguagem política.

Abstract:

This article investigates the memory created around of the Inconfidencia Mineira, through the rumors and murmurings analysis that circulated in Minas Gerais and in the city of Rio de Janeiro between beginning of the repression, in 1789, and Tiradentes' Execution, in 1792. It objectifies question the nature of the colonial public opinion, while social place of conflict, where we shock divergent political languages. Divided between old corporative speeches of protest and a new arising political language of the Illustration, the memory of the Inconfidencia Mineira won polemic and contradictory characters, that last until current days.

Key-words: Inconfidência Mineira; memory and political language.

Este artigo investiga a memória criada em torno da Inconfidência Mineira, através da análise dos boatos e murmurações que circularam em Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro entre o início da repressão aos inconfidentes, em 1789, e a execução de Tiradentes, em 1792. Objetiva-se questionar a natureza da opinião pública colonial, enquanto lugar social de conflito, onde se chocam linguagens políticas divergentes. Tensionada entre discursos corporativos de protesto, que já pertenciam ao vocabulário político colonial, e uma nova linguagem política oriunda da Ilustração, a memória da Inconfidência Mineira ganhou caracteres polêmicos e contraditórios, que, sob certo



sentido, perduram até os dias atuais.¹⁹

Descoberta a conjuração e presos os seus principais integrantes, não foram homogêneas as especulações públicas que se fizeram a respeito do crime. Boatos os mais diversos circularam, polemizando a qualidade que se devia conceder aos últimos acontecimentos. Este primeiro momento de incerteza contribuiu para a divulgação dos fatos e das pessoas envolvidas na trama, imprimindo aos eventos da conjuração uma publicidade insuportável, que por muito tempo manteve-se na ordem do dia, servindo de matéria para as conversações. Uma vez caída em domínio público, a desordem foi vista através das lentes de sua época e encarada conforme os padrões culturais e políticos do Antigo Regime.

De um primeiro momento de sobressalto e surpresa, em que as especulações foram mirabolantes, passou-se à maledicência política sobre a devassa e os seus responsáveis. De fins de 1789 até os primeiros dias de 1791, a opinião mais difundida questionava a legitimidade do processo judicial e disparava críticas ao governador de Minas, Visconde de Barbacena, e ao delator Silvério dos Reis. Nesta ocasião, repetia-se a recorrente linguagem de julgamento das autoridades, de raiz corporativa, produto conceitual do Antigo Regime, tantas vezes ecoada na história de Minas ao longo do século XVIII. Difamados e vilipendiados nas conversações, o Visconde de Barbacena e o coronel Joaquim Silvério mantiveram-se no epicentro da ladainha até a chegada do Tribunal da Alçada, em 1791. Desde então, o cenário murmurativo modificou-se devido à atuação do órgão judiciário, que fora nomeado diretamente pela rainha para conduzir o processo de sentença. As manobras institucionais adotadas pela metrópole intentavam muito mais que o julgamento, puro e simples, do crime. Tornara-se preciso responder às pressões políticas americanas, interpondo um basta às maledicências sobre a justiça colonial. E a resposta veio através do teatro judiciário, que culminou no perdão para os envolvidos, excetuando-se o alferes Tiradentes. O suplício de Silva Xavier encerra os mecanismos simbólicos que procuravam silenciar as vozes opositoras.

¹⁹ Para a noção de discurso corporativo, veja-se Ângela Barreto XAVIER & Antônio Manuel HESPANHA. “A representação da sociedade e do poder”. In: Antônio Manuel Hespánha (coord.) *História de Portugal*. V. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 121-155; também Antônio Manuel HESPANHA. “Revoltas e revoluções: a resistência das elites provinciais”. *Análise Social*. Vol. XXVIII (120), 1993 (1º), p. 81-103. Para a noção de linguagem política, vejam-se os trabalhos de J. G. A POCOCK *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, EDUSP, 2003; e de Quentim SKINNER. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tr. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.



Desde então, a noção de inconfidência foi definitivamente comprovada pelos agentes da repressão e imposta ao público da América Portuguesa. Entretanto, no instante mesmo em que era determinada, a nomenclatura imiscuiu-se no novo tempo histórico advindo com a Revolução Francesa e com a crítica ilustrada incisiva à realidade do Antigo Regime. Ironicamente, a coroa portuguesa, ao definir, ela própria, a natureza do crime, acabou por empurrar o episódio conspiratório de Minas para junto do novo vocabulário político que, então, se formulava no mundo ocidental. Por decorrência, a Inconfidência pôde ser correlacionada, de forma anacrônica e equivocada, à simbologia da Revolução Francesa.

Mal o processo de devassa começara seus trabalhos, ainda em 1789, vieram à tona as primeiras avaliações dos últimos acontecimentos. Misturadas e confundidas muitas vezes, titubeantes pela contemporaneidade, estas vozes iniciais de apreciação anunciaram a folha branca, em cuja superfície irão se inscrever os traços rascunhados da memória da Inconfidência Mineira. E suposto este discurso reminescente adviesse, como provocação, do exterior das grades oficiais, será nas palavras da população que ele encontrará eloquência. Os documentos puderam captar um esforço distinto de julgamento, no qual sentenças e veredictos embaralhavam-se aos valores morais e políticos dos espectadores, gerando incerteza, crítica e remorso. Enquanto lembrança forjada pelos ouvintes e pelos falantes que assistiram ao espetáculo da punição, o resquício murmurante da época imbuu-se de sua própria linguagem, de sua própria maneira de falar, em tudo distinta da outra que, como corte, o futuro lhe reservaria.

Ao fim de outubro daquele ano, um morador anônimo da Vila de São João enviou carta endereçada à cidade do Porto, no reino, escrevendo o primeiro relato sobre a repressão da Inconfidência.²⁰ No intuito de descrever ao seu destinatário a turbulência política da capitania de Minas Gerais, o missivista pôde captar o ambiente geral de notícias disponíveis e, sobretudo, registrar os falatórios existentes. Começou pela onda de prisões ocorridas em maio, a qual, segundo ele, “assustou o povo, devido a serem [os detentos] pessoas de caráter e graduação e que na terra faziam respeito”. Do sobressalto, os expectadores passaram ao burburinho. Como se ignorassem os

²⁰ Não há datação precisa no documento. A referência exterior da fonte é: Biblioteca Municipal do Porto, PT, cód. 146. (Ap. C. PASSOS, *A conspiração mineira da Inconfidência*, Coimbra, 1942.). Nos Autos, o documento aparece na cota: MISSIVISTA Local – Carta para a cidade do Porto relatando notícias da repressão à Inconfidência Mineira, ADIM, v. 9, p. 34-43. A data sugerida pelos organizadores, Tarquínio J. B. de Oliveira e Herculano Gomes Mathias, é de 30/10/1789.



motivos das detenções, isto “levou o povo a fazer diversos juízos”. Num primeiro momento, as vozes alvitram a hipótese dos descaminhos, com os dizeres de “uns (...) que era por causa do ouro de contrabando; e [de] outros, que por passagem de diamantes”. Contudo, prosseguia o missivista, o correr dos dias fez anunciar uma nova “notícia sorradeira”. Os boatos sobre a conspiração se espalharam, trazendo a opinião de que, entre os presos, existisse “ajuste de um levantamento nestas Minas, para serem depostos o governo e o general que as governa, ao qual haviam de o matar – acrescentavam alguns”. Juntadas à nova perspectiva estiveram inúmeras expansões de todo especulativas para a população. Na visão do escrevente, a revolta planejava a expulsão dos ministros da monarquia, devendo a terra “ficar governada como república pelos cabeças desta maldita idéia”; o novo regime deveria reger-se “por eleição, tanto no eclesiástico como no secular”. Outros diziam que os conspiradores houvessem escrito “livro da lei que queriam estabelecer”; porém, a este respeito, as notícias eram ainda mais vagas, “pois muita parte deste negócio não está esclarecida, e os segredos principais só o sabem o general e o vice-rei e os ministros que tiram a devassa há mais de dois meses”.²¹

Em todo caso, embora as informações se desencontrassem, o missivista certifica que, neste misterioso livro de leis, os conjurados haviam estipulado a carnificina dos opositores: os filhos de Portugal, “não querendo seguir o seu partido”, isto é, o partido da rebelião, “seriam mortos até a idade de 60 anos; e aos demais seriam confiscados os bens”. Esta notícia de perseguição aos reinóis detinha origem diversificada. Com sentido inverso, antes das prisões, já Tiradentes, em seus discursos, divulgara a impressão de que os ministros portugueses desejavam confiscar os bens dos “nacionais”, seqüestrando as riquezas dos mineiros. Também o denunciante Basílio de Brito Malheiro aludiu a uns pasquins expostos na cidade de Mariana, os quais atacavam aos reinóis, prometendo-lhes o assassinio em massa, depois do que restariam apenas “algum velho e clérigos” – mensagem creditada à autoria de negros “quilombolas”. Um sapateiro tido por simpatizante do movimento conspiratório defendera, em local público, revanche sobre os “branquinhos do reino”. E uma testemunha da devassa, recolhendo a história em meio aos murmúrios, declarou a mesma legislatura draconiana, supostamente escrita pelos sediciosos, a qual intentava “que morresse todo o filho da Europa que tivesse menos de sessenta anos, e outras extravagâncias dessa natureza”.²²

Como os relatos não obtivessem certeza, o conteúdo da conjuração sofreu especulações

²¹ MISSIVISTA Local – Carta... ADIM, v. 9, p. 34.

²² PERGUNTAS a Teotônio Maurício de Miranda. ADIM, v. 1, p. 219.



públicas. O missivista anônimo mapeou as histórias circulantes, todas elas tendentes à radicalização sediciosa. Não satisfeitos com o extermínio dos portugueses, esta “bárbara lei, nunca vista no mundo”, os rebeldes teriam estipulado também terríveis inversões sociais: filhos ganhariam liberdade de matar os pais; escravos poderiam assassinar os senhores, “obtendo com isso carta de alforria”. A bandeira do novo regime formaria armas próprias, e os sequazes da rebelião correriam “diversos lugares onde houvessem fábricas gritando: –‘Viva a liberdade’. Este grito devia ser escrito na bandeira”. Depois de acutilarem seus proprietários, os cativos apenas responderiam aos “revolucionários”, submissão esta que, na prática, granjear-lhes-ia a completa libertinagem de ações. Aos escravos e aos rebeldes, caberia o direito de “tomar conta de quantos cabedais e riquezas achassem: de rendas reais, dos cofres dos particulares e dos tribunais, a fim de poderem edificar o seu estado e formarem exército para sua defesa”. A respeito da legislatura, concluía o escrevente, existiam ainda “mais miudezas”; contudo, o exposto já permitia ver “os erros gravíssimos de tais criaturas e os prejuízos e desordens que todos havíamos de sofrer”. A repercussão das máximas abomináveis atingiria tal patamar, a ponto de fazer-se sentir em todos os lugares, na colônia e fora dela, no “reino e mais partes da Europa, visto que esta terra se perdia; e tudo quanto se devesse à praça do Rio de Janeiro e da Bahia, e daí para esse reino e mais partes”.²³

A partir daí, o prosseguimento da carta atinha-se ao número e às características dos presos, conforme os envoltimentos que, segundo as vozes, se supunham em cada um deles. Assim, a prisão do jurista Cláudio Manuel da Costa era atribuída a “uns papéis, ou livros, referentes à dita lei”, que teriam sido achados em sua casa, “além de uns pasquins que – com bastante desaforo e sem justa causa – apareceram em público contra o General”.²⁴ Cláudio fora encontrado morto no cárcere, “sendo enterrado ocultamente fora do campo sagrado”. Embora a notícia do óbito do inconfidente não tenha deixado nos autos qualquer vestígio difusor, é possível que ela motivasse a circulação de boatos sobre as possíveis causas do misterioso falecimento do poeta. O cronista, então, subentende a hipótese oficial da autodestruição, esclarecendo o rigor religioso em relação aos suicidas, homens desterrados da campã divina.

Sobre o contratador Domingos de Abreu Vieira, “sujeito abundante de bens e de bom gênio como todos afirmam”, o missivista declarou ignorar a causa de sua prisão, não havendo pessoa que

²³ MISSIVISTA Local – Carta... ADIM, v. 9, p. 35.

²⁴ Herculano Gomes Mathias supõe que estes pasquins supracitados pudessem ser exemplares das “Cartas Chilenas”, famoso libelo difamatório de autoria atribuída a Tomás Antônio Gonzaga. ADIM, v. 9, p. 40.



lhe dissesse os motivos dela. Julgava-se que o comerciante, por sua inocência e gratuidade para com os amigos, “não conheceu o perigo em que os mais loucos e temerários o meteram”. A alusão de desconhecimento acerca das causas da prisão de Abreu Vieira parece sugerir que a tese dos extravios de diamantes, tantas vezes imputada ao contratador, fora abandonada ou, coisa mais verossímil, desmerecida pelo missivista. O detalhe omissivo ilustra a maneira como o relator, talvez, poderá ter deliberadamente escolhido uma versão, dentre outras disponíveis sobre o caso. Possivelmente, na medida em que ele optava pela radicalidade sediciosa do movimento, o boato sobre descaminho de diamantes perdia sua razão de ser. O ambiente aberto de interpretações, sem alcançar homogeneidade, abria espaço, assim, à concorrência reminiscente.

Passando aos detentos da comarca do Rio das Mortes, o cronista descreveu a maneira como os sediciosos locais vilipendiaram a honra concedida aos súditos da região, “para desconsolação dos seus comarcões inocentes, [que] ficaram mais deslustrados – sem embargo de não terem culpa os inocentes”. A respeito do vigário de São José, Carlos Correia de Toledo, rumores achavam no religioso um apostólico desejo de, “depois do levante, ser bispo desta Capitania”. Tal concepção vulgarizara-se nos boatos condizentes à escandalosa festa de batizado promovida por Inácio José de Alvarenga, cuja publicidade dos vitupérios alcançara ampla divulgação. Nesta ocasião, segundo depoimentos de testemunhas, o clérigo teria, entre os convivas, proferido a seguinte assertiva: “‘Eu sou o Pontífice’, ou ‘o Bispo’”.²⁵ Na opinião do relator, sendo certa a notícia, podia-se ver na ambição eclesiástica do padre Toledo o ressurgimento de antigas “fumaças de paulistas”, qualificativo que aludia à origem familiar do conspirador, como também à mania grandiloqüente do passado bandeirante das Minas.

Outra prisão relacionada aos boatos da festa de batizado foi a do Sargento-Mor Luis Vaz de Toledo, irmão daquele padre. Também ele estivera presente ao banquete sedicioso, onde, segundo o escrevente de São João, teria “se oferecido ele para ser o algoz que havia de cortar a cabeça ao nosso General e mandar apresentá-la ao povo na praça de Vila Rica”. Os dizeres do Sargento-Mor foram descritos nos depoimentos de testemunhas: “metendo a mão no fagote, [Luis Vaz] dissera: ‘e eu, com este fagote cortarei, se necessário for, a cabeça ao general desta Capitania’”.²⁶ O instinto assassino do conjurado atraía a desforra do governador, que “por isso tinha empenho na sua prisão”. A família Toledo, desta forma, comprometia-se irremediavelmente, com o aprisionamento dos irmãos, embora

²⁵ PERGUNTAS a Inácio Correia Pamplona. ADIM, v. 1, p. 199.

²⁶ PERGUNTAS a João Dias da Mota. ADIM, v. 4, p. 138.



outros membros dela também tivessem passado rapidamente pelo cárcere, sendo, porém, logo soltos pelo general, por se acharem sem culpa. Para o remetente, esta benevolência do Visconde no trato dos demais familiares anunciava as boas intenções do governador. Barbacena, “posto que muito ofendido” não se deixara levar pela “paixão de vingança”, mas antes, “por virtude do lugar que ocupa, *não tem remédio senão proceder com castigo [...] para exemplo futuro*”.²⁷

Importa perceber aí a forma como o elogio ao governador sugere uma curiosa junção discursiva. Nela, o missivista unia os indícios da boataria, de natureza especulativa e que expressavam a dimensão comunitária de julgamento do crime, à repressão oficial da Inconfidência. A artimanha forjava, à primeira vista, um discurso memorialístico onde as vozes orais da população se integravam ao corpo principal de sentença. Isto é, ao fazer a ligação entre as murmurações e o processo de devassa, o autor articula um enredo narrativo bastante peculiar, cujo significado misturava as dimensões públicas e privadas do acontecimento. Suposto as vozes sediciosas se encontrassem disseminadas pela capitania, fazendo com que os boatos se tornassem extremamente conhecidos, este elemento publicitário se imiscuía ao julgamento oficial da conjuração. O “exemplo futuro” da punição tornava-se, portanto, uma atitude obrigatória, haja vista o contágio público das conversas sediciosas.

A detenção do coronel Inácio José de Alvarenga também suscitou comentários do cronista. Segundo o que alcançavam os burburinhos a respeito do preso, “dizem alguns que este era um dos cabeças da sublevação e pretendia ser eleito para o primeiro lugar do governo”. Na opinião do missivista, a tese possuía validade, pois o “gênio” do conjurado sempre demonstrara-se “muito elevado”; Alvarenga nutria a desejo de “ser dos primeiros em tudo”. Embora não tenha encimado as posições superiores do império, “não precisava subir aos postos mais altos para ter estimação, visto que na terra gozava preciso respeito, por ele e pela mulher”. Afinal, o rebelde assenhoreava “boas fazendas no distrito da Campanha do Rio Verde, onde ocupava o melhor de 100 escravos”. Semelhante aos boatos anteriores a respeito da família Toledo, o murmúrio que delegava manias grandiloqüentes a Alvarenga teve origem no falatório envolvendo a festa de batizado. Conforme as vozes que circularam sobre este episódio, o coronel, logo depois de ouvir a ambição apostólica do vigário de São José, teria emendado o seu próprio voto: “Pois eu serei o Rei e Dona Bárbara [sua esposa] a Rainha”.²⁸ O cronista também captou outra fama pública da personagem: sua crônica

²⁷ MISSIVISTA Local – Carta... ADIM, v. 9, p. 37. Grifo meu.

²⁸ PERGUNTAS a Inácio... ADIM, v. 1, p. 199.



insolvência financeira. O proprietário de Campanha “era homem que vivia sem governo, e por isso – embora muito lucrasse – nada chegava para os seus desperdícios”; havia notícia de que, por aventuras econômicas, Alvarenga contraíra uma dívida tão grande quanto sua soberba, cujo montante alçava a 230 mil cruzados. O missivista, ao cabo, deixou expresso o ditado popular do caloteiro: “não deve mais porque não lho queriam fiar”.²⁹

Quanto às prisões de Alvarenga e do padre Toledo, ambas relacionadas aos boatos sobre a festa de batizado, talvez seja valioso notar a forma como as culpas imputadas aos criminosos estiveram ligadas a um curioso componente: suas ambições políticas orientadas à distinção hierárquica. Embora não se possa dizer com certeza, é possível que esta mania grandiloquente, localizada na personalidade dos conjurados, tenha alimentado a perspectiva de que a desordem mineira objetivasse realizar, do ponto de vista político, ação radical e, também ela, ambiciosa. Tal como eram cobiçosos os conjurados, seus crimes deviam possuir boa dose pecaminosa de pretensão, em função da qual os primeiros refletir-se-iam nos segundos. Ainda que, por si só, a alusão megalomaníaca não tenha qualquer valor histórico concreto – já que, em todas as épocas, as relações políticas e a micro-física do poder estão relacionadas à ambição, seja de indivíduos, seja de grupos ou classes – o dado não perde seu conteúdo elucidativo. No momento em que os fatos da conjuração encontravam-se na ordem do dia, frescos pela proximidade, a caracterização dos protagonistas do movimento estabelecia nexos interpretativos, através dos quais o próprio acontecimento ganhava inteligibilidade. Não foi desprezível a força persuasiva das qualificações; e, no que interessam à memória da Inconfidência, elas inclinaram percepção importante, certificando que, tal como os presos, também o crime poderia possuir grandiosidade.

Outro ponto sensível das vozes atinentes à Inconfidência materializou-se na prisão do delator Joaquim Silvério dos Reis. O fato foi abordado pelo remetente de forma significativa. Conforme percebeu o cronista, os murmúrios a respeito do denunciante disparavam críticas pesadas: “dizem alguns que [Silvério] foi o inventor de toda esta máquina”. Num primeiro momento, o delator encabeçara, enquanto conspirador, o comprometimento de todos naquela “tragédia”; mas, “depois os foi denunciar ao General desta Capitania e ao Exmo. vice-rei, dizendo que descobria um negócio de grande importância e muita utilidade de Sua Majestade”. Como não bastasse a traição, Silvério dos Reis ainda planejava, com a denúncia, requerer “prêmio, ou perdão do que devia do contrato que

²⁹ MISSIVISTA Local – Carta... ADIM, v. 9, p. 37-8.



trazia, e eram 270 mil cruzados ou contos”.³⁰

Embora não tenha enfatizado as conseqüências interpretativas decorrentes desta versão, o cronista deixou expresso aí os elementos duradouros da traição. Contudo, a tese de que a “máquina” conspiratória teria sido inventada pelo traidor inculca um elemento polêmico à memória da conjuração. Durante muito tempo, as vozes de apreciação da Inconfidência debater-se-iam no julgamento do delator; e, por detrás deste debate, escondia-se questionamento sobre a própria validade do crime. A conjuração realmente existira? Ou fora a invenção de Silvério que a criara? No momento em que o missivista de São João escreve, a dúvida apenas começava seu longo trajeto de sobrevivência. Pelos próximos dois anos e meio, o tema percorreria ainda extensa jornada discursiva. E esta polêmica tinha dimensão política delicada. A se levarem em conta as más intenções do delator e a possível falsidade da denúncia, a avaliação dos acontecimentos comportava a desconcertante perspectiva de que, na verdade, todo o processo judicial equivocara-se de início, confiando na delação de Silvério. Não obstante o raciocínio fosse simples, suas conseqüências não o eram. O engano primordial lançava dúvida sobre a confiabilidade da justiça régia e permitia que, aos olhos da população, o julgamento do episódio caísse em perigoso descrédito.

Também a prisão de Tiradentes é mencionada pelo remetente. Ouvindo as notícias que corriam a respeito do alferes, o anônimo expressou as dimensões públicas da propaganda: “entrou este louco na presunção de ser solicitador deste negócio, pelo que passou ao Rio a convocar pessoas daquela praça para concorrerem e estarem prontas a ajudar esta ação”. Na referência, fica subentendida a participação verbal do rebelde, coisa que, vulgarizada, tornara-se ponto comum nos falatórios sobre o levante. Entretanto, além disso, há a demarcação de um tópico na descrição das culpas atribuídas a Silva Xavier. A qualificação de demência (loucura), perpetrada pelo missivista, não pode ser ignorada. Na medida em que o desempenho propagandístico do criminoso transformava-se em elemento essencial da conjuração, os murmúrios que o envolviam tiveram importância no delineamento memorialístico da Inconfidência. Quando os adjetivos de demência são imputados ao conjurado, o julgamento público do episódio, em si, adquiria características complicadas. Afinal, pairava a pergunta: teria Tiradentes, por conta própria, extrapolado seus crimes políticos, ou o fizera em nome da conjuração? Em outras palavras: seria Joaquim José um criminoso solitário, ou sua atividade motivara-se na aliança com outros conspiradores? Se a hipótese da loucura

³⁰ MISSIVISTA Local – Carta... ADIM, v. 9, p. 38.



do alferes fosse aceita, esta dúvida suscitava uma embaraçosa explicação, pois, permitindo-se questionar a sanidade do criminoso, o próprio crime transformava-se simbolicamente num ato de demência, cuja insignificância estaria sendo superdimensionada pelos juízes da repressão.³¹

Por fim, o documento de São João termina sem que o missivista faça uma avaliação taxativa dos acontecimentos. Grosso modo, ele limitou-se à descrição mais ou menos ampla das notícias circulantes em torno da Inconfidência. Na medida em que, àquela altura dos acontecimentos, ainda não se conheciam os detalhes da desordem, todas as notícias ventiladas possuíam grande margem de especulação. Existiam, portanto, lacunas, omissões e metáforas cujos significados, sem alcançar consenso, permitiam a formulação de diferentes hipóteses na explicação do caso.

Mas, o relato jornalístico não prescindiu de uma orientação discursiva. Recolhendo os boatos difundidos na localidade, o remetente pôde juntar as murmurações públicas ao conteúdo expresso de julgamento do crime. Contudo, ao fazê-lo, optou por enredo narrativo que destacava os elementos radicais da suposta conspiração. O cronista reuniu indícios e informações no intuito de relatar o contexto político local. Porém, para executar a tarefa, selecionou algumas dentre as várias murmurações propagandeadas. Na verdade, o sentido *sedicioso* atribuído ao crime e aos criminosos era fruto de uma opção discursiva deliberada, em que a descrição, aparentemente neutra, adquiria filiação ideológica definida. Tal manobra retórica ensejava o arranjo de informações conflitantes, que, quando arrumadas num enredo determinado, imprimiam sentido político ao sem número de versões concorrentes.

Os rastros memorialísticos da Inconfidência se avolumam a partir de fins de 1789. O primeiro ano de investigações havia entornado muitas polêmicas ao caldeirão político da colônia e, ao gosto de debates conflituosos, a digestão das notícias era gradativa. À proporção que, repentino, o trauma das prisões ia sendo amortecido pelo tempo, os murmúrios tenderam a mudar a direção de suas vozes. Se, durante os primeiros meses, os boatos concentraram-se, sobretudo, nas possíveis causas que teriam levado às detenções, a partir de 1790, eles serenam o impacto dos burburinhos particulares, e passam a oscilar entre a especulação factual e a filosófica. O que se questiona então

³¹ Embora o conceito de “loucura” não detivesse a sistematização sociológica que veio a adquirir no século XIX, ele não deixou de ser aplicado na colônia setecentista, pelo menos no que diz respeito aos processos judiciais. Neles, o qualificativo de demência foi largamente utilizado em argumentações judiciárias, na tentativa de provar a irresponsabilidade ou a inconseqüência mental de réus publicamente entendidos por “loucos” e, portanto, incapazes de responder por seus atos. Vejam-se os exemplos de processos judiciais descritos por Carmem Sílvia LEMOS. *A Justiça Local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de mestrado. FAFICH, UFMG, 2003.



não são mais apenas as desordens imputadas aos presos, e sim, a própria realidade, como um todo, do crime de inconfidência. A mudança lingüística não significou o desenlace de contradições, mas antes o seu acirramento. A memória da conjuração alcançava o seu ponto mais sensível e polêmico.

Os primeiros boatos a encarar, como um todo, o episódio da conjuração estiveram ligados às maledicências públicas que circularam a respeito do governador mineiro, o Visconde de Barbacena, criticando-o pelos procedimentos de punição adotados na repressão aos inconfidentes. Em 14 de outubro de 1789, uma carta-denúncia anônima, que fora enviada ao governador no intuito de delatar as atitudes sediciosas atribuídas ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, relatava a Barbacena que o ministro denunciado arrogava-se “tão petulante que tem dito que V. Exa. [o governador] se há de arrepender de ter prendido os homens que foram para baixo”, numa clara alusão aos conjurados enviados ao Rio de Janeiro. De acordo com o denunciante, Luís Ferreira julgava que a “Cachoeira [do Campo]”, local de residência do Visconde, estava “cheia de medo”, por conta das possíveis censuras que lhe seriam dirigidas de Portugal. O ouvidor teria, por fim, concluído a desforra das injustiças, prognosticando a derrocada do governador: “mas que tudo há de levar volta; e quem há de ficar mal há de ser V. Exa.; e que esses serviços lhe não prestarão a V. Exa. nunca para nada bom”.³²

No primeiro mês de 1790, outra carta-denúncia, que desta vez comprometia dois sujeitos de Mariana, também lançava farpa contra o governador. O denunciante, transcrevendo diálogo que teria se passado entre os implicados, certificava que eles, “em várias conversações, [têm] dito que V. Exa. veio a esta terra deitar a perder aos homens de bem”. Numa destas prosas, um dos criminosos emendara sua opinião sobre a devassa da conjura: “que estas cousas foram compostas pelo ouvidor Manitti [escrivão da devassa] e mais o ouvidor dessa vila [desembargador Pedro de Araújo e Saldanha, ouvidor da comarca de Vila Rica e responsável pela investigação], junto com V. Exa [o Visconde de Barbacena]”.³³

Obviamente, tais vozes de crítica não passaram despercebidas ao governador. Alguns meses depois, Barbacena envia carta ao vice-rei, Conde de Rezende, que assumira o posto há pouco, na qual descreve os boatos desonrosos que lhe iam sendo dedicados em burburinhos públicos. Existiam

³² CARTA-DENÚNCIA de um anônimo ao Visconde de Barbacena, contra Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. ADIM, v. 3, p. 416.

³³ CARTA-DENÚNCIA de Soares e Silva ao Visconde de Barbacena, contra João Duarte Pinto. ADIM, v. 3, p. 419.



também maledicências que recaíam sobre o inquérito judicial. Em suas palavras, os murmúrios fizeram “ansiosamente” espalhar que o andamento da devassa “tinha sido muito favorável” aos implicados; suas culpas teriam caído por terra, “já porque se achava desmentido o resultado das primeiras diligências, já porque se tinha reconhecido que elas foram unicamente um efeito de temor imprudente, que nunca houve, ou de condescendência a intrigas particulares apaixonadas e ambiciosas (fantasticamente imaginadas)”. Alvejado em seu zelo administrativo, Barbacena ainda pôde mapear a última cutilada da boataria, conforme a qual os procedimentos do governador, tidos por autoritários e despóticos, estariam sendo malvistas em Lisboa. “Finalmente”, as vozes concluíam que os inconfidentes “tinham protetores da sua infeliz causa, os quais lhe haviam granjeado a comiseração de Sua Majestade, a desaprovação de todos os meus procedimentos, e até o rendimento deste Governo, intempestiva e apressadamente, e outras imposturas, cuja individuação não tem aqui lugar”.³⁴ Importa notar a forma como a alusão de Barbacena às críticas que vinha recebendo parece mesmo sondar o novo vice-rei, que acabara de deixar o Reino, acerca da repercussão incerta que seus atos haviam tido na metrópole.

No mesmo período, ainda em 1790, o Visconde queixa-se novamente das investidas da boataria, fazendo-o, desta feita, em uma delicada missiva endereçada ao ministro do Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Reportando-se em tom submisso ao superior hierárquico, o governador mineiro procura tranquilizar o secretário colonial sobre o clima político das Minas; mas, obrigado a mencionar as críticas que lhe vinham sendo dirigidas, não pôde minimizar a amplitude das vozes dissonantes:

A capitania parece-me assaz sossegada, e a julgaria muito mais se não soubesse que algumas pessoas ainda pouco conhecidas têm feito esforço para caluniarem e fazerem odiosos ao povo os meus procedimentos, até ao ponto de espalharem que tinha merecido o desagrado de Sua Majestade, chegando a introduzir com bastante certeza a notícia de que eu tinha já sucessor nomeado para vir apressadamente render-me [...].

Por fim, o governador tentava eximir a responsabilidade de sua capitania quanto ao surgimento dos distúrbios murmurantes, delegando-o à vizinhança do Rio de Janeiro. Segundo Barbacena, era no litoral carioca que “estas balelas e outras semelhantes invectivas se têm comumente originado e transmitido a esta capitania”.³⁵

E o Visconde não estava mentindo. De fato, se, por um lado, os habitantes de Minas foram

³⁴ OFÍCIO do Visconde de Barbacena ao Conde Resende, sobre a conduta do Dr. José de Sá Bittencourt. ADIM, v. 7, p. 71.

³⁵ OFÍCIO do Visconde de Barbacena a Martinho de Melo e Castro. ADIM, v. 8, p. 284.



surpreendidos pelo sobressalto criminoso, partindo então para o questionamento sobre as desordens, por outro, a repercussão dos atos punitivos não se restringiu apenas ao ambiente daquela capitania. Também no Rio existiu intenso reboliço, com vários testemunhos dando relatos sobre o que ali se falava. Já a fuga do alferes Tiradentes, efetuada no início de maio de 1789, e também sua prisão, ocorrida dias depois, foram amplamente noticiadas e, ao que parece, transformaram-se no principal burburinho das ruas. Como observou Francisco Xavier Machado, “a fugida do alferes era o universal objeto do falatório que por todas as ruas e lojas se percebia”.³⁶ A realização de uma devassa local, conduzida no Rio, mandada abrir pelo vice-rei, Luis de Vasconcelos e Sousa, despertara na cidade grande alvoroço pelos assuntos de Minas. Com os procedimentos do vice-rei, enviando tropas à capitania vizinha para prestar auxílio militar ao governador, e com a progressiva chegada dos prisioneiros vindos de lá para o litoral, a curiosidade dos cariocas, provavelmente, se intensificou. Em vários depoimentos, há referências atestando que o tema fazia naquela cidade “o objeto da maior parte das conversações”.³⁷

A notícia do crime de inconfidência espalhou-se pelo Rio de tal modo que também ali os murmúrios começaram a aventar histórias sobre o caso. E isto aconteceu principalmente devido à incômoda estadia do denunciante, Joaquim Silvério dos Reis, entre os cariocas. Ele encontrava-se no Rio desde abril de 1789, para onde havia se dirigido no intuito de relatar ao vice-rei a denúncia que fizera ao governador mineiro em março. Causando suspeitas a Luis de Vasconcelos, foi preso logo depois da captura de Tiradentes, como provável participante das desordens. Nos autos de perguntas às testemunhas, existem dois relatos dando-nos conta de uma situação curiosa, envolvendo o delator. No ano de 1790, Silvério já se achava em liberdade quando José de Souza Lobo, uma das testemunhas da devassa, encontra-se com ele no Rio. Segundo o depoimento dado pela testemunha, eles então travaram conversa a respeito da conjuração, na qual Silvério lhe contara

que se o excelentíssimo senhor Visconde General não desse logo, e com tanto disfarce e sagacidade, todas as providências que deu, certamente era morto na ocasião do levante, que infalivelmente se fazia. E que ele, Joaquim Silvério, tinha bem conhecido o ódio entranhável nos filhos da América contra o dito excelentíssimo senhor pelo procedimento que tomou em semelhante desordem, não menos que também contra ele denunciante pela haver manifestado; e este mesmo conceito faz inicialmente ele, testemunha, pelo que ouviu geralmente naquela cidade quando se falava nesta diligência.³⁸

³⁶ PERGUNTAS a Francisco Xavier Machado. ADIM, v. 1, p. 305.

³⁷ PERGUNTAS ao Furriel Manoel José Martins. ADIM, v. 1, p. 323.

³⁸ PERGUNTAS a José de Sousa Lobo. ADIM, v. 1, p. 319.



José de Souza Lobo não é o único a relatar à devassa os lamentos de Silvério dos Reis na cidade do Rio. Outra testemunha também contou história semelhante. Segundo Silvério lhe dissera, era certo ter sido projetado um levante na capitania mineira, e, quando não fossem sua denúncia e as ações repressivas tomadas pelo governador, já se punha em execução a revolta:

mas, que quase todo o povo daquela cidade duvidava desta realidade, falando soltamente contra o procedimento do dito senhor [...], o que ele, testemunha, veio depois a confirmar, porque procurando em certa ocasião o Ajudante de Ordens do excelentíssimo senhor vice-rei, Camilo Tonelet, e achando-o ainda recolhido, principiou entretanto um seu criado, Fulano Cerdeiro, a conversar sobre o dito levante (que fazia então, naquela cidade, o objeto da maior parte das conversações, segundo ele testemunha alcançou) sustentando que era mentira tudo, e que o excelentíssimo senhor Visconde General tinha procedido aceleradamente e sem maior reflexão, levado unicamente do que lhe contara Joaquim Silvério dos Reis, o qual se tinha servido daquele estratagema para ver se, por semelhante medo, podia subtrair-se ao pagamento das grandes somas que devia à Fazenda Real de seu contrato; ao que, ocorrendo a ele, testemunha, asseverar ter sido certíssimo o dito projeto, cuja averiguação se cometera a dois ministros que tiraram uma exata devassa, lhe respondeu o dito criado: – “que o papel admitia tudo quanto se lhe quisesse escrever, e que os ministros naturalmente satisfariam a vontade do senhor general”; (...) e tendo outro encontro com o professor de grego (padre João Marques Pinto) na mesma cidade, este, não obstante ter sido da obrigação do dito senhor Visconde General, como ele testemunha entende, lhe falou também mal do referido procedimento, acrescentando que fora nímio receio, e que o mesmo senhor se fiara de Joaquim Silvério e do ajudante de ordens Antônio Xavier de Rezende, que já bem conhecia de Lisboa. De sorte que observou que quase todos caluniavam ali a diligência, criminando a sua excelência.³⁹

Os dois relatos acima expõem informações extremamente relevantes a respeito das murmurações em torno da Inconfidência. No Rio, o julgamento da população parece ter feito recair sobre o governador, Visconde de Barbacena, a culpa pela execução de injustas prisões, e sobre Silvério, a acusação de ter agido falsamente através de mentirosas e traidoras insinuações. “E com que há o Visconde de Barbacena de ressarcir o crédito, a honra, e fazenda a tantas mil pessoas?”, perguntava-se, indignado, um comerciante anônimo daquela cidade.⁴⁰

A delicada situação de Silvério dos Reis pode ser medida através das queixas que ele próprio expressou em sua correspondência. Após deixar o cárcere, em princípios de 1790, o delator escreve uma bateria de cartas solicitantes, endereçadas às autoridades coloniais. Nelas, o denunciante implorava auxílio contra as perseguições que vinha sofrendo na colônia, tanto na capital quanto em Minas. Reportando-se ao vice-rei, Joaquim Silvério lamentava-se de que, permanecendo preso durante nove meses, e, ainda depois de solto, sendo obrigado a permanecer no Rio, seus inimigos o prejudicavam em Minas. Segundo suplicou ao governador carioca, a “muito avultada porção de bens

³⁹ PERGUNTAS ao Furriel Manoel... ADIM, v. 1, p. 323-5.

⁴⁰ PERGUNTAS a José de... ADIM, v. 1, p. 319.



de raiz” que possuía naquela capitania estava sendo violada pelos opositores de suas casa, quando “entraram seus inimigos, que, com esta denúncia cresceram, [e] tomaram posse de muitos terrenos que pertenciam ao Suplicante”.⁴¹

A 3 de março de 1791, Silvério envia carta à metrópole, destinada ao Ajudante de Ordens Francisco Antônio Rebelo, na qual rogava-lhe interceder junto à corte no intuito de obter licença de transferência para o reino, a ser concedida a ele e a sua família. “Devo dizer-lhe que sou muito infeliz por obrar o que Deus manda”, confessava o delator. As perseguições torturavam sua sobrevivência na colônia: “os meus inimigos satisfeitos, fazendo-me hostilidades, tomando posse dos meus bens, a minha casa em desordem, prejuízos consideráveis [...] passando a tal miséria a minha infelicidade que me vejo cercado de inimigos por fazer o que devia”. Além das perdas econômicas, Silvério temia também o assassinio. Certa vez, voltando à noite para casa, sofrera um atentado: “me descarregaram um bacamarte com balas certas – que, por milagre de Nossa Senhora, que era sábado, não me mataram, porque as balas me deram pela algibeira da farda e se cravaram na porta da minha casa”.⁴²

No mesmo mês de março, outra missiva de socorro foi enviada diretamente ao secretário Martinho de Melo e Castro. Nela, o denunciante reiterava o pedido de passagem ao reino, justificando-o pelos riscos que corria ao permanecer no Brasil. Mas, o tom da carta era deveras dramático. Ao ministro português, Silvério contou que, enquanto Luís de Vasconcelos e Sousa estivera à frente do vice-reinado, não sofrera, ele, remetente, qualquer desatenção. “Porém”, desabafava, “mudado o governo, mudei de fortuna”. Na opinião de Silvério, o novo vice-rei, Conde de Resende, não se persuadira da fidelidade de sua delação, “nem do grande serviço que eu tinha feito a Sua Majestade”. Isto porque o imbróglie sedicioso ocorrera na gestão anterior e, portanto, o Conde nada obrara nos serviços de repressão. Estando alheio às diligências, e sem poder contar como seu o mérito da punição, o governante simplesmente “se persuadiu do que ouvia ao povo”; e o que o povo dizia eram difamações sobre as artimanhas da justiça. Segundo o delator, Resende acreditou que a denúncia da conjuração ocorrera sob “falsos pretextos”, unicamente voltados à perdição dos que “se achavam inocentes”, e, por fim, motivada “para por este modo merecer que fosse perdoada a dívida” que obrigava o denunciante junto à Fazenda Real.

O clima de desafeição, recebendo aval da maior autoridade colonial, se intensificara. Silvério

⁴¹ CARTA de Joaquim Silvério dos Reis ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa. ADIM, v. 7, p. 85.

⁴² CARTA de Joaquim Silvério dos Reis ao Ajudante de Ordens Francisco Antônio Rebelo. ADIM, v. 9, p. 67.



descreveu as mazelas públicas que lhe iam sendo impostas pelos cariocas:

persuadido este povo de que eu estava no desagrado do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde, passaram a dar-me um tiro de que só como por milagre escapei com vida; deram-se à minha porta umas cutiladas a outro, cuidando que se davam a mim, por este levar um capote irmão do que [eu] costumava usar de noite; depois destes fatos aconteceu proximamente que, morando eu por cima de um armazém onde estavam quantidades de barris de alcatrão, introduziram uma mecha de pano de linho com azeite e fogo, que foi Deus servido que, pelas 8 horas da noite, se descobrisse aquele incêndio, o qual se atalhou por serem ainda horas em que todos estavam de pé. Eu não tenho notícia de quem foi o agressor deste delito, nem certeza de que este mal se destinava a mim, porém, como me vejo cercado de inimigos, sempre vivo em aflição e desconfiança; entrou todo este povo a ultrajar-me, a desatender-me por todos os modos, não havia rua desta cidade por onde pudesse passar sem que ouvisse as maiores injúrias e desatenções; tudo sofria constantemente sem que a elas pudesse responder, porém mais as sentia do que todos os trabalhos e perdas da minha fazenda.⁴³

Ao que parece, o ano de 1790 fora particularmente difícil para o delator. Sua residência forçada no Rio granjeara-lhe uma série de ameaças e de antipatias. O julgamento contrário da população descrevia um ambiente hostil, no interior do qual o crime de inconfidência, imputado aos réus, continuava a ser desacreditado pelas murmurações. Joaquim Silvério confessou ao ministro português a clausura solitária de seus relacionamentos. Ele perdera a convivência com a maior parte de seus amigos, “porque todos os mais me haviam abandonado”. Elemento indesejável, o delator caíra no desafeto da opinião pública colonial, e, como tal, era extremamente vilipendiado pelos burburinhos, que o acusavam da traição. Se, no Rio, o rancor vingativo em relação a Silvério era grande, em Minas o sentimento assumia proporções ainda maiores. A este respeito, outra passagem da carta enviada a Melo e Castro é reveladora da animosidade:

participo a Vossa Excelência, que publicando-se no caminho de Minas Gerais que eu ia à minha fazenda do Ribeirão, se viram emboscadas de mascarados nos matos da dita fazenda que me esperavam para me matarem; e que os mesmos e outros a eles unidos, tiveram a resolução de chegarem a entrar nas casas da dita fazenda para verem se eu estava nelas. Os avisos de alguns poucos amigos, que ainda conservo em Minas, todos são que não volte a elas porque os presos são poderosos, e tendo muitos parentes, estou cercado de inimigos que me desejam tirar a vida; e nesta cidade já por três vezes se pretendeu conseguir este fim, como tenho exposto a Vossa Excelência.⁴⁴

Em todo caso, a ojeriza ao delator parece ter se difundido amplamente pelas sociedades mineira e carioca. Por isto, Silvério constatava-se publicamente marginalizado. Em uma de suas representações, ele reconheceu-se “vilipendiado não só pela plebe, senão ainda por aqueles que pelas suas representações deviam estimar o suplicante por este ter obrado ação da mais constante e notória

⁴³ EXPOSIÇÃO de Joaquim Silvério dos Reis ao secretário da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. ADIM, v. 9, p. 76.

⁴⁴ EXPOSIÇÃO de Joaquim Silvério... ADIM, v. 9, p. 77.



fidelidade”.⁴⁵

Todavia, se durante o ano de 1790, as murmurações demonstraram-se bastante hostis para com o denunciante, a situação começou a se modificar a partir do momento em que chegaram ao Rio, em fins daquele ano, os membros do Tribunal da Alçada, corpo jurídico instituído diretamente pela rainha para o julgamento das desordens mineiras.⁴⁶ Ao que tudo indica, a vinda dos novos juízes assinalou um marco importante no desenrolar das opiniões a respeito da Inconfidência. Grosso modo, é certo dizer que o desembarque da Alçada determinou uma viragem nas murmurações. A partir de então, num processo lento e ainda conflituoso, perdia força, pouco a pouco, a voz que desacreditava as culpas de infidelidade imputadas aos réus e, em proporção inversa, ganhava difusão a perspectiva de que o crime sedicioso fora efetivamente praticado. O próprio denunciante comemorou: “chegou enfim a minha redenção, que foi a charua; e nela, a respeitável Alçada”. Silvério dos Reis justificou seu otimismo argumentando que os ministros do Tribunal, responsáveis pela averiguação do crime, puderam certificar aos habitantes locais a real existência do atentado e, com isto, provar à população que o denunciante não fora um falso delator.⁴⁷

E o raciocínio possuía sua dose de verdade. Alguns indícios da época atestam que a chegada dos ministros movimentou o cenário de rumores. É possível que o novo inquérito tenha feito revigorar as discussões sobre a natureza do crime, polemizando ainda mais o debate público a respeito das desordens. Reflexo deste momento foi o depoimento dado na devassa por Joaquim Ferreira da Cunha, “morador nos sertões do Rio de São Francisco” e “que vive de criar gados”. Ele relatou em seu testemunho uma conversa que teve na estalagem de Santa Rita, localizada nas cercanias de Sabará, com um homem “vindo do caminho do Rio de Janeiro” e que “se apelidava capitão”, “de estatura baixa, grosso, e com uma farda azul agaloadá”. O depoimento é significativo em vários sentidos, pois demonstra bem o conteúdo contraditório das conversações. Apesar de extenso, será preciso transcrevê-lo por inteiro, a fim de reavivar a forma interativa como o tema era tratado pelas pessoas. Surgem aí as costumeiras misturas de boatos, de curiosidades e de julgamentos de que se compunham ordinariamente as murmurações:

E principiando ambos [Joaquim Ferreira da Cunha e o “capitão”] a conversar, lhe perguntou ele, testemunha, entendendo que o mesmo vinha do Rio de Janeiro, se era certo haver-se enforcado o Padre José da Silva, como tinha ouvido dizer. Ao que o dito Capitão respondeu que tal não havia; e que só se contava haverem chegado quatro Desembargadores e um Chanceler [...]. E tornando-lhe ele,

⁴⁵ REPRESENTAÇÃO de Joaquim Silvério dos Reis à Coroa concernente à apreensão de seus bens. ADIM, v. 9, p. 86.

⁴⁶ Os três juízes que compunham o Tribunal da Alçada aportam no Rio na véspera do natal de 1790.

⁴⁷ EXPOSIÇÃO de Joaquim Silvério... ADIM, v. 9, p. 76.



testemunha: -“A que fim viriam estes?” lhe respondeu que de duas uma: ou a tomarem nova informação para se averiguar se aqueles presos estavam ou não inocentes; ou a justicá-los. E travando-se a conversação a respeito do Tenente-Coronel do Regimento de Cavalaria Regular desta capitania, Francisco de Paula Freire de Andrada, dizendo ele, testemunha, que parecia incrível estar o mesmo cúmplice na sublevação que se pretendia concitar, segundo falavam, lhe contou o dito Capitão que, se Sua Excelência não tomasse tanto a tempo as providências que tomou, e não mandasse vir a tropa do Rio, certamente ao tempo da prisão daquele Tenente-Coronel Francisco de Paula haveria alguma desordem, por ser o mesmo muito benquisto de todo o regimento. E instando-lhe ele, testemunha, que não podia capacitar-se como se havia de efetuar aquela sublevação, visto que apenas haveria em Minas quinhentos barris de pólvora, segundo a sua estimativa, que era muito pouco, além de faltar também o dinheiro necessário, que não considerava nos que se diziam cúmplices; lhe respondeu que o seu cabedal, o dele testemunha, e o dos mais, é que havia de suprir toda a defesa, porquanto, a não suceder assim, lhe haviam de tirar violentamente. E que na sua geração não tinha havido infâmia alguma; mas que, se se verificasse estarem culpados aqueles presos, ele mesmo se oferecia para ser o seu carrasco. E continuando ele testemunha algumas mais instâncias de que presentemente se não recorda, conheceu bem que o dito Capitão estava plenamente capacitado de que, com efeito, se intentara a referida sublevação porque, argüindo-o de que dela não dava prova alguma convincente, concluiu o mesmo Capitão, fazendo-lhe como uma espécie de juramento de que bem se não lembra, afirmando que sem dúvida se projetava aquela desordem, e acrescentando que já isso vinha de longe; e se não, que lhe dissesse ele testemunha “para que eram tantos regimentos e tanta tropa, como se tinham criado, obrigando-se os pobres soldados a fardarem-se logo, ou irem para a pedra.” Ao que, acudindo ele testemunha que o excelentíssimo Conde de Valadares é que tinha levantado os regimentos, lhe respondeu aquele capitão que isso tinha sido somente um em cada comarca, e que atualmente havia mais de trinta.⁴⁸

Importa perceber no trecho o tom polêmico com que os interlocutores disputam os conteúdos políticos da conjuração. A testemunha Joaquim Ferreira da Cunha tende a desconfiar, não acreditando que o crime realmente existisse. Como se sabe, Joaquim não era o único a defender tal perspectiva. Por detrás da desconfiança, perfilava-se todo um conjunto de vozes dissonantes, questionadoras das culpas imputadas aos presos. Porém, por outro lado, o interlocutor da testemunha, alcunhado “capitão”, defende opinião contrária, e, com argumentos renitentes, procura demonstrar a *possibilidade* concreta da rebelião. Vozes semelhantes a esta começavam a despontar.

A polêmica sobre a natureza do crime, se real ou falsificada, tomou conta do Rio de Janeiro. Segundo relato do frei Raimundo da Anunciação Penaforte, responsável pelo conforto espiritual dos réus, existiam diferentes impressões a respeito do caso. Em sua opinião, a tese de inconfidência ia ganhando maiores “conceitos” na medida em que “chegavam presas as vítimas daquele ódio e raiva e das abrasadoras chamas da liberdade”. Entretanto, isto ainda estava longe de ser consensual. Para o religioso, um sentimento de “comiseração” em relação aos presos era comum entre a gente pobre. A “plebe frágil, indiscreta e mal instruída” não se convencia da verdade criminosa. Ao contrário, continuava a falar “pela boca do erro em seu abono”. O povo miúdo duvidava da culpa dos acusados

⁴⁸ PERGUNTAS a Joaquim Ferreira da Cunha. ADIM, v. 1, p. 326-8



e considerava como “mais feroz e abominável dos homens” ao coronel Silvério dos Reis, tido por falso-denunciante.⁴⁹

Ainda segundo o depoimento de Penaforte, existiam também outros murmúrios de descrédito, proferidos, desta vez, por pessoas de maior consideração da sociedade carioca. Para alguns – “em cujos peitos pulsava o amor da pátria e corria o mesmo sangue pelas veias” – os episódios mineiros não haviam sido mais que meros “ajuntamentos de poetas”. A realidade do crime caía, portanto, em suspeita, como fosse “fabulosa a projetada revolução, assim como fabulosos eram os mistérios da poesia”. Mas, dentre os defensores desta opinião, uns poucos argumentavam “mais duramente”, julgando que os poetas, perdidos na devassidão mundana, em saraus licenciosos, pagavam por suas condutas. Os presos haviam incorrido em pecado e, por isto, suas culpas podiam ser atribuídas a “uma vida dissipada”, fruto da vaidade, do orgulho e da riqueza. A justiça humana fazia as vestes do juízo celestial.⁵⁰

O contraste de opiniões era grande. Os conceitos estavam divididos, aumentando a “indecisão do juízo que se devia formar de caso tão implicado”. A longa duração do processo fez perdurar as discussões. A devassa corria sob sigilo, e daí a expectativa se generalizava. Segundo Penaforte, as dúvidas sobreviveram por período de quase dois anos, estendido de maio de 1789 a fins do ano seguinte, até que os ministros da Alçada aportaram no Rio. A chegada do Tribunal transformou as especulações. A figura de Silvério dos Reis, até então olhada com desconfiança, foi paulatinamente abonada: “à proporção que cresciam as provas de ser verdadeira a sua denúncia, se diminuía as precauções que a seu respeito se tomaram”.⁵¹

No início de 1791, o chanceler Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho enviou ofício a Martinho de Melo e Castro, informando-lhe das primeiras notícias recolhidas pela Alçada no Brasil. Segundo Coutinho, ocorriam prejuízos comerciais nas trocas entre Minas e o Rio, porque muitos negociantes cariocas temiam transacionar com os habitantes da capitania vizinha, receando perdas com confiscos e seqüestros. Aparentemente, persistia o clima de que as investigações ainda não estivessem com corpo fixo de réus, tornando incerta a inocência dos mineiros. O ministro propunha o lançamento de editais públicos, anunciando o “perdão geral em nome de Sua Majestade”, dedicado

⁴⁹ ÚLTIMOS momentos dos inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão. Frei Raimundo da Anunciação Penaforte, 30 de junho de 1792, aproximadamente. ADIM, v. 9, p. 162.

⁵⁰ ÚLTIMOS momentos... ADIM, v. 9, p. 163.

⁵¹ ÚLTIMOS momentos... ADIM, v. 9, p. 177.



ao restante da população, para que os ânimos se acalmassem.⁵²

Em meados do ano, o mesmo chanceler já podia certificar que a cidade do Rio de Janeiro não fora contaminada pelos termos sediciosos da conjuração. No entanto, o sinal de alerta permanecia. Lisboa deveria precaver-se nas nomeações de funcionários, principalmente em postos “que podem ter influência nos povos”, investindo apenas pessoas de “inteira fidelidade”. No Brasil, existia sentimento de aversão aos portugueses do reino. Os “brasileiros” se arrogavam posições de mando e não viam com bons olhos a administração monopolizada pelos reinóis; os nativos acreditavam “que os europeus lhes levam as riquezas que são devidas aos filhos deste continente”.⁵³ Naquele momento sensível, um funcionário pouco fiel ou que praticasse abusos de justiça poderia ser fatal, fazendo renascer as vozes rebeldes.

O Tribunal da Alçada alavancou as minúcias do crime, provando que a conspiração de fato se premeditara. É possível que isto tenha causado no Rio certa preocupação, pois pairava a suspeita de que muitos cariocas estivessem conluiados à desordem. Não foi por acaso, portanto, que as maledicências a respeito do governador de Minas Gerais e de Silvério dos Reis diminuíram de frequência, após a vinda dos ministros portugueses. Quem ousasse desferir palavras de agravo à investigação, poderia agora complicar-se seriamente.

Em todo caso, é importante frisar o conteúdo expresso nas murmurações até este momento. Significativamente, depois que os eventos da Inconfidência chegaram ao domínio público da colônia, impressões variadas circularam. Partindo, num primeiro estágio, de dados factuais e de versões mais ou menos antagônicas, as vozes rapidamente se deslocaram em direção à especulação filosófica. A partir deste ponto, um discurso parece ter alcançado aceitação considerável. A dúvida quanto à natureza do crime ensejou maledicências a respeito do governador de Minas Gerais e do denunciante. Críticas pessoais, acusações de despotismo e de traição foram temas recorrentes neste burburinho.

Num ritmo já conhecido e tradicional, as murmurações empregaram a antiga linguagem de julgamento dos funcionários. O Visconde de Barbacena, tido por governante tirânico e descuidado, que erroneamente confiara nas palavras de um impostor, era responsabilizado pelos atos de

⁵² OFÍCIO de Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho a Martinho de Melo e Castro. 18 de janeiro de 1791. ADIM, v. 8, 333.

⁵³ OFÍCIO de Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho a Martinho de Melo e Castro. 30 de maio de 1791. ADIM, v. 8, p. 356.



repressão. O crime fora forjado sob a convivência do general. De maio de 1789 a dezembro de 1790, esta opinião deu a tônica do vozerio, veiculando mensagens de descrédito e de crítica. Em seus primeiros momentos de debate, a opinião pública colonial não hesitou interpretar os fatos da conjuração através de um tópico discursivo preexistente, cujos argumentos em nada se diferenciavam de vozes anteriores, comuns à história de Minas Gerais.

Caso este murmúrio permanecesse e se fizesse consensual, o andamento das investigações enfrentaria dificuldades imprevisíveis. Se o governo colonial desejava safar-se das maledicências contínuas, que poderiam, talvez, reacender antipatias políticas perigosas, era preciso provar aos habitantes locais a idoneidade do processo ou, no mínimo, abafar estes dizeres de crítica. O que estava em jogo ali ultrapassava o mero trabalho judicial. Entravam em conta representações políticas importantes à manutenção da monarquia. E um basta às murmurações era tarefa fundamental.

A resposta começou em 1791, com a vinda da Alçada. A partir daí, o espetáculo da punição fincava seus primeiros alicerces. É curioso lembrar que D. Maria I escreveu sua carta de sentença no dia 15 de outubro de 1790, antes que o Tribunal chegasse à colônia.⁵⁴ O resultado do julgamento já estava preestabelecido; faltava agora montar o teatro de fantoches, capaz de representar ao público colonial o efeito pedagógico de um ensinamento político. Mas, esta resposta à opinião pública não seria dada pelas autoridades americanas. Até ali, elas haviam sido acusadas de despotismo. Por isto, em seu lugar, iria sobressair a representação máxima da monarquia. Pela primeira vez na história de Minas, um crime político era investigado por tribunal específico, diretamente nomeado pela rainha, para o julgamento exclusivo da desordem.

A sentença proferida pela Alçada no dia 18 de abril de 1792 foi deveras impactante. Nada menos que 11 réus eram condenados à pena capital. Este veredicto significara algo inédito nos anais da justiça colonial. A notícia espalhou-se rapidamente, da sala do júri para as ruas da cidade. Segundo relato escrito pelo Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, enquanto os réus expiavam suas contrições e seus últimos arrependimentos, a novidade aterradora transmitiu-se publicamente, produzindo “entre o povo os seus efeitos”. A sentença era a “mais medonha e a de mais feia ostentação que nesta cidade se tinha visto”. Muitas famílias teriam se retirado para o campo, fugindo ao clima lúgubre. As ruas ficaram ermas e a comunicação entre as pessoas diminuiu. Os segredos do crime haviam sido expostos, a quem quisesse ver. Com isto, a justiça e a autoridade públicas

⁵⁴ CARTA Régia de 15 de outubro de 1790. ADIM, v. 7, 259.



justificavam seus procedimentos repressivos. Ninguém mais poderia duvidar da realidade conspiratória.⁵⁵

Dois dias depois, o teatro judiciário encenava mais um de seus atos. A leitura do perdão concedido pela rainha ressoou como um raio de luz em meio às trevas. Seu efeito político, embora exagerado pelos cronistas, não deve, de fato, ter sido pequeno. O povo apinhado em frente à cadeia rompeu sob brados de alegria e de alívio. Uma felicidade momentânea tomou conta da cidade. A plebe carioca, “sempre mais animosa”, concedia vivas à soberana, reconhecendo-lhe a dádiva misericordiosa do perdão: “dava-se a notícia já sem escolha de pessoa, e dava-se em altas vozes”. As ruas se encheram de gente e todos se congratulavam pela clemência real. “‘Viva a Rainha!’ –eis aqui os termos com que se explicavam – ‘Apareceu um decreto! Escaparam os presos!’”⁵⁶

A pedagogia ambivalente do perdão teve desfecho no dia seguinte, com o suplício de Tiradentes. Mais uma vez, a concorrência do povo e a expectativa da execução serviram de armas ideológicas de convencimento.⁵⁷ A *via-crúcis* do condenado, em tudo análoga à Paixão de Cristo, encaminhou-se para a forca. No trajeto até o cadafalso, Tiradentes resignara-se à própria sorte, reconhecendo o crime que praticara e a justeza da punição. Uma efervescência religiosa parece ter vindo à tona: ao pecado mortal seguira-se o arrependimento. A sociedade carioca reafirmava seus laços mais íntimos de convivência. A submissão ao trono português conjugava-se à fé católica, formando os dois pilares de sustentação do império lusitano. Os vivas à rainha e a oração pública de um religioso completaram o ritual.⁵⁸

⁵⁵ MEMÓRIA do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde 17 até 26 de abril de 1792 – por Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, 2 de maio de 1792. ADIM, v. 9, p. 102-03.

⁵⁶ MEMÓRIA do êxito... ADIM, v. 9, p. 105-06.

⁵⁷ “Avulsas patrulhas demandavam continuamente este largo [da barreira de Santo Antônio, Campo da Lampadosa], apartando o indizível concurso do povo – que cada vez mais se apinhava. (...) O povo foi inúmero e, se não fossem as patrulhas avulsas, sem dúvida ele mesmo ficaria esmagado debaixo do peso de sua imensa massa. Como se abala o povo para ver o que deve precaver! (...) As janelas estavam quase vindo abaixo de tanto mulherio. Cada uma postava com outra o melhor asseio. Não permitiu a Providência que a curiosidade roubasse a maior parte deste espetáculo: foi tal a compaixão do povo à infelicidade temporal do réu que, para lhe apressarem a vida eterna, ofereceram voluntariamente esmolos para dizerem missas por sua alma; e só nessa passagem, tirou o Irmão à bolsa, cinco doblas”. ÚLTIMOS momentos... ADIM, v. 9, p. 172-76.

⁵⁸ Depois da execução e de algumas falas, seguiram-se “três vivas sucessivos – a que responderam os Regimentos e todo o imenso povo que presente estava – em louvor de nossa augustíssima soberana”. Consecutivamente, a oração do Frei Fernando de Oliveira Pinto, religioso de Nossa Senhora do Carmo “fez conhecer com toda a evidência quanto se devia a Deus por haver impedido os efeitos da conjuração premeditada; quando devia esta cidade por não ver contaminado um só



Tiradentes estava morto e os demais inconfidentes, degredados. A conjuração fora desmantelada, depois de um longo percurso murmurativo. Mas, a maior vitória do poder metropolitano encontrava-se, de fato, em outro lugar. O período intercalado entre julho de 1788 e dezembro de 1790 tivera características extremamente perigosas, do ponto de vista político. Murmurações a respeito do fisco, boatos sobre abusos de funcionários, vaticínios populares e a agremiação de poderosos preencheram a opinião pública de Minas Gerais, de uma forma intensa e, talvez, inédita. E os pontos de tensão não estiveram ligados apenas à conjura. Depois de presos os inconfidentes, ainda assim persistiram vozes de descrédito, que realimentavam o desconforto político. Duvidava-se das autoridades americanas. Corriam maledicências em torno da devassa. Questionava-se a culpa imputada aos réus. O governo e a justiça coloniais sofriam tripúdios públicos e contínuos. A prisão dos criminosos de maneira alguma resolvera as dificuldades. Uma linguagem política de oposição, alimentada por pressupostos corporativos de poder, continuava a desferir seus julgamentos.

O silêncio das murmurações só pôde ser alcançado mediante o uso de recursos políticos extremos e, até então, inéditos à história da América portuguesa. O Tribunal da Alçada, o teatro judiciário e, por fim, a carta-régia de clemência possuíam objetivos que iam muito além do simples inquérito criminal. O efeito destes elementos acabou por reverter, em proveito da monarquia, uma situação desfavorável. Usadas as armas de convencimento, a opinião pública colonial já não desacreditava, não maldizia funcionários, nem punha sob suspeita a legalidade do governo português. Criara-se um crime, um perdão e, como término, uma lição. Em lugar das vozes, a própria coroa dera a última palavra, qualificando os acontecimentos. A partir daí, a noção de Inconfidência, enquanto conceito empregado pelos autos de devassa, impunha sua legitimidade histórica.

Porém, a nomenclatura logo cobrou seu preço. Depois da execução de Tiradentes, publicando-se o castigo da traição, infligindo temor às conseqüências da infidelidade, os eventos de 1789 nunca mais seriam os mesmos. Fundava-se uma nova memória. Desde então, os rumores abandonaram a antiga dicotomia entre realidade/ falsidade do crime. O problema agora era outro e as especulações direcionaram-se rapidamente. Dos quartos expostos de Silva Xavier, surgiram os pedaços de um projeto político inconfidente. Morto por seu crime e pecado, Tiradentes ia transformando-se em mártir de uma causa. Dois anos depois, no Rio de Janeiro, alguns letrados, que

de seus habitantes”. MEMÓRIA do êxito... ADIM, v. 9, p. 93.



não duvidavam da conspiração, puderam evocar seus inconformismos através da lembrança de “que os réus da conjuração de Minas, porque ficaram mal, foram tratados por rebeldes; mas que se ficassem bem seriam uns heróis”.⁵⁹

Quando a conjura transformou-se em Inconfidência, uma nova linguagem política nascia. Acompanhando as mudanças teóricas que sacudiam a Europa, com a Ilustração e, sobretudo, com a Revolução Francesa, esta linguagem atribuiu aos eventos de Minas contornos específicos, distantes da tradição política colonial. A conspiração rompeu os laços do passado. Nela, nada mais lembrava a antiga rebeldia das elites coloniais, eivadas de corporativismo. Problemas com o fisco, reação aos abusos de funcionários, críticas ao mau governo eram tópicos ultrapassados. A Inconfidência manifestara desobediência maior, sistêmica, devotada à própria monarquia, questionando sua legitimidade.

Não foi aleatório, portanto, que a Inconfidência Mineira passasse à história como evento conexo à Revolução Francesa. Embora a conjura colonial antecederesse em alguns meses a tomada da Bastilha, ambas ocorreram no mesmo ano. Uma testemunha da devassa ouvira dizer que o projeto de levante em Minas comunicava-se com a França, através de cartas.⁶⁰ Anos depois, já na segunda década do século XIX, os viajantes Spix e Martius observaram, nos relatos que deixaram de suas passagens pelo interior da capitania de Minas Gerais, que “o mais celebrado poeta de Minas é [Tomás Antônio] Gonzaga, que [...], porém, *ao estalar a Revolução Francesa*, deixou-se arrastar a um movimento sedicioso, e foi banido para Angola, onde morreu”.⁶¹ No período do Brasil independente, muitos livros de história cometeram o mesmo anacronismo.⁶² Tarquínio J. B. de Oliveira, anotador e comentarista na edição dos ADIM, não pôde se furtar à tentação.⁶³ Recentemente, um filme de fundo histórico a respeito da Inconfidência colocou na boca de Tiradentes o lema que rogava por *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*.⁶⁴

⁵⁹ *Autos de Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002. p. 73.

⁶⁰ PERGUNTAS a Joaquim José de Freitas. ADIM, v. 1, p. 314-5.

⁶¹ J. B. Von SPIX. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, p. 189. Grifo meu.

⁶² Ciro Bandeira de MELO. “A Inconfidência Mineira nos livros de 1º grau: história para milhões”. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v.4 – n. 2 e 3, mai./dez.1989, p. 95-105.

⁶³ Dentre outras passagens, cito a descrição feita pelo historiador a respeito da bandeira planejada na Inconfidência: “A bandeira concebida por Tiradentes constituía-se de um tríplice triângulo equilátero, concêntrico, *provavelmente das três cores revolucionárias*: a faixa externa, vermelha (*igualdade*); a intermediária, branca (*liberdade*); e a interna azul (*fraternidade*). Alvarenga sugeriu o tríplice: *libertas quae sera tamen* (liberdade ainda que tardia) – que se suporia inscrita na faixa branca intermediária. ‘Viva a liberdade’ era o grito de guerra proposto para a sublevação do povo e da tropa.” ADIM, v. 9, p. 40. Grifo Meu.

⁶⁴ O filme é *Tiradentes*, dirigido e produzido por Oswaldo Caldeira, lançado no Brasil em 1998.



A memória da conjuração manteve, assim, sua herança polêmica. De um lado, perfilou-se o antigo vozerio, que desmerecia a justiça, maldizia os funcionários e questionava a realidade do crime. Embora abafado depois do teatro judiciário e da execução de Tiradentes, este viés de interpretação parece ter sobrevivido. Em meados do século XIX, Richard Burton notou que as reminiscências do crime permaneciam vivas para a população mineira; quase todos defendiam a opinião de que a pena imposta aos inconfidentes fora “excessiva e injusta”.⁶⁵ Contudo, de outro lado, houve linguagem política extemporânea, delineada a partir da última década do século XVIII. Para esta linha de raciocínio, a Inconfidência não só existira, enquanto crime político, como também significara um projeto político moderno, marcado pelo novo tempo europeu, de rupturas e de revoluções.

Bibliografia:

- ANASTASIA, Carla. “A idéia de República na Inconfidência Mineira” In: *XI Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: MINC/IBPC, 1993, p. 121-129.
- BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo, Edunesp, 1993.
- BURKE, Peter e PORTER, Roy (Orgs.). *História Social da Linguagem*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- _____. *Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. “Tiradentes: um herói para a República”. *A formação das Almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 65.
- _____. “Mito universal”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, n. 19, p. 29.
- CASTRO, Eduardo Machado de. “A Inconfidência Mineira: narrativa popular”. *RAPM*, v. 6, 1901, p. 1065- 1151.
- CHRISTO, Moraliz de Castro Vieira. “Herói em Pedacos”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, n. 19, p. 24-28.
- DIAS, Fernando Correia “A Inconfidência Mineira em contextos de revisão”. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v.4 – n. 2 e 3, mai./dez.1989, p. 106-131.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas “Inconfidência Mineira: Memória e Contra-Memória”. *Varia*

⁶⁵ José Murilo de CARVALHO. “Tiradentes: um herói para a República”. *A formação das Almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 65.



História. Belo Horizonte, Ed. UFMG, n. 12, Dez/93, p. 66-79.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Painel Histórico”. In: Domício Proença Filho (org.) *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)*; Disponível na internet.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820020002&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 18/04/05.

_____. “Inconfidência Mineira: Mito e História na historiografia” *1500/2000: Trajetórias*. Belo Horizonte, Ed. Unicentro Newton Paiva, 2000. p. 123-130.

FURTADO, Júnia Ferreira “O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais” *LPH: Revista de História*, n. 4, 1993/94.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope – História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo. Cia. Das Letras. 2002.

_____. “Uma República entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade.” Artigo disponível na internet: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso: 30/07/2006.

_____. “A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime?” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e Luiz Carlos VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 2, p. 629-648.

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2008. Dissertação de mestrado.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tr. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HANSEN, João Adolfo “Ler e ver: pressupostos da representação colonial”. *Veredas*. 3-1 (Porto, 2000) p. 75-90.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Revoltas e revoluções: a resistência das elites provinciais”. *Análise Social*. Vol. XXVIII (120), 1993 (1º), p. 81-103.

IGLESIAS, Francisco. “Sobre a Inconfidência: história e mitologia”. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/ Rio Arte/ Fundação Rio, dezembro de 1979, p.



6- 14.

JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira, Síntese Factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tr. L. V. B. Castelo Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.

_____. “La formación del concepto moderno de historia” *historia/Historia*. Madrid, Trotta, 2004, p. 27-106.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 11 50.

LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

LE MOS, Carmem Sílvia. *A Justiça Local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de mestrado. FAFICH, UFMG, 2003.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa – a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

MELO, Ciro Bandeira de. “A Inconfidência Mineira nos livros de 1º grau: história para milhões”. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v.4 – n. 2 e 3, mai./dez.1989, p. 95-105.

MOTA, Carlos G. *A Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento*. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1989.

PAULA, João Antônio de. A inconfidência Mineira: Revolução e Limites. *Análise & Conjuntura: Inconfidência Mineira/ Revolução Francesa: Bicentenário 1789/1989*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3- Mai/Dez, 1989. p. 37-49.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, EDUSP, 2003.

RAMOS, Donald. A voz popular e a cultura popular no Brasil do século XVIII. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.) *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa. Estampa, 1995, p.137-155.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global, 1986.

_____. “A disputa pela história: traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo”. *Varia História*, n. 20, Mar/1999, p. 60-77.

SANTOS, Lúcio J. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972.



SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *História da Conjuração Mineira*. Disponível na internet.

Endereço eletrônico:

http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/didaticos/historia_da_conjuracao_mineira.htm. Acesso: 12/01/2007.

SOUZA, Laura de Mello e. “Os ricos, os pobres e a revolta nas minas do século XVIII (1707-1789)”. *Análise & Conjuntura: Inconfidência Mineira/ Revolução Francesa: Bicentenário 1789/1989*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3- Mai/Dez, 1989, p. 31-36.

_____. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII” in: Aduino Novaes (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 347-366.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *Combate nas Luzes: a recepção e leitura do Recueil pelos inconfidentes Mineiros*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2004. Dissertação de Mestrado.

SPIX, J. B. Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981

VILLALTA, Luiz Carlos. “Origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 2, p.579-607.

XAVIER Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: Antônio Manuel Hespanha (coord.) *História de Portugal*. V. 4. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 121-155.

Fontes:

Autos de Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1976-2001, 11 vs.



VONTADE RÉGIA *VERSUS* INTERESSES LOCAIS: A CÂMARA DA PARAÍBA E A FESTA PARA SÃO FRANCISCO DE BORJA

Andrea Simone Barreto Dias
Mestranda UFCG
Juciene Ricarte Apolinário
Professora Dra UFCG

RESUMO

Pretendemos analisar as estratégias e os objetivos dos poderes locais da Capitania da Paraíba, representados por meio dos oficiais da Câmara, na sua recusa em organizar a festa para homenagear São Francisco de Borja. A partir do que significava o espaço da festa, para a sociedade reinol e colonial, entendemos que a não realização desta festejos representou uma forma sutil de demonstrar, junto ao monarca português, a insatisfação desses vassalos diante das medidas implementadas nesta Capitania pela Coroa Portuguesa.

Palavras-chave: Religiosidade; Festas; Sociedade Colonial

ABSTRACT

We intend to analyze the strategies and objectives of local government of the Captaincy of Paraíba, represented by the officers of the Board, in its refusal to hold a party in honor of St. Francis de Borja. From the space meant that the party for the old country and colonial society, we understand that failure to make this celebration was a subtle way to show, by the Portuguese monarch, the dissatisfaction of those vassals before any action on this captaincy by the Portuguese Crown.

Keywords: Religiosity; Parties; Colonial Society

Introdução

Ao observarmos os contextos sociais em que ocorriam as festividades públicas barrocas, na América Portuguesa, podemos entender festa, neste período, como espaços de sociabilidade legítimos nos quais podemos detectar as redes de negociações utilizadas por diversos grupos sociais. Podemos



visualizar a presença marcante da Coroa Portuguesa impondo seus valores e regras através dos ritos religiosos. Todavia, podemos perceber, também, que esses eventos se constituíam em espaços de embates sutis decorrentes das relações, conflituosas na maioria das vezes, entre esses mesmos grupos sociais. Tais embates se davam na maioria das vezes no plano simbólico, regras de precedência não cumpridas, ocupação de lugares não permitidos, mistura de diferentes grupos e posições sociais dividindo o mesmo espaço, caracterizam momentos e atos, que a primeira vista podiam ter caráter efêmero, mas que a olhar mais atento podia se configurar como resultado dos desequilíbrios sociais do cotidiano, cuja significação não se esvaia ao término dessas festividades.

Essas explosões periódicas vistas através dos espetáculos públicos, que eram as festas barrocas, se constituíam em manifestações sociais toleradas e negociadas tanto pela Coroa, que buscava normatizar este espaço, juntamente com a Igreja Católica, bem como pelos diversos grupos sociais através de suas Irmandades, Ordens Terceiras e Misericórdias.

Esta sociedade mestiça exibida quase em sua totalidade nas festividades públicas, onde se viam negros em festa “de branco”, como músicos, ou serviçais, segregados ou misturados com gente de outros setores sociais e raciais⁶⁶, dividindo o espaço também com gentílicos e suas danças, constituía visão que chocava a muitos viajantes estrangeiros. Tal era a naturalidade desses atos que dois naturalistas alemães, que permaneceram no Brasil entre os anos de 1817 a 1820, comentam em relação ao Brasil “*Que poderá trazer o quarto século para um país, que em apenas três pôde assimilar todas as orientações e graus de civilização, pelas quais o gênio da humanidade conduziu o Velho Mundo durante milênios.*”⁶⁷

A festa por se configurar em espaço de negociação representa este lugar do possível. Possibilita aos agentes sociais esse confrontar junto ao poderes reguladores, o régio e o eclesiástico, afinal tratava-se de lugar sagrado onde as diferenças se harmonizavam e tinham, esse espaço de identidade permitido,

⁶⁶ REIS, João José. Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista. In JANCSÓ, ISTVÁN E KANTOR, IRIS(Org.) . Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p. 339.

⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Viajantes em meio ao império das festas. In JANCSÓ, ISTVÁN E KANTOR, IRIS(Org.) . Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p.606.



teatralizado, feito espetáculo não somente régio, mas também dessa nova sociedade mestiça, que se dizia vassala, todavia nem sempre obediente, como será exposto mais adiante.

Pretendemos analisar as estratégias e os objetivos dos poderes locais da Capitania da Paraíba, representados por meio dos oficiais da Câmara, na sua recusa em organizar a festa para homenagear São Francisco de Borja. A partir do que significava o espaço da festa, para a sociedade reinol e colonial, entendemos que a não realização desta festejos representou uma forma sutil de demonstrar, junto ao monarca português, a insatisfação desses vassallos diante das medidas implementadas nesta Capitania pela Coroa Portuguesa.

1. D. José I e o culto à São Francisco de Borja

O culto à São Francisco de Borja foi imposto por Dom José I no Reino Português, bem como em seus domínios no ultramar, após o terremoto de primeiro de novembro de 1755 em Lisboa. O motivo desta imposição foi a graça alcançada pelo fato do mesmo Rei e toda a sua família terem escapado ilesos de tal catástrofe. Em 1756 as Câmaras da América Portuguesa recebem a orientação real para organizar procissão⁶⁸ em homenagem a este santo em todo dia primeiro de outubro.

O culto a este santo jesuíta espanhol era apagado ou quase inexistente em Portugal na primeira metade do século XVIII. Sua difusão se deveu a intervenção de D. José I, adotá-lo como santo protetor do Reino em casos de terremotos. Pouco conhecido no Brasil, o culto a São Francisco de Borja, enfrentou diversas barreiras como o desconhecimento popular em relação ao santo e principalmente a de quase não existir, na América Portuguesa, imagem sua.

⁶⁸ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, assim dispõe em seu Livro III, tít. 13: Procissão é uma oração pública feita a Deus por um comum ajuntamento de fiéis disposto com certa ordem... E como este culto seja um eficaz meio para alcançarmos de Deus o que lhe pedimos, ordenamos, e mandamos, que tão santo e louvável costume e uso das Procissões se guarde em nosso Arcebispado, fazendo-se nele as Procissões gerais, ordenadas pelo Direito Canônico, Leis e Ordenações do Reino e costume deste Arcebispado e também as mais que mandamos fazer observando-se em todas a ordem e disposição necessária para perfeição, e majestade dos tais atos, assistindo-se neles com aquela modéstia, reverência e religião que se requerem estas pias e religiosas celebridades. (Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Tipografia, 2 de Dezembro de 1853).



Oficiais de câmaras, como os da Vila de Sabará e de outros locais, na região das Minas, que diante da imposição régia, se apressaram em mandar fazer a imagem de São Francisco de Borja para sair em procissão como prescreviam as ordens reais, bem como em respeito aos ritos eclesiásticos que previam procissão com imagem.

O culto à São Francisco de Borja definhou no Brasil, ainda no século XVIII. A lembrança deste santo se apagou em muitos locais e sua imagem muitas vezes é confundida com as de outros santos católicos, demonstrando que seu culto não chegou a se popularizar em larga escala,⁶⁹ afinal São Francisco de Borja representava na maior parte do Brasil um orago oficial, homenageado conforme os desejos e as orientações do Monarca português.

2. A Câmara, os Religiosos e o Procurador da Fazenda: Em meio às “impossibilidades da festa”

Em 22 de Abril de 1757 o ouvidor-geral da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha, envia carta à D. José I, afirmando que já fez registrar nos senados das Câmaras de todas as comarcas sob sua jurisdição, os decretos régios sobre as homenagens e festejos para São Francisco de Borja e Nossa Senhora⁷⁰. Nesses decretos reais não havia, segundo este ouvidor-geral, a declaração clara de serem os senados das Câmaras os responsáveis pelas despesas dessas festas, e por não saber de onde sairia tais custas, achou justo ordenar aos senados que mesmo assim as fizessem e assumissem a responsabilidade por tais festejos.

As câmaras municipais possuíam um importante papel na organização dessas manifestações públicas de júbilo por ocasião de nascimentos, bodas ou morte de membros da família Real. Eram responsáveis em fiscalizar e fazer cumprir posturas diante das solenidades da festa, todavia, nem sempre essas atuações eram feitas sem problemas e dificuldades, pois dependiam da obediência das

⁶⁹ COELHO, Beatriz.(Org) **Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005, p. 76.

⁷⁰ Carta do ouvidor-geral da Paraíba à D. José I. (AHU- Avulsos Paraíba: CX.20, D.1538)



posturas impostas e por decorrência a fiscalização necessária para a mesma.⁷¹ A participação do corpo camarário nas procissões de Corpus Christi, por exemplo, equivalia à participação de Sua Majestade⁷², afinal a presença da câmara na procissão tinha como finalidade representar nesta solenidade o poder régio. As procissões e festas eram uma forma da pessoa do rei se fazer presente no cotidiano de seus vassallos no ultramar.

O ouvidor-geral da Paraíba Domingos Monteiro da Rocha tem a consciência da dimensão que a não realização destes festejos poderia acarretar para si mesmo. Afinal o que poderia justificar o não cumprimento das ordens reais? A realização de festas para satisfação Real, ou em sua homenagem, se constituía em fato quase corriqueiro no cotidiano colonial.

Na ocasião em que escreveu a carta ao rei D. José I, salientando que fez chegar as comarcas sob sua jurisdição, os decretos da festa de São Francisco de Borja e orientando as câmaras para realizá-los às suas custas, Domingos Monteiro da Rocha, parece estar a par da decisão antecipada da câmara de não realizar tais festejos. Esta correspondência, do ouvidor-geral da Paraíba, possivelmente pode ter sido a causa da manifestação através de carta dos oficiais camarários da Paraíba, justificando o porque da não realização desses festejos:

Desejosos de que nesta cidade tivessem feito logo neste ano, uma ação tão devota a todos do serviço de Deus, escrevemos ao Reverendo Vigário desta freguesia e ao Reverendo Vice-Reitor do Colégio da Companhia de Jesus desta cidade para que nos dessem a certeza se estavam prontos a fazer as ditas celebridades, duvidou um e outro na despesa e o Vice-Reitor ainda mais na falta da imagem do santo, que cuja razão escrevemos ao Procurador da Fazenda Real se tinha ordem para assistir a esta despesa ou duvidava em a fazer, o que nos respondeu que não tinha ordem para o poder fazer.⁷³

Os oficiais da câmara constroem um discurso onde se visualiza a pouca disposição dos religiosos em executar tais festividades. O vigário e o Vice-Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, “duvidaram nas despesas” e ainda mais na falta da imagem do santo para se fazerem as festividades. A própria Fazenda Real se disse não autorizada para os gastos com a festa. A câmara deixa claro que a

⁷¹ SOUZA, George Félix Cabral de. Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: La cámara Municipal de Recife (1710- 1822). Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007, p. 494-495.

⁷² SANTOS, Beatriz Catão Cruz. O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2005, p. 67.

⁷³ Carta da Câmara da Paraíba ao Rei D. José I, de 13 de maio de 1757 (AHU - Avulsos Paraíba: CX. 20, D. 1552).



municipalidade não tem condições para realizar a festa sozinha e solicita ao Rei soluções para “provê esta matéria”.

Esses oficiais do senado da Paraíba se colocam, nesta carta, como vassallos prontos para atender e obedecer as vontades Reais. Todavia, esta obediência deve ser entendida como uma hábil postura desses grupos que se aceitavam enquanto cidadãos ligados umbilicalmente ao Reino Português, e que diante de um problema recorrem a Sua Majestade, que era a instância máxima, para resolvê-lo.

A câmara da Paraíba deixa transparecer, nesta carta, indícios que nos faz crer na existência de um clima denso de instabilidade entre esta instituição e os poderes eclesiásticos locais, principalmente em se tratando do Vigário desta cidade, que se projetava em meio a organização dos festejos para São Francisco de Borja e Nossa Senhora. A denúncia contra o pouco caso desses religiosos, o Vigário e o Vice-Reitor, por ocasião do anúncio do decreto de Sua Majestade sobre o Patrocínio de Nossa Senhora e da homenagem à São Francisco de Borja, feita pela câmara expõe posturas estratégicas desses oficiais camarários, tendo em vista o não confronto direto com o poder régio, afinal muitos foram os culpados, apontados pela câmara, pela não realização dessas festas, inclusive a própria Fazenda Real através de seu procurador.

Além dessas rivalidades entre a câmara e esses religiosos, Vigário e Vice-Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, transpassadas na recusa em se realizar a homenagem para São Francisco de Borja em 1757, como havia decretado a Coroa portuguesa, existiam outros aspectos como o fato da câmara se constituir enquanto espaço utilizado pelas elites locais, e sendo por ela representados para negociarem suas aspirações junto aos poderes régios, se colocando sempre como porta-voz dessas mesmas elites.

A câmara era o lugar privilegiado de onde se manifestavam esses grupos. Através dela tais grupos tinham a oportunidade de participar do governo político do Império Português. Enquanto detentores de cargos administrativos, esses grupos seriam tratados e considerados como cidadãos, o mesmo acontecendo com seus descendentes. *Os conflitos em torno da cidadania típica do Antigo Regime português- pela inclusão no restrito círculo dos credenciados a exercer cargos no governo camarário- evidenciavam e legitimavam o monopólio da Coroa na identificação dos habilitados*



para tal exercício: os eleitores deveriam ser selecionados entre os mais nobres e das famílias mais antigas e honradas.⁷⁴

O contexto político esclarece as posições tomadas pela câmara. A insatisfação política das elites paraibanas fica latente ao analisarmos a lista das contas⁷⁵ que dá a câmara da Paraíba à Sua Majestade D. José I, através de seu Conselho Ultramarino em 1757, período da recusa de realização da homenagem à São Francisco de Borja.

Os assuntos, de que tratam as correspondências contidas nesta lista de contas que a câmara da Paraíba apresenta junto à Coroa, se referiam a: estarem os ofícios da câmara em desacordo com recente sujeição política à Capitania de Pernambuco, o que reflete também no aspecto econômico, aos impostos e donativos; reivindicação de representação junto à Coroa através de Procurador na Corte; alertam para os maus procedimentos do Vigário desta cidade Antonio Soares Barboza e o que se paga ao mesmo pelos enterros das crianças e escravos e pelas licenças de casamento; além da correspondência desta câmara pedindo esclarecimento sobre de onde iriam sair as despesas para a procissão anual de Nossa Senhora e São Francisco de Borja.

A questão da autonomia e defesa dos interesses locais parecem envolver os ânimos camarários paraibanos. A câmara da Paraíba ao externar as suas insatisfações, elege como meio de expressão o lugar da festa. Ao decidir pela não realização dos festejos ao santo jesuíta Francisco de Borja, este senado se expressa a partir de um lugar estratégico, a festa oficial que deveria ocorrer em todo o Reino português e seus domínios no ultramar.

O descumprimento do decreto por parte da câmara da Paraíba, significa a quebra momentânea desse mecanismo sutil de controle político através dos festejos religiosos feito por parte da Coroa. A imposição do culto oficial à São Francisco de Borja e as dificuldades inerentes a organização de festejos para um orago praticamente desconhecido na América Portuguesa, onde em muitas partes não existia nem a imagem do santo, constituiu a oportunidade do “dizer não à Coroa”.

Somam-se a esta oportunidade de desobediência ao Rei, os desequilíbrios entre as forças, secular e eclesiástica, nesta Capitania, que culminaram com os embates na não organização desses festejos à São Francisco de Borja, bem como aos descumprimentos das etiquetas nas festas públicas, quando na

⁷⁴ FRAGOSO, João, GOUVÊA, M. Fátima, BICALHO, M. Fernanda “ **Uma leitura do Brasil Colonial – bases da materialidade e da governabilidade no Império**” IN, *Penélope*, n.23, 2000, pp. 67-88. (ver páginas 76-77).

⁷⁵ Lista das contas que dá a câmara da Paraíba do Norte à Sua Majestade no ano de 1757 pelo seu Conselho Ultramarino (AHU - Avulsos Paraíba : CX. 20, D. 1576), ver anexos.



ocasião da procissão à Nossa Senhora, por parte do Vigário, e dos oficiais camarários paraibanos, como será discutido mais adiante neste texto.

Em 1757 na Capitania da Paraíba, o decreto régio sobre as festividades oficiais, é cumprido em parte. Só houve a celebração em homenagem ao Patrocínio de Nossa Senhora, que ocorreu só por insistência e ordens do Bispo ao Vigário. Esta festa foi feita à custa da Irmandade de Nossa Senhora das Neves. São Francisco de Borja não foi festejado. Contrariava-se a vontade do Rei.

Na procissão do Patrocínio de Nossa Senhora, os ânimos, entre os religiosos e a câmara, ainda se encontravam alterados. O Vigário, segundo os oficiais da câmara, com menos solenidade que o necessário, não levam o Santíssimo Sacramento de forma adequada, nem informam à câmara sobre a procissão:

Sendo costume esperarem os párocos a porta principal da matriz ao senado da câmara, como o dito pároco o tem feito muitas vezes, agora nesta ação não o fez, pois vindo o vigário esperar a porta da mesma matriz a comunidade dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, que vieram acompanhar a procissão, deste senado nenhum caso fez. Que só estando já às grades que dividem o corpo da igreja é que nos apareceu, sendo esta desatenção estranhada geralmente dos que se achavam na igreja, nos ficando a desconfiança de que teríamos representado a Vossa Majestade os excessivos emolumentos que leva a seus fregueses e do mais que se nos oferecesse contra o dito Vigário. E como foi a desatenção pública que fez deste senado na forma pedimos satisfação a Vossa Majestade que mandará o que for servido.⁷⁶

O Vigário, segundo nos informa a câmara, não obedece nesta ocasião da procissão para Nossa Senhora, às posturas que se costumam assumir quando em ocasião destas solenidades públicas. A festa passa a servir como espaço de embate. Os lugares não ocupados, as regras de precedência descumpridas constituem desatenção às normas que dão significados de poder à ocupação de lugares sociais privilegiados, vistos através das formas de organização e execução das festas públicas barrocas.

As festas públicas são espaços em que se podem visualizar com bastante intensidade as práticas simbólicas desta sociedade colonial, ainda sob as diretrizes do Antigo Regime. As posturas, não apenas representam, mas também constroem relações entre os grupos sociais e o Estado. Nessas cerimônias públicas que ocorriam, o estado Moderno, ao propor uma apresentação de si nessas ocasiões, define o terreno onde podem ser travadas lutas simbólicas entre os grupos, lutas onde a

⁷⁶ Carta da Câmara da Paraíba ao rei D. José I, 18 de novembro de 1757 (AHU - Avulsos Paraíba: CX. 20, D. 1576).



posição cerimonial visível é identificada com a posição social real, em que as distinções manifestadas são tidas por desigualdades essenciais do ser social.⁷⁷

Outro ponto que chama a atenção na carta dos oficiais da câmara paraibana, transcrita acima, foi o fato, desses oficiais, deixarem claro, que as disputas entre a câmara e os religiosos se devem a problemas exteriores ao ambiente da procissão. Falam de revide pela denúncia junto à Coroa que esta mesma câmara fez contra o Vigário por cobrar emolumentos excessivos por seus serviços. A festa religiosa se torna então espaço de acerto de contas referentes aos conflitos desses agentes sociais, que personificam o duelo entre os poderes, régio e eclesiástico, que caracteriza fortemente este período no reinado de D. José I.

São esses pontos de estranhamento que revelam a riqueza dessas cerimônias públicas para a produção historiográfica. Se a execução dos ritos conforme as normas impostas nos dizem sobre o grau de poder e de organização social hierárquica, segundo os moldes da Corte, onde se visualiza a ordem social da colônia, o descumprimento dessas imposições, o não submeter-se às regras, se revelam ainda mais ricos, pois desmancham a visão caricaturada, teatralizada desses espetáculos públicos, a partir da atuação dos grupos privilegiados socialmente, que são os mais interessados na manutenção dessas regras de hierarquização social.

3. El Rei responde à Câmara

O contexto político favorece a câmara, que na visão do Rei, fica isenta das responsabilidades pelo não custeio da festa para Nossa Senhora e São Francisco de Borja. Esta postura era contrária ao que havia prescrito o ouvidor-geral da Paraíba, ao propor serem as câmaras as responsáveis pelas despesas com os festejos, como ocorria na maioria das vezes em se tratando de festas oficiais da Coroa. Afinal era a câmara nessas ocasiões quem organizava o percurso da procissão, o reparo das ruas, a indicação da data, a convocação dos moradores, os custos com velas, sermões, altares e carros.⁷⁸

⁷⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel . 2002. p. 221-222.

⁷⁸ Tais prescrições se referem às festas de Corpus Christi, por ser a festa oficial mais registrada pelas câmaras. Ver SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Op. cit p.67-70.



A imposições de D. José I, à câmara da Paraíba, se referiam ao não recebimento das propinas relativas a estas festas, além da obrigatoriedade deste mesmo senado de assisti-las. Mozart Vergetti Menezes (2005:p. 98) em nota esclarece que as propinas não podem ser vistas como puro ato de suborno, como hoje nos parece, mas tratava-se não somente de donativo voluntário. O Conselho ultramarino chegou a propor sua oficialização para que não houvesse excessos.

O privilégio de receber propinas das festas aparece como pauta de reivindicação da câmara da Paraíba, em 25 de Agosto de 1692. Os oficiais camarários paraibanos solicitam à Sua Majestade o “poder levar as propinas relativas às festas”, como ocorria em Pernambuco. Esses oficiais pretendiam a aprovação régia para pedir como propina, por cada festa, o valor de dois mil réis, enquanto que em Pernambuco se costumava pagar, pelas mesmas festividades públicas, quatro mil réis.⁷⁹

As procissões, e demais festas religiosas, que movimentavam o cotidiano colonial, em algumas ocasiões, a depender de sua grandiosidade, além do aspecto devocional, funcionavam também para movimentar a economia local, fazendo circular dinheiro a partir de sua execução pois envolvia o pagamento pela participação dos oficiais câmara, religiosos, músicos, pessoas que se contratavam para levarem os carros alegóricos, além dos ornamentos, entre outros.

Nas festas para Patrocínio de Nossa Senhora, bem como nas homenagens e missas à São Francisco de Borja na Capitania da Paraíba, tanto o Vigário, como os demais religiosos da Matriz e Colégio da Companhia de Jesus, acabaram sendo orientados por D. José I, para arcarem com todas as despesas:

... e sendo nela [a matéria sobre as festividades na Capitania da Paraíba] ouvido o Procurador de minha Fazenda, me pareceu dizer-vos que a procissão no dia do Patrocínio de Nossa Senhora se deve fazer como os mais solenes que a Câmara costuma assistir, mas sem se levarem propinas, da mesma forma, o Pároco e mais padres da Matriz não devem levar coisa alguma porque não é justo, que em uma pública demonstração que se faz de graças a Deus e a Nossa Senhora por um benefício comum, se cuide de interesses. E satisfação para a despesa da cera deve ser feita pela fábrica da igreja; Para a festa de São Francisco de Borja também não deva a Câmara concorrer mais que com sua assistência, sem despender coisa alguma indo sem falta a igreja do Colégio da Companhia assistir a missa que se disser na mesma igreja com a solenidade que aos padres parecer sem embargo de não haver a imagem do santo, quando não haja quem por devoção a queira fazer e quando se falta a esta ordem, e a que há para se fazer sem falta a dita procissão e a assistência, darás logo conta ao meu Conselho Ultramarino ...⁸⁰

⁷⁹ Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba ao Rei. (AHU - Avulsos Paraíba: CX.2 D. 179)

⁸⁰ Ordem régia à Câmara da Paraíba (AHU - Avulsos Paraíba: CX. 21 D. 1611) ver anexos.



Essa rigidez para com os religiosos e suas ordens, principalmente a Companhia de Jesus, que pode ser visto principalmente por ocasião de sua expulsão do Reino em 1759, foi uma das características marcantes do reinado de D. José I, que teve como principal assessor, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

D. José I invoca nesta carta acima transcrita, o aspecto devocional das festas, cuja finalidade, segundo este mesmo monarca, seria para o bem de todos e que não se podia tolerar a existência de interesses financeiros, em meio a estes festejos, como as despesas com “donativos voluntários”, para se garantir a participação dos oficiais da câmara e também dos religiosos. Afinal a graça alcançada não beneficiou apenas ao Rei, mas também aos vassallos de todo o Reino e seus domínios no ultramar, saindo ileso o Rei e sua família da catástrofe do terremoto de Lisboa, salvou-se a monarquia portuguesa.

El Rei confirma nesta carta a imposição do culto como uma vontade Real aos seus vassallos. Independentemente das condições locais, tais festejos deveriam acontecer, com a solenidade que convinhem à tais ocasiões. A fé e a piedade de seus súditos são convocadas para a dita demonstração pública nesses festejos católicos, a feitura da procissão para o Patrocínio de Nossa Senhora e a homenagem à São Francisco de Borja. A religiosidade católica, apesar de suas reapropriações locais, e até mesmo de grupos, constituía aspecto que unificava o Reino Português aos seus domínios no ultramar. As cerimônias públicas de culto oficial ou de homenagens ao rei e sua família, por nascimentos ou mortes, geravam essas oportunidades de unicidade.

Os dois anos seguintes, a partir do que registra a câmara da Paraíba em carta ao Rei, mostram que os ânimos entre o poder civil, representado pela câmara, e o poder eclesiástico nesta Capitania, parecem menos exaltados. Os oficiais da câmara da Paraíba buscam expor ao Rei sua condição de vassallos obedientes, e do estado de cooperação mútua desses oficiais com os religiosos. Em 26 de Março de 1759, a câmara da Paraíba presta contas ao rei D. José I sobre as festas para o Patrocínio de Nossa Senhora e São Francisco de Borja:

Senhor

Pela ordem da cópia inclusa foi Vossa Majestade, servido declarar, que a câmara deva assistir a festa de São Francisco de Borja na igreja do Colégio da Companhia de Jesus e procissão no dia do Patrocínio de Nossa Senhora que se havia de fazer na matriz desta cidade, sem levar propinas nem concorrer com despesa alguma, não só para esta procissão, mas também para a dita festa; E que havendo falta ao cumprimento desta ordem déssemos conta.

Nesta melhoria certificamos a Vossa Majestade que o Pároco desta cidade sempre tem feito a dita procissão no dia do Patrocínio de Nossa Senhora sem que ele pedisse, nem esta câmara concorresse com alguma despesa. Os Padres da Companhia, também já fizeram a festa de São Francisco de



Borja, e estão prontos para sempre fazê-la, sem nenhuma dúvida; e a todas essas funções tem assistido e há de assistir a câmara com o maior zelo e com o maior cuidado, sem nenhum emolumento; porque todos desejam observar as ordens de Vossa Majestade com a mais fiel obediência.⁸¹

Talvez já previssem esses atores sociais, ao registrar o estado de paz entre os poderes eclesiástico e civil na Paraíba e o empenho de ambos os poderes na obediência às vontades Reais, os acontecimentos que em breve iriam desestabilizar a vida dos religiosos da Companhia e por consequência de todo o Reino e colônia em muitos aspectos, principalmente no tocante a educação, que viria a ocorrer em todo o Reino Português em a partir setembro de 1759, com a ordem de expulsão dos Jesuítas de Portugal e seus domínios no ultramar, feitas pelo Marquês de Pombal.

A fiel obediência exposta pela câmara e pelos religiosos, diante do que ordena o monarca português, pode ser entendida como negociação e não temor, visto estarem esses atores sociais em eterna interdependência, daí o interesse na manutenção dessas redes de negociações

presentes nos espaços dos cargos administrativos locais, atuação dos religiosos, nas festas, ou seja, em cada espaço estavam presentes as relações de disputa e desequilíbrio social que determinavam as ações que simbolizavam os valores desta sociedade. A essas construções simbólicas destinamos nossa especial atenção, afinal a realidade da qual lida a história, também é uma construção subjetiva, decorrente deste emaranhado de ações que significam.

4. CONCLUSÃO

No presente estudo buscamos, a partir da análise do contexto político e cultural paraibano, compreender a atuação dos oficiais camarários da Capitania da Paraíba na sua recusa em realizar as festas oficiais do Reino para a homenagem à São Francisco de Borja. Trabalhamos com o conceito de autonomia das elites locais representadas pelo senado desta Capitania, neste período tão conturbada política e economicamente, e suas relações e reivindicações junto à Coroa Portuguesa. A partir das correspondências oficiais da câmara com D. José I relacionadas às festas, geradas de 1757 a 1759, pudemos confirmar serem as festas espaços de negociação, decorrentes dos conflitos entre os diversos grupos sociais. O caso da câmara da Paraíba, nesta homenagem à São Francisco de Borja,

⁸¹ Carta da câmara da Paraíba para o rei D. José I, de 26 de março de 1759. (Avulsos Paraíba- AHU_ACL_CU_O14, CX. 21, D. 1611)



nos possibilitou mergulhar nos bastidores de uma festa colonial, compreender os espaços utilizados pelos grupos sociais e suas representações simbólicas, em meio a esses festejos, que como vimos não representavam apenas o lugar da monarquia se expressar mostrando seu poder de dominação junto aos colonos do ultramar através dos ritos dessas cerimônias.

O contexto ora analisado nos permitiu visualizar esses embates, que como vimos, se davam na maioria das vezes no plano simbólico, regras de precedência não cumpridas, ocupação de lugares não permitidos, caracterizam momentos e atos, que nada tinham de efêmeros. Ao contrário se configuravam como conseqüências dos desequilíbrios sociais do cotidiano, cuja significação não se esvaia ao término dessas festividades.

A religiosidade católica, apesar de suas reapropriações locais, e até mesmo de grupos, como vimos se constituía em oportunidades produzidas pela Coroa, que via nestes momentos de festa, principalmente o aspecto tido como comum em todo o Reino Português, aos seus domínios no ultramar: a devoção a um santo católico comum e a reverencia nessas ocasiões feitas à monarquia. As cerimônias públicas de culto oficial ou de homenagens ao rei e sua família, por nascimentos ou mortes, geravam essas oportunidades de unicidade.

Listas das Fontes e Abreviaturas

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

Fontes microfilmadas: Catálogo de Documentos Avulsos Manuscritos Referentes à Capitania da Paraíba Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Fontes impressas: Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Tipografia, 2 de Dezembro de 1853.

Documentos na ordem em que aparecem no texto:

- I- Carta do ouvidor-geral da Paraíba à D. José I. (AHU- Avulsos Paraíba: CX.20, D.1538)



- II- Carta da Câmara da Paraíba ao Rei D. José I, de 13 de maio de 1757(AHU - Avulsos Paraíba: CX. 20, D. 1552).
- III- Lista das contas que dá a câmara da Paraíba do Norte à Sua Majestade no ano de 1757 pelo seu Conselho Ultramarino (AHU - Avulsos Paraíba : CX. 20, D. 1576), ver anexos.
- IV- Carta da Câmara da Paraíba ao rei D. José I, 18 de novembro de 1757 (AHU - Avulsos Paraíba: CX. 20, D. 1576).
- V- Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba ao Rei. (AHU - Avulsos Paraíba: CX.2 D. 179)
- VI- Ordem régia à Câmara da Paraíba (AHU - Avulsos Paraíba: CX. 21 D. 1611) ver anexos.
- VII- Carta da câmara da Paraíba para o rei D. José I, de 26 de março de 1759. (Avulsos Paraíba- AHU_ACL_CU_O14, CX. 21, D. 1611)

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel . 2002.
- COELHO, Beatriz.(Org) **Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005.
- FRAGOSO, João, GOUVÊA, M. Fátima, BICALHO, M. Fernanda “ **Uma leitura do Brasil Colonial – bases da materialidade e da governabilidade no Império**” IN, *Penélope*, n.23, 2000, pp. 67-88.
- MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em Ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba 1647-1755** (Tese de doutoramento) São Paulo: USP, 2005.
- REIS, João José. **Batuque Negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista**. IN JANCSÓ, ISTVÁN E KANTOR, IRIS(Org.) . *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Viajantes em meio ao império das festas**. In JANCSÓ, ISTVÁN E KANTOR, IRIS(Org.) . *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: La cámara Municipal de Recife (1710- 1822)**. (Tese de doutorado)Salamanca: Universidad Salamanca, 2007.



AS REDES DOS “HOMENS DO OURO” DAS MINAS: EM BUSCA DE PRESTÍGIO E LEGITIMAÇÃO DO MANDO

Simone Cristina de Faria
Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo tem por propósito apresentar alguns resultados iniciais das minhas investigações das redes de relações dos “homens do ouro”, como tomei a liberdade de rotular aqueles que foram responsáveis pela cobrança dos quintos devidos à Coroa Portuguesa. Os cobradores dos quintos reais, personagens centrais da arrecadação de tão precioso direito, congregavam em torno de si uma intrincada rede de relacionamentos com outros cobradores e alguns dos homens mais poderosos das Minas no século XVIII. Veremos como essas relações, constantemente intensificadas e expandidas, foram para esses homens instrumentos essenciais em sua busca por prestígio e legitimação do mando na sociedade.

Palavras-chave: quinto real, poder local, rede social.

Abstract:

This text has as purpose to present some initial results of my investigations of the relationship networks of “men’s gold”, as I took the liberty to label those who were responsible for the fifth collection due to the Portuguese crown. The royal fifth collectors, central characters in the collection of precious right, congregated around him an intricate network of relationships with other collectors and some of the most powerful men of Minas Gerais in 18th century. We see how these relationships, constantly strengthened and expanded, were essential tools for these men in their search for prestige and legitimacy of command in society.

Keywords: royal fifth, local power, social network.

Poucos homens nas Minas Gerais tiveram uma trajetória como a de Rafael da Silva e Souza. Além de uma imensa lista de serviços prestados, esteve extremamente envolvido na questão dos quintos em seus diferentes modos de cobrança, desde o tratamento mais cotidiano de lançamento de



escravos enquanto provedor, até as discussões nas juntas das formas de arrecadação do direito. Presente desde os momentos iniciais da ocupação, Rafael da Silva e Souza alcançou honrarias e privilégios variadíssimos dos diversos governadores das Minas.

Em 02/09/1709 começam as menções aos seus cargos. Nessa data foi nomeado Capitão da Companhia de Ordenança da Vila que serviu e exercitou até 06/07/1711 (AHCMM, Códice 664, 21v-22), quando foi provido no posto de Sargento Mor do Terço dos Auxiliares que se erigiu na mesma Vila, e com ele marchou em socorro para a praça do Rio de Janeiro quando foi invadida pela Armada Francesa (AHCMM, Códice 219, 107v-111). Por volta dessa data possuía, assim como Torquato Teixeira de Carvalho, cerca de 200 escravos (KELMER MATHIAS, 2007: 222). Logo após, foi provido no posto de Capitão Mor da vila e seu distrito, em qual posto ficou até 18/07/1714, quando passou ao cargo de Coronel dos Privilegiados Reformados “e mais nobreza das Vilas destas Minas” servindo até 18/04/1718. No mesmo ano foi provido novamente pelo Governador Dom Pedro de Almeida no dito posto, e nomeado pela câmara como provedor dos quintos até 1720, e “se houve neste lugar com grande procedimento limpeza de mãos e retidão com que nunca houve dele queixa alguma daqueles moradores”. Em 06/08/1720 foi escolhido por Sua Majestade no sobredito posto de Capitão Mor da mesma vila, que por consecutivas confirmações por diversos governadores permaneceu até 10/12/1739 (AHCMM, Códice 219, 102v-103). O rei ainda confirmou novamente a mesma patente em 04/02/1744 (AHCMM, Códice 380, 104v-106).

Em 18/06/1726, data em que o governador Dom Lourenço de Almeida resolveu mudar-se da Vila do Carmo e fazer residência em Vila Rica encarregou ao dito Capitão Mor Rafael da Silva e Souza o governo da mesma vila “para a execução de muitas diligências do Serviço de Sua Majestade”, no qual serviço serviu até setembro de 1732. Durante todo esse período a vila teria se conservado “em paz e obediente para todas as ordens” (AHCMM, Códice 210, 107v-111). Já tinha sido responsabilizado por esse encargo pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quando este também teve que se ausentar das Minas (AHU, m. 851, cx. 11, doc. 15). Enquanto esteve nesse comando, até lançou um bando em 01/01/1713, sobre muitos roubos violentos que estavam acontecendo por “negros desavergonhados”. Dizia que “para remédio do dano tão prejudicial” ordenava que os capitães da vila e dos distritos fizessem rondas todas as noites, e que “todo e qualquer escravo negro forro ou pardo que for apanhado fora daquelas horas que se costuma tocar a recolher nas cidades e vilas (...) nesta dita por um toque de sino de sua matriz será preso e



açoitado no Pelourinho com cinquenta açoites, e pagará seu Senhor seis oitavas de ouro de condenação para os Soldados da ronda” (AHCMM, Códice 664, 15-15v).

Ainda em fevereiro de 1714 foi nomeado pela câmara “para cobrar a importância da feitura da Igreja Matriz desta Vila pelos moradores que para isso tenham feito suas promessas o que se conseguiu com a sua diligência” (AHCMM, Códice 219, 107v-111). Em 02/05/1722 foi também nomeado juiz de órfãos, cargo que novamente ocupou em 1725 e que foi permitido que continuasse em 1727 (AHCMM, Códice 774, 12-12v). Como se as responsabilidades e funções já não fossem tamanhas, ainda em 1746 exerceu o cargo de intendente do arraial de São Luís, distrito de Paracatu, Comarca de Vila Real do Sabará, em que foi nomeado pelo governador Gomes Freire de Andrade; e em 1749 ainda era regente intendente da Fazenda Real de Paracatu.⁸²

Mas no que nos parece mais relevante ainda mencionar, Rafael da Silva e Souza foi o cobrador dos quintos reais na Vila do Carmo de 1718 a 1720, pelo que tivemos informações nos livros dos quintos.⁸³ Mas é certo que também ocupou esse posto a partir de julho de 1735 com a “sua capacitação” (AHCMM, Códice 219, 102v-103), além do papel constante que desempenhou nessa questão. No ano de 1714, em que principiou a cobrança das trinta arrobas de ouro que as câmaras ofereciam a Sua Majestade por “equilíbrio de quintos por estes povos”, sendo governador das Minas o Capitão General delas Dom Brás Baltazar da Silveira, e feito lançamento pelos moradores desta jurisdição, “por recear-se que houvesse nelas alguma repugnância e alguma desobediência nos Provedores que se tinham nomeado para a cobrança requereu esta Câmara ao dito Governador nomeasse o dito Capitão Mor executor geral sobre todos o que com efeito se conseguiu e se cobrou pontualmente a quantia sem nenhuma perturbação”. No ano de 1715, serviu como juiz ordinário “fazendo justiça reta as partes e dando expediente e cobrando todo o ouro da Capitação que lhes tocou das trinta arrobas”. Nos anos de 1722 e 1724, voltou a ser eleito juiz ordinário e novamente cobrou a capitação. Em 04/04/1714, foi ainda nomeado procurador da câmara para a junta que ordenou o governador Dom Brás Baltazar “para se fazer a repartição das primeiras trinta arrobas de ouro que estes Povos prometeram a Sua Majestades por quintos e outrossim repartir com os mais

⁸² Sobre todas as suas solicitações ao Conselho Ultramarino ver: AHU - Con. Ultra.- Brasil/MG, Manuscritos: 399, cx 5, doc 32; 517, cx 6, doc 16; 731, cx 9, doc 70; 851, cx 11, doc 15; 3723, cx 47, doc 28; 4468, cx 53, doc 19.

⁸³ Os livros dos quintos da Vila do Carmo para o período de 1718 a 1733 foram a fonte principal de nossa dissertação de mestrado recentemente defendida. FARIA, Simone Cristina de. *Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



Procuradores das outras Câmaras os termos e limites das Comarcas, e Vilas fazendo em todo o tempo daquela diligência as despesas a sua custa própria”. Em 14/02/1719 foi outra vez nomeado pela câmara por seu procurador para a junta que ordenou Conde de Assumar “para se tratar nela da matéria dos quintos de Sua Majestade na qual assistiu até a conclusão da dita conferência”. Em outubro de 1722, assistiu à câmara como juiz e presidente da mesma na junta que ordenou o governador Dom Lourenço de Almeida em vinte e cinco do dito mês em Vila Rica “para a matéria dos quintos de Sua Majestade, e nela acrescentaram ao dito Senhor doze arrobas de ouro, e falou pela dita Câmara o dito Capitão Mor e Juiz que era primeiro na forma da antiguidade das Vilas destas Minas”. Em 01/01/1724, na mesma condição perante a câmara esteve na junta que ordenou o mesmo governador “para o assentamento das Casas de Fundação e Moeda, e na mesma junta foi a primeira pessoa que falou pelas razões acima declaradas”. E em 17/02/1734 foi novamente incumbido como procurador pela câmara para uma junta que ordenou o governador Conde das Galveias em Vila Rica “para se tratar da matéria dos quintos de Sua Majestade a que assistiu até a conclusão” (AHCMM, Códice 219, 107v-111).

Em carta de confirmação de patente, passada por Dom João em 10/11/1730, “tendo respeito aos serviços que Rafael da Silva e Souza me tem feito nas Minas Gerais”, se mencionou ainda sua contribuição “nas alterações que houve nas tais minas entre os Reinóis e Paulistas” em que procedeu com muito zelo na quietação de todos evitando muitas destruições, e quando chegou o governador Antônio de Albuquerque “chamando as principais pessoas das mesmas minas para se escolher a melhor forma da arrecadação dos Reais Quintos ser o Suplicante o primeiro que votou se paguem dez oitavas de ouro por ano e meio da bateia”. Também quando foi encarregado da administração e feitura dos quartéis que se fizeram na Vila do Carmo e “no aumento das doze arrobas de ouro que tiveram os meus quintos no princípio que entrou a governar o Governador atual concorrer para isso mui e fielmente e para o assentamento das Casas de Fundação e Moeda” (AHCMM, Códice 774, 87-87v).

Mas as funções de Rafael da Silva e Souza também faziam com que criasse desafetos. Em 1725, teve que prender, por ordem de Dom Lourenço de Almeida, a **Custódio Vieira Rebelo**, também cobrador dos quintos. Custódio Rebelo tinha bom relacionamento com Dom Lourenço de Almeida e dois governadores anteriores, D. Brás Baltazar e Dom Pedro de Almeida, o conde de Assumar. Pelo primeiro foi provido como Capitão do Regimento do distrito de Vila Rica, depois



confirmado segundo em 01/01/1718. No ano seguinte foi provido pelo Conde de Assumar como Capitão de Ordenança do distrito do Brumado. Antes ainda, em 04/04/1718 o governador já tinha lhe passado provisão para servir no cargo de provedor dos quintos do mesmo distrito de Brumado. Mas com o tempo a sua situação mudaria. Em 1724, Dom Lourenço de Almeida fazia com que assinasse um termo “pelo qual se obriga e promete Custódio Rebelo abaixo assinado a viver todo o tempo que estiver nestas Minas com toda a quietação sem que em nenhum faça enredos e parcialidade contra os governos e serviço de Sua Majestade [...]” Depois disso Custódio Rebelo, que era também comerciante, cobrou uma dívida do governador e comentou que essa quantia era pequena já que o mesmo “desviava ouro da Fazenda Real quando pagava a tropa de dragões”. O governador se enfurecendo mandou que lhe prendessem, o que fez o dito Rafael da Silva e Souza, que lhe enviou à cadeia de Vila Rica onde “o governador mandou meter na escória, aonde só assistem os malfeitores e pretos, carregando-os de ferros”. Mais tarde o governador também pediu ao rei o degredo desse homem revoltoso e “muito prejudicial a estas Minas” (KELMER MATHIAS, 2005: 146-148).

Rafael de Souza se ligou ainda a outros cobradores dos quintos. **Manoel Cardoso Cruz**, cobrador em Vila do Carmo e Mata Cavalos, e **Manoel do Rego Tinoco**, cobrador em Monsus, foram seus procuradores na dita vila em 1738 (AHCSM, Livro de Notas 48, s/n, 1 of.). Manoel Cardoso Cruz, por sua vez, também foi procurador de Custódio Vieira Rebelo (AHCSM, Livro de Notas 22, 180v-182, 1 of.), que após ser cobrador no Brumado de 1718 a 1720 e em 1723 e 1725, foi considerado revoltoso pelo governador.

Esse nosso primeiro personagem, além de ter prestado tantos serviços nas Minas, reuniu em torno de si, como se pode ver, uma gama de outras histórias. Pelos livros de notas verificamos uma grande diversidade de relações com um número muito grande de pessoas espalhadas pela capitania de Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro, Bahia, Lisboa, Porto, entre outros. Mas nosso objetivo nesse texto, não só para esse homem, mas para um grupo dos cobradores, é traçar suas redes entre si, ou seja, com outros cobradores. Veremos através desse exercício, como esses indivíduos estavam profundamente ligados uns aos outros e que dessa maneira se valeram para maximizar seu poder de mando e de cobrança.

É preciso ter em vista, para tanto, que para entendermos o tipo de sociedade que esses indivíduos estavam inseridos devemos considerá-los em suas mais diversas relações.



O caminho a seguir está claramente indicado. Se quisermos que o nosso conceito de “sociedade” seja útil para nossas análises das relações e instituições sociais tal como se manifestam nas ações das pessoas, precisamos pensar na sociedade como o contexto de ações, e não como uma coisa – caso contrário, ele permanecerá como um objeto ossificado no corpo de nossa teoria social em desenvolvimento.” (BARTH, 2000: 186)

É certo que para entender qualquer tipo de sociedade deve-se considerar os indivíduos enquanto partes em uma relação, pois “toda interação está inserida (*embedded*) em redes sociais mais amplas” (BARTH, 2000: 75). Mas nas sociedades da época moderna esse caráter se encontrava ainda mais intensificado, o papel do parentesco era extremamente decisivo, inclusive o espiritual (compadrio), e a força das redes onde os indivíduos escolhiam e selecionavam a quem se relacionar era sobretudo evidente. Muito já se acentuou que a casa, conceito que já trabalhamos anteriormente, era uma “grande unidade cimentada pelo poder doméstico ou econômico, encabeçada pelo pai de família a qual se prolongava na sua mulher e filhos, na sua parentela, na sua criadagem, nos seus "servos", e, no Brasil, na sua "escravidão” (HESPANHA, 2007: 15). Essa parentela consistia de alianças e relações fictícias que na “realidade institucional do Antigo Regime” eram “cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social.” (LEVI, 2000: 98, 99)

Seguindo nesse caminho, e aceitando esses pressupostos, é que nos colocamos a compreender as relações que os cobradores dos quintos estavam envolvidos, considerando ainda que:

Para situar-se em uma posição a partir da qual é possível descobrir o que está em jogo e evitar prejudicar quais são os parâmetros, padrões e focos significativos nesses sistemas desordenados, é recomendável começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes – seguir os volteios ... (BARTH, 2000: 178)

Vejamos então nos gráficos abaixo as redes e a natureza das ligações que conseguimos reconstruir para alguns dos 100 cobradores dos quintos estudados.

Gráfico 1

Rede dos Cobradores dos Quintos Reais I

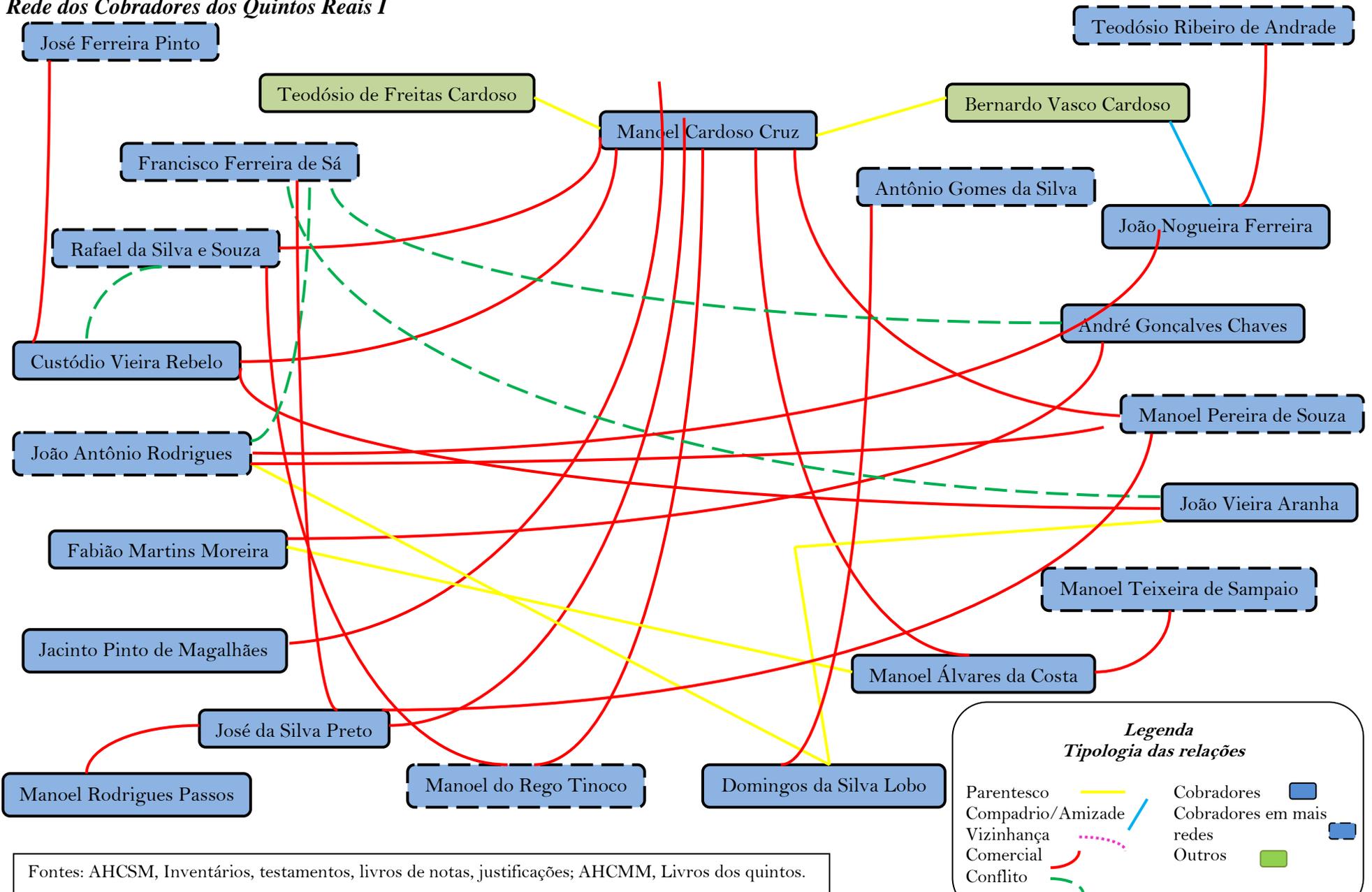


Gráfico 2

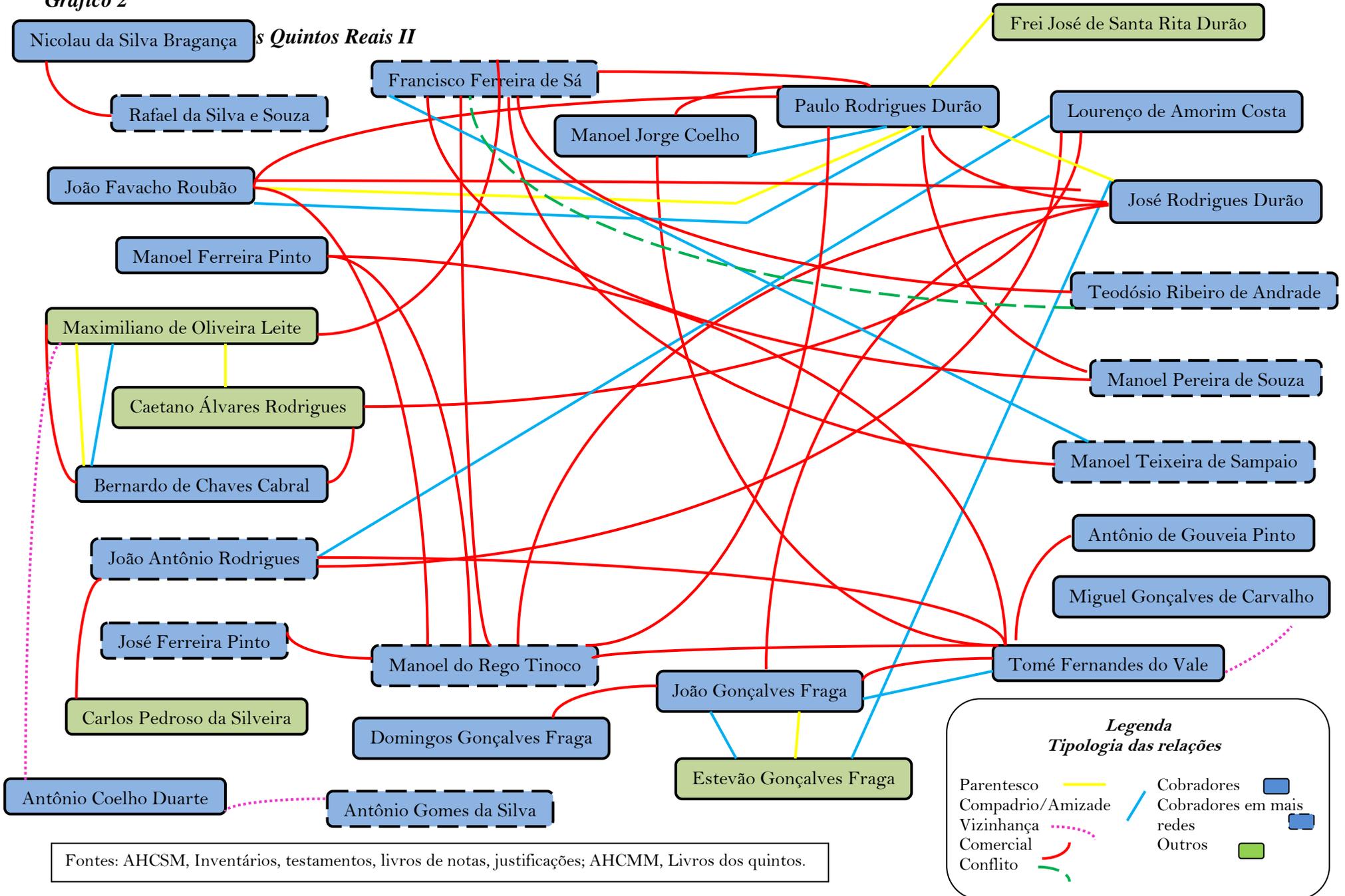
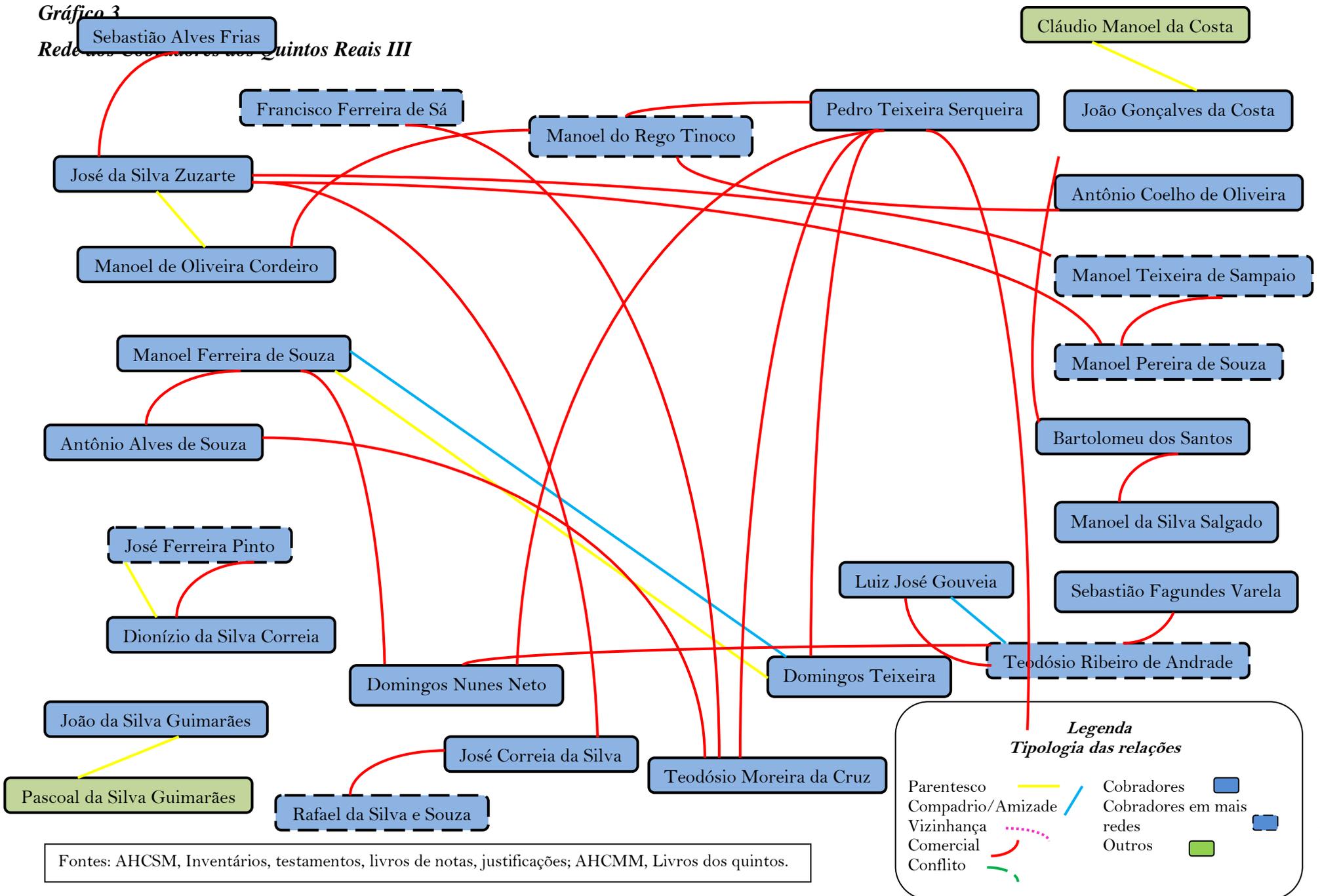


Gráfico 3

Rede dos Cobradores dos Quintos Reais III





Os Gráficos 1, 2 e 3 nos trouxeram, como vimos, um breve esboço das relações desenvolvidas e mantidas por alguns cobradores dos quintos com outros cobradores dos quintos, e por vezes com outros indivíduos já muito conhecidos nas Minas, como Maximiliano de Oliveira Leite e Caetano Álvares Rodrigues. A tipologia adotada buscou classificar as relações entre “parentesco”, “compadrio/amizade”, “vizinhança”, “comercial” e “conflito”. No item “parentesco”, agrupamos ligações do tipo pai/filho, genro/sogro, tio/sobrinho, irmão/irmão, cunhado/cunhado. Por questões de construção do gráfico não tivemos no momento como deixar todos esses tipos de relacionamentos muito especificados, mas alguns deles mencionaremos mais adiante. O objetivo central em detectar esse tipo de relação foi demonstrar como a atividade de cobrança ligava muitos desses cobradores, em uma sociedade onde a família era instituição tão estratégica, como já tanto falamos.

No tópico “compadrio/amizade”, agrupamos os indivíduos que mencionaram ser compadres de outros cobradores⁸⁴, ou indicaram ter relações de amizade com outros. Para esse último caso, consideramos principalmente a nomeação de testamenteiros e inventariantes que não fossem parentes do falecido, considerando que para essas funções se nomeavam pessoas extremamente próximas. E aqui destacamos novamente a importância do compadrio para a estruturação das relações nessa sociedade. Como há pouco mencionamos, o compadrio era entendido como um “parentesco fictício” ou “espiritual”, e fazia parte da unidade “casa”, categoria essencial na compreensão dessa sociedade (LEVI, 2000: 98, 99).

No item “vizinhança” consideramos as menções claras em inventários de terras “de banda” com outros cobradores, ou seja, vizinhança em casas de morada ou em propriedades rurais ou urbanas diversas. Os vizinhos, por vezes, também faziam parte da “casa” e tinham relações muito próximas entre si, chegando a ser compadres ou desenvolvendo alianças variadas. Além da proximidade geográfica poder vir a causar relações de amizade ou conflito, também dizia a respeito do lugar ocupado na localidade. Possuir terras próximas a potentados locais abria possibilidades de relações sociais interessantes.

No tópico “comercial”, relacionamos essencialmente os indivíduos procuradores de outros cobradores e credores ou devedores entre si, pois foram esses tipos de ligações os mais evidentes. A

⁸⁴ Para a questão do compadrio, apesar de ser objetivo futuro, não utilizamos no momento registros paroquiais para descobrir mais claramente esses tipos de ligações. Consideramos nesse item apenas os cobradores que mencionaram ser compadres de outros cobradores, em testamentos ou outros documentos.



base fundamental para a construção dos gráficos foi as informações dos inventários e dos livros de notas. Nos últimos os cobradores dos quintos apareceram com uma recorrência muito significativa, de 100 nomes encontramos 64 em atuação constante, sobressaindo entre eles as transações de procuração e compra e venda.

E por último, o item “conflito” foi dedicado às relações que pudemos encontrar de choques de interesses e de posições entre esses cobradores, pelo “bem comum” da vila ou não. Tivemos por base alguns registros que testemunharam esse cotidiano que, ainda que não fossem muitos, revelaram algumas tensões entre alguns desses indivíduos. Não se tratam de conflitos violentos ou muito declarados, como veremos a seguir, mas de oposições e pequenas discordâncias.

Em geral, as relações entre os cobradores dos quintos pareciam ser bem harmônicas, ou no mínimo muito estreitas. Analisando os gráficos vemos como as linhas que unem esses mais de sessenta indivíduos estavam profundamente entrelaçadas, a ligar suas vidas em diferentes níveis de relacionamento. Alguns estão presentes nas três redes que construímos, como suas relações eram com vários outros cobradores, tivemos que separá-los para facilitar a representação gráfica. Esses indivíduos, Manoel do Rego Tinoco, Francisco Ferreira de Sá, Manoel Cardoso Cruz, Paulo Rodrigues Durão, José Rodrigues Durão, entre outros, que congregavam em torno de si uma série de outros cobradores, eram grandes potentados, como já falamos em alguns momentos. Alguns outros indivíduos, como Nicolau da Silva Bragança, Sebastião Fagundes Varela, Bartolomeu dos Santos, entre outros, apesar de terem estado entre os “principais” da vila, não mantiveram muitas relações com outros cobradores. É fato que, pelo que vimos nas várias fontes analisadas, que se relacionaram com outras pessoas de “qualidade”, mas outros cobradores não estiveram no seu leque de opções.

Mas vejamos agora algumas dessas interligações de trajetórias de forma mais detalhada. Esse exercício nos ajudará a entender melhor os gráficos acima, e nos permitirá lançar alguns apontamentos sobre os motivos que uniam esses homens em torno de interesses comuns e os resultados que essas redes produziam para a consolidação de sua autoridade de mando e prestígio social.

Francisco Ferreira de Sá, cobrador dos quintos no distrito de São Sebastião de 1718 a 1720, foi um dos cobradores que mais agregou outros cobradores em torno de si. Nesse mesmo período exerceu o posto de Mestre de Campo do corpo de Auxiliares do distrito de Guarapiranga, patente que lhe foi conferida por Dom Pedro de Almeida em fevereiro de 1718 por se tratar de “homem muito



velho, capaz, e de muita autoridade”, e também por já ter servido como Capitão de Ordenança na cidade de São Paulo (APM, SC 12, 33). Também Dom Braz Baltazar da Silveira havia lhe passado patente de Mestre de Campo por ter “consideração aos grandes merecimentos, nobreza e capacidade” concorrentes na sua pessoa (APM, SC 09, 115v-116). Ainda em 1718, também obteve junto com seu genro, Agostinho Dias dos Santos, o contrato sobre os dízimos (APM, SC 09, 108). Em 30/08/1724, Dom Lourenço de Almeida enviou carta para dar conta das arrematações feitas por Francisco Ferreira de Sá desde que chegara ao posto dos contratos das entradas dos Currais, Bahia, e Rio de Janeiro, e dos dízimos de todas as Comarcas de Minas Gerais (AHU, m. 493, cx. 5, doc. 83). E entre 1724 e 1727 era arrematante do contrato de entradas no valor de 130:329\$600 (CARRARA, 2009: 195).

Ainda tendo alcançado postos tão significativos, suas relações na vila não eram sempre tão harmônicas assim. Em 07/02/1728, os oficiais da câmara enviaram ao governador uma carta sobre a ruína que o seu serviço causava aos moradores da vila. O Mestre de Campo estava sendo responsável, segundo eles, pelo alagamento e impedimento na Rua Direita “no corgo de Damázio Teixeira”. Uma “notável represa de água” deixava a dita rua inundada por desmontes que causavam a ruína dos moradores, não só aqueles que fossem vizinhos ao córrego, mas dos que também ficavam na parte de cima do mesmo. Isso impedia a passagem na rua pela noite, atrapalhando “a comunicação destes moradores” e o “exercício dos sacramentos e da justiça”. Esses oficiais pareciam estar desacreditados que a situação melhorasse, dizendo que o dito Mestre de Campo lançava “uma nova cerca no dito rio”, mas que isso causaria ruína ainda maior. Dessa maneira, pediam ao governador que fizesse com que ele mudasse o seu serviço de minerar, pois havia que se lavrar as terras “sem causar os ditos descômodos”, para não se ouvir mais os “clamores deste povo”. Os oficiais que assinavam a carta eram quase todos cobradores dos quintos, **Teodósio Ribeiro de Andrade, João Antônio Rodrigues, André Gonçalves Chaves, João Vieira Aranha** e Miguel Ferreira da Silva (AHCMM, Códice 774, 43-44).

Entre os camaristas cobradores que assinaram a carta acima, que expressava um conflito dos moradores por questões cotidianas de bem comum, estava **André Gonçalves Chaves**, cobrador em São Caetano por sete anos. Em 1722, Dom João confirmou uma carta patente de Capitão de Ordenança de São Caetano, que vagou por falecimento de Antônio Bernardes Caminha “atendendo aos merecimentos e mais partes que concorrem no dito André Gonçalves Chaves como haver servido



em praça de Soldado Infante por prazo de sete anos, nas praças do Rio de Janeiro e Santos com boa satisfação” (AHCMM, Códice 774, 53-53v). Tempos depois, em 1736, fez escritura de venda a Gabriel Pereira de Sá e **Fabião Martins Moreira** de muitos de seus bens, sendo uma quantia imensa de escravos. A venda foi de um total de 90.000 cruzados, para ser pago por ano o valor de 8.500 cruzados, o que daria uns 11 anos (AHCSM, Livro de Notas 47, 1 of., s/n). **Fabião Martins Moreira** era também cobrador do quinto. Desempenhou o cargo em 1733 no distrito do Bacalhau. Foi genro de outro cobrador, **Manoel Álvares da Costa**.

Outro cobrador a assinar a carta sobre Francisco Ferreira de Sá foi **Teodósio Ribeiro de Andrade**. Teodósio Ribeiro foi cobrador em Itacolomi e Vila do Carmo em 1721 e 1722 e em 1724 e 1725. Foi inventariante e procurador do cobrador de Guarapiranga de 1727 e 1728, o Coronel **Luiz José Gouveia** (AHCSM, Códice 72, Auto 1577, 2 of.). Em 1729 nomeou, entre outros procuradores, **Pedro Teixeira Serqueira**, cobrador dos quintos no distrito de Sumidouro de 1718 a 1720 (AHCSM, Livro de Notas 33, 87-88, 1 of.). Em 1747, outro cobrador é escolhido como seu procurador, para defender seus interesses na Vila do Carmo, **Manoel do Rego Tinoco** (AHCSM, Livro de Notas 67, s/n, 1 of.). E assim esse grupo de cobradores continuou trocando procurações com outros cobradores, como pode se visualizar nos gráficos.

Por fim, destacamos que o resultado da trajetória de Francisco Ferreira de Sá parece ter sido de muito sucesso. A riqueza acumulada no fim da vida, um incrível monte-mor de 58:882\$767, testemunha isso. Os avaliadores escolhidos para atuar no seu inventário disseram da dificuldade do trabalho com uma imensa quantidade de bens, mais de 150 escravos (AHCSM, Códice 87, Auto 1842, 84, 1 of.), e um rol extremamente significativo de dívidas ativas (e quase nenhuma dívida passiva). A ele deviam **Manoel Teixeira de Sampaio**, também seu testamenteiro, **Teodósio Ribeiro de Andrade**, **Manoel Pereira de Souza**, **José da Silva Preto** e **Teodósio Moreira da Cruz**, todos também cobradores dos reais quintos (AHCSM, Códice 87, Auto 1842, 84, 1 of.). E suas ligações com outros cobradores não pararam por aí. **Manoel do Rego Tinoco**, e um dos maiores potentados das Minas no século XVIII, Maximiliano de Oliveira Leite, foram seus procuradores em 1730 (AHCSM, Livro de Notas 34, 166v-167v, 1 of.). Manoel Teixeira de Sampaio, boticário (AHU, m. 3214, cx. 41, doc. 99) e cobrador dos quintos no distrito de Monsus de 1730 a 1733, também fez Francisco Ferreira de Sá seu procurador em 1732 (AHCSM, Livro de Notas 38, 149v-150v, 1 of.), no entanto, nesse mesmo ano o Mestre de Campo falecera.



Também entre os cobradores que mais tiveram ligações com outros cobradores estava **Manoel Cardoso Cruz**, que serviu no dito posto na Vila do Carmo e em Mata Cavalos de 1721 a 1723. Manoel Cardoso Cruz foi certamente um dos primeiros habitantes da Vila do Carmo. A ermida de São Gonçalo foi construída e paramentada “com ouros e dinheiros” da irmandade e dotada de patrimônio por ele que foi seu padroeiro, “numas casas situadas em sua lavra”. Depois que essas casas foram abolidas por ocasião de explorações minerais, a viúva teria construído outras reconstituindo o patrimônio em 1761 (FONSECA, 1998: 32). Em 1715, foi escrivão da almotacaria (AHSCM, Registro de Posturas, Livro 1, 2 of). Em 1735, Dom João confirmou patente a ele passada de Capitão de Auxiliares do Terço da mesma Vila “que executou mais de um ano com boa satisfação e igual procedimento” (AHCMM, Códice 774, 179-180).

O filho de Manoel Cardoso Cruz, Bernardo Vasco Cardoso, foi comprador de **João Nogueira Ferreira** em uma estratégia de venda fantástica. E ainda seu sobrinho, Teodósio de Freitas Cardoso, fez cobranças dos quintos em 1724, como também vimos no início desse capítulo.⁸⁵ Vê-se que os familiares do cobrador também estiveram envolvidos na cobrança do quinto, ou se envolveram com cobradores da sua relação.

Entre os outros cobradores que Manoel Cardoso Cruz manteve algum tipo de relação, destacamos que nomeou **Manoel do Rego Tinoco** por seu procurador em 1743 (AHCSM, Livro de Notas 62, 118-118v, 1 of.). Ainda tinha dívidas com os herdeiros de **Manoel Pereira de Souza**, cobrador em Monsus e Vila do Carmo de 1729 a 1733. Manoel Pereira de Souza quando foi provido por Capitão de Ordenança da Vila, substituiria justamente Manoel Cardoso Cruz que “há muitos anos nesse posto o qual exercício não podia já continuar por lhe ser preciso morar fora da Vila na assistência de suas fazendas” além de questões de saúde. Manoel Pereira de Souza ocuparia, portanto, o posto por ser “morador na mesma (vila) e nela estabelecida com mulher e filhos das principais pessoas daquelas terras.” (AHCMM, Códice 774, 127-128)

No ano de 1721, o Sargento-mor **Paulo Rodrigues Durão** levou aos cofres do Senado da Câmara da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo 2.298,5 oitavas de ouro referentes ao quinto real do ano decorrido entre agosto de 1719 e julho de 1720 sobre 1701 negros e 53 vendas do distrito do Inficionado (AHCMM, Códice 648). Assim continuou a fazê-lo por longos nove anos, de 1721 a 1725 e de 1727 a 1730, quando ocupou o cargo de cobrador dos reais quintos. Já falamos há pouco

⁸⁵ Ver mais sobre essas transações em: FARIA, Simone Cristina de. “Os homens do ouro”..., capítulo 3.



sobre esse potentado, que possuía grande fortuna da qual fez venda fantástica. Este foi mais um dos cobradores que associou-se a vários outros cobradores, com destaque especial para ligações de parentesco e compadrio, como podemos ver nos gráficos.

Entre os indivíduos que contavam nas suas dívidas passivas encontram-se os devedores: **Capitão João Favacho Roubão, Manoel Pereira de Souza, Manoel do Rego Tinoco** (AHCSM, Códice 115, Auto 2377, 1 of.). Entre seus procuradores na Vila do Carmo, no meio de uma lista enorme de várias localidades, estão os cobradores **Manoel do Rego Tinoco** e **José Rodrigues Durão**, seu sobrinho (AHCSM, Livro de Notas 62, 136v-137). Além de sobrinho do potentado, seu terceiro testamentário (AHCSM, Códice 115, Auto 2377, 1 of.), **José Rodrigues Durão** foi um dos homens mais abastados das Minas pelo rol de 1756 (AHU, m. 5669, cx. 70, doc. 41), cobrador dos quintos no mesmo distrito do Inficionado de 1731 a 1733. As procurações entre esses e Paulo Rodrigues Durão são trocadas várias vezes (AHU, m. 5669, cx. 70, doc. 41; AHCSM, Livro de Notas 47, 75, 1 of.). Manteve ainda uma sociedade duradoura com **Manoel Jorge Coelho**, cobrador em Catas Altas (AHCSM, Livro de Notas 24, f. 123v, 124; 9, f. 272-274v; 11, 115v-117v; 12, 115v-117; 15, 178v-179v, 1 of.).

O Capitão **João Favacho Roubão**, além de sócio era tio de Paulo Rodrigues Durão (AHCSM, Livro de Notas 45, 26-27, 1 of.), e foi cobrador em Bento Rodrigues, de 1731 a 1732. Em 1723, foi nomeado Capitão da Companhia de Ordenança do distrito do Inficionado e em 1756 igualmente apontado como membro do seletto grupo dos mais abastados das Minas segundo a lista do provedor da Fazenda Domingos Pinheiro (AHU, m. 5669, cx. 70, doc. 41). No entanto, em dois de junho de 1784, passados 28 anos dessa discriminação, seu inventário apresenta um monte-mor pequeno, de somente 762\$939, como vimos antes. Entre o momento em que foi listado como homem rico em 1756, e o momento de seu falecimento em 1784, sua fortuna provavelmente se dissipou de alguma maneira (AHCSM, Códice 49, Auto 1119, 2 of.).

Diversos outros casos poderiam ser aqui mencionados dos vários entrelaçamentos das trajetórias desses cobradores. Outros nomes como João Vieira Aranha, João Antônio Rodrigues, Domingos da Silva Lobo, Tomé Fernandes do Vale, Lourenço de Amorim Costa, e muitos outros, também estiveram a agregar relações estreitas dentro do grupo. Alguns cobradores, no entanto, parecem ter se mantido mais isolados. Talvez o fizessem por opção e mantivessem relações com outros homens importantes da localidade, mas talvez não tenham conseguido se integrar nessas



ligações tão intrincadas que verificamos. Parece ter sido esse o caso de João da Silva Guimarães (irmão de Pascoal da Silva Guimarães), Nicolau da Silva Bragança, João Gonçalves Costa (pai de Cláudio Manoel da Costa), e mais alguns poucos homens.

Mas enfim, esperamos ter ficado claro pelos gráficos, e pelas descrições de algumas trajetórias, dentre as várias tantas que poderíamos citar, que a maioria dos cobradores dos quintos congregavam em torno de si uma intrincada rede de relacionamentos com outros cobradores e alguns grandes potentados das Minas. Acreditamos que essas relações, constantemente intensificadas e expandidas, permitiam que seu lugar de destaque na sociedade se mantivesse ou fosse ainda mais ampliado. Essas alianças horizontais, onde a maioria estava de certa forma ligada aos demais, eram o suporte que esses homens tinham para afirmar ainda mais sua autoridade de mando. “Ocupando os cargos mais nobres da República”, sendo “dos mais principais destas Minas”, e escolhidos “entre as pessoas de mais distinção e merecimentos” (AHCMM, Códice 774, 131v-132v, 175-175v), os cobradores dos quintos reais se apoiavam em suas redes, e tinham suas trajetórias entrelaçadas por outras várias trajetórias.

Referências Bibliográficas

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.
- CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. “O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações.” In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, pp. 27-66.
- FARIA, Simone Cristina de. *Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- HESPANHA, António Manuel. Prefácio. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro de, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, António Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes:*



Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-17.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. “No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII.” In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 195-222.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Fontes primárias

AHCMM, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Códice 219 – Livro de registro de Provisões e Patentes – 1736-1740;

AHCMM, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Códice 380 – Livro para registro de Provisões e Patentes – 1740-1746;

AHCMM, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Códice 648 – Livro de recebimento dos quintos de ouro – 1721-1735;

AHCMM, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Códice 664 – Miscelânea (Foros, termos de fiança, registro de cartas, treslados de bandos...) – 1711-1750;

AHCMM, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Códice 774 – Livro de registro de patentes e provisões – 1725-1755.

AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 9, 1º ofício;

AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 11, 1º ofício;

AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 12, 1º ofício;

AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 15, 1º ofício;



- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 22, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 24, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 33, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 34, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 38, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 45, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 47, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 48, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 62, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 67, 1º ofício;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 1º Ofício, Códice 87, Auto 1842;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 1º Ofício, Códice 115, Auto 2377;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 2º Ofício, Códice 49, Auto 1119;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 2º Ofício, Códice 72, Auto 1577;
- AHCSM, Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Registro de Posturas, 2º Ofício, Livro 1, 1733-1811.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 851, caixa 11, documento 15, A727, 10, 7. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor em Vila Rica do Ouro Preto, encarregado do governo das Minas na ausência do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, solicitando para continuar a governar o seu distrito na ausência do governador;
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 399, caixa 5, documento 32, A724, 8, 7. REQUERIMENTO do capitão-mor Rafael da Silva e Sousa, juiz ordinário de Vila do Carmo, solicitando o pagamento dos seus emolumentos.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 517, caixa 6, documento 16, A725, 28, 2. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor na Vila do Carmo, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.



- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 731, caixa 9, documento 70, A726, 14, 11. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila do Carmo, solicitando o ofício de juiz dos Órfãos da referida Vila.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 851, caixa 11, documento 15, A727, 10, 7. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor em Vila Rica do Ouro Preto, encarregado do governo das Minas na ausência do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, solicitando para continuar a governar o seu distrito na ausência do governador.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 3723, caixa 47, documento 28, A746, 12, 8. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila de Ribeirão do Carmo, solicitando sua confirmação no exercício do cargo de intendente do arraial de São Luís, distrito de Paracatu, Comarca de Vila Real do Sabará, em que foi nomeado por Gomes Freire de Andrade, governador de Minas Gerais.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 4468, caixa 53, documento 19, 1749, 10, 2. CARTA de Rafael da Silva e Sousa, regente intendente da Fazenda Real de Paracatu, para D. João-V, dando conta do mau funcionamento dos pleitos relativos aos contratos das Entradas.
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 493, caixa 5, documento 83, 1724, 30, 8. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta das arrematações dos contratos das Entradas dos Currais, Bahia, e Rio de Janeiro, e também sobre os Dízimos de todas as Comarcas de Minas Gerais, desde a data de sua chegada no seu posto;
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 3214, caixa 41, documento 99, A741, 12, 12. REQUERIMENTO de Manuel Teixeira de Sampaio, boticário, morador na Vila do Ribeirão do Carmo, solicitando pra visão que o autorize a receber a quantia de 150 mil réis, arbitrada pelo Senado da Câmara, para fornecer os medicamentos necessários aos presos e pobres da referida Vila;
- AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, manuscrito 5669, caixa 70, documento 41.
- APM SC 12, *Apud.* KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- APM SC 09, *Apud.* *Idem.*



NA CURVA DO TEMPO: A ECONOMIA FLUMINENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Professor-adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq.

Resumo

O presente artigo analisa as transformações gerais ocorridas na economia do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, considerando o impacto causado pela ocupação de novas regiões e pelo fluir do ouro. Examina também as consequências sociais de tais transformações, sobretudo o surgimento dos homens de negócio como novo grupo social na colônia.

Palavras-chaves: história econômica, império português, Homens de Negócio

Abstract:

The present article analyzes the general transformations occurred in the economy of Rio de Janeiro in the first half of the eighteenth century, considering the impact caused by the occupation of new regions and the flow of gold. It also examines the social consequences of such changes, especially the emergence of businessmen as a new social group in the colony.

Key-words: Economic History, Portuguese Empire, Businessmen

Introdução

Neste texto buscamos desenhar os traços gerais da economia fluminense durante a primeira metade do século XVIII. Este período é caracterizado, segundo a unanimidade de nossa historiografia, por grandes transformações advindas da descoberta de ouro no interior da América Portuguesa⁸⁶. Não há dúvidas de que tais transformações acabaram por se refletir na capitania

⁸⁶ O melhor exemplo da importância dada à descoberta do ouro está em Charles Boxer (BOXER, 1963).



fluminense, que dividiu com a Bahia o papel de abastecedora de mercadorias e escravos para as áreas mineradoras.

Para Mafalda Zemella, a cidade do Rio de Janeiro era um núcleo urbano pequeno, sem importância econômica ou demográfica, até a descoberta do ouro. Num primeiro momento, sua importância no abastecimento da região mineradora seria pequeno, e somente se avantajaria a partir da construção do caminho novo: “Extraordinariamente curto, o ‘caminho novo’ fez com que escoassem para o Rio de Janeiro os maiores lucros do comércio com as Gerais”. (ZEMELLA, 1990, p. 65).

O Rio de Janeiro teria, com o tempo, ultrapassado a Bahia em importância no abastecimento de Minas, e seu comércio exterior seria assim o mais volumoso do século XVIII.

Trabalhos mais recentes também têm comprovado a importância da capitania fluminense no abastecimento das Gerais. É o caso de Caio Boschi, que aponta para os vínculos existentes entre os homens de negócio das Minas e aqueles da praça carioca (BOSCHI, 1996, 57-66). Da mesma forma, a tese de Júnia Furtado deixa clara a importância da praça carioca, junto com a baiana, no abastecimento de Minas (FURTADO, 1996, cap. IV). Estas relações entre Rio e Minas faziam com que, segundo Russell-Wood, mesmo os mineiros mais afortunados tivessem dívidas com comerciantes do Rio de Janeiro, geradas principalmente pela compra de escravos a crédito (RUSSELL-WOOD, 1990, 282). Em nossa tese de doutorado mostramos como a participação no abastecimento das áreas mineradoras foi crucial para a transformação do Rio de Janeiro na principal encruzilhada do Império Português nos setecentos (SAPAIO, 2000, cap. 3).

Portanto, e em que pesem as diferenças entre os autores, está bem estabelecida a importância da praça carioca no abastecimento das Gerais. Pouco sabemos, porém, sobre a forma como essa participação na economia das Minas afetou a própria capitania do Rio de Janeiro. As poucas citações referem-se sempre a um evidente crescimento econômico e demográfico da cidade do Rio de Janeiro e à sua transformação em capital da colônia. Sobre a capitania, silêncio quase total. Uma das poucas referências é a de Ciro Cardoso, segundo o qual a abertura dos caminhos para as áreas mineradoras teria desenvolvido a produção de alimentos, inclusive com a infiltração de paulistas no interior do território fluminense (CARDOSO, 1984, 32). Há, portanto, uma evidente carência de pesquisas que



nos apontem mais claramente de que forma a ampliação do mercado consumidor, gerado pelo povoamento das Minas Gerais, afetou a economia da capitania. É exatamente essa lacuna que buscaremos começar a preencher aqui.

A economia fluminense na primeira metade do século XVIII

A melhor forma de nos aproximarmos dos traços gerais da economia fluminense no período é através da análise dos padrões de investimento da sociedade fluminense. Em outras palavras, trata-se de saber de que forma esta mesma sociedade alocava seus recursos nos diversos campos de investimento que lhe eram oferecidos.

Para começarmos a responder esta pergunta, debruçamo-nos sobre as escrituras públicas de compra e venda e de empréstimos, a partir das quais montamos a tabela 1.

TABELA 1: Participação percentual dos diversos tipos de vendas no valor total transacionado em cada período(1691-1750).

<i>Períodos</i>	Negócios rurais		Negócios urbanos		Chácaras		Embarcações		Outras vendas		Valor total		Empréstimos	
	Valor	N. E	Valor	N. E	Valor	N.E	Valor	N. E	Valor	N. E	Valor	N. E	Valor	N. E
1691-1700	43.014.596	80	8.236.500	58	815.400	7	189.000	2	3.366.340	12	70.821.983	159	15.630.893	91
%	77,33	50,3 1	14,81	36,4 8	1,47	4,40	0,34	1,26	6,05	7,55	100,00	100, 0	28,10	57,2 3
1711-1720	133.584.486	82	43.870.569	70	5.980.000	4	10.730.00	13	9.712.000	13	203.877.224	182	83.603.628	113
%	65,52	45,0 5	21,52	38,4 6	2,93	2,20	5,26	7,14	4,76	7,14	100,00	100, 0	41,01	62,0 9
1727-1730	29.615.000	19	16.344.000	24	1.900.000	3	3.000.000	5	13.037.55	14	63.896.550	65	60.092.428	50
%	46,35	29,2	25,58	36,9	2,97	4,62	4,70	7,69	20,40	21,5	100,00	100,	94,05	76,9

		3		2						4		0		2
1731-1740	108.807.223	92	67.940.292	91	10.520.000	13	18.355.666	19	9.549.800	15	215.173.197	230	115.430.026	82
%	50,57	40,00	31,57	39,57	4,89	5,65	8,53	8,26	4,44	6,52	100,00	100,00	53,65	35,65
1741-1750	121.702.985	176	129.483.185	181	15.983.859	16	39.329.200	23	68.271.881	34	374.771.506	430	210.218.548	143
%	32,47	40,93	34,55	42,09	4,26	3,72	10,49	5,35	18,22	7,91	100,00	100,00	56,09	33,26

Fontes: Escrituras públicas dos cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios de Notas do Rio de Janeiro (1691-1750).

N. E.: número de escrituras. Valores expressos em mil-réis.

OBS:

1- O número de escrituras refere-se àquelas cujos valores conseguimos recuperar, e não ao total das escrituras levantadas.

1.453

2 - Na rubrica "Outras vendas", retiramos do total o valor das vendas dos dízimos, pois estes às vezes apareciam como “vendidos” e em outras como “arrendados”; 3 – Esta tabela é parte de outra maior, presente em nossa tese (SAMPAIO, 2003, p. 61).



O século XVIII inicia-se, em nossa tabela, em 1711, um capricho causado pela falta de escrituras disponíveis para a primeira década. Assim, surpreendemos a sociedade fluminense após o primeiro impacto causado pelas descobertas das minas, causa, inclusive, de uma crise de abastecimento no início da centúria (SILVA, 1990, Cap. 6). Em 1702, o governador Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque escreveu ao rei:

Em razão do crescimento de gente que esta praça do Rio de Janeiro tem, e vai em aumento, se acha muito exausta dos mantimentos de carnes e farinhas, assim pela falta das novidades, como por alguma gente que a fabrica passar às minas, e por isso se experimenta nesta ocasião ser muito custoso o provimento das naus do comboio [...] tudo por causa do que refiro, e também porque desta praça vão farinhas para a da Nova Colônia” (AHU, doc. 2627).

O alcance de tal crise, porém, não deve ser exagerado. A reclamação do governador centra-se no fato de ser obrigado a abastecer Sacramento num momento em que a própria capitania fluminense enfrenta dificuldades. Seria exagero, contudo, falar em algo próximo a uma fome. Exatamente um ano depois dessa carta, o mesmo governador fala dos inconvenientes da aplicação local da chamada “lei da mandioca” que obrigava os senhores de engenho e lavradores de cana a plantarem 500 covas da planta por escravo. Tendo ouvido os oficiais da Câmara, Albuquerque convence o Conselho Ultramarino da “*notória diferença que vão das terras da Bahia às do Rio de Janeiro*”, havendo nestas últimas uma produção abundante de farinha que torna desnecessária a aplicação da lei (AHU, doc. 2672). A crise, portanto, era percebida como algo conjuntural, à qual o sistema agrário fluminense tinha plenas condições de dar resposta.

A primeira década é também o momento de consolidação do povoamento das regiões mineradoras recém-descobertas. Segundo Antonil, a população dessas regiões por volta de 1710 seria de aproximadamente 30.000 pessoas. É difícil avaliar a precisão de tal número, mas ele nos mostra a força do “rush” em direção às áreas mineradoras, em torno das quais constituiu-se rapidamente um eficiente sistema de abastecimento, atraído pelo brilho do ouro. A atuação neste abastecimento é tão lucrativa que boa parte dos homens mais ricos apontados por Antonil reuniu grande parte de seu “cabedal” através dessa atividade (ANTONIL, 1976, 167-173). Esse período também é marcado pelo episódio conhecido como “guerra dos emboabas”. Charles Boxer faz dele uma descrição bastante detalhada (BOXER, 1973, Capítulo III); para nós, o que interessa é sobretudo o seu resultado. A vitória dos emboabas sobre os paulistas, inevitável dada a discrepância numérica e econômica entre os dois lados, consolidou o domínio de baianos e cariocas sobre as áreas mineradoras e inseriu-as



definitivamente no sistema atlântico português. Esse domínio, no caso do Rio, será reforçado a médio prazo com a construção do Caminho Novo.

Cabe aqui um pequeno parêntese. Em geral, os historiadores têm concedido uma importância fundamental ao Caminho Novo na transformação do Rio de Janeiro em principal centro abastecedor das áreas mineradoras e, conseqüentemente, no crescimento econômico que o transformaria no mais importante polo econômico e político da América Portuguesa. Já vimos a respeito a opinião de Mafalda Zemella e gostaríamos de relativizar a importância de tal marco histórico.

Em primeiro lugar, porque o Rio de Janeiro não dependeu do Caminho Novo para participar da economia mineradora. Como mostra a carta de Dom Álvaro da Silveira, desde o início do XVIII a capitania é marcada por um êxodo para as minas e uma urbanização acelerada de sua capital. Ora, ainda em 1705 o próprio construtor da estrada, Garcia Rodrigues Pais, reconhece que o caminho “*já está de todo aberto, mas não se pode ainda cursar por falta de mantimentos*” (AHU, doc. 3.093).

Além disso, a nova rota parece ter demorado a se firmar como alternativa viável exatamente por falta de lugares onde as tropas pudessem se abastecer. Assim, em 1710, comerciantes do Rio de Janeiro teriam conseguido licença real para utilizarem o “caminho velho”, através de Parati, na ida para as minas, ainda que fossem obrigados a passar na volta pela Casa do Registro, existente na nova estrada (CARDOSO, 1984, 43). A própria construção do Caminho Novo foi mais lenta do que se supõe. Segundo seus próprios moradores, “o dito Garcia Rodrigues Pais abriu somente aquela dita picada por onde se ia com grande trabalho, perigos de vida e fazenda dos passageiros, antes de se achar a estrada cultivada e povoada pelos suplicantes” (AHU, doc. 10303, 1738).

Em 1711, é pelo Caminho Velho que Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, dirige-se às minas. Na mesma época, o capitão Lourenço Carvalho possuía em Parati 300 escravos para condução de cargas serra acima, “*que por ser tão áspera não podem subir cavalos carregados*” (SOUZA, 1994, 34s). Devemos ter em mente portanto que a capitania fluminense possuía não um, mas dois caminhos para as minas, e que a suplantação de um pelo outro é paulatina, e não destrói o mais antigo.

Na segunda década do XVIII, temos então uma sociedade fluminense já razoavelmente transformada (ou transtornada) pela rápida abertura de novas áreas de povoamento no interior da



América Portuguesa. Não há, contudo, modificações tão radicais que possamos considerar como rupturas. Mas as mudanças são importantes, e a médio prazo dão uma aparência distinta à sociedade fluminense.

A primeira mudança que nossa tabela apresenta é o aumento considerável no valor das escrituras. Se no final do XVII o valor médio das mesmas era de 349\$824, na segunda década do XVIII esse mesmo valor havia se elevado para 1:120\$204, numa variação de mais de 220%. O impacto da inflação causada pelo abrupto afluir do ouro dos ribeirões para o Rio é evidente. Os autores coevos, como Antonil e Rocha Pita, dão testemunho da forma como esse processo afetou a sociedade colonial (ANTONIL, 1976, 139, 169-172; PITA, 1976).

Entretanto, os aumentos não são semelhantes nas diversas escrituras. Decompondo nossa análise até o nível dos diversos tipos de bens vendidos, veremos que alguns se valorizam mais do que outros, o que mostra transformações importantes nas prioridades da sociedade fluminense no momento em que aloca seus recursos.

Começemos pelos negócios rurais. Sua imponência, à primeira vista, permanece pois tais negócios ainda são capazes de monopolizar 2/3 do total de recursos aplicados na aquisição dos mais diversos bens, mas parte de seu vigor começa a ceder. Por mais impressionante que seja, sua participação no valor total é bem inferior à verificada na última década do século XVII. E isto não tem qualquer ligação com o número de escrituras. Sua parcela de 45% em relação ao número total é digna do século anterior. O que ocorre é uma menor elevação de seu valor médio frente aos demais bens transacionados. Comparando mais uma vez com a última década do XVII, veremos que esta variação é de 202,98% para os negócios rurais, 341,33% para os negócios urbanos, 773% para as embarcações e 1.183% para as chácaras. Em outras palavras, embora permaneçam com o maior valor médio entre as escrituras (1:629\$079), as transações com bens agrários vêm sua importância relativa começar a decair.

A primeira razão para esta decadência relativa dos negócios agrários é o rápido crescimento da população urbana, que acabava por estimular as transações de bens urbanos. Já demos a esse respeito o testemunho de D. Álvaro da Silveira. Verifica-se que esse é um processo que não se interrompe então. Em 1710, a população da cidade seria de talvez 12.000 habitantes (SILVA, 1990,



117)⁸⁷, número que subiu para 29.147 em 1749 (LISBOA, 1834, 176)⁸⁸, um aumento superior a 140% em aproximadamente quatro décadas. Naturalmente, o aumento da população e, conseqüentemente, da demanda pressionava o preço dos imóveis urbanos para cima. Também o aumento dos preços das chácaras está ligado à urbanização, pois tratava-se de propriedades com características bastante peculiares. Embora com uma produção rural, elas localizavam-se sempre em volta da urbe carioca, à qual abasteciam. Assim, o aumento da população carioca naturalmente valorizou-as, pois significavam a ampliação de um mercado em relação ao qual as chácaras encontravam-se estrategicamente situadas para satisfazer. Sua valorização pode parecer impressionante, mas devemos lembrar que a amostra é muito reduzida, e que do valor total, 4:000\$000 (66,9%) referem-se a uma única venda (CSON, L. 18, f. 151, AN, 1713).

A segunda razão para essa valorização dos bens urbanos é o fortalecimento do capital comercial na praça do Rio. Já nessa primeira década (para nós) do século XVIII, os homens de negócio mostram uma considerável importância no mercado urbano, respondendo por 14,60% de todas as compras urbanas, e por somente 3,69% das vendas (SAMPAIO, 2003, Cap. 4). Em outras palavras, a elite mercantil carioca adquire então muito mais imóveis urbanos do que vende. Evidentemente, tal forma de atuação tinha como resultado final uma maior pressão sobre os preços de tais bens.

É também o fortalecimento do capital mercantil que explica tanto o aumento da venda de embarcações quanto do seu valor. É interessante notar que o valor pago por tais bens no Rio atraíram vendedores de outras regiões do império português, como as ilhas atlânticas ou o próprio nordeste do Brasil. Um exemplo desse fenômeno nos é dado por Manuel da Rosa, Bartolomeu Gaspar de Millon e Jeremias Galvão, estes dois últimos moradores na ilha do Faial, e que em 1714 vendem uma galera ao capitão Manuel Pinto Duarte por 2:600\$000 (CSON, L. 25, f.54v, AN). Este fato parece

⁸⁷ Esse número também é dado por Alberto Lamego (LAMEGO, 1964, p. 308) Pessoalmente, consideramos essa estimativa bastante modesta. Jonas Finck, que aí esteve em 1711, estimou que a cidade contava com 4.000 “cidadãos” e 8.000 negros para sua defesa, além de soldados e marinheiros. Ainda que consideremos essa estimativa exagerada, e que parte desse “efetivo” vivia de fato no entorno rural da cidade, esses números sem dúvida indicam uma população bem superior à estimativa mais aceita, já que não engloba mulheres e crianças. De tudo isso, o que fica é uma grande incerteza em relação a veracidade de quaisquer desses números. (FRANÇA, 1999, p. 70).

⁸⁸ Este número refere-se aos paroquianos das diversas freguesias. O número mais divulgado, de 24.397, refere-se somente às pessoas adultas. Repare-se que mesmo o número maior não representa a população total da cidade, pois só eram considerados paroquianos aqueles aptos a comungar, portanto acima dos 7 anos de idade.



demonstrar que o mercado local tornara-se incapaz de atender a uma demanda em constante crescimento.

Mas as transformações geradas pela expansão do capital mercantil e da urbanização não se limitam à década de 1710, exatamente porque essa expansão está longe de acabar. É a partir da década de 1720 que surgem os nomes da imensa maioria dos homens de negócio por nós identificados. Além disso, o comércio externo cresce continuamente e para uma aproximação das suas tendências, contamos com os contratos da dízima da alfândega. A dízima, como o próprio nome indica, era a cobrança de 10% sobre o valor das mercadorias entradas no porto do Rio de Janeiro⁸⁹.

TABELA 2: Valores das arrematações do contrato da Dízima da Alfândega (1700-1751)

Ano	Valor	Arrematante(s)
1700	14:968\$273	
1712	53:200\$000	José Ramos da Silva ¹
1721	66:600\$000	José Ramos da Silva ¹
1724	97:200\$000	José Rodrigues
1729	122:100\$000	Francisco Luís Sayão
1732	107:600\$000	Gaspar de Caldas Barbosa ¹
1734	160:000\$000	Manuel Peixoto da Silva
1738	194:805\$000	Estevão Martins Torres
1742	208:400\$000	Pedro Rodrigues Godinho

⁸⁹ Embora teoricamente se referisse a todos os produtos importados, na prática a dízima incidia sobre os bens vindos nas frotas anuais, a tal ponto que a duração dos contratos dependia da chegada efetiva de tais frotas. Esse imposto não era cobrado diretamente pela coroa, mas por particulares que o arrematavam pelo prazo de três anos. Esses particulares, em troca da cobrança do tributo, pagavam à Coroa um valor fixo, estipulado no contrato de arrematação.



1745	209:600\$000	José Ferreira da Veiga
1748	202:400\$000	Francisco Ferreira da Silva e cia.
1751	202:400\$000	José Bezerra Seixas ¹

Fonte: 1700 – AHU, doc. 2400; 1712- AHU, códice 1.269, pp. 20, 23 e 25; 1721- AHU, doc. n. 4013; 1724 – AHU, doc. 5377; 1729 – AHU, doc. 5885; 1732 – AHU, doc. 7389/7390; 1734 e 1738: Livro 2o. das Ordens da Alfândega do Rio de Janeiro, respectivamente pp. 31-33v e 75v-78. Coleção Vice-Reinado; 1742 a 1748: Livro 3º das Ordens da Alfândega do Rio de Janeiro, respectivamente pp. 2-5; e folhas avulsas, s/n; 1751 – AHU, doc.17.803.

OBS: 1- Homem de negócio no Rio de Janeiro.

Pode-se, é claro, argumentar que o contrato reflete mal o valor do atividade mercantil, já que se refere a um preço de arrematação – e não poderíamos deixar de concordar. Contudo, os dados da tabela acima são por demais eloqüentes para serem desprezados. A diferença entre os valores relativos ao primeiro e ao último ano (que não é o maior valor da tabela) é de 1.252%. Se não podemos afirmar que o comércio ultramarino carioca cresceu exatamente na mesma proporção, também seria bobagem negar que tenha passado por uma autêntica explosão, desempenhando um papel de peso considerável no interior do império lusitano.

A invasão da cidade pelos franceses é exemplar em relação à força da vinculação da praça carioca com o sistema atlântico e do papel desempenhado aí pelo ouro que descia em direção à cidade. E isto não somente porque o ataque signifique uma espécie de “reconhecimento internacional” da nova importância da urbe⁹⁰, mas sobretudo por causa da forma como a economia local reage às conseqüências da invasão.

Pizarro, em suas “Memórias históricas”, recolheu diversas informações sobre os prejuízos causados à cidade pela invasão. Os valores estimados por diversas pessoas variavam entre 1.600:000\$000 e 12.000:000\$000. O próprio autor arrisca o valor de 6.800:000\$000 (PIZARRO e ARAÚJO, 1945, 75-99). É impossível saber qual seria mais exato, mas qualquer um deles aponta para uma destruição em larga escala, da qual não temos motivo para duvidar. Pizarro chama-nos atenção para o fato de que isso não impediu contatos amistosos entre a população local e os invasores: “ferveram os negócios, compras de navios e fazendas”(PIZARRO e ARAÚJO, 1945, 97).

⁹⁰ Segundo Boxer, “a cidade do Rio de Janeiro era considerada como o prêmio mais desejável, em vista da grande riqueza canalizada através de seu porto, proveniente do ouro de Minas Gerais”. (BOXER, 1973, 109).



Nossas escrituras confirmam tais transações em relação aos navios: das 13 embarcações vendidas na década de 1710, quatro tinham sido compradas anteriormente aos franceses. Tirando o aspecto bizarro de contato tão amistoso entre invasores e invadidos, fica o fato de que o capital mercantil carioca foi capaz de mobilizar, apesar da destruição, somas consideráveis para realizar “negócios de ocasião” com os franceses. Além disso, como mostra a tabela abaixo, a cidade restabelece de forma relativamente rápida seus fluxos comerciais normais.

TABELA 3: Rendimento da Dízima da Alfândega, 1710-1714

Período	Valor	Média Mensal aproximada
Livro 1º (de 20/02/10 a 11/10/10?) ³	24:548\$830	(3:362\$853)
Livro 2º, de 11/10/10 a 24/07/11	13:030\$529	1:371\$634
Livro 3º, de 24/07/11 a 12/09/11	20:360\$321	12:216\$192
Livro 4º, de 09/12/11 a 03/08/13	36:890\$143	1:894\$507
Livro 5º, de 05/08/13 a 19/12/13	17:036\$038	3:785\$786
Livro 6º, de 05/01/14 a 08/06/14	20:956\$722	4:191\$344
Livro 7º, de 18/07/14 a 30/08/14	24:072\$843	16:413\$302
Total	156:895\$426	2:877\$099 ²

Fonte: “Relação de todo o rendimento da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro desde 20-02-1710 até 04-09 deste presente ano de 1714, tirada pelos livros do despacho da dita Alfândega, no recebimento do Tesoureiro dela, Antônio Fernandez Lima, que entrou e serviu no dito dia 20-02-1710 e serve até o presente”. Arquivo Nacional, Coleção Vice Reinado, Caixa 495, pacote 2, fls. 38v.

Obs.:1 - O ataque de Du Clerc ocorreu em Setembro de 1710 e o de Duguay-Trouin em Setembro de 1711; 2 - Nessa média excluiu-se o valor relativo ao livro 1; 3 - Não temos as datas do primeiro livro.

A primeira coisa que a tabela acima nos mostra é a forte sazonalidade do comércio ultramarino. Se tomarmos somente os períodos para os quais contamos com datas precisas, veremos que há uma forte discrepância, quanto à média mensal, entre o período coberto pelo livro 2 (Outubro de 1710 a Julho de 1711) e o coberto pelo livro 3 (Julho a Setembro de 1711). Tal fato está relacionado, sem dúvida, à partida da frota. Sabemos, graças a Pizarro, que a frota estava “surta e ancorada” no Rio quando do ataque de Duguay-Trouin (PIZARRO E ARAÚJO, 1945, 97). Assim, vemos que a maior parte do pagamento da dízima verificava-se não quando da chegada da frota, mas



no momento de sua partida: os comerciantes pagavam a dízima no mesmo momento em que remetiam dinheiro para Portugal em pagamento das mercadorias enviadas no início do ano (AHU, doc. 5.270).

Após Setembro de 1711, o que se verifica é uma verdadeira depressão no recolhimento da dízima, o que sem dúvida refletia a queda do comércio ultramarino com a praça. A média mensal cai abruptamente (como devia ser normal quando partia uma frota), e não se recupera. Somente a partir de agosto de 1713 vislumbra-se um processo de retorno ao padrão anterior. A partir daí, entretanto, a ascensão é bastante veloz, e novo pico do rendimento da dízima é alcançado em meados do ano de 1714. Uma recuperação sem dúvida rápida, se considerarmos a destruição causada na cidade. Não pretendemos com isso negar o impacto da invasão sobre a população fluminense, mas simplesmente ressaltar que o comércio ultramarino por estar fortemente vinculado às demandas de outras áreas, possuía uma razoável autonomia frente às conjunturas locais, e nesse caso específico conseguiu responder melhor à crise.

Toda essa força do capital mercantil seguiu refletindo-se na evolução da sociedade fluminense setecentista. Ao longo do restante da primeira metade dos setecentos, as tendências verificadas no seu início se aprofundam continuamente. Sobretudo, chama atenção a forte perda de substância dos negócios rurais frente ao conjunto de transações realizadas pela sociedade fluminense. Embora permaneçam com uma considerável importância numérica, sua participação no valor total cai até chegar a meros 1/3 do valor total, um cenário inimaginável somente 50 anos antes. A década de 1740 marca também a ultrapassagem, ainda que por uma pequena margem, dos negócios rurais pelos negócios urbanos. Pela primeira vez nos cem anos observados e, podemos dizer sem medo de errar, em toda a história fluminense, o valor das transações de imóveis situados na urbe carioca ultrapassou as que envolviam o sistema agrário que a circundava. Mas não são só os negócios urbanos que se destacam no período. De fato, todas as vendas não-rurais vêm sua participação aumentada. Mesmo o item “Outras Vendas” que abarca todas aquelas que não entravam na nossa classificação e que, no século XVII, tinham uma importância mínima, vê sua participação crescer sobretudo na última década. Isso demonstra o quanto esta sociedade vai se tornando mais complexa, o que a leva a diversificar os seus investimentos. E esta diversificação tem a marca indelével do capital mercantil.



Exemplo disso é que ainda na década de 1720 surge um autêntico mercado de dívidas ativas, ainda que de pequenas proporções. Algo próximo a um desconto de duplicatas atual, no qual o vendedor entrega ao comprador uma dívida ativa que possui e recebe, em troca, parte do valor. É o caso de Pedro Velasco de Moura, que em 1727 vende a Domingos de Moura Braga, por 230\$000, uma dívida ativa no valor de 270\$000 que tinha com Domingos Luiz Louzada (CPON, L. 93, F. 80v, AN), e o de Francisco Antônio da Silva que em 1750 vende uma série de dívidas ativas, no valor de 640\$000, que lhe foram deixadas em legado pelo capitão Domingos Correia Bandeira, um dos mais importantes negociantes cariocas da primeira metade dos setecentos para José Pereira do Faro por 320\$000 (CPON, L. 119, F. 37v, AN). A existência dessas transações mostra a evolução do sistema de crédito em direção a uma relativa despersonalização das relações entre credor e devedor, do que se infere a existência de normas razoavelmente eficientes na garantia dos direitos dos credores.

Na década de 1740 dá-se o surgimento dos primeiros negócios mercantis de vulto nas escrituras. Assim, temos em 1745 a venda que João Teixeira de Macedo, homem de negócio, faz a Pascoal Ramos, mercador de loja, de “várias fazendas secas”, no valor de 9:098\$895 (CSON, L. 62, F. 133v, AN). Por sua vez, em 1749 temos a venda por Francisco da Rocha Covas para João Barbosa Silva das fazendas existentes na loja que, aparentemente, dividiam. O valor da transação é de 17:044\$830 (CSON, L. 64, F. 127, AN). Estes valores são superiores aos das mais importantes propriedades rurais transacionadas na mesma época. A mais cara que encontramos na década de 1740 foi a fazenda Maxambomba, com engenho de açúcar, vendida pelo “fidalgo da Casa de El Rey” Manuel Correia Vasques a seu sobrinho, Martim Correia de Sá, pelo valor de 16:000\$000 (CPON, L. 109, F. 61v, AN). O segundo valor mais elevado também se refere a um engenho, que Felipe Soares do Amaral comprou em 1744 por 8:314\$360 (CSON, L. 56, F. 157, AN).

Outro aspecto que demonstra o fortalecimento do capital mercantil é o comportamento dos empréstimos. A idéia de agregar tais operações à nossa tabela nasceu da necessidade que tivemos de tentar aquilatar, ainda que de forma imprecisa e por meios indiretos, o peso que esta transação possuía nas diversas épocas. A única forma que encontramos foi comparando seu valor com o total das demais transações e o resultado encontrado foi, à primeira vista, surpreendente. Caso comparemos a última década do século XVII com a primeira metade do XVIII em seu conjunto, veremos que o valor dos empréstimos, que no primeiro período correspondia a 28,1% do valor total



das vendas, torna-se equivalente a 54,72% desse mesmo valor no período seguinte. Ou seja, há um maior endividamento da sociedade fluminense exatamente no momento em que o ouro aflui abundantemente.

A contradição, entretanto, é apenas aparente. A idéia de uma sociedade “afogada” em ouro esconde um fato mais profundo: o de que esse ouro tem uma circulação social, definida a partir da hierarquia dessa mesma sociedade. Em outras palavras, ele não circula de forma igual entre os diversos extratos sociais.

Ruggiero Romano, analisando a circulação de metais preciosos na América Espanhola, chama-nos atenção para o fato de que a tão decantada falta de numerário local referia-se às moedas de pequeno valor. As de valor elevado eram monopolizadas pelos grandes comerciantes (ROMANO, 1991, 239-280). Podemos supor que o mesmo ocorria no Rio. A forma fundamental de acesso ao ouro era o comércio com as áreas mineradoras. Mesmo que muitos se dedicassem a tal atividade, poucos conseguiam reunir capital suficiente para que o pudessem emprestar, sobretudo em larga escala (SAMPAIO, 2003, Cap. 4). Além do mais, a participação de um grande número de indivíduos na atividade mercantil não deve nos fazer esquecer que ela não estava disponível para todos, sendo necessário um capital mínimo e/ou contatos sociais eficientes para atuar nesse tipo de atividade. Por fim, a oferta de empréstimos depende do nível de desenvolvimento das atividades mercantis no interior da sociedade.

O crescimento dessas atividades estimula tanto os potenciais devedores a tomarem dinheiro emprestado para investir em atividades lucrativas, quanto aos credores a emprestarem dinheiro pela maior possibilidade de recebê-lo de volta. Uma prova disso é a elevada participação dos homens de negócio tanto como devedores como enquanto credores. Na década de 1730, por exemplo, eles apareciam como credores de 56,9% do valor total emprestado (65:671\$212) e como devedores de 13,6% (15:689\$370). Embora, em termos globais tais negociantes emprestassem muito mais do que tomavam emprestado, eles se constituíam então num dos principais grupos de devedores da sociedade fluminense. Suas dívidas superavam inclusive as dos senhores de engenho, que alcançavam 12:610\$995, ou 10,9% do total (SAMPAIO, 2003, 195). Um bom exemplo do que estamos dizendo é o empréstimo de 2:400\$000 que o homem de negócio Antônio da Costa de Araújo faz em 1736 ao também homem de negócio Tomás Ribeiro de Sampaio (CSON, L. 48, F. 64, AN).



Outro exemplo de como o crescimento comercial estimula a atividade usurária é o surgimento, na praça carioca, dos empréstimos “*de dinheiro a risco*”. São empréstimos de quantias postas nas naus das frotas, mas que só eram pagas após a chegada das mesmas, a salvo, em Lisboa ou em qualquer outro porto português. Os juros eram bastante elevados, na faixa de 15 a 18%. Obviamente, somente aqueles com grandes interesses no comércio ultramarino pegavam empréstimos nessas condições⁹¹.

Podemos imaginar - mas não quantificar - que parte desse crescimento do endividamento é então, consequência da expansão interna da oferta de crédito, que teria diminuído a necessidade de se recorrer a outras praças quando se necessitava de recursos. Tal hipótese somente reforça a nossa percepção do fortalecimento contínuo do capital mercantil carioca.

Retornemos agora à nossa primeira tabela e façamos um balanço de tudo que vimos até aqui. Ressaltar as transformações ocorridas seria o mais simples, mas cabe-nos questionar também sobre as permanências, as realidades estruturais que teimam em não ir embora. É claro que baseados numa tabela tão geral em seu conteúdo, também só podemos referir-nos a tendências igualmente gerais.

E neste sentido, o principal traço estrutural observado é a manutenção da importância numérica dos negócios rurais. Se compararmos a década de 1740 com o período 1691-1700 veremos que o recuo percentual desse tipo de negócio é relativamente pequeno, e com exceção da década de 1720 (na qual a pequenez da amostra distorce ligeiramente os percentuais) sua participação mantém-se sempre elevada. A razão é óbvia, já que estamos tratando de uma sociedade com base essencialmente agrária. Esta observação serve para lembrar que não há um recuo do setor agrário ao longo dos cem anos aqui tratados. Pelo contrário, o século XVIII é marcado, como vimos, por uma contínua expansão demográfica e econômica, e o setor agrário acompanha tal tendência.

Por outro lado, o que a perda de importância do setor agrário em relação ao valor total transacionado nos mostra é que o mesmo se vê drenado em escala crescente pelos demais setores sociais, sobretudo o capital mercantil. Estes setores, com uma participação inicial subordinada frente ao primeiro, ganham relevância com a expansão dos nexos econômicos que vinculavam o Rio de Janeiro com outras áreas do Brasil, sobretudo “as minas” mas também a nova fronteira sul da

⁹¹ Por exemplo, Domingos Martins Brito, um dos principais homens de negócio do Rio na primeira metade do XVIII, toma emprestado 2:400\$000 de Francisco da Silva, com juros de 18% (CSON, L. 41, F. 117, AN).



colônia: a Colônia de Sacramento, o litoral dos atuais Paraná e Santa Catarina e, no final do nosso período, o Rio Grande de São Pedro (SAMPAIO, 2003, Cap. 3). O resultado é uma transformação profunda no predomínio das diversas formas de acumulação. No século XVIII o capital mercantil ganha relevo e independência passando a ter uma faixa própria de atuação, e permitindo-nos acompanhar seus movimentos. Conseqüentemente, isto provoca uma transferência contínua para ele das riquezas geradas nas atividades produtivas, o que é quase o mesmo que dizer agrárias. Essa transferência é, no início dos setecentos, uma novidade histórica. Significa o início do domínio da acumulação mercantil sobre as demais formas de acumulação e, portanto, o próprio ritmo da economia passa a ser determinado pelas idiossincrasias de tal acumulação. Estamos agora mais perto do século XIX do que do XVII.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL (AN)

- Escrituras públicas do Cartório do Primeiro Ofício de Notas (CPON), 1691-1750.
- Escrituras públicas do Cartório do Segundo Ofício de Notas (CSON), 1711-1750.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino catalogados por Eduardo de Castro e Almeida (AHU):

- doc. 2627: Informação do governador sobre a falta de mantimentos e o êxodo para as minas; 10 de Setembro de 1702.
- doc. 2672: Consulta do Conselho Ultramarino acerca dos inconvenientes da lei da mandioca. 12 de Setembro de 1703.
- doc. 3.093: Carta de Garcia Rodrigues Pais sobre os descaminhos do ouro. 30 de Agosto de 1705.
- doc. 10303: Requerimento dos moradores do Caminho Novo para demarcação de suas terras (1738).
- doc. 5.270: Representação dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro contra a grande morosidade que havia nos despachos da Alfândega (1726).



Referências Bibliográficas

- ANTONIL, João Antônio Andreoni. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 1976.
- BOSCHI, Caio C. “Nem tudo que reluz vem do ouro...”. *In* : SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História econômica do período colonial*. São Paulo, HUCITEC, 1996, pp. 57-66.
 - BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, 2a. ed.
 - CARDOSO, Ciro. “Atlas histórico do Estado do Rio de Janeiro – Da colônia a meados do Século XX.” Niterói, 1984 (Mimeografado)
 - FRANÇA, Marcel Carvalho de França. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro, EdUERJ/José Olympio, 1999.
 - FURTADO, Júnia F. “Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas.” São Paulo, USP, 1996 (Tese de doutorado).
 - LAMEGO, Alberto R. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1964
 - LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Seignet-Plancher, 1834, 7 vols.
 - PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo, EDUSP, 1976.
 - PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1945, Vol. 1, pp. 75-99.
 - ROMANO, Ruggiero. “Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial”. *In*: BONILLA, Heraclio (Ed.) *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 239-280.
 - RUSSELL-WOOD, A. J. R. “El Brasil colonial: el ciclo del oro, c. 1690-1750.” *In*: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina 3. América latina colonial: economía*. Barcelona, Editorial Crítica, 1990, pp. 260-305.
 - SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.



- SILVA, Francisco Carlos T. da. “A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790).” Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado).
- SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro, UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990, 2^a ed.



ARTIGOS

MÍDIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Ana Cristina Figueiredo de Frias

Mestranda do programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-RJ.
Pesquisadora do Memória Globo da Rede Globo
E-mail: anacrisfrias@gmail.com

RESUMO:

O artigo analisa de que forma as coberturas jornalísticas como a da Guerra da Bósnia nos ajudam a refletir sobre os usos da memória, além de apontarem a responsabilidade de se relembrar fatos que carregam em si uma lembrança de dor e sofrimento e que não podem ser esquecidos. O texto aponta também a necessidade de se discutir temas como a Memória do Holocausto e o papel que a mídia desempenha ao utilizar um discurso que evoca fatos marcantes do passado. Os trabalhos de autores como Andreas Huyssen, Jacques Le Goff e Tzevtan Todorov são tomados como referência para levantar questões fundamentais sobre usos, abusos e responsabilidades de se tratar o tempo pretérito no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Memória, Memória do Holocausto, Mídia e Guerra da Bósnia.

Abstract:

The article describes how news coverages, such as the reportings about Bosnian war, could help us to ponder over the uses of memory and it also points out the responsibility of remembering facts that recalls pain and suffering and cannot be forgotten. The document also emphasizes the need to discuss subjects as the Holocaust memories and the role played by the media when applying a speech that evokes relevant events of the past. Writings of Andreas Huyssen, Jacques Le Goff and Tzevtan Todorov are used as reference to raise basic questions about the uses, abuses and responsibilities of dealing with the past within the contemporary scene.



Key-words: Memory, Holocaust memory, media and Bosnia War.

Mídia, Memória e História

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não mais para a servidão dos homens.

(Memória, Jacques Le Goff)

Imagens do sofrimento e do martírio de um povo são mais do que lembranças de morte, de derrota, de vitimização. Elas evocam o milagre da sobrevivência.

(Diante da dor dos outros, Susan Sontag)

'*Like Auschwitz*' como esse título o repórter Roy Gutman do jornal *Newsday* publicou uma matéria que revelava as atrocidades cometidas nos campos de concentração sérvios durante a Guerra da Bósnia. A reportagem, publicada em 21 de julho de 1992, lembrava um episódio que marcou de forma definitiva a história da humanidade e da Europa. Os horrores da Segunda Guerra eram recuperados do passado como uma tentativa de se evitar que situações semelhantes de genocídio e limpeza étnica ocorressem novamente no curso da História. Mas como lidar com essa relação da dor e da necessidade da lembrança para aqueles que vivenciaram o conflito e perderam familiares e amigos? São acontecimentos que não podem ser esquecidos e, ao mesmo tempo, trazem uma recordação insuportável. Nesse contexto, a memória do Holocausto surge como uma ferida ainda não cicatrizada. Diante do tema, é necessário discutir os usos, os abusos e as responsabilidades de se lembrar e reviver os vestígios do passado. Desde o final da década de 1980 até os dias atuais, podemos afirmar que ocorreu uma profusão de centros e estudos sobre a memória, houve uma ascensão do que é chamado de "cultura da memória"⁹². O passado se tornou uma das preocupações

⁹² Referência ao termo utilizado por Andreas Huyssen no texto "*Mídia e discursos da memória*" IN: *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo. Volume XXVII, número 01, janeiro/ junho de 2004.



principais do mundo ocidental, foram realizados e difundidos inúmeros projetos que visavam o desenvolvimento de uma cultura memorialística, como afirma o autor Andreas Huyssen.

As imagens e as narrativas jornalísticas passaram a recorrer a fatos do passado que se reportavam diretamente a uma realidade na história do tempo presente. Esses temas suscitam uma série de perguntas para o historiador: De que forma esse uso da memória pode afetar a escrita da história? Qual é o compromisso e o dever de se refletir sobre as articulações entre memória e história? Quais as particularidades e as especificidades que são descartadas numa colagem rápida de um fato do passado no presente? A proposta do trabalho é, exatamente, discutir essas questões e analisar o papel de um discurso da memória apresentado pela mídia no cenário contemporâneo.

Para refletirmos sobre os usos e abusos da memória não podemos esquecer que ela é resultado de um diálogo contínuo, uma relação em movimento com outros dois termos: cultura e tempo. Também não é possível falar de memória sem se falar de história. A memória é uma operação do presente e que lida com o passado como matéria-prima, um tempo pretérito que será, constantemente, reconstruído, reinventado, a partir de uma experiência sensorial e afetiva. Dessa forma, o tempo da memória é o presente. É preciso ressaltar também que a memória é polissêmica, polifônica e multifacetada. Ela está nos museus, nas artes plásticas, nas fotografias, nas esculturas, nos bordados, nos túmulos, em pequenos objetos dos nossos antepassados – as relíquias. São todos fragmentos de uma época, que refletem uma escrita da memória e que pertencem a um tempo que não é mais o nosso, a um passado que é um país estrangeiro, como assinala David Lowenthal. Segundo o próprio autor, é a incerteza sobre o passado, que nos leva a crer que tudo ocorreu conforme foi documentado, mas esse passado nunca pode ser tão conhecido como o presente.

Para Lowenthal, o passado nos cerca, nos preenche, as ações dos homens conservam resquícios de tempos pretéritos, vivemos entre as relíquias de épocas anteriores e a tradição é algo que está impregnado nas células do nosso corpo. O autor nos mostra que dedicamos uma boa parte do tempo presente para entrar em contato com algum momento passado. Dessa forma, compreendemos o valor e o sentido da memória na vida de cada indivíduo e de uma sociedade. As lembranças também podem sustentar nosso sentido de identidade, são recordações compartilhadas e continuamente complementadas pelas experiências de outros indivíduos na coletividade.



Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta”. (LOWENTHAL, 1995: 103)

O autor do texto *Como conhecemos o passado* destaca também que a narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, é apenas uma das possíveis histórias sobre o que de fato ocorreu. O historiador precisa estar atento para que uma perspectiva do presente não esteja propensa a desvirtuar ou mesmo esvaziar o passado. A imprensa e a expansão da escrita foram fatores determinantes na fixação de um ordem temporal na História. Lowenthal assinala ainda que nas sociedades letradas os textos impressos são amplamente difundidos, mas a grande parte de um conhecimento do passado ficou fragmentada e restrita a um pequeno grupo de especialistas. Segundo o autor, a possibilidade de um passado consensualmente compartilhado, mas superficial, foi apresentada pela mídia. A afirmação de Lowenthal nos ajuda a refletir exatamente sobre esse discurso da mídia que, muitas vezes, associa acontecimentos a contextos completamente distintos. No entanto, é importante destacar que uma lembrança pode nos jogar tão fortemente no passado, que ele é revivido de forma tão intensa, que pode desencadear ações e projetos que nos impulsionam em direção a um caminho no futuro.

A memória instrumental não possui envolvimento; seu passado esquematizado aponta simplesmente para o mais importante presente. O devaneio recorda sentimentos específicos e nos incentiva a comparar modos de ser passados com modos de ser presentes. A rememoração total nos joga a contragosto no passado; o presente é oprimido por acontecimentos anteriores tão importantes ou traumáticos que eles são revividos como se praticamente ainda estivessem ocorrendo. (LOWENTHAL, 1995: 93)

Diante da afirmação de Lowenthal, devemos perguntar de que forma essa rememoração não indica cenários e situações de genocídio e limpeza étnica do passado, que estão sendo repetidos, mas que não poder ser mais tolerados.

O conceito de memória, como afirma Jacques Le Goff, no verbete da enciclopédia *Einaudi*, é crucial, o autor nos mostra a conotação política que o termo apresenta. Como ele afirma, a história é uma forma poderosa de memória e que pode servir ao poder. Para Le Goff, a memória não se opõe ao esquecimento, pelo contrário, o esquecimento faz parte dessa memória que é construída, reinventada. A autora Marieta de Moraes Ferreira, no artigo “*Oralidade e memória em projetos testemunhais*”,



também assinala que esquecer é uma das faces da memória, estudar o que é esquecido e o que é lembrado são elementos fundamentais para uma maior compreensão e entendimento do presente.⁹³

Uma contribuição importante no estudo é o trabalho de Gilberto Velho em *Projeto e Metamorfose*. No texto, ele argumenta que vivemos uma nostalgia do passado diante do mundo contemporâneo e que a identidade é o reflexo da organização dos nossos pedaços e fragmentos de memória. A idéia de projeto proposta por Gilberto Velho é a de uma articulação entre a herança do passado com as ações a serem realizadas no futuro em parcerias com outros indivíduos. O projeto é um instrumento de negociação com a realidade. Velho mostra ainda a relação entre uma memória individual e coletiva. Não é possível falar de memória sem destacar o papel que ela exerce na constituição de uma identidade. São as mediações entre cultura, história e memória que vão estabelecer a relação de um indivíduo com a coletividade. No entanto, falar de memória é estabelecer também uma relação entrecruzada entre diversos elementos como: tempo da lembrança e tempo do lembrado, tempo e espaço, individual e coletivo, emoção e razão, paixão e interesse, informação e ocultamento, lembrança e esquecimento.

Outro autor muito citado nos trabalhos sobre memória é Pierre Nora. No texto *Lugares da Memória*, ele mostra o quanto é complexa a relação entre memória e história. A memória não é mais espontânea, mas produzida. Segundo Nora, vivemos o fim das sociedades-memória e das ideologias-memória, que indicavam que deveria se reter o passado para preparar o futuro. Uma ideia de memória voltada para a herança de sua própria identidade foi substituída por uma película efêmera da realidade. Para Nora, memória e história estão longe de serem sinônimos.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afeitiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança

⁹³ FERREIRA, Marieta de Moraes. “Oralidade e memória em projetos testemunhais”. IN: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. Página: 201



no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...].A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1984: 9)

Os lugares da memória surgem, então, da necessidade contemporânea de se criar arquivos, de se reviver e lembrar fatos do passado como: aniversários, celebrações, elogios fúnebres. Como ele destaca, são lugares onde se palpita algo de uma vida simbólica, lugares salvos de um passado que não mais habitamos, semi-oficiais ou institucionais, semi-afetivos e sentimentais. São lugares, memórias que povoam nosso imaginário, nosso presente, nossa cidade, nossas comemorações, elementos presentes no nosso cotidiano.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história. (NORA, 1984: 15)

Em *Los abusos de la memoria*, Tzvetan Todorov trabalha sobre os usos e os abusos de um passado. Para Todorov, o restabelecimento integral do passado é impossível e a memória é forçosamente uma seleção. Ele chama a atenção para uma distinção entre a recuperação do passado e a sua utilização subsequente. A memória é um instrumento que nos possibilita agir sobre o passado, há o perigo de se justificar atos que legitimam guerras em nomes de sofrimentos de outras épocas. Todorov mostra que um exemplo de abuso da memória, extraído da atualidade, é o fato dos sérvios explicarem suas agressões contra outros povos da ex-Iugoslávia a partir de justificativas históricas. Ou seja, a guerra e a limpeza étnica nada mais eram do que um acerto de contas por tudo o que os sérvios sofreram no passado.

É importante pensar também na eficácia de um discurso da memória ao mobilizar uma opinião pública mundial para o que estava acontecendo na Bósnia, ao comparar os acontecimentos em campos de concentração sérvios com os horrores do Holocausto. O tema leva a seguinte questão proposta pelo autor: *Existe um modo para distinguir de antemão os bons e os maus usos do passado?*

94

⁹⁴ TODOROV, Tzvetan. “*Los abusos de la memoria*”. Ediciones Paidós Ibérica, 2000. Página 29.



Segundo o autor, uma maneira de distinguir os bons usos, dos abusos, consiste em perguntar sobre os seus resultados e de que forma esse passado será apropriado. Todorov argumenta também que há outros casos de genocídios tão brutais como o Holocausto, que também não podem ser esquecidos como: a destruição da população da América no século XVI, a escravidão, o genocídios dos armênios pelos turcos, entre outros. São temas que se apresentam diante de nós e requer responsabilidade ao se pensar sobre um discurso da memória que se preserva na mídia, nos livros de história, no ensino escolar, nas comemorações oficiais. Como Todorov afirma:

Temos que conservar viva a memória do passado: não para pedir uma reparação por um dano sofrido, sim para estar alerta frente a situações novas e todavia análogas. [...] Hoje mesmo, a memória da Segunda Guerra permanece viva na Europa, conservada mediante inumeráveis comemorações, publicações e emissões de rádio ou televisão; mas a repetição ritual do ‘não há que esquecer’ não repercute com nenhuma consequência visível sobre os processos de limpeza étnica, de torturas, execuções em massa que se produzem ao mesmo tempo, dentro da própria Europa. (TODOROV, 1995: 58)

Além de apontar que o culto a memória nem sempre serve as boas causas, Todorov nos mostra que sacralizá-la é um outro modo de deixá-la estéril, a questão é como podemos transformar a História em um campo fértil. Como o próprio autor nos ensina “*um direito que se converte num dever: o de recordar-se e testemunhar*”⁹⁵. A sacralização da memória não possibilita a reconstrução histórica de um determinado evento e nem mesmo a sua discussão no presente. A lembrança permanece tão isolada e o passado fica cristalizado de uma tal forma, que impede um processo de esquecimento, assim como, também dificulta um trabalho de reelaboração da memória. Outra questão importante nos estudos sobre a memória é a banalização, que ocorre quando as lembranças são evocadas a todo instante, o passado é citado a todo momento. Dessa forma, será que a reconstrução incessante de um determinado fato histórico pode levar a perda da sua força e do seu caráter de evento único? A mídia surge, então, como uma ferramenta que possibilita essa ampliação, a reprodução, de um discurso da memória, por isso analisar seu papel é fundamental.

Os efeitos da mídia na cultura moderna é o tema do trabalho de Andreas Huyssen. Segundo o autor, a memória se tornou uma mercadoria de circulação nos meios de comunicação de massa. Como ele afirma: “*não é possível falar de memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme*

⁹⁵ TODOROV, Tzvetan. “*Los abusos de la memoria*”. Ediciones Paidós Ibérica, 2000. Página 18.



influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória”. Huysen destaca também que houve o nascimento de uma cultura da memória com a queda do muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas e o fim do *apartheid* na África do Sul e houve um impacto dessa nova mídia na percepção e na sensibilidade humana. Ele aponta ainda que vivemos numa era de explosão da informação e da comercialização da memória. Diante desse cenário, lidamos com o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada, mas todas essas formas de recordar podem ser transitórias e incompletas.⁹⁶

Segundo Huysen, o Holocausto se tornou uma cifra para as nossas memórias no século XX, mas mesmo esse discurso sendo mercadorizado, não significa que ele possa ser banalizado como evento histórico. Precisamos questionar qual o contexto em que essa representação está sendo realizada. Para Huysen, uma globalização cultural tem permitido o deslocamento transnacional de um discurso da memória do Holocausto para situações completamente distintas na América Latina, na Ásia ou na África. A cultura da memória apresenta diferentes intensidades em diferentes partes do mundo. Mas em todos os lugares, as lutas por um projeto e futuro melhor não cessam. No entanto, Huysen destaca que a rememoração de um passado de horrores como meio de evitar novas atrocidades é uma ilusão política. Relembrar o passado não eliminou outras formas de genocídios da História, por exemplo, ocorridas na Bósnia, em Ruanda e no Sudão. Como o Huysen argumenta:

É precisamente a emergência do Holocausto como uma figura de linguagem universal que permite à memória do Holocausto começar a entender situações locais específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original. No movimento transnacional dos discursos da memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice de evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias. O Holocausto, como lugar comum universal, é o pré-requisito para seu descentramento e seu uso como um poderoso prisma através do qual podemos olhar outros exemplos de genocídio. O global e o local da memória do Holocausto têm entrado em novas constelações que pedem para ser analisadas caso a caso. Assim como pode energizar retoricamente alguns discursos de memória traumática, a comparação com o Holocausto também pode servir como uma falsa memória ou simplesmente bloquear a percepção de histórias específicas. (HUYSEN: 2000, 13).

A globalização da memória deve ser, então, problematizada. Porém, a discussão nos mostra que trabalhar com memória é lidar com vários paradoxismos e o discurso do Holocausto traz à tona as tensões da própria área: como recordar o que deve ser esquecido e aquilo que aparece como uma

⁹⁶ HUYSEN, Andreas. “*Seduzidos pela memória*”. Rio de Janeiro, Aeroplano editora, 2000. Página 20.



lembrança não totalmente cicatrizada para as suas vítimas; assim como, quais são os projetos possíveis a partir do uso da memória e como as identidades são construídas. Diante de todas essas questões, é importante ressaltar que a exploração pela indústria cultural de temas relacionados a memória pode contribuir para o debate e a expansão de determinadas preocupações na esfera pública. O desafio é como lembrar o passado sem desencadear uma espetacularização da notícia, ou a banalização de um determinado episódio histórico, o reproduzindo de um tal maneira, que possa esvaziá-lo como significado de algo que deve ser evitado no futuro e que não pode ser esquecido. É sobre essa característica que uma análise sobre a cobertura da Guerra da Bósnia nos ajuda a apontar alguns elementos sobre o papel da mídia frente a esse dever de memória.

A cobertura da imprensa durante a Guerra da Bósnia

No início da década de 1990, os massacres ocorridos na ex-Iugoslávia suscitaram uma série de polêmicas, tanto sobre a origem histórica dos conflitos que mobilizavam as populações envolvidas, como também as decisões tomadas pela comunidade internacional, em especial as Nações Unidas. A cobertura da guerra da Bósnia contribuiu para atrair a atenção internacional para o conflito. As primeiras notícias sobre os campos de detenção sérvios foram apresentadas pelo repórter Roy Gutman do jornal *Newsday* e por uma equipe britânica da rede de televisão *ITN (Independent Television News)*. Os relatos dos jornalistas associavam as atrocidades cometidas pelos sérvios com fatos ocorridos dentro do continente europeu há mais de quatro décadas. Para descrever o testemunho dos refugiados de Omarska, conhecido como um dos piores campos sérvios, Gutman utilizou expressões como “vagões de cargas fechados”, “Auschwitz”, entre outras.

As referências a Segunda Guerra eram claras e diretas. Na primeira reportagem de Gutman, publicada no dia 3 de julho de 1992, a matéria começava afirmando que práticas, não vistas desde o final da Segunda Guerra Mundial, eram realizadas por sérvios na Iugoslávia. O relato dos sobreviventes muçulmanos e croatas eram apresentados como histórias de fome, tortura em campos no norte da Bósnia.

Em outra reportagem, no dia 2 de julho, Gutman escreveu o depoimento de um sobrevivente que relatava os horrores sofridos pelos prisioneiros muçulmanos, mortos e jogados no rio Sava. No dia



seguinte da publicação da matéria, o então porta-voz do departamento de Estado norte-americano, Richard Boucher, confirmou que os Estados Unidos tinham provas sobre os campos sérvios. Logo depois, no dia 21 de julho, com o título “*Like Auschwitz*”, Gutman enfatizava mais uma vez a dimensão da tragédia que muçulmanos e croatas estavam sofrendo frente ao domínio sérvio. A matéria contava que centenas de mulheres, crianças e idosos foram colocados em vagões de cargas lotados em jornadas de muito calor, durante três dias ou mais pela parte central da Bósnia. Nos vagões não havia comida, água, ar fresco, banheiro, apenas buracos no chão. Os sobreviventes contaram para o repórter que um número desconhecido de crianças e idosos morreram durante as deportações. Gutman descreveu também o relato de um oficial do partido político muçulmano – que presenciou um dos primeiros trens: “*Você podia apenas ver apenas as mãos das pessoas em minúsculos buracos de ventilação. Mas nós não podíamos nos aproximar. Era como os judeus sendo deportados para Auschwitz.*”⁹⁷

Nas matérias seguintes, Gutman continuou utilizando expressões como: campo de detenção, deportação de centenas de civis em vagões de cargas, execução de prisioneiros bósnios e gritos e lamentações de mulheres e crianças. Com essa série de matérias, Gutman chegou a receber o prêmio Pulitzer, um dos mais importantes do jornalismo norte-americano. As descrições, realizadas por ele, surgiam como imagens, *flashes* de uma memória sobre o Holocausto. Também não foi por acaso que a equipe de reportagem da rede televisão *ITN* exibiu as imagens do campo de detenção de Trnopolje em preto e branco. As cenas selecionadas pelo produtor da emissora faziam claras referências a filmes que ilustravam os horrores da Segunda Guerra.

No livro *Genocídio*, a autora Samantha Power conta que o produtor de notícias da *ITN*, após ver dez fitas de material bruto, disse que uma das imagens que mais provocaria comoção era a de homens esqueléticos atrás de arames farpados. Segundo o produtor, essas imagens faziam pensar em Auschwitz e Belsen.

⁹⁷ A citação é uma tradução do trecho publicado na reportagem: “*An official of the SDA, the Muslim political party, who saw the first two trains said, "You could only see the hands of the people in the tiny ventilation holes. But we were not allowed to come close. It was like Jews being deported to Auschwitz."*” GUTMAN, Roy. *Like Auschwitz*. IN: *Newsday*, 21/07/1992.



A autora Samantha Power destaca, que logo após a exibição das imagens da *ITN*, repórteres e produtores de televisão norte-americanos e ingleses passaram a transmitir matérias que faziam lembrar a Segunda Guerra. Segundo Power, os produtores de televisão acompanhavam a cobertura diária da Bósnia com cenas de cinejornais sobre o Holocausto. No livro, a autora conta um episódio com o jornalista Ed Vulliamy do *The Guardian*, que acompanhou a equipe da *ITN* na cobertura no campo de Trnopolje. Por causa da matéria, ele participou de dezenas de entrevistas em várias emissoras de rádio e dizia se sentir frustrado com a associação da guerra da Bósnia com o Holocausto. Ele conta que precisava afirmar o tempo todo: “**Isto não é Auschwitz**”. Assim como: “**Isto é inaceitavelmente horrível**”. No entanto, no dia que uma emissora de rádio fez a abertura da sua entrevista com um discurso de Hitler num comício em Nuremberg, Vulliamy se recusou a falar com o radialista e desligou o telefone. O episódio nos leva a refletir sobre a banalização da memória e como que o passado pode ser apropriado de forma inadequada. No entanto, dois anos depois, o repórter confirmou com o diretor do Museu do Holocausto que a expressão “Ecos do Holocausto” era apropriada para descrever muitas cenas da guerra da Bósnia, mas era preciso responsabilidade ao fazer essa associação e esse uso da memória.

As imagens apresentadas pela *ITN* e as descrições de Roy Gutman despertaram uma percepção e uma experiência coletiva, que marcou não apenas uma geração que vivenciou os horrores dessa guerra, mas também as outras posteriores, uma experiência que marcou em si a História. Muitas pessoas já viram de alguma maneira, ou nas universidades, ou nas escolas, ou em filmes, cenas sobre o Holocausto. Por isso, o choque diante do reconhecimento daquelas imagens. No entanto, as informações retratadas pela imprensa não evitaram de forma imediata o cessar das mortes e o sofrimento das populações muçulmanas e croatas. Houve muito mais mortes depois das notícias sobre os campos serem divulgadas do que antes. Mas como assinala Samantha Power, os jornalistas contavam as histórias porque esperavam uma ação direta das autoridades internacionais. Especialistas e advogados em Direitos Humanos conclamavam abertamente pelo uso da força. Até mesmo organizações judaicas colocaram de lado a rivalidade com os muçulmanos e o Oriente Médio e fizeram críticas a falta de ação dos Estados Unidos. Segundo Power, por mais perturbadoras que fossem as imagens de genocídios anteriores, nada se comparava a preocupação de que aquele tipo de horror pudesse voltar a ocorrer no continente europeu.



Susan Sontag em *Diante da dor dos outros* apresenta uma discussão sobre a nossa relação com imagens de sofrimento. A autora analisa, especialmente, o papel da fotografia, mas podemos trazer a sua contribuição e falar de imagens em geral, porque muitas das questões apresentadas no livro nos ajudam a refletir sobre temas que envolvem a necessidade de se recuperar essa memória do Holocausto. No livro, Sontag afirma que quando as imagens diretas da realidade não eram comuns, a fotografia era o registro mais imediato do presente, a idéia de mostrar algo que precisava ser visto, trazer mais para perto uma realidade dolorosa, produziria o efeito de incitar os espectadores a sentir – a sentir mais.

No entanto, Sontag questiona qual a seria a nossa capacidade de consternação diante da dor e se haveria um prazo de validade para o nosso choque inicial, frente a um mundo contemporâneo de grande difusão e consumo de imagens. De acordo com Sontag, a própria noção de atrocidade, de crime de guerra, está associada a expectativa de algum tipo de comprovação. É nesse ponto que as cenas, sejam elas fotográficas ou em filmes tem um papel fundamental. A autora assinala um comentário de Hannah Arendt, que logo após a Segunda Guerra, disse que todas as fotos e os noticiários cinematográficos sobre os campos de concentração eram enganosos porque mostravam os campos apenas no momento em que as tropas aliadas ali entraram. Mas por trás daquelas imagens, havia mais dor, o que não podia mais ser dito ou sequer retratado, porque as vítimas foram caladas. Segundo Sontag, o que torna essas imagens insuportáveis é o que não foi registrado, como o funcionamento do campo que exterminavam seus prisioneiros de forma sistemática. Sontag afirma ainda que imagens ecoam imagens e era inevitável que as fotos dos prisioneiros bósnios no campo de Omarska, trouxessem a memória cenas dos campos de extermínio nazistas em 1945. Ela destaca a importância de se recuperar imagens quando se fala de memória:

A familiaridade de certas imagens constrói nossa ideia do presente e do passado imediato. As imagens traçam rotas de referência e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal. E as imagens nos ajudam a construir – e revisar – nossa noção de um passado mais distante (SONTAG: 2003, 72) .

Apesar de ressaltar o papel importante das imagens, Sontag afirma que elas não dizem muita coisa quando o propósito é entender. São as narrativas que complementam, auxiliam na compreensão de um episódio, um acontecimento. As imagens nos perseguem, segundo Sontag.



Outro trabalho importante de destacarmos é o de Jeanne Marie Gagnebin. No texto *Lembrar, escrever e esquecer*, ela define a noção de um lembrar ativo na elaboração de um trabalho de luto em relação ao passado. Para Gagnebin, devemos lembrar do passado sim, mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto a tradição. Segundo a autora, é necessário uma reflexão sobre o passado para nos ajudar a não repeti-lo indefinidamente, permitindo buscar uma outra história, inventar o presente. Elaborar o passado não é monopólio apenas do historiador, mas é ele que possui os instrumentos para lidar com a pluralidade e os fragmentos de memória. É o trabalho de decifrar os rastros para reconstruir um passado em ruínas. Um trabalho de tornar uma experiência de guerra, de dor, de sofrimento numa cicatriz – uma marca que não se apaga – mas que não impede a lembrança, que é ligada a ideia de superação, porque o indivíduo consegue carregar, dentro de si, em paz.

Considerações Finais

Debater questões relacionadas a memória do Holocausto é um tema polêmico, porque lida com dor e sofrimento, mas nos leva a pensar também sobre um passado que não pode ser relegado ao esquecimento total. Holocausto e Auschwitz se tornaram emblemas do que não pode, do que não deve ser esquecido, daquilo que nos impõe um dever de memória. É preciso ressaltar também a importância de não apenas reviver uma experiência, mas de compreendê-la. O exemplo da cobertura da guerra da Bósnia nos mostra a tarefa ética e a responsabilidade de se fazer uso das memórias. A experiência por mais traumática que seja, não pode levar ao esgotamento do relato. Como assinala Todorov:

Aqueles que por uma ou outra razão conhecem o horror do passado, tem o dever de lançar sua voz contra outro horror, muito presente, que se desenvolve a uns cem quilômetros, ou até mesmo a poucas dezenas de metros das suas casas. Longe de seguir prisioneiros do passado, vamos colocá-lo a serviço do presente, como a memória – e o ‘esquecimento’ – hão de se colocar a serviço da justiça. (TODOROV: 1995, 59).

Falar sobre a guerra da Bósnia, sobre o Holocausto, possibilita analisar uma série de questões nos estudos da memória como, a responsabilidade de se apropriar de um passado que não conhecemos como o presente; o uso político de se silenciar, de se esquecer ou de se sacralizar memórias; pensar



por que algumas histórias ganham espaço na esfera pública e são lembradas a todo instante e outras não; no final, nos ajudam a assinalar e a compreender os embates do próprio campo da memória. Como nos ensina Jeanne Marie Gagnebin, uma análise sobre o passado, nos permite uma compreensão e o esclarecimento também sobre o presente, uma tarefa “*que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção ao vivos*”⁹⁸. Esse é o dever de memória.

Bibliografia:

- FERREIRA**, Marieta de Moraes. “Oralidade e memória em projetos testemunhais”. IN: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HUYSSSEN**, Andreas. “Mídia e discursos da memória” IN: *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo. Volume XXVII, número 01, janeiro/ junho de 2004.
- HUYSSSEN**, Andreas. “*Seduzidos pela memória*”. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2000.
- GAGNEBIN**, Jeanne Marie. “Lembrar, escrever, esquecer”. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GUTMAN**, Roy. “**Ethnic cleansing**”, 03/07/1992; “**Prisoners of Serbian’s war**”, 12/07/1992; “**Like Auschwitz**”, 21/07/1992; “**Witness’ Tale of Death and Torture**”, 02/08/1992; “**The war against Muslim and Croat civilians**”, 03/08/1992; “**Personal account of terror**”, 03/08/1992; “**Muslims recall Serb attacks**”, 23/08/1992; “**Serbs target culture, heritage of Bosnia’s Muslims**”, 03/09/1992; “**Death Camp Lists**”, 08/11/1992; “**Terror trail**”, 20/11/1992. In: *Newday* – New York.
- LE GOFF**, Jacques. “*Memória*”. IN: *Memória/ História*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986 (Enciclopédia Einaudi – volume. 1)
- LOWENTHAL**, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História. São Paulo, número: 17, novembro 1998.
- POWER**, Samantha. “*Genocídio*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SONTAG**, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TODOROV**, Tzvetan. “*Los abusos de la memoria*”. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

⁹⁸ **GAGNEBIN**, Jeanne Marie. “*Lembrar, escrever, esquecer*”. São Paulo: Editora 34, 2006. Página 105.



VELHO, Gilberto. “*Memória, identidade, projeto*”. In: Projeto e metamorfose. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1994.



MEMÓRIA, HISTÓRIA E ORALIDADE

Bruno A. Picoli
Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo

Resumo

O presente artigo trata da relação entre memória e oralidade e suas possibilidades na construção do conhecimento histórico. Aborda o contexto atual de reinserção das fontes orais na produção historiográfica através de uma breve exposição sobre os seus usos nos diferentes períodos históricos/historiográficos. Traz também alguns dos novos debates acerca do tema, como a relação lembrança-esquecimento e a dimensão e abordagem fenomenológica.

Palavras-chave: Memória; História; Oralidade.

Abstract

The present article speaks about the relation between memory and orality and it's possibilities in the construction historical knowledge. It approaches the current context of the re-insertion of the oral fountains in the historiographic production through a brief exposition on it's uses in the historical/historiographic periods. It also brings some of the new debates around the theme, as the relation memory-oblivion and the phenomenological dimension and approach.

Keywords: Memory; History; Orality.

As fontes orais e os historiadores

A disciplina histórica já foi mais restritiva em relação à valorização dos documentos produzidos intencionalmente por meio de entrevistas e/ou depoimentos. Esse cenário – aparentemente consensual entre os profissionais – se devia, principalmente, a uma *mística do documento escrito*. Ao crer que guardavam, de forma imparcial e imóvel, vestígios do passado *tal qual este se deu*, os documentos escritos receberam uma áurea de sacralidade, de intangibilidade, pelos paradigmas cientificistas: através deles, o passado seria reconstruído em sua totalidade.



Essa concepção de ‘história’ galgou força em meados do século XIX, quando era preciso separar a história da literatura atribuindo-lhe um referencial científico, uma objetividade objetal (o passado distante) e metodológica (as fontes escritas). Nas origens da história enquanto conhecimento, o recurso a testemunhos e relatos de pessoas que viveram os fatos – ou que conhecessem pessoas que os viveram – era uma prática constante. Conforme nos lembra CADIEU,

Apesar do desenvolvimento da escrita ao longo dos séculos (notadamente durante o Império Romano), um meio de conhecimento histórico valorizado pelos antigos historiadores correspondia ao que Tucídides havia defendido: a observação direta pela visão (*opsis*) e pelo ouvido (*akoê*). (2007: 23).

A ênfase ao relato pessoal, à fonte oral, manteve-se preferencial na historiografia da Idade Média. Os monges que se interessavam pela história – que não foram muitos – eram versados na arte de compilar textos antigos, dedicando a criação ao seu período de vivência. Como podemos perceber estes estudiosos compreendiam a história como algo dado, não passível a novas interpretações (daí o desinteresse em escrever sobre o passado mais remoto). Essa concepção criava uma problemática: sendo o passado imóvel, não passível de reinterpretções, como produzi-lo de modo a satisfazer todos os leitores e, com isso, adquirir autenticidade? É nesse ínterim que se recorria ao depoimento de *grandes homens*. Sobre isso, CADIEU argumenta:

A criação [...] se limita ao período contemporâneo e [...] aos cem anos que precederam a escrita: nesse último caso, era o testemunho, se possível oral, que era concebido como o mais autêntico. Pois o que estava em jogo era a autenticidade, e não a verdade; esta não existia em si, mas era revelada por pessoas *autênticas* que proferiam somente a verdade. Em outras palavras, um papa, um rei – se fossem ortodoxos –, ou um santo, diziam sempre a verdade, assim como um historiador antigo reconhecido, contrariamente a uma simples testemunha que devia ser avaliada antes que nela acreditassem. (2007: 39)

As fontes orais perderam seu estatuto de ‘fontes preferenciais’, ou, ao menos, relevantes, como já foi dito, no decurso do século XIX. Nesse período ocorreu a ‘independência’ da história, antes dominada pela filosofia e pela literatura e subordinada, como salienta FERREIRA (2002: 142), ao jogo do poder das conjunturas. Para combater os historiadores diletantes – ou, ao menos



diferenciar-se –, os *historiadores profissionais* estabeleceram regras para a prática historiográfica científica, dentre estas se destacou a *visão retrospectiva*.

A visão retrospectiva retirou da pauta dos *objetos da história* a história recente – história do tempo presente, como é mais conhecida atualmente. Para se consolidar enquanto ciência, a história deveria apresentar um *distanciamento crítico* de seu objeto. Para essa concepção, somente um afastamento temporal considerável em relação ao objeto poderia assegurar uma distância crítica. Para FERREIRA,

Si se creía que la capacitación del historiador se debía al hecho de que sólo el podía interpretar los rasgos materiales del pasado, su trabajo no podría empezar verdaderamente sino cuando ya no hubiese testimonios vivos de los mundos estudiados. Para poder interpretar los rasgos, era necesario que hubiesen sido archivados. Desde que un evento era producido, el mismo pertenecía a la historia; pero para que se tornase un elemento del conocimiento histórico erudito, había que esperar varios años para que los rasgos del pasado pudiesen ser archivados y catalogados. (2002: 143).

Podemos inferir, com base nessa afirmação, que a revalorização da fonte oral na produção historiográfica atual vêm acompanhada da revalorização dos estudos voltados para a *história do tempo presente*. Por conseguinte, quando esta foi relegada ao patamar de *não-história*, também as fontes orais caíram em descrédito no meio acadêmico. Para os seguidores de SEIGNOBOS e LANGLOIS o estudo da história recente era impraticável, pois essa escapava dos meios metodológicos estabelecidos pela disciplina histórica: os relatos pessoais eram repletos de subjetividades e não representavam, portanto, uma perspectiva neutra e objetiva como os documentos escritos. Afirmavam, sobretudo, que era impossível separar a história recente de um posicionamento político estabelecido *a priori*.

Mesmo com a fundação da Revista dos *Annales*, em 1929, e com todas as novas perspectivas propiciadas por esse movimento, os períodos recentes ainda eram tratados como *problema*. ‘*La imposibilidad de retroceder en el tiempo, aliada a la dificultad de apreciar la importancia y la dimensión a largo plazo de los fenómenos, al igual que un riesgo da caer em el mero relato periodístico [...]*’ (FERREIRA, 2002: 146) foram constantes argumentos encabeçados pelos *annalistes*. Apesar da advertência de FÉBVRE⁹⁹, as duas primeiras gerações do movimento dedicaram-se aos documentos escritos, em detrimento das demais possibilidades. A *historia serial*,

⁹⁹ Conforme TEDESCO (2004: 112).



os estudos na *longa duração*, minimizavam as ações – e a importância destas – dos indivíduos frente às forças da estrutura. O ser humano não possuía – ou, ao menos, essa não era apreciável ou não importava aos interesses maiores da análise historiográfica – liberdade de ação. Seus atos eram, em completo, limitados ou favorecidos pela estrutura. O indivíduo era engolido pelo processo. Sobre essa questão, FERREIRA ressalta que,

... ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, também desqualificou o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida, das biografias. Considerava-se a sua subjetividade, levantavam-se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentava, enfatizava-se a dificuldade de obter relatos fidedignos. (1998: 3)

Neste período – aproximadamente metade do século XX – algumas disciplinas científicas já faziam largo uso das fontes orais, como é o caso da psicologia, da antropologia e da sociologia. E, na história, de forma marginal, na década de 1940, alguns intelectuais norte-americanos se interessaram em constituir uma história das elites que preenchesse as lacunas deixadas pelos documentos escritos (sobre esta perspectiva, hoje ainda pertinente, falaremos mais adiante). Em meados da década de 1960 e início de 1970, com os constantes conflitos sociais e étnicos nos EUA (*hippies*, movimento pelos direitos civis dos afrodescendentes, movimento feminista...), desenvolveu-se uma *história oral militante* com claras intenções políticas, dentre as quais, criar uma consciência de grupo marginalizado e/ou excluído¹⁰⁰.

Fica evidenciado que as primeiras experiências no campo da história recente, com uso de fontes orais, se desenvolveu fora do âmbito acadêmico e por historiadores não profissionais. Conforme TEDESCO (2004: 112), só em meados de 1970 que essa metodologia passa a ser uma constante nos meios universitários, primeiro na Inglaterra – principalmente após a publicação da obra de THOMPSON, *A Voz do Passado*, em 1973 – e depois nos EUA. O interesse dos pesquisadores se deslocou das estruturas para as redes, das normas coletivas para as situações singulares (FERREIRA, 1998: 6).

Contribuiu para essa re-emersão – das fontes orais enquanto possibilidade plausível para a constituição do conhecimento histórico – o aprofundamento nas discussões sobre as relações entre

¹⁰⁰ Conforme FERREIRA (1998: 4); e FERREIRA (2002: 148).



passado e presente – e entre presente e passado – além do reaparecimento da história política. Esta última – que difere da perspectiva tradicional de *história política* – trouxe para o centro das discussões o papel do indivíduo e de suas estratégias (pessoais e/ou coletivas), tornando possível a percepção dos processos de individuação. Notemos aí a importância da obra de HALBWACHS – publicada em 1950 –, ao inferir que toda memória é coletiva, o que lhe assegura certa plausibilidade para as ciências sociais, mas salientando que, o indivíduo ‘luta’ para obter uma certa liberdade de ação. De acordo com TEDESCO,

Influenciados por Bourdieu, Ginzburg, Thompson e outros membros da corrente da história social e cultural, muitos defensores da história oral buscam dar centralidade ao indivíduo, mostrando que os sujeitos lutam para, no mínimo, ter uma margem de liberdade em suas ações, as quais não podem ser vistas como irrelevantes ou não pertinentes. (2004: 115)

Contribuiu de forma consistente também, para esse *boom* da memória, o descrédito em que se viram imersos os paradigmas tradicionais da disciplina histórica. Principalmente após a década de 1980, o indivíduo – suas ações, perspectivas, sonhos, visões de mundo, lutas – galga um espaço de importância maior no desenrolar do processo histórico. As ciências não nos oferecem mais certezas – as teleologias não se concretizaram – apenas indicadores. Nas palavras de FÉLIX,

Substituem-se as grandes unidades nacionais criadas ao longo dos últimos séculos pela pulverização separatista das identidades individuais. Apela-se às micro em lugar das macroestruturas; ao individual em substituição ao social e ao nacional. As totalizações, produto da ideologia do progresso, porque fundamentadas na premissa da universalidade da razão, cedem lugar ao fragmentário e ao efêmero. (1998: 13-4)

É, aparentemente, consenso entre os pesquisadores que a dinâmica da sociedade contemporânea – a noção de tempo acelerado, de constantes transformações e, conseqüentemente, perda do sentido de identidade, de pertencimento, de raiz – forçou o retorno da narrativa. Quanto mais complexa a sociedade, quanto mais dinâmica e moderna, mais as pessoas buscam um referencial, um *algo* que lhes sustente a identidade, que lhes assegure um conforto, um refúgio. A sensação de *presente contínuo* (sem significação profunda) proporcionou a emersão de um sentimento de vazio, de perda de referências. É nesse processo que se enfatiza a ação da memória,



pois é por meio de seu(s) uso(s) que os indivíduos conseguem estabelecer relações com o passado, sentimentos de identidade, (res)significando o presente e criando *lugares de memória*¹⁰¹.

Tempo de lembrar

Em obra apaixonante, BOSI (1987) apresenta um cenário em que as lembranças não só devem ser reconstituídas, como é dever do pesquisador, do cientista social, lutar para que o sejam. Ao refletir sobre a sociedade industrial – seu objeto de estudo está vinculado às transformações da/cidade de São Paulo no século XX – a autora afirma que o capitalismo exonera a memória de seu antigo *status* – de unificadora, que ligava o ‘início, o meio e o fim’ – relegando-a a um patamar de inutilidade; utiliza a mão de obra do velho – guardião, por excelência, da memória da família, da comunidade, da cidade – mas dispensa seu conselho. Em perspectiva semelhante, TEDESCO defende que é

... fundamental a reconstituição da memória, porque a sociedade da informação, da técnica e da racionalidade econômico-consumista faz o tempo andar mais rápido, permite dar funcionalidades diversas aos espaços e às coisas; os objetos perdem significados mais depressa, têm reduzido seu tempo de duração e significação. (2004: 30)

Esse vazio constituído pela carência de uma base, aflora uma demanda pelo passado, que passa a ser o significante do presente. Segundo BOSI,

Quando uma sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (1987: 40)

¹⁰¹ Ver NORA (2003).



O recurso da oralidade, na sociedade capitalista, além de possibilitar voz – ou melhor, ouvidos – aos idosos (marginalizados devido suas condições físicas: um corpo marcado pelo trabalho e não mais tão produtivo quanto outrora), permite que *outras histórias*, diferentes, e não raro divergentes, da oficial, conquistem respaldo. As representações concernentes ao ‘outro lado’ – dos vencidos, esmagados, calados, desfilados sociais – precisam ser buscadas por meios diversos e complexos. Embora também existam publicações, uma das melhores formas de compreender as representações coletivas, o cotidiano, a violência sofrida, é o recurso à memória. Através deste, o pesquisador pode inferir sobre as relações societárias e de poder, a vivência comunitária, o cotidiano, a mentalidade, as permanências e, mais raras nos discursos de memória, as rupturas decorrentes dos processos históricos em questão. De acordo com NEVES,

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (1998: 218)

É evidente que essa abordagem possibilita maior democratização da/na história, pois grupos que até então eram esquecidos, negligenciados, ora por possuírem uma cultura oral e, portanto, não deixarem muitos – ou quase nenhum – documento escrito, ora por suas perspectivas não serem interessantes para as elites econômicas e políticas *donas da história*, o que é muito comum, de acordo com TEDESCO (2004: 106), em regimes autoritários. Entretanto, como assinala ALBERTI¹⁰², essa perspectiva conduz a um paradoxo no que concerne à produção historiográfica e à atuação do profissional da história: ao se assinalar a intenção de produzir uma *história democrática*, o historiador afirma existir uma *história não-democrática* que deve ser evitada e, da mesma forma, ao enfatizar a necessidade de se produzir uma *história de baixo*, dos *povos sem escrita*, a história oral – enquanto metodologia de constituição de fontes para a pesquisa em história – torna-se uma *compensação*, já que estes, por si só, são incapazes de produzirem as fontes necessárias para a sua preservação histórica. “Assim, um argumento que, inicialmente, reclamava maior importância para

¹⁰² Ver em ALBERTI (1996); ou ainda em ALBERTI (2006).



os 'de baixo', corre o risco de acabar reforçando, ainda que de modo indireto, o preconceito em relação a eles: eles não são capazes de deixar registros escritos sobre si mesmos." (ALBERTI, 2006: 159).

ALBERTI (1996; 2006) salienta que, de fato, é emergencial reconstituir a história dos *de baixo*, visto que a as classes dominantes deixam variadas formas de documentos sobre suas experiências – imagens, fotografias, jornais, diários, autobiografias – o que não ocorre com aqueles, mas é um equívoco que poderia conduzir à uma militância limitar à um ou outro grupo esta metodologia. Para MOTTA, as fontes orais podem contribuir para preencher as lacunas deixadas pelos documentos escritos no tocante à história de classes privilegiadas. De acordo com a autora,

Frequentemente confrontados com os processos de tomada de decisão, os depoimentos dos burocratas permitem entender a maneira pela qual eles analisaram, 'de dentro', os meandros políticos e estratégicos dessa decisão, fornecendo elementos que permitem avaliar, nesse processo, o peso do aleatório e do conjuntural. Aí também estão presentes os conflitos com os 'políticos', as rivalidades com os pares, as redes de amizade, de escola, de 'grupo', revivendo toda uma *ambiance* impossível de ser recuperada através da documentação escrita. (1995: 3)

Ressalta-se, todavia, algumas preocupações inerentes ao trabalho com a memória, principalmente no que concerne às fontes orais. ALBUQUERQUE JÚNIOR (2007: 200) salienta que o discurso testemunhal não deve ser tomado como uma verdade inquestionável, mas como "um ponto de vista sobre o real". Na esteira desta afirmação, SARLO (2007: 48) adverte que "*Não é menos positivista [...] a intangibilidade da experiência vivida na narração testemunhal do que a de um relato feito a partir de outras fontes*". Para ter plausibilidade científica (histórica), o depoimento – onde se inscreve a memória – deve ser criteriosamente avaliado pelo pesquisador, ou seja, passar por uma 'crítica das fontes'.

... a possibilidade de realizar entrevistas de história oral com pessoas de grupos sociais distintos não exime o pesquisador da interpretação e da análise do material colhido. Falar de *história* democrática pode levar ao equívoco de se tomar a própria entrevista não como fonte – a ser trabalhada, analisada e comparada a outras fontes – e sim como história. (ALBERTI, 1996: 5)



Diferente do que defendia BÉRGSON¹⁰³, a memória é o *espaço* onde se dá a atualização do passado sob critérios hodiernos, dinâmicos. Conforme CHAUI (1987: XX), “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Inscrevendo-se nessa acepção, DELGADO afirma que,

... em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. [...] Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje. (2006: 18)

Podemos inferir, desse modo, que o campo da memória é povoado por inúmeras temporalidades que coexistem interrelacionando-se. Ao mesmo tempo é singular (na perspectiva da irrepitibilidade do fato em si) e plural (na perspectiva do intercruzamento de múltiplas variáveis). A memória apresenta muito mais características do tempo da enunciação do que do tempo abordado. De acordo com DOSSE,

Uma descontinuidade radical opõe a memória de um passado irremediavelmente indefinível, invisível como real pelo menos na materialidade de seus signos múltiplos, a um presente estanque que recicla, comemora, rememora. A relação com a temporalidade é por ela clivada, e a memória se pluraliza... (2001: 218)

A grande maioria dos pesquisadores que se dedicam à produção por meio de fontes orais – história oral – inferem que mesmo quando o indivíduo que relembra – o lembrador – apresenta uma perspectiva, uma visão de mundo única, essa só lhe foi possível dentro dos quadros sociais em que está inserido. Com base nisso, podemos afirmar que não existem memórias individuais – na essência do termo –, mas sim, memórias coletivas com possibilidades de individuação. A memória coletiva não é a simples sobreposição de memórias individuais, visto que estas raramente convergem – mesmo entre membros de um mesmo grupo. Entretanto é o que permite o amálgama social, a noção

¹⁰³ Bérqson defendia que o passado se conserva inteiro e independente no espírito. Ficava, de alguma forma, alocado no inconsciente da maneira como ocorreu e, o que ato de lembrar, desperta a memória desse ‘estado inconsciente’. As lembranças vivem um estado latente, potencial. Sobre isso ver BOSI (2007: 13).



de pertencimento, de ser-estar no mundo. Sem sociedade, sem relações sociais, não existiria memória. Com base em HALBWACHS,

... os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são de domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Estas lembranças estão para ‘todo mundo’ dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. (2004: 53)

À jusante desse pensamento, ALBUQUERQUE JÚNIOR (2007: 204) conclui que a memória coletiva é “[...] *um campo discursivo e de força em que essas memórias individuais se configuram*”.

A construção das evidências não deve ser pautada apenas no que foi lembrado no momento da enunciação, mas, sim, deve levar em consideração as lacunas do discurso. Concernente ao *lembrado* – e enunciado (pois existe o lembrado que, deliberadamente, não foi enunciado) – é importante ater-se ao fato de sua intencionalidade, sua pluralidade temporal e sua representação/valorização coetânea – intencionalidade presentificada.

O conceito de *esquecimento* poderia ser substituído pelo de *não-dito*, seja por sua aparente insignificância para o contexto, sua desconectividade com o discurso enunciado, seja pelas feridas abertas que podem ser escancaradas pelo ato de recordar. À este *não-lembrado*, de acordo com POLLAK (1989), pode ser utilizado o termo *zonas de sombras*. Conforme FÉLIX, existem três tipos de *memórias não-ditas*: (a) as *memórias subterrâneas*, que se trata de um

... tipo de memória que não foi apagado do seu grupo social, mas submetido a um tipo de ‘esquecimento’, em geral um silenciamento auto-imposto como regra de sobrevivência para um tempo do ajuste dos ciclos e dos tempos históricos, mas, em nenhum momento, de supressão de lembranças. (2002: 33)

(b) as *memórias reprimidas*, que permeiam, normalmente, o universo mental dos grupos derrotados, nos quais o ato de lembrar pode trazer um sentimento de perda (dor) muito grande que é preferível ‘esquecer’; e (c) as *memórias silenciadas*, de grupos ou indivíduos que convivem entre os



vencedores, mas que foram derrotados no processo de disputa pelo poder e, conseqüentemente, pelo direito à expressar sua *memória*.

Apesar – ou a partir – da complexidade do conceito e do manuseio da memória – principalmente através da metodologia da história oral –, THOMPSON (1992) apresenta inúmeras potencialidades nesta abordagem, como, à guisa de exemplo: a característica de revelar novos campos e temas de pesquisa; apresentar novas hipóteses; recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, entre outras, sob diferentes óticas; construir novas evidências através do entrecruzamento de depoimentos; possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada. A memória é um campo aberto para as mais variadas abordagens e incursões.

A dimensão fenomenológica da memória e da oralidade

Como fora citado anteriormente, um fator precípua para a ascensão da memória e suas múltiplas possibilidades é a admissão – que vem à jusante da crise dos paradigmas modernos – da multiplicidade de demandas, da coexistência de grupos sociais heterogêneos no bojo de uma mesma sociedade (capitalista), grupos estes que exigem reconhecimento social e que lançam mão da memória coletiva como catalisadora e mediadora de um sentimento de pertencimento e identidade. Para TEDESCO (2004: 28), “[...] *os elementos mediadores da memória, sejam objetivos, de consciência coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição [...]*”.

A citação acima revela uma das problemáticas centrais no que concerne à instrumentalização da memória para o trabalho historiográfico: a sua *dimensão fenomenológica*. Existe uma relação intrínseca entre o lembrado e o esquecido. Ao rememorar – ação que envolve intenção subjetivizada – o enunciante presentifica o passado – ou parte deste – de acordo com suas possibilidades hodiernas e projeções futurísticas. Busca, concomitantemente, atribuir significado e perspectivas de preservação a esse passado rememorado, numa relação de *futuro no/do passado mediado pelo presente*.



É possível afirmarmos que as identidades utilizam a memória como suporte para sua legitimação. Que a memória interfere na identidade. Entretanto, BLONDEL¹⁰⁴ traz para o bojo desse debate outra assertiva de grande valia que complexibiliza, ainda mais, essa dimensão fenomenológica da memória. O autor afirma que, embora a memória fundamente a identidade, “[...] *no fundo, é a identidade que está na origem da memória. Nós não somos a soma de nossas recordações, mas aquilo que somos determina o conjunto de nossas recordações*” (TEDESCO, 2004: 94). Cada cultura desenvolve seus métodos próprios de lembrar e esquecer. Possui seus pressupostos repressivos e enaltecidos.

Partindo da concepção de que toda memória, mesmo quando individualizada, é coletiva e de que apenas um pequeno grupo na sociedade (notadamente os que estão no poder e os que aspiram alcançá-lo) se preocupa em difundir, preservar ou negar a memória, podemos adentrar na noção de *enquadramento*, na qual também se inscrevem as *tradições inventadas*. De acordo com HOBBSAWM (2008: 10), essas tradições “[...] *são reações a situações novas ou que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória*”. A incorporação dessas invenções à memória coletiva depende de um esforço lento, custoso, de convencimento, de manipulação do passado, mas que, entretanto, são legitimadas pelas necessidades contemporâneas ao contexto em que são criadas – de rupturas, de necessidade de preservação. A aceitação à essas tradições é tão marcante que, nos poucos momentos da vida social em que as pessoas tomam consciência de sua cidadania, o fazem através de ocasiões rituais ou semi-rituais.

Uma das principais características da fenomenologia da memória dá-se pela consciência de sua *intencionalidade*. Fatores de ordem psíquica, econômica, sociocultural, política, podem influir no que é lembrado – ou no que é obscurecido – e na forma como o é. Experiências traumáticas também podem ser evitadas de forma inconsciente – mas principalmente consciente – pela memória. Estas questões são levantadas na obra de SARLO (2007), no tocante ao contexto pós-ditadura militar na Argentina, quando os sobreviventes do cárcere não encontravam ouvidos ávidos por seus depoimentos. O que é lembrado destas experiências, por sua vez, também passa por um processo

¹⁰⁴ Citado por TEDESCO (2004).



mental (individual, social e coletivo) de readaptação ao novo contexto vivido, podendo ser romanceado ou, ao contrário, denegrido (o caso da disputa entre grupos contrários e favoráveis à ditadura de Pinochet no Chile nos possibilita um exemplo desse tipo de processo).

Nesta perspectiva, podemos inferir ser a memória – ancorada pelo suporte da oralidade – um sistema cognitivo complexo, no qual, a cada recurso à rememoração, se desenha uma ressemantização de símbolos e de experiências em narrativas que assentam as identidades (e que por estas são enquadradas). Entretanto, a palavra *memória* pode ser associada a um sistema simplório de junção de lembranças intactas, imóveis, desvinculadas de contextos específicos, numa perspectiva *a-histórica*. Para evitar tal confusão – o que desvirtuaria todo o sentido epistemológico de *memória* – sugerimos¹⁰⁵ a substituição do termo por *socioantropologia do tempo*. ‘Socioantropologia’ pois está vinculada à percepção do indivíduo construída nas suas experiências – que são sociais – e ‘do tempo’ porque se refere ao manejo do tempo (da lembrança) vinculado às especificidades conjunturais.

Estes fragmentos de memória – esta só se dá por meio de fragmentos que significam algo no momento da rememoração –, de acordo com TEDESCO (2004: 37), podem ser fontes, vestígios, para uma análise do macro que não ignore ou negligencie o micro, como o fez a historiografia tradicional. Com base no pensamento de GINZBURG, o autor afirma que “[...] *é possível fazer correlação e avançar do indício à generalização, reconhecer que o particular convive com o geral, que é possível partir do efêmero para uma geologia profunda no qual esse efêmero se constrói e se insere*”. A preocupação em construir sentidos onde os críticos haviam dito que este já não existia mais é uma das ênfases dos novos estudos com memória.¹⁰⁶

Na mesma esteira que se desenhou a valorização da memória e da *história do tempo presente*, o *cotidiano* emergiu como possibilidade de construção do conhecimento histórico. Através destes foi possível *dar voz* – ou melhor, proporcionar ouvidos – àqueles que foram excluídos pelos processos macrossociais. TEDESCO (2004: 44) ressalta que a memória e a oralidade podem ser ferramentas para a compreensão/explicação do cotidiano (sua dualidade, formas de representação e dominação). Com base nos estudos de ELIAS, infere que os hábitos, os modos de proceder, de um determinado indivíduo estão vinculados ao estrato social do qual é oriundo.

¹⁰⁵ Baseados em TEDESCO (2004).

¹⁰⁶ Sobre essa discussão ver DOSSE (2001).



O indivíduo é indissociável de seu ser social, ou seja, as suas experiências, para além de seu aspecto pessoal, se constituem nas relações sociais que este estabelece com outros indivíduos e seguindo regras de conduta sociais. A existência de uma memória social coletiva dá as condições para que estas regras, ou *contrato social*, sejam mutuamente aceitas, ou seja, possuam legitimidade na proporção que reflitam a identidade e o reconhecimento. Entretanto, essa característica social da memória não impede – muitas vezes favorece – a existência de memórias individuais: as representações das experiências variam conforme as experiências anteriores – já assimiladas e semantizadas – e, como já salientamos, as condições presentistas – e, mesmo ainda, as projeções futuristas – de cada sujeito. Em linhas gerais, o que podemos chamar de *margem de liberdade de ação*.

O cotidiano – assim como a tradição e, por sua vez, a memória – possui uma estrutura organizativa alicerçada na repetição, nos sistemas simbólicos, nas representações sociais. O senso comum constitui o amálgama das práticas cotidianas, propicia as *tipificações*, os *pré-juízos*, as noções de *experiência* e *pertencimento*, entretanto, não forma o *todo* da vida cotidiana. Assim como a suposta objetividade das práticas cotidianas não o forma. De acordo com SARTRE, citado por ABBAGNANO (2007: 512), na abordagem fenomenológica, “[...] o ser do fenômeno, deve escapar a condição fenomênica – de só existir na medida em que se nos revela – e, por conseguinte, excede e fundamenta o conhecimento que se tem dele”. A perspectiva fenomenológica (da memória, da oralidade e do cotidiano) busca investigar, reconstituir, aquilo que não se manifesta de forma direta, mas que compõe a essência, e possibilita o sentido, daquilo que se manifesta.

As percepções do senso comum não são imutáveis, mas sim, adaptações relacionadas ao contexto em que se insere. Transforma-se preservando-se, o que possibilita continuidades e rupturas – estas muitas vezes de difícil precisão no discurso oral. Através da experiência – que forma-se no seio do senso comum, mas, que preserva processos de individuação – é possível questionar a obviedade do senso comum, ressemantizar a vida cotidiana, além de lhe atribuir novas funcionalidades. TEDESCO, valendo-se de estudos de Jedlowski, assinala que

...a experiência é uma síntese na qual os conteúdos da memória individual se fundam com aqueles da memória coletiva, memória esta tanto material quanto simbólica, que se radica em uma ordem



prática, habitual, cognitiva, fundada de elementos objetivos e subjetivos e que permite um conjunto peculiar de modalidade de percepção, de sensibilidade e enfrentamento prático e psicológico. (2004: 50)

Compreendemos então que a fenomenologia busca interpretar a realidade apresentada em suas essências – as quais transcendem essa *apresentação* –; quer também subjetivizar a memória (ressaltando seu aspecto de *socioantropologia do tempo* salientado acima); problematizar o caráter intencional da consciência – que seleciona *o quê* e *como* lembrar – e sua *perspectiva imanente* – a consciência que o indivíduo tem de suas próprias experiências. Podemos concordar, então, com HEIDEGGER, citado por ABBAGNANO (2007: 512) quando afirma que “[...] *fenomenologia significa antes de mais nada um conceito de método. Ela não caracteriza a consistência de fato do objeto da indagação filosófica [no nosso caso também histórica, sociológica...], mas seu como*”.

Memória e história

Por mais que possam se assemelhar, *história* e *memória* possuem características diferenciadas – complementares é verdade, principalmente no que diz respeito à dependência da história em relação à memória. Poderíamos conjecturar que memória é uma *visão endógena*, de quem participou ou testemunhou o que enuncia; já a história poderia ser entendida como uma *visão exógena*, que faz uso de fragmentos de memórias – elencados de forma impositiva – e de critérios de plausibilidade acadêmica para reconstituir o processo no qual está inserido o seu objeto. ALBUQUERQUE JÚNIOR afirma que a história, no seu fazer, *viola* a memória, pois a insere em conceitos que não são de seu universo. Na memória *fica o que significa* e na história se *(res)significa o que fica*. Nas palavras do autor,

A História é um ponto de vista externo ao acontecido, e uma interpretação *a posteriori* do fato, uma conceitualização que trabalha muitas vezes com as experiências de inúmeros grupos, o que não acontece com as memórias, que é sempre um trabalho interno a grupos, presas, portanto, à visão do grupo ou grupos de que é expressão. (2007: 206)

Memória e história são complementares. A história, para poder apropriar-se das potencialidades da memória, precisa submetê-la a criteriosas análises. Para SARLO (2007: 13), “As



regras do método da disciplina histórica [...] supervisionam os modos de reconstituição do passado ou pelo menos consideram ser esse um ideal epistemológico [...]”. TEDESCO infere que *memória* e *historiografia* – o autor enfatiza a diferença entre esta e *história* – se veem em meio a disputas discursivas, pelas quais a primeira tende a ser destruída, pela força, ou poder, da segunda. Entretanto, também afirma que,

... com o passar do tempo, as oposições entre história e memória tornam-se sempre menos significativas. Sabe-se que narrativas históricas são reconstruções baseadas na memória, porém ligadas às condições de interpretação, de parcialidade e de identidade. Alguns autores defendem que memória e história são duas modalidades de recordar, as quais não necessariamente precisam se excluir. (2004: 129).

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBERTI, Verena. *História Oral na Alemanha: semelhanças e diferenças na constituição de um mesmo campo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

CADIEU, François [et al.]. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHAUÍ, Marilena de S. Apresentação: Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



DOSSE, François. *A história à Prova do Tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo, RS: UPF, 1998.

_____. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, João Carlos (org). *Usos de Memórias*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

FERREIRA, Marieta de M. História Oral: um inventário das diferenças. In: _____(org). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

_____. Historia Oral: una brújula para los desafíos de la Historia. *Historia, Antropología y Fuentes Orales: escenarios migratorios*. Barcelona, nº 28, p. 141-152, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MOTTA, Marly S. da. *Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.

NEVES, Margarida. História e memória. In: MATTOS, Ilmar R. (org). *Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, dez. 2003. p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2. nº 3, 1989. p. 3-15.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: a cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TEDESCO, João C. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



QUANDO O CORPO TAMBÉM PRECISA SABER: RELATOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL EM GILBERTO AMADO

Maria Claudia Cavalcante
Mestre pelo PPGH/UFCG

Resumo

Este artigo constitui uma parte da dissertação de Mestrado, intitulada *Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado*, na qual problematizei a construção de sua imagem como intelectual em seus escritos memorialísticos: *História de Minha Infância (1954)*, *Minha Formação no Recife (1958)*, *Presença na Política (1958)* e *Depois da política (1960)*. Este texto tem como objetivo problematizar a narrativa memorialística de Gilberto Amado em torno de sua formação intelectual e o destaque dado por este autor para relação saber e corpo. Para tanto, procuro problematizar como e com quais interesses a escrita que versa sobre suas experiências escolares e formação intelectual na infância e juventude constrói imagens que para Amado correspondiam ao seu interesse em se divulgar enquanto intelectual racional, disciplinado e higiênico.

PALAVRAS CHAVES: MEMÓRIA. CORPO. INTELECTUALIDADE

ABSTRACT

This paper is part of the master's dissertation entitled *Facing the mirror, recovering and decomposing pieces of himself: intellectual and memory in Gilberto Amado*, which we proposed to discuss the construction of his image as an intellectual in his memorialistic writing: *History of My Childhood (1954)*, *My Formation in Recife (1958)*, *Presence in Politics (1958)* and *After the Politics (1960)*. This article aims to discuss and problematize Gilberto Amado's memorialistic narrative concerning about his intellectual formation and the emphasis given by the author to relate knowledge the body. For this purpose, we tend to problematize how and whose interests writing that deals with his school experiences and intellectual formation in children and youth in order to construct images which correspond, according to Amado, in interest in diffusing himself as intellectual, discursive, disciplined and hygienic.



KEY WORDS: Memory. Body. Intellectuality

Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria era o primeiro de quatorze filhos de Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira e Melchisedech de Sousa Amado. Nasceu em Sergipe, em 7 de maio de 1887, e morreu no Rio de Janeiro, em 1969. Este artigo constitui uma parte da dissertação de Mestrado, intitulada **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado**¹⁰⁷. Ali, problematizei a construção de sua imagem como intelectual em seus escritos memorialísticos: *História de Minha Infância (1954)*, *Minha Formação no Recife (1958)*, *Presença na Política (1958)* e *Depois da política (1960)*.

Em 19 de junho de 1915, Amado comete aquilo que para ele seria um dos seus maiores desgostos: o homicídio do poeta Anníbal Theophílo. As desavenças entre os literatos se dera devido as críticas que Gilberto Amado tecera contra um dos amigos e de Theophílo que, diga-se de passagem, era um dos escritores mais renomados da época: Coelho Neto. A sucessão de desavenças e ameaças acabou com a morte de Anníbal Theophílo atacado por três tiros disparados por Amado em plena inauguração da Sociedade Brasileira de Letras, no Salão do Jornal do Commercio.¹⁰⁸

A partir da leitura daqueles livros e do conhecimento do episódio assassinato de Anníbal Theophílo, amplamente explorado pela imprensa da época¹⁰⁹, percebemos que, todos os livros de memórias de Amado perseguem a construção da figura de um intelectual racional que elege prerrogativas que a seu ver eram capazes de o qualificar como tal, por isto, desde os seus relatos da infância, destaca-se a obsessão de Amado em se construir como um homem de razão. Para Amado, um intelectual não bastava apenas cultivar o saber dos livros, mas também ter um corpo higiênico e disciplinado, um corpo atento para os espaços que circula e para todos os “outros” que ele elege como elementos de diferenciação e composição de si como um intelectual higiênico, disciplinado e racional. Um corpo bem diferente daquele que cometera um ato de desrazão ao ceifar a vida daquele outro corpo também devotado ao mundo das letras.

¹⁰⁷ Dissertação apresentada ao PPGH/UFCG em maio de 2009.

¹⁰⁸ Conferir. CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009, p. 20-48.

¹⁰⁹ Idem.



Talvez, por este motivo, os pares dicotômicos que opõem a razão e a desrazão, a ordem e a desordem, o limpo e o sujo, o masculino e o feminino, o instinto e a penitência sejam pares presentes na escrita memorialista que versa sobre a formação intelectual de Gilberto Amado, como veremos a seguir. É, justamente, neste jogo de alteridades que Amado se constrói enquanto um corpo intelectualizado que para se legitimar enquanto tal assume também a postura de um corpo higiênico e disciplinado.

Neste sentido, a narrativa acerca da formação intelectual de Amado é utilizada em seu proveito. Segundo o autor, com 14 anos, em Itaporanga, ele era distinguido dos demais meninos pelo seu anel, canudo e título, simbologias que faziam dele o ideal do brasileiro moderno (AMADO, 1958a: 271). Este mesmo discurso que enfatiza o peso daquela simbologia que estrangulava sua infância serve para demarcar seu lugar, construir sua identidade enquanto intelectual, membro de uma elite que o distinguia dos demais meninos, os quais diferentemente dele não correspondiam ao ideal do brasileiro de fins do século XIX, ou seja, não eram meninos educados, higienizados e nem tampouco disciplinados. É na relação de alteridade com todos os outros que Amado utiliza-se para demarcar um lugar para si, instituindo o seu eu, sempre se distinguindo do(s) outro(s) que ele não almejava ser (DUSCHATZLKY, 2001: 119).

Este artigo tem como objetivo problematizar a narrativa memorialística de Gilberto Amado em torno de suas práticas escolares e formação intelectual e o destaque dado por este autor para relação saber e corpo. Para tanto, procuro problematizar como e com quais interesses a escrita que versa sobre suas experiências escolares e formação intelectual na infância e juventude constrói imagens que para Amado correspondiam ao seu interesse em se divulgar enquanto intelectual racional, disciplinado e higiênico.

2.1- Histórias da minha e outras infâncias

De acordo com Amado, o aprendizado das primeiras letras deu-se pelo auxílio da mãe Ana. Era comum, no século XIX, a educação de meninos e meninas ser feita por mestres particulares, também chamados de preceptores ou até mesmo pela mãe, caso estas tivessem algum aprendizado das letras como parecia ser a mãe de Amado. A educação doméstica, até certa idade, era reconhecida como modalidade mais adequada ao ensino de meninos e meninas, porém eram acessíveis a poucas



peçoas. A partir do momento em que as instituições começam a intervir na educação, a escola gradativamente passa a ser o foco de interesse da intervenção do Estado na família.

A princípio, segundo Vasconcelos (2005), a intervenção institucional da educação na família é vista com maus olhos pelas elites que “julgavam essas medidas como afronta intervencionista ao poder que até então era exclusivamente da casa: decidir, contratar, fiscalizar e deliberar sobre a educação de seus filhos” (VASCONCELOS, 2005: 105). Gradativamente, as elites começam a perceber que podem aliar-se ao Estado e dividir com ele a responsabilidade da educação dos filhos. É nesse momento, que a escola começa a ganhar fôlego até se tornar foco de interesse hegemônico no século XIX.

Tendo nascido no ano de 1887 e iniciado os seus estudos em escola por volta dos seis, sete anos de idade, os primeiros anos de escola foram vivenciados por Amado na escola de Sá Limpa. Personagem que entra nas memórias do autor como um dos seres fantásticos que povoavam sua imaginação infantil, “como uma das visagens que o crepusculavam nos olhos na primeira sonolência noturna” (AMADO, 1958a: 85).

Sá Limpa era a professora particular e se diferenciava, segundo Amado, de Maria Cândida, professora pública, magra, sempre de enxaqueca com rubores súbitos, moça velha de peito murcho. Sá limpa era diferente, era professora ilustrada e puxava pelos meninos (AMADO, 1958a: 80).

Mesmo sendo professora ilustrada e particular, Amado destaca em suas memórias que a escola de Sá Limpa situava-se na rua principal, onde corria um rego por onde passava a enxurrada da cachoeira. Amado relata com detalhes a insalubridade que cercava a escola. A porta da escola sobre dois batentes dava logo para a lama, na qual os meninos se deliciavam metendo os pés. Poucos eram os que usavam sapatos, a maioria andava de tamanco ou descalços. Com os pés enlameados, entravam na escola, trazendo consigo os excrementos e com eles todas as formas e modalidades de doenças. A disenteria e a ameba por ali se misturavam. Outros meninos iam para a escola com sezões, tinham ataques durante as aulas. “Batiam os dentes, começavam a tremer”. A professora Sá Limpa os cobria com um saco velho por detrás de uma porta. No fim da aula eles voltavam, suando e com um ar de quem sai da escuridão, piscando os olhos. Iam pela rua trocando as pernas” (AMADO, 1958a: 91).

A palmatória ainda agredia as mãos dos moleques que não decoravam a tabuada e em alguns o líquido chegava a escorrer pelas pernas (AMADO, 1958a: 85-88). Como se percebe, a escola onde



Amado começou seus estudos não correspondia aos padrões modernos de escolaridade. Para termos idéia das condições escolares vigentes no Sergipe na primeira década do século XX, basta destacar que, nas vésperas da instauração da República, o presidente da então província Dr. Francisco Ildelfonso Ribeiro de Menezes denunciava as condições de funcionamento das escolas públicas, informando suas precárias condições de existência, destacando a falta de espaço e luz, os olhos nus das crianças que sentavam em tábuas ao rés do chão, onde não havia nem mesa para os professores, nem tampouco livros para os alunos estudarem. Entre os anos de 1889 e 1910, quatorze atos tentaram organizar a instrução primária no estado. Estes atos constatavam as precárias condições que circundavam as práticas de escolaridade no Sergipe, fortemente denunciadas pelos presidentes que governaram o estado (OLIVEIRA, 2004: 75 -79). Pelos relatos de Amado, podemos inferir que mesmo sendo a escola de Sá Limpa particular, as condições de escolaridade daquele espaço de saber pareciam não se diferenciar tanto das demais escolas públicas do estado do Sergipe.

As condições de escolarização daquele autor parece se assemelhar em muito com as vivenciadas por José Lins do Rego na cidade de Parahyba do norte, como bem analisou Ana Maria Galvão. A autora ao reconstruir as práticas cotidianas da escola primária, entre os anos de 1890 e 1920, na Paraíba, constata o quão diferente eram as práticas escolares em cidades do norte se comparadas a outras cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde o processo de higienização de corpos e espaços começara a atuar na disciplinarização das cidades e produção de corpos dóceis necessários à configuração da cidade moderna, bem como do Estado-Nação tão almejado com a implantação da República (GALVÃO, 1998, p. 117- 140).

Em meio à precariedade das condições de escolarização que Amado vivia desfilam tipos na narrativa daquele autor que demarcam o outro na escola, personagens para os quais o autor cartografa um lugar de distinção perante os colegas. Figuram nas memórias da Escola de Sá Limpa personagens como os caipirinhas, os pixains, os cabos verdes, os sararás, uns italianos, outros banguelas, zarolhos, tártaros, perebentos. Havia também meninos com umbigos grandes, tufudos, empinados, pendentes como quiabos no meio da barriga e um cabrocha magrinho de fala fina. Meninos que comiam caroços de jaca e bunda de tanajura assada, além de cacos de telha nova, dos quais o autor só lembra suas panças e faces tristes (AMADO, 1958a: 90-91).

Todos esses personagens se distinguem de Amado em sua narrativa. Afinal ele era filho do coronel Melk, dono da loja mais famosa da cidade, chefe político, homem que trouxe o teatro para



Itaporanga. Amado já aqui constrói sua identidade enquanto alguém que em muito se distinguia de seus colegas de escola. Talvez por isso, observamos a quase ausência de narrativa acerca de sua própria passagem pela Escola de Sá Limpa. O que fica são as imagens impactantes dos outros. É como se Amado não fizesse parte daquele mundo, por isso a escrita de suas práticas escolares relaciona-se aos diversos outros que dão dizibilidade e visibilidade para que o autor se construa como aquele que era diferente de todos. A narrativa de Amado obedece a um desejo do autor de se construir como um corpo que, desde criança, estava predestinado ao saber. Um corpo higienizado e disciplinado, necessário a sua gestão enquanto intelectual. Ao narrar sua experiência na escola, o protagonista converte-se em espectador daquilo que lhe causa estranheza. Ele até tinha vontade de provar o gosto da carne de tanajura assada que muitos dos outros meninos comiam, mas tinha medo (AMADO, 1958a: 91).

Aqui, já começamos a perceber também uma certa particularidade na escrita de Amado quando o assunto são suas experiências escolares na infância: toda uma narrativa preocupada com a construção não só de um corpo educado, mas também de um corpo disciplinado e higienizado que se distinguia dos demais. Amado participa da construção de si, moldando-se ao tipo do

indivíduo contido, polido, 'bem educado', cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do gentleman, do peti-bougeois europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência a autculpabilização, que se tornou a marca registrada do sujeito 'civilizado' e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer o autocontrole sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com estranha intolerância às menores falhas morais – reais ou imaginárias, suas ou de seus pares – falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimentava (COSTA, 1999, p. 14).

Neste sentido, podemos dizer que o corpo de Amado não atenta apenas para si, mas para o espaço e as demais pessoas que convivem com ele. Segundo Costa (1999), o ideal do indivíduo polido foi tema perseguido pela elite política e letrada, não só na primeira República, como também se estendeu para meados do século XX. No intuito de construir sua imagem como intelectual saudável, Amado persegue e destaca, desde sua narrativa de infância, os outros dos quais ele se diferenciava, aqueles corpos sujos e ignorantes do qual ele membro da elite de Itaporanga se distinguia. E isto não nos causa tanto estranhamento se levarmos em conta o fato de que quando Amado escreve suas memórias ele já é um homem maduro, político e letrado que atuou na



construção dos ideais de um país moderno que para ser moderno tinha que ser educado e higienizado, daí também o interesse em construir, através de seus escritos memorialísticos, uma narrativa que o edifique como indivíduo, que desde a infância, estava predestinado a ser um espírito moderno, se levarmos em conta que ser um homem moderno, desde a primeira República, significa ser um corpo saudável não só fisicamente como também intelectualmente.

2.2- Rupturas e desfragmentações: o internato como descoberta do mundo adulto

Terminada a primeira fase de estudos em Itaporanga, Amado transfere-se para Aracaju para estudar no Colégio interno do professor Oliveira. Logo nas férias que passa no sobrado de seu padrinho a quem se refere como “L”, o autor entra em contato com um mundo que parece desterritorializar a identidade do Gilberto Amado, filho de seu Melk, dono da maior loja de Itaporanga e chefe político da situação. O contato com os filhos de seu padrinho fez com que Amado experienciasse o outro lado da moeda. É, em Aracajú, que Amado se deu conta de sua gagueira, estigma que, aliás, segundo Miceli (2001), acompanhou muitos intelectuais contemporâneos de Amado¹¹⁰. Em Aracaju, quem é esnobado é Amado. Ele não tinha os brinquedos que os filhos de seu padrinho tinham, nem tampouco lera os livros que os demais meninos haviam lido. Segundo o autor, a inferioridade foi a base do afeto que os demais meninos tinham por ele. “Quanto mais abaixo deles eu me mostrava, mais se aproximavam, mais simpatizavam comigo” (AMADO, 1958a: 222).

Desterritorializado de sua terra, Amado também se encontra estranho a si mesmo. A entrada para o colégio interno institui outro momento de ruptura na vida daquele autor. Em Itaporanga, Amado diz ser parte “de um mundo, de um conjunto, pai e mãe, rio e mar, meninos, cavalos; era parcela de uma soma... Já em Aracaju começara a desintegração, de um universo ecumênico e total, fragmentara-se-me o espaço vital em blocos de estrutura diferente” (AMADO, 1958a: 25). Neste momento de ida para o colégio em Aracaju, Amado parece ter a infância castrada e sua identidade esfacelada por um mundo de prisão que o fez se reconhecer diferente de tudo e até mesmo diferente do que ele imaginava.

¹¹⁰ Segundo Miceli (2001), eram gogos Humberto de Campos, Lima Barreto e Hermes Fontes.



O colégio ia-me por face a face com uma realidade diferente. Aí não se tratava de fruta fundindo-se no paladar; mas de caroço de mastigação difícil exigindo dente duro. Embalde procurar iludir a memória chamando-a a deter-se nalguma refração agradável. Tudo, ao contrário, se embacia numa opacidade fechada. Colégio interno em Aracaju, Colégio Oliveira, único aliás do Estado, tinha de internato, no sentido normal do termo, apenas o nome. Era uma casa chata de muitas janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da rua da Frente, no caminho da Fundação. Na calçada, debaixo de uma enorme barriguda e um tamarindeiro que ensombrava, alunos externos e internos fervilhavam soltos com as môscas e mosquitos, em tórno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces. A recordação não se associa a lembrança de estudo, meninos de livros nas mãos, cabeças pendidas sôbre em mesa de aula (AMADO, 1958a: 232-233).

O colégio aparece na narrativa de Amado apenas como experiência que o tornara homem, mas que em quase nada acrescentara a sua formação intelectual, uma vez que a própria direção e administração do colégio sob os cuidados do professor Oliveira parecia ser um fiasco. De acordo com o autor, o diretor era um fraco que chorava sem motivos e além de tudo era mandado pela esposa e filhas (AMADO, 1958a: 233), ou seja, nem mesmo o diretor Oliveira correspondia ao tipo de homem forte e másculo ideal para a direção de um colégio que se destinara a formar homens.

Com o intuito de demarcar seu lugar como diferente de todos, um corpo intelectualizado que para se constituir enquanto tal não deveu nada de sua formação às instituições pelas quais passou, e sim ao seu esforço próprio, à sua capacidade de autocontrole, Amado, em sua narrativa, parece não dever nada de sua formação intelectual ao Colégio em Aracaju e sim às aulas particulares que tomara. “Latim ninguém estudava, nem livros havia. Eu tomava lições particulares como Alfredo Montes, de inglês, e com Teixeira Faria de matemáticas. Entrei com essa condição” (AMADO, 1958a: 223).

O mundo do Colégio figura, na narrativa de Amado, como lugar de experiência de vida, onde o menino se tornara homem por entrar em contato como o lado perverso das pessoas e até mesmo com o seu e não como um local de aprendizado. Dessa forma, o autor começa a delinear sua imagem enquanto autodidata. Desde criança, o autor parece não dever nada de sua formação às instituições que freqüentava e sim ao empenho e esforço próprio. Acerca de sua formação na faculdade de Direito do Recife, o autor enfatiza:

Os estudantes brasileiros que querem aprender (não sei se hoje é melhor) são verdadeiros heróis do autodidatismo. As definições sumárias, legadas a escola e a nomes de autores não são cavadas a fundo pelo professor ao lado do aluno, em seminários ou em sabatinas, na apuração do sentido dos textos e na verificação da sua extensão e alcance dentro dos sistemas, teorias e doutrinas e entre estas e aquêles. Na ausência de métodos universitários de métodos de estudo, serviu-me, além do desejo sincero de



aprender o gosto, que herdei não sei de que antepassado, de não dissimular comigo mesmo, de não me contentar em pensar que sei sem estar certo do que sei até onde seja possível (AMADO, 1958a: 33).

A vivência no colégio, naquele mundo cruel, cheio de castigos e armações faz com que as lembranças de Amado remetam a uma infância castrada que fez com que ele debutasse de forma dolorida no mundo adulto. Uma experiência crucial, nesse processo, foi quando Gilberto, impelido pelo líder dos meninos, diz ter sido obrigado a dar uma sova em um de seus companheiros, cumprindo com sua função de sentinela do quarto, largando a corda em Conradinho que quis passar sem permissão. “O menino abaixou-se, as cordas apanharam-no no rosto de maneira infeliz, o sangue jorrou” (AMADO, 1958a: 232). O Colégio não tanto pelo nível de instrução que passou a Amado, mas sim por colocar nosso autor com a face cruel da vida teria debutado o menino Gilberto no mundo adulto.

A surra que Amado dera em Conradinho é um episódio em que o autor diz entrar em contato com um lado seu que até então não conhecia: aquela face de um menino capaz de atos de covardia como foi a sova que Amado deu em seu colega de internato. Mais um ato de “selvageria” é narrado por Amado. E, neste sentido, podemos entender que o intuito de se autoconstituir enquanto um corpo disciplinado e intelectualizado é uma tentativa constante de maquiagem este outro “selvagem” que Amado guardara dentro de si.

Segundo Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1999), a identidade da criança e do adolescente é construída a partir de elementos que incorporam o idílico e a relação com o sagrado, a partir de características como temeridade, imprudência, fraqueza e fragilidade. Foi com um ato cruel, segundo Amado influenciado por seu colega, que o menino Gilberto entra no mundo adulto. O colégio interno de Aracaju entra para as memórias de Amado como um agente de defloração de sua infância, porque além de simbolizar o distanciamento daquele menino de um mundo que lhe pertencia como era aquele mundo de Itaporanga, também põe Amado em contato com a face má das pessoas e a sua própria. O colégio rompe, portanto, com o mundo idílico da infância em Itaporanga, aquele mundo de meninos tártaros, zarolhos, com umbigos pendentes no meio do bucho que metiam o pé na lama. O colégio interno que, segundo Galvão, era tido como casa de correção sanatório, prisão que servia para amansar, endireitar, consertar os alunos, põe Amado, como no episódio do



assassinato de seu colega de letras¹¹¹, frente à face selvagem daquele autor, despontando-o para o seu reconhecimento enquanto adulto.

A entrada de Amado no mundo adulto não obedece a uma linha evolutiva que presuma uma linearidade temporal. Não está, portanto, na idade cronológica daquele homem, “mas nas subjetividades constituídas, nas relações, nas lembranças, nas narrativas, nos modos de ser pessoa que aprendemos como possíveis.” (AQUINO; REGO; OLIVEIRA, 2006: 269-286). Apesar de seu conjunto memorialístico ter o objetivo de dar um sentido em sua vida, são eleitos pelo autor acontecimentos que demarcam pontos de viragem em suas experiências. Neste caso, a saída do colégio devido a um ato de crueldade para com seu colega. Por um ato do que os letrados como Amado denominam de selvagem, o autor vivencia um corte na sua vida. Corte que o desponta para um novo mundo, para a vivência e construção de outras imagens de si.

2.3- Mordendo travesseiro e despedaçando lençóis: imagens do feminino e do sexo na produção de um corpo intelectualizado

A sova que Amado deu em Conradinho acabou acarretando a sua saída do Colégio. Voltando a Itaporanga, o jovem Amado depara-se com outro problema que, segundo ele, também contribuiu para o fim de sua infância: a decadência da loja de seu pai exigiu que Gilberto, primeiro filho dos quatorze, cedo tomasse posturas de adulto. “Loja a liquidar-se, caixeiros reduzidos a um, tive de ir vender nas feiras, nos engenhos, montado em cangalha, no meio de caçuás cheios de mercadorias” (AMADO, 1958a: 251)

Amado passa dois anos sem frequentar nenhuma instituição de ensino. É nesse período que o autor largado em Itaporanga e vendo a família aumentar diz descobrir o que para ele seria o maior prazer da sua vida: a leitura. Para o autor, a leitura seria o seu maior embeijamento da puberdade, chegando a sobrepujar o interesse por mulheres. “Tinham elas [as palavras] (...) mais valor para mim

¹¹¹ Conferir. CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si: intelectualidade e memória em Gilberto Amado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009, p. 20-48.



do que rosto ou seio de mulher, pois apesar das calças compridas e da bengala, mulher ainda me fazia medo” (AMADO, 1958a: 276).

A figura do feminino e a própria vida sexual de Amado é algo que merece um destaque peculiar no conjunto de seus cinco livros de memórias. Depois de dois anos sem frequentar colégio algum, Amado se transfere para Salvador para cursar Farmácia. Segundo o autor, não importava se o curso era de pouco prestígio na época¹¹². O que importava era a possibilidade de estudar e alçar novos vãos. Em Salvador, Amado entra em contato com a vida de estudante de república, cujas condições sanitárias daqueles lugares “suportaria comparações com as piores que o mundo pudesse ter conhecido, em morro, favela ou superpovoado rincão da Índia (AMADO, 1958a: 256).

O que fica nas memórias de Amado, além das condições de insalubridade das repúblicas da Bahia, é o esforço dos estudos, as aulas de reforço que dava para angariar recursos que acrescentassem algo à incipiente mesada, às más condições sanitárias da existência de estudante nas Repúblicas e a vida de muitos estudantes, que segundo o autor, nada tinham em termos de “*virilidade espiritual*”. Impressionava o que ele chama de “*boçalidade sexual*” que reinava nas repúblicas.

As moléstias obrigadas a sândalo Midy, óleo de copaíba, xarope de Gibert, pílulas de Ricord, eram consideradas fato natural. Muitos se gloriavam das contaminações e dos seus efeitos, como se fossem emblemas ou troféus de vitória. Não contentes, zombavam dos precavidos e esclarecidos que resguardavam o corpo e não ostentavam as mesmas mazelas. Rapazes chegavam do interior vendendo saúde, entregavam-se, perdiam a vista (AMADO, 1958a: 259).

Já em Recife, Amado também fora tentado por uma mulata que, segundo o autor, “estava carregada de moléstias do mundo”.

Dominado, desde cedo, por um senso naturalístico da vida, acreditando em micróbios, contágio, infecção, e disposto a não sacrificar definitiva e desnecessariamente a saúde, não me deixei arrastar e imolar na facilidade em que via tantos colegas se desgraçarem. Troçavam-me na sua inconsciência; não podiam compreender que eu me preservasse como o fazia. A mulata provocava-me, usava de todos os

¹¹² De acordo com Miceli (1979), a ruptura com o espaço familiar e o, conseqüente, nomadismo por que passou muito dos intelectuais que como Amado precisaram sair de casa para dar continuidade aos estudos são indícios não apenas do declínio financeiro de famílias abastadas, mas também uma forma de perpetuar sua posição enquanto classe dominante, repartindo os filhos pelas posições políticas, intelectuais e burocráticas (MICELI, 1979: 167). Segundo este mesmo autor, em outro estudo, no período de decadência financeira dos Amados em Itaporanga, Amado se viu obrigado a aceitar um lugar de empreiteiro nas obras de uma estrada de ferro (MICELI, 2001: 49)



meios de atração. Defendi-me, não a deixei sequer aproximar-me. Tinha medo até do hálito distante (AMADO, 1958a, p. 21).

De férias da faculdade, relata a sua volta a Itaporanga e o medo de doenças venéreas aparece nas lembranças de Amado em outro relacionamento. Desta vez com uma mulher casada, uma loura com a qual desenvolvera o hábito de trocar sugestões de leituras. Amado disputava o amor daquela mulher com seu primo Joãozinho Almeida que, nas palavras do autor, tinha o corpo cheio de marcas de “doenças do mundo”. Segundo o autor, suas brigas com o primo não era por ciúmes da moça, mas por zelo com o que ele havia nascido “com seus gostos e tendências (...) por saúde, medo de doença, pena de admitir a simples possibilidade de estragar-se tão belo pedaço de mocidade!” (AMADO, 1958a: 54).

De acordo com Mary Del Priore (2006), doenças como a sífilis, chegam ao Brasil no século XIX com a chegada dos bordéis. É, neste momento, que se multiplicam os manuais de venerologia e descobertas feitas na primeira metade do século permitem identificar os cancros simples dos infectantes. Descreviam-se o alastramento das doenças pelos rins, fígado e sistema nervoso, aumentando o medo das pessoas em torno do assunto. Os jornais multiplicavam assuntos sobre os remédios milagrosos e, segundo a autora, não foram poucos os homens públicos, senadores e poetas que morreram desta moléstia. De todo modo, a doença era tida como ícone de masculinidade. “A moral social – que dava ao sexo masculino toda a liberdade e nenhuma ao feminino – tornava difícil a confissão da mulher sifilítica” (DEL PRIORE, 2006: 202).

A preocupação com a higiene do corpo e dos espaços pelos quais circulava figura nas memórias de Amado como algo natural. Como se, desde sempre, ele carregasse consigo o que ele chama de “senso naturalístico da vida”. A construção de sua escrita opera, justamente, nesta intenção de dar uma substância, uma essência àquele corpo que necessita ser preenchido por palavras que parecem lhe emprestar algum sentido. Nessa empreitada, Amado sobrecarrega suas memórias de lembranças que insistem em construí-lo como um corpo, desde sempre, higienizado, um corpo moderno por excelência e também ascético.

A intenção de conferir um sentido para sua existência escamoteia uma série de circunstâncias que delimitam o interesse de Amado em se construir enquanto um homem de intelecto e de higiene. Amado, literato, filho e político da “velha” república, sente a necessidade de se constituir como o



protótipo do homem ideal à construção e bom desenvolvimento da nação que, ao contrário de muitos outros, não trazia em seu corpo, praticamente imaculado, marcas de doenças venéreas. Um homem diferente daquele que matara outro. A necessidade de Amado se declarar como um homem racional e disciplinado é também uma resposta de Amado a si e aos outros que, na época do assassinato, o qualificaram como selvagem. A escrita de suas memórias é uma invenção que o permite construir um lugar para si em meio às tramas de seu passado e de seu presente.

Além disto, as lembranças de uma vida, em grande parte ascética, mais devotada aos estudos e à carreira profissional fazem parte de um investimento deste autor em se diferenciar do tipo de homem construído pelo regionalismo nordestino, que segundo Durval Muniz Albuquerque Jr. (2003) opera na construção do ideal de macho, virilizado. A construção da masculinidade, em Amado, não está na narrativa de suas experiências sexuais, e sim na necessidade de se auto-disciplinar com vistas a outros objetivos, como aquele de se construir enquanto um homem esclarecido, um homem racional, um homem disciplinado por excelência. Amado constrói um modelo de masculinidade diferente da maioria de seus conterrâneos nordestinos. Se ser um homem do nordeste, para Gilberto Freyre, por exemplo, era resgatar uma virilidade perdida na Colônia e no Império e na decadência do Nordeste enquanto região de domínio socioeconômico, ser homem para Amado parece corresponder ao ideal de homem moderno, um homem higiênico e ilustrado que, provavelmente, seria qualificado por Freyre de afeminado.

No entanto, é o próprio Freyre que nos fala de um outro Amado. Um Amado recifense e boêmio. Nas suas palavras, um Amado sergipano, que nasce de novo no Recife. “Uma instituição Recife”. No texto “*Recordação de Gilberto Amado, o recifense*”, publicado em 1964, na Revista Brasileira de Cultura, Freyre relata:

Vendo-o, como o vi, pleno de glória, aos oitenta e poucos anos, recordei-me, por vezes, de outro Gilberto Amado: o das nossas noites fraternas e sinistras de peregrinação pelas pensões de mulheres perdidas da Lapa e da Glória, bebendo uísque e às vezes cognac, terríveis alienados, quase desesperados, mas sempre lúcidos na alienação e no desespêro, eu considerado por parentes seus "rapaz perdido", que não covinha a um até há pouco Senador da República ter por companheiro tão constante, enquanto o meu tio Juca advertia do Rio a meu Pai, recifense, que só podia prejudicar-me, a mim e aos meus, ser visto com tanta freqüência, noites altas e através de madrugadas boêmias, com um "homem perdido" como Gilberto Amado, segundo êle, se tornara, depois da chamada Revolução de 30 (FREYRE, 1964).



Poderíamos até presumir que Amado teria se tornado um “homem perdido” após ter sido destituído de seu cargo de senador com a queda da Revolução de 30, no entanto as memórias de Amado tentam destacar que mesmo com o fim da chamada primeira república, o autor era

zeloso das conveniências sociais – respeitá-las é um dos atributos da extrema liberdade do espírito (o boêmio com suas extravagâncias não passa muitas vezes de exibicionista, que está sempre representando), ninguém me ver com “mulheres” na rua, seja em Paris, em Nova York, onde quer que seja. Nunca me sentei em bar, café ou restaurante com “amigas” de ocasião (AMADO, 1960: 203).

Freyre, em suas recordações de Amado parece, por um instante, destruir toda a empreitada memorialista de Amado se constituir como um intelectual racional e civilizado, um membro de uma classe dirigente não só do norte decaído, mas de toda uma nação. As divergências de lembranças entre os dois Gilbertos, o Freyre e o Amado, sugerem para além do atributo de quem está falando a verdade ou não, as distintas identidades que ambos pretendem construir para o sergipano, indicando uma disputa pelo poder de manipulação das memórias que privilegiam distintas formas de construção de identidades. Enquanto Freyre vê em Amado mais um protótipo do nordestino: o homem boêmio e viril que andava pelas pensões com “mulheres perdidas” da Lapa e da Glória, enfim, uma instituição recifense; Gilberto Amado segue seu projeto memorialístico de se construir enquanto intelectual de boa conduta, que possui um corpo, o qual consegue disciplinar seus instintos e sublimá-los no cultivo de sua intelectualidade. “O corpo, este território no qual a modernidade ancorava todas as suas esperanças” (AGRA DO Ó, 2008: 110). Por isso, em Amado, a insistência em se qualificar enquanto um corpo disciplinado, um corpo de razão, um corpo que teima em aparecer, em suas memórias, como assexuado. Um corpo moderno, contido, bem diferente do corpo rústico, viril e desregrado que seu amigo Gilberto Freyre almeja imprimir-lhe ao recordar do outro Gilberto Amado de Sergipe que, para Freyre, era recifense.

O corpo construído por Gilberto Amado também difere dos corpos produzidos pela literatura de seu primo Jorge Amado que, na década de 50, atrai o gosto dos leitores, justamente pela produção de uma literatura que enfatiza o gosto pelo sexo como marca da identidade do povo baiano.

As distintas maneiras de narrar a relação com o corpo nos diferentes autores citados indica o quanto a batalha pelas memórias carrega consigo um projeto de construção de identidades que permeia interesses diversos que mudam de acordo com o lugar e os projetos de quem escreve e fala em primeira pessoa. Freyre ambiciona enquadrar Amado no estereótipo do nordestino viril, ou



melhor, dizendo, um recifense viril, uma vez que nas palavras de Freyre o sergipano nasce de novo ao se formar no Recife. O recifense pretende agregar Amado ao seu projeto de restituir um norte desgastado pelo declínio material que no regionalismo de Freyre também é a perda de uma virilidade não só dos antigos senhores do norte, mas de toda uma nação que, segundo Freyre, teria seus maiores representantes naqueles homens. Por outro lado, Amado deseja se dispersar desta identidade e construir para si um perfil necessário a sua justificativa enquanto um letrado exemplar, um homem que parece escutar apenas a voz da razão em tudo que fez e que por isso não poderia ser esquecido como político e intelectual necessário à construção de nação moderna, mesmo que estes valores constituam mais uma satisfação que Amado teve que dar aos seus pares, do que uma garantia do gosto popular por suas obras, uma vez que a literatura produzida por seu primo mais novo parecia ser, como até hoje é, muito mais agradável ao gosto tanto da elite intelectual, quanto de homens e mulheres comuns que a consomem.

Voltando aos relatos de sua juventude no Recife, percebemos que mesmo que suas memórias remetam sempre às lembranças de estudos em detrimento de suas relações afetivas, quando seus desejos físicos são narrados, estes são escritos em meio à tensão entre a vontade sexual e uma obrigação de se autodisciplinar. Ainda em seus relatos sobre sua formação no Recife, os embates que o envolviam em suas andanças por aquela cidade, temos:

No Recife o fenômeno era outro, a vibração tão intensa, do delírio tão grande, mas aí, em vez de fundir-me no universo multânime da noite, em vez de juntar o meu silêncio às sua mil vozes múrmuras, eu era atuado, impulsionado por uma violência direta, imediata, para um fim preciso, concreto, recortado numa objetividade tremenda. Meu vagar, propulsado por forças obscuras e indefinidas, tinha um objetivo definido. Eu não saía para comer a noite, abraçar-me com ela, comungar com seus dramas difusos e sua mitologia protéica. O mudo se reduziria, suas mil formas se concretizaram... em forma de mulher, corpo de mulher, seio de mulher. O espírito reage e quer lutar, a inteligência, a razão, intervém, mas um poder maior, um chamejar de vulcão, trabalha, por dentro, o corpo. Palpita tôda a carne. Então no tópo da noite, a boca sedenta, o rapazinho que morde o travesseiro e quer despedaçar lençol começa a murmurar o nome e a sentir nos lábios que se fecham a aflorar beijos imaginários (AMADO, 1958a:181).

Por mais que procurasse por mulheres, Amado privilegia em seu relato a tensão entre corpo e espírito. A razão luta contra os instintos e a voluptuosidade daquele homem acaba por restringir seu desejo a morder o travesseiro e a despedaçar o lençol. A lembrança desse fato sugere uma tentativa de adestramento de si por meio da anotação em suas memórias de seus desejos ou de seus pecados,



se usarmos uma terminologia cristã. Segundo Foucault (1992), este procedimento de anotar os pensamentos considerados pecaminosos pelo cristianismo faz parte da moral ascética cristã que aconselhava tal prática a seus discípulos para que dali pudessem extrair o que o envergonhavam, realizando assim a prática de uma vida ascética por meio da escrita de si. Amado comporta-se como um discípulo ascético e utiliza suas memórias como uma forma de confissão, autopunição e construção de si enquanto homem disciplinado.

Outra mulher que figura nas memórias de Amado é Firmina, a morena de “lábios puladinhos”. Algumas particularidades da morena Firmina impacientavam Amado: a mania que a morena tinha em lhe agradecer e a pouca instrução da moça.

Firmina só podia conversar o que a bondade do coração simples lhe sugeria a um rapazinho que passava as mãos agarrado com os livros, alguns já de filosofia. (...). Quando a comunicação dos corpos não coincide com os espíritos, torna-se um suplício. O balbucio, o ronrom, o suspiro ‘físico’ com o espírito longe é uma tortura. Viva o encontro breve no obscuro rolar do dia seguinte... Ou então viva o verdadeiro amor, baseado na similitude de mentalidade e de coração de duas pessoas de formação idêntica a quem as coisas despertem os mesmos ecos e produzam as mesmas reações (AMADO, 1958a: 284)

Em 1907, no Recife, quando Amado pronuncia conferência intitulada “As Nuvens”, o autor conhece a mulher com a qual viria casar quatro anos depois. Em nenhum momento o nome da mulher é pronunciado por Amado ao longo de seus cinco livros de memórias. A ela, ele apenas se refere como a “moça dos bandós” que prendera seu olhar na capital pernambucana. Sobre o casamento são relegadas poucas páginas de suas memórias, onde o autor apenas diz aplaudir a si mesmo por ter vivido vinte anos ao lado de uma pessoa de formação e de gostos tão diferentes.

Ainda hoje me aplaudo por não ter resistido à intimação irretorquível, ao decreto imperioso da natureza que vencendo raciocínios e conveniências a ela indiferentes, me ditou o casamento. Quantos complexos e recalques – imagino às vezes – não teriam ficado dentro de mim para refluir na maturidade e na velhice em despóticas reivindicações tardias como vemos acontecer a tantos velhos que não obedeceram como eu obedeci ao mandato peremptório do primeiro amor! (AMADO, 1956: 170-171).

Amado casa com seu primeiro amor, um amor que só aparece descrito por meio de uma troca de olhares. Um amor romântico, mas que para a amada é reservada poucas páginas de suas memórias e, nas poucas vezes que aparece, é, justamente, para render palmas a si mesmo por ter suportado conviver com uma pessoa de formação tão diferenciada da sua por vinte anos.



O conceito de amor romântico tem seus primeiros passos delineados com a literatura dos trovadores medievais. O amor cantarolado nessa literatura instituiu no ocidente a idéia do amor enquanto impossibilidade. Naqueles enredos, a mulher quase sempre era comprometida o que impossibilitava a história de amor. Emerge, deste momento também, a imagem da linguagem dos olhares e das mãos, mesmo que esta fosse mais idealizada do que concretizada. Segundo Mary Del Priore (2006), o amor trovadoresco tem na história de Tristão e Isolda um de seus maiores ícones e representava uma forma de homens e mulheres se emanciparem da tutela da Igreja no regimento de suas vidas amorosas, dado o fato do amor ser qualificado pela Igreja como um sentimento irracional, desnecessário entre os homens, devendo apenas ser concedido a Deus (DEL PRIORE, 2006).

De acordo com Del Priore, o amor romântico persegue os anseios das pessoas ao longo da história do amor, recebendo, contudo, outras nuances com o passar do tempo. A partir do século XIX, ele incorpora os elementos do amor-paixão, emergindo daí imagens como a troca de olhares que Amado diz ter trocado com sua ex-mulher. No século XX, homens e mulheres começam a se emancipar da idéia de casamento apenas como provedor da família e manutenção de relações parentescas com vistas à conservação de riquezas, e passam a buscar o amor enquanto satisfação pessoal. E parece que esta é a idéia que Amado quer passar quando narra a escolha daquela mulher com a qual viria casar.

Durante os catorze meses de intensa vida social no Rio, nos meios literários e outros, graças à minha posição de cronista do O Paíz, prestigiosa do jornalismo da época, encontrei senhoras agradáveis, conversadeiras e viajadas, celebradas nas sessões mundanas. No plano matrimonial, noivas possíveis me sorriam sob a aprovação materna e paterna. Algumas me trariam dinheiro, seja em forma potencial, expectativa de herança, seja efetivamente em dote regulado, pronto para as mãos para a assinatura no contrato matrimonial. Filho de família numerosa, desprovida de qualquer espécie de recursos, era de todo lógico que eu não pensasse em casar-me pobre. Consciente, por outro lado, dos meus defeitos, temperamento indócil, difícil, não me representava eu na posição de marido e de pai de família. A moça com que eu casasse não seria feliz – me dizia eu. Mas nada disso, reflexão nenhuma pôde com a formidável especificação do instinto que me prendera a moça dos bandós, cujos olhos me atravessaram na conferência sobre “As Nuvens” no salão de Aires Gama, em 1907, no Recife (AMADO, 1956: 169).

Contra toda sorte e convenções que despontaram para Amado quando o assunto era casamento, o autor diz preferir aquela que a tinha lhe despertado os instintos apenas por uma troca de olhares no Recife três anos antes de seu casamento. Amado, por um instante, constrói a idéia de que recusou as possibilidades de uniões por convenções e possibilidade de ascensão social para se render



aos desígnios do amor, tomando com isso uma decisão instintiva. Amado se constrói, em sua escrita, como um homem do século XX, aquele que tem a liberdade de escolher sua companheira de vinte anos de casamento.

Para o autor, o verdadeiro amor parece ser sinônimo de comunhão de almas e o fato de ele acontecer entre duas pessoas que não tivessem formações idênticas é algo que foge de seus planos e acaba se arrastando por vinte anos. A meu ver, o casamento e a própria noção de amor romântico aparecem na narrativa de Amado como convenções a serem obedecidas, haja vista ter sido um homem criado para exercer a política. O casamento de Amado pode ser interpretado como o cumprimento de uma convenção necessária a construção de um status e de sua imagem enquanto homem público e não apenas como fruto do instinto amoroso, dada o fato do próprio autor render palmas a si mesmo por ter conseguido passar vinte anos ao lado da mulher que tinha escolhido para casar apenas por uma troca de olhares. Aqui estamos diante de outra imagem do amor romântico. Um amor casto, onde os amantes não se tocam. É assim que o amor aparece nas memórias de Amado. Ele só aparece em dois momentos: em 1907, no Recife e em 1911 no casamento como se no intervalo de três anos aquele homem não houvesse nem sequer visto a tal moça dos bandós.

De acordo com Del Priore (2006), no século XVII, autores como Descartes, leitura obrigatória de Amado, tentam explicar a natureza exata do amor como fruto de uma emoção da alma, emoção diferente da agitação dos instintos. “O amor: oblação, dedicação e abandono de si. O desejo: posse narcisismo, egoísmo.” (DEL PRIORE, 2006: 82). Nesta perspectiva, o amor no casamento consolidava-se na representação da “perfeita da amizade” o da união de duas almas por meio do amor divino.

É interessante observarmos que a mulher que Amado disputou a atenção com seu primo, Joãozinho Almeida, ganha maior destaque nas lembranças daquele autor do que a própria mulher com a qual Amado escolheu se casar. Dizia se tratar de uma moça loura, nascida no Brasil, mas filha de pais europeus, com a qual o autor tinha o prazer de trocar livros. Aqui residem algumas particularidades daquela mulher: a loura casada era filha de europeus e tinha hábito de trocar sugestões de leitura com o autor. Amado parecia estar diante de sua Isolda. Por um instante, o autor parece encontrar uma mulher a sua altura: descendente de europeus e tendo como ele paixão pela leitura, aquela mulher simboliza, nas memórias de Amado, mais um ícone de uma intelectualidade ilustrada, um vulto de razão na pequena vila de Itaporanga. No entanto, sendo casada, a loura aparece



na narrativa de Amado como a pecadora, o que deixa evidente outra faceta de Amado: o Amado cristão. A loura casada com que Amado se relaciona simboliza encarnação de Eva na terra que teria levado o sergipano à perdição.

Segundo Jacques Rossiaud (1991), a mulher no cristianismo é concebida a partir de dois modelos. De um lado, ela é a representação de Maria, simbolizando a maternidade, a procriação e o exemplo de esposa devotada ao casamento. Por outro lado, a negativa de Maria era representada na figura de Eva, aquela que leva Adão ao pecado. Herdeiras de Eva, todas as mulheres carregariam consigo sempre à espreita a possibilidade de levar o homem a pecar, daí toda a atenção ser voltada às mulheres no período medieval, sendo estas sempre suspeitas de práticas consideradas heréticas pelo cristianismo. De toda forma, de acordo com a teologia cristã, a mulher estaria sempre na posição inferior em relação ao homem. A ela restavam duas posições: ou ela seria, como Maria, a santa que devotara a sua vida ao casamento e aos desígnios divinos, ou a pecadora, que como Eva teria levado a humanidade ao pecado.

Seria aquela mulher mesmo uma pecadora? Ou seu maior pecado era, justamente, ser uma mulher letrada que se diferenciara até mesmo da mulher com a qual foi casado por 20 anos?¹¹³ A loura casada, pecadora e que tinha o costume de trocar leituras com Amado, apesar de fascinar aquele homem e de se dispor a largar a família para ficar com ele, sugestão que, aliás, segundo ele, foi rejeitada (AMADO, 1958a: 54), aparece nas lembranças do autor como a negativa do tipo ideal de mulher que tanto lhe serviu para construir sua imagem de intelectual, como se o cultivo do intelecto fosse uma prerrogativa apenas de homens e condição necessária à construção de sua masculinidade. Talvez por isto, ela não foi a mulher que Amado escolheu para casar. Apesar de suas lembranças tentarem a todo instante sedimentar a idéia de que a união entre pessoas de formações diferenciadas é algo quase impossível, Amado não escolhe para permanecer a seu lado uma mulher com quem possa competir o seu posto de homem ilustrado. A sedimentação de seu lugar enquanto intelectual, em suas memórias, necessita deste outro que é representado pela figura da mulher passiva, responsável pelo bom regimento do lar e do casamento. Para Norma Telles, o saber filosófico produzido a partir do século XVIII e amplamente apropriado pelos intelectuais brasileiros no início do século XX trouxe consigo a marca de um

¹¹³ Amado se separa em 1931 (AMADO, 1960, p. 163).



eurocentrismo inabalável que acumula experiências e territórios, pessoas e narrativas, classificando-as, unificando a multiplicidade na medida em que bania identidades diferentes, a não ser como ordem inferior da cultura e da idéia de uma Europa branca, masculina, letrada e cristã” (TELLES, 1997: 401).

Os intelectuais brasileiros que, como Amado, eram formados nos moldes dos pilares científicos da filosofia dos séculos XVIII e XIX apropriaram-se do discurso sobre a natureza feminina que definiu a mulher quando maternal e delicada como força do bem, mas quando “usurpadora”, das atividades que não lhes eram atribuídas culturalmente como potência do mal. De acordo com Telles, esse discurso colocou a mulher ou além ou aquém da cultura. Nesta perspectiva, a criação passou a ser prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução e nutrição da espécie (TELLES, 1997: 401).

À mulher restam duas colocações: ou ela é o modelo de mulher ideal para o casamento e condução da família, como era sua ex-mulher, mãe e irmã mais velha ou, de outro modo, elas representam a possibilidade de satisfação sexual que parece ser sempre retardada por Amado. Mesclam-se no autor dois discursos que inferiorizam a mulher, fundando nesta uma pretensa natureza que a desqualifica enquanto agente e produtora de conhecimento. De um lado, ela é a pecadora, de outro, a usurpadora de atividades que não lhe são atribuídas culturalmente.

De ambas as formas, a posição da mulher, seja aquela tida como tipo ideal para casar ou aquelas que só serviam, na concepção de Amado, para encontros casuais, a intelectualidade não faz parte da construção do feminino. Intelectualidade, em sua escrita, é apenas uma aptidão do gênero masculino. O pouco testemunho sobre as mulheres em sua trajetória enquanto político e intelectual, bem como a presença daquelas mulheres que como sua mãe e irmã figuram como tipos ideais do feminino também atuam na construção de Gilberto Amado, enquanto intelectual e intelectualidade, enquanto sinônimo de racionalidade e de masculinidade.

Assim, a sua mãe Donana e sua irmã Iaiá são as únicas mulheres que Amado menciona os nomes, com exceção de Firmina, a “morena dos beijos puladinhos”, as demais mulheres que passaram pela vida daquele homem são sempre adjetivadas e nunca identificadas pelos nomes. Sua ex- mulher era a “moça dos bandós”, uma outra era a “loura casada, filha de europeus”. Esta resistência em mencionar o nome daquelas mulheres pode ser entendida como próprio desejo de manter aquelas personagens à sombra de suas memórias, da escrituração de seu corpo enquanto corpo intelectualizado, até porque o que interessa ao autor é fundar a sua verdade sobre aqueles



relacionamentos e aquelas mulheres. Uma verdade que insiste em colocá-lo sempre em primeira pessoa. Uma primeira pessoa que está sempre em posição superior. Na posição daquele que fala em nome dos outros, que qualifica os diversos outros (as) que figuram em sua escrita de si para demarcar a construção do eu do autor: o eu da verdade, o eu higiênico, o eu intelectual e masculino, o eu racional. Apenas Donana e Iaiá, mãe e irmã, figuram como protótipo do modelo ideal de mulher, aquelas que encarregadas do bom regimento familiar sempre cumpriram com sua obrigação. Talvez por esses motivos elas sejam identificadas pelo autor com seus nomes. Esta seria a forma encontrada por Amado de dizer que o modelo ideal de mulher se fazia apenas presente em sua família nas figuras da mãe e de sua irmã. Amado compartilha desta concepção que naturaliza o feminino e acaba polarizando seu lugar entre força do bem e potência do mal, um ser além ou aquém da cultura, incapaz de criação.

Estar no seu elemento significa, para Amado, a própria natureza feminina. Aquela que como a sua mulher permanecia impassível perante os desassossegos da vida. Estar quieta era onde residia a fortaleza de sua mulher. Na ânsia de construir sua imagem enquanto intelectual, a esposa de Amado permanece à sombra de sua escrita, como se a esta coubesse apenas o papel de reprodução e aceitação da vida de seu marido.

Mesmo não se construindo como um modelo do macho nordestino, Amado constrói, em sua narrativa, outro modelo de masculinidade. O modelo de homem civilizado, culto, higiênico, polido. O homem necessário não só ao comando de sua família, mas também, enquanto intelectual, político e literato, ao bom regimento da nação. Um homem que tenta justificar seus atos e demarcar sua importância enquanto intelectual através da construção de si enquanto um corpo racional, buscando por meio de sua escrita sedimentar sua imagem enquanto letrado gestado e governado pelos ditames da razão.

REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, Alarcon. Introdução: 2008 – rasgar o passado e 1937 – velhice, juventude e política. In: **Velhices Imaginadas**: memória e envelhecimento no nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia em Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008, p. 11-31, p. 101-143.



ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de **Nordestino**: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003, 256 p.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. **Minha Formação no Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958a.

_____. **Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. **Presença na política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958b.

_____. **Depois da Política**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

AQUINO, Júlio Gropa, OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. Narrativas autobiográficas e constituição de subjetividades. In: SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação, pesquisa e ensino**. Porto Alegre, Salvador, 2006, p. 271-286.

CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si**: intelectualidade e memória em Gilberto Amado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009, 126p

COSTA, Jurandir Freyre. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, 282p.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, 330p.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: SKLIAR, Carlos; LARROZA, Jorge (Orgs.) Trad. de Semíramis Gorini da Veiga. **Habitantes de Babel**. Políticas e Poéticas da Diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 119-138.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? E A escrita de si In: **O que é um autor**. Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Portugal: Ed. Passagens, 1992, p. 29-87; p. 129-160.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “A palmatória era a sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **Modos de Ler e formas de escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 1988, p. 117-140.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1979, , 210 p.



_____, Poder, sexo e letras na República Velha; Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil); Intelectuais Brasileiros. In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13-68; p. 345- 356; p. 369- 396.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha**. In: Revista Brasileira de História [online] Set, 1999, vol. 19, nº 37, 13p.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e educação. O ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República 1889-1930**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação pela UFSCAR Santa Catarina, 2004.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na idade média**. Tradução de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 224p.

TELES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 400-442.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

Site Pesquisado:

Site da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, extraído da Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro. a. 1, n. 2, p 131-139, 196.



JESUÍTAS E DAIMYÔS: *Evangelização e poder político no Japão do século XVI*

Jorge Henrique Cardoso Leão
Mestrando em História Social pela UERJ

RESUMO

O trabalho tem por objetivo compreender a forma de percepção que os jesuítas tiveram da guerra civil japonesa (*Sengoku Jidai*) e da necessidade dos padres em estabelecer, através dos meios de mediação, uma estratégia de aproximação das elites locais como forma de proteção diante da situação política delicada que o arquipélago vivenciava, assim como a tentativa de promover um movimento de evangelização em cadeia, a partir da conversão dos *Sengoku-Daimyôs*.

Palavras-Chaves

Jesuítas no Japão – História do Japão – Relações Luso-Nipônicas.

Abstract

This article aims to analyze the jesuits's perception about the Japanese civil war (*Sengoku-Jidai*) and their needs to establish strategies to approach the local political power as a way to protect them against the civil war and to promote a conversion process based on the *Sengoku-Daimyô*.

Key-Words

Jesuits in Japan – History of Japan – Portuguese-Japanese Relations

Durante o *Período Heian* (VIII-XII), o Japão vivenciou o auge de seu Estado imperial. Em meio esta situação de paz, garantida pelas armas, duas categorias passaram a se destacar no cenário político nipônico: os *samurais* (guerreiros e/ou cavaleiros) e os *daimyôs* (aristocracia guerreira). Com o passar dos séculos e da importância dessas categorias na política do país, a ascensão dos Minamoto (XII-XIV) assinalou a criação do *Bakufu*¹¹⁴.

¹¹⁴ Termo utilizado para se referir ao *Governo do Xogum*. Cf. Glossário in YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993



Politicamente enfraquecidos e impotentes, os imperadores passaram a ser assessorados por um poderoso *daimyô* que incorporava a função de líder supremo da aristocracia guerreira conhecido como *Xogum*. Mediante a situação do enfraquecimento do poder central, outros clãs passaram a lutar pela hegemonia política do país. Assim, outra grande família, os Ashikaga, teria assumido o controle do *Bakufu*.

Durante a regência do novo clã (XIV-XVI), as disputas familiares chegaram ao ápice. Este período caracterizado pelos historiadores, por uma espécie de anarquia feudal é conhecido como *Sengoku-Jidai*.

No Japão, a ausência de um poder centralizado, tal como na China, por exemplo, favoreceu os comerciantes e os missionários, a se aproximarem do poder local – *daimyôs* e *samurais* – como forma de garantir segurança e incentivo para suas atividades¹¹⁵.

A chegada dos primeiros mercadores portugueses ao arquipélago, em 1543, na região de Kagoshima os colocaria em contato com a família local dos Shimazu. Tempos depois, aproveitando-se da relação de proximidade dos mercadores portugueses com o senhor de Kagoshima, os primeiros padres teriam aportado nesta mesma região, em 1549.

Como tentativas de aproximação dos Shimazu, tanto os jesuítas quanto os mercadores valeram-se dos benefícios do comércio internacional, introduzindo em sua província produtos europeus, indianos e chineses, sobretudo, as armas de fogo¹¹⁶. Francisco Xavier, por mediação de um intérprete, Anjirô, consegue uma embaixada com o líder local Shimazu Takahisa. Este aristocrata que teria sido seduzido primeiramente pelos produtos estrangeiros e, depois, incentivado pelos padres a se tornar cristão, sabia que esta era a única maneira de fazê-lo próximo aos portugueses, para garantir seus benefícios de ordem material¹¹⁷.

¹¹⁵ ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Jesuits in Portugal, its Empire and beyond, 1540-1750*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996.

¹¹⁶ Cf. A História das Espingardas e dos Espingardeiros em THOMAZ, Luís Felipe F.R. *Nanban Jin: os portugueses no Japão*. Lisboa: Correios de Portugal, 1993.

¹¹⁷ COSTA, João Paulo de Oliveira e. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995



Utilizando a experiência da história de vida e da conversão de Anjirô, juntamente com a apresentação de algumas relíquias religiosas, os jesuítas procuraram converter o *daimyô* local.

Este primeiro caso bem sucedido de conversão do dito fidalgo e de sua família estimulou os jesuítas a desenvolver sua estratégia de aproximação das elites locais. Porém, na análise das fontes, é visível que a configuração do cenário político e das guerras senhoriais no país era algo nebuloso e confuso para o entendimento dos primeiros missionários¹¹⁸.

Ao aportar em Kagoshima e converter o *daimyô* Shimazu, Francisco Xavier recorre ao novo aliado para financiar sua viagem até a capital do país, Miyako, com objetivo de converter o *rei do Japão*¹¹⁹. Como estratégia de convencimento, o próprio missionário desejava por “*bom cuidado de trabalhar com o rei do Japão, para que mande um embaixador à Índia, para que veja a grandeza e coisas dela, das quais eles carecem*”¹²⁰. Ou seja, em se tratando da fidalguia e da realeza japonesa, fica clara a utilização, por parte dos missionários, do comércio como mediação para atrair os *daimyôs* à conversão. A partir dessa longa viagem, o missionário começa a ter contato com outras províncias, e ficou evidente, a partir de sua percepção, que o país passava por uma espécie de guerra civil.

No ano de 1550, quando Francisco Xavier chega à ilha de Hirado, em Arima (Hizen), teria sido recebido pelo *daimyô* Omura Sumitada. Aqui, mais uma vez, destacamos o papel de Anjirô enquanto agente mediador entre os jesuítas e o senhor local.

Convertido, o senhor de Arima (Hizen) é batizado pelo nome cristão de Dom Bartolomeu. Sua conversão é bem recebida pelas expectativas dos jesuítas, que esperavam com isso receber “*licença escrita em tábuas pelas ruas, como ele folgava nesta cidade, e em seus reinos e senhorios fosse manifestada a lei de Deus, e que quem a quisesse a tomar a tomasse*”¹²¹.

¹¹⁸ Cf. as correspondências de Francisco Xavier em [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997.

¹¹⁹ Termo de época, designado pelos jesuítas, para referir ao Imperador do Japão.

¹²⁰ XAVIER, Francisco. Cagoxima, 05 de novembro de 1549. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. 06p.

¹²¹ TORRES, Cosme da. Yamaguchi, 20 de setembro de 1551. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598.



Apesar de terem caído nas graças do senhor local, os missionários enfrentaram a ofensiva dos bonzos da província, que “aborreciam em grandíssima maneira nossa santa fé, a qual proíbe tudo o que eles fazem”¹²², por reprovarem a atitude do *daimyô*.

O *daimyô* de Arima parece ter sido peça fundamental para a atuação missionária e dos mercadores no arquipélago. Ele, por exemplo, vai abrir os portos de Nagasaki aos *nanban-jins*, e desde cedo esta cidade iria ser considerada um dos grandes entrepostos comerciais portugueses no Japão, durante todo o século XVI¹²³.

Durante os anos que se sucedem às guerras senhoriais, os padres, como o próprio Luís Fróis se surpreenderam com a devoção e o apoio dado pelo *daimyô* e sua corte de *samurais*¹²⁴. O missionário chega a mencionar o interesse dos Omura e dos Arima, inclusive do próprio Dom Bartolomeu de acabar com as comunidades de bonzos que se espalhavam por toda sua província – visto que estes sacerdotes podiam ter propriedades e constituir riquezas¹²⁵.

O caso de Dom Bartolomeu é fundamental para entendermos como as tentativas de aproximação dos jesuítas surtiram o efeito esperado. Uma vez, no ímpeto de afastar os bonzos de seus senhorios, Dom Bartolomeu, “com seu esquadrão fez deter a gente, e adiantando se mandou tomar o pagode, e queimá-lo, e depois ao templo todo, e trazendo-lhe o galo, lhe deu um golpe com sua mesma espada, dizendo, O quantas vezes me enganaste”¹²⁶.

Este *daimyô*, assim como parte de seus *samurais*, durante as guerras, passou a levar em consideração não só apenas seus interesses políticos, em meio a *Sengoku-Jidai*, mas também, levava

Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 17.

¹²² TORRES, Cosme da. Yamaguchi, 20 de setembro de 1551. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus Escreveram dos Reynos de Japão & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sím de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 17.

¹²³ COSTA, João Paulo de Oliveira e e LACERDA, Teresa. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Paulinas Editora, 2007.

¹²⁴ FRÓIS, Luís. Ykoseura, 14 de novembro de 1563. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus Escreveram dos Reynos de Japão & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sím de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 135.

¹²⁵ YUSA, Michiki. *Religiões do Japão*. Lisboa: Edições 70, 2002.

¹²⁶ FRÓIS, Luís. Ykoseura, 14 de novembro de 1563. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus Escreveram dos Reynos de Japão & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sím de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 135.



consigo a expectativa dos jesuítas mediante uma espécie de *Guerra Santa* contra os bonzos e os demais senhores gentios.

O próprio Luís Fróis menciona a influência dos jesuítas sobre os clãs Omura e Arima, agora, liderados pelo padre João Fernandes, na tentativa de expandir o cristianismo através de suas guerras senhoriais. Muitos desses guerreiros e parte da fidalguia local parecem ter aderido aos adornos e aos símbolos cristãos como estandartes em suas batalhas, como segue a descrição do padre: “*A divisa que na guerra trazia entre outros principais, era um Jesus Cristo com três cravos pintados no vestido, que lhe ficava um em cada ombro, outro nas costas, e uma cruz de ouro ao pescoço, e suas contas na cinta*”¹²⁷.

Retomando os primeiros passos dados por Francisco Xavier, por volta de novembro de 1550, saindo de Arima (Hizen), ele chegaria à província de Yamaguchi. Como estratégias de mediação, os jesuítas utilizaram-se mais uma vez do *dojuku*, Anjirô ou Paulo de Santa Fé, como estímulo a conversão do *daimyô* local, além de sempre trazerem consigo ícones e imagens, cujo papel fundamental era ilustrar as representações da liturgia Católica¹²⁸.

Com a conversão de Ouchi Yoshitaka e de sua família, os missionários teriam conseguido autorização para pregar em toda sua província. Porém, precocemente, por volta de 1551, este mesmo *daimyô* cristão, após uma rebelião em seus domínios, resolve resgatar sua honra tirando a própria vida através do ritual do *Bushido* chamado de *Seppuku* ou *Hara-Kiri*¹²⁹. Notamos a partir deste caso que, assim como no de Dom Bartolomeu, muitos dos *daimyôs*, mesmo sendo cristãos, não abandonaram os valores construídos a partir da filosofia e da religião da terra. Na concepção cristã, um indivíduo que tira a própria vida – que é seu bem mais precioso –, jamais terá a misericórdia divina. Ao contrário, por exemplo, o *Bushido* dizia que em nome da honra de um guerreiro, o mesmo teria que se sujeitar até a própria morte para resgatá-la, se fosse o caso. Deste modo, os jesuítas

¹²⁷ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1565-1578)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.2. p. 132.

¹²⁸ Através da leitura mais detalhada das fontes, percebe-se que os jesuítas tentaram estimular, como de costume, a conversão por meio das imagens. Dentre o número de cartas lidas, nota-se que eles davam preferência às imagens e ícones referentes a Jesus Cristo e à Virgem Maria. Contudo, fica impossível ter uma noção mais precisa dessas imagens, pois muitas delas ou foram destruídas ou se perderam no tempo. BOXER, Charles Ralph. *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*. Macau: Fundação Oriente e Centros de Estudos Marítimos de Macau, 1968.

¹²⁹ Rituais específicos do *Bushido* que envolviam a prática do suicídio pela espada como forma de recuperar a honra do guerreiro. Cf. Glossário in YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993



teriam ficado abismados com tal atitude gentílica, mas, sabiam que não poderiam condenar o *daimyô* e sua família, pois eles tinham na sua respectiva província uma posição estratégica. E não para menos, seu sucessor Ouchi Yoshinaga seguiu com o legado do cristianismo, até a ascensão de Toyotomi Hideyoshi.

Após a conversão do senhor de Yamaguchi, Francisco Xavier chega à capital Miyako em 1551. Porém, sua embaixada de apresentação ao imperador japonês fracassa, diante da posição do *Xogum* Ashikaga Yoshiteru em preservar sua divindade¹³⁰. Ao retornar para as mediações de Kyushu, os jesuítas chegam à região de Bungo e através do incentivo por parte da experiência cristã na província de Yamaguchi – deve-se levar em conta que o senhor de Yamaguchi e de Bungo eram parentes – conseguem converter Otomo Yoshishige. Assim como os senhores de Arima (Hizen), Otomo Yoshishige, ou melhor, Dom Francisco, tirou rapidamente proveito das boas relações com os mercadores portugueses, através do contato com os missionários¹³¹.

Após a morte de Francisco Xavier, muitos dos senhores e de suas famílias, que se cristianizaram, fizeram com que suas províncias servissem de suporte para os missionários e os mercadores, porém, devido à situação de guerra civil, estas alianças tornavam-se muito voláteis. Como se pode observar em uma correspondência de 1554, escrita pelo padre Pedro Alcáçova, que se refere à situação de Bungo, dizendo que

achamos a terra alvoroçada de uns três grandes senhores, que queriam matar o rei. De maneira que ao segundo dia da Quaresma de 1553. andava já a terra muito mais alvoroçada: e vieram os cristãos dizer ao padre, que pusesse haviam de queimar e saquear a cidade. E vendo o padre a agonia em que o rei estava, mandou a João Fernandez que fosse a sua casa, e se lhe pudesse falar, lhe dissesse que tomasse sua Alteza muito animo, porque Deus favorece e livrasse todo trabalho aos que tem bons desejos, e que ele rogaria Deus que o livrasse de seus inimigos¹³²

¹³⁰ PINTO, Ana Fernandes. *Uma imagem do Japão: A Aristocracia Guerreira Nipônica nas Cartas Jesuíticas de Évora, 1598*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2004.

¹³¹ SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Primeiras Relações Comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choques de culturas. in *Textura: Revista de Letras e História*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2006. n.13.

¹³² ALCÁÇOVA, Pedro. Goa, [?] março de 1554. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. 23p.



Apesar disso, os demais padres, como por exemplo, Cosme da Torres deram continuidade ao legado na tentativa de Francisco Xavier de decodificar o sistema de objetos e os códigos culturais dos japoneses. A prova disso é a perseverança deste padre em manter boas relações com os *daimyôs* cristãos, sobretudo, o de Bungo, como se observa que,

neste mês de setembro veio o rei a nossa casa, e ceou nela com muito contentamento. Depois de ceia se lhe fez uma prática, e por derradeiro nos mandou dizer por um senhor dos que vinham com ele, que nos queria dar renda para sustentar aos que manifestação a lei de Deus em sua terra. [...] Assim que o favor desse rei é muito grande para os portugueses, bem creio eu que o faz por lhe contentar a maneira os portugueses, ou também porque se saiba na Índia ou em Portugal¹³³.

Em outras duas cartas escritas pelo próprio *daimyô* Otomo Yoshishige, este por sua vez, através da capacidade em produzir textos em português, o que demonstra o grau de intensidade e da influência dos jesuítas sobre sua província, diz, de maneira indireta, o verdadeiro motivo que o faz tolerar os missionários em suas terras. Como podemos observar:

os desejos que sempre tive de favorecer as coisas da Companhia creio que lhe veria à notícia, e se desejo vitória do rei de Yamaguchi, uma das coisas e para tornar por lá os padres melhor e com favores do que eles estavam primeiro: e para os meus desejos poderem vir a esteiro me é necessário ajuda de vossa senhoria. A qual é, que portadas as vias mande defender que não venha salitre a esta terra, e somente para defesa dos meus Reinos me traga o capitão-mor dez picos de bom salitre casa ano. Pelos quais lhe darei cem tais ou o que vossa Senhoria lhe ordenar: e por esta via será desapossado o tirano de Yamaguchi, e admitindo o Senhor natural que eu tenho em minha companhia¹³⁴.

Como conseqüência do legado de Francisco Xavier, a política de aproximação e conversão dos *daimyôs* ganhou novo fôlego com a chegada do missionário Luís Fróis ao arquipélago em 1563¹³⁵. O jesuíta teria se dedicado especificamente em alargar as fronteiras da evangelização no país, levando os missionários até Honshu, e em finais de 1564 teria chegado à capital do país. Durante a temporada que permaneceu em Miyako e nas regiões adjacentes, Luís Fróis obteve sucesso significativo para o catolicismo europeu.

¹³³ TORRES, Cosme da. Bungo, 7 de novembro de 1557. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 52.

¹³⁴ OTOMO, Yoshishige [Rei de Bungo]. Bungo, 13 de setembro de 1568. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 250.

¹³⁵ Cf. ALVES, Jorge Manuel dos Santos. *Portugal e a Missionaçãõ no Século XVI: O Oriente e o Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. p. 27-38.



Seguindo um modelo de aproximação baseado nas relações hierárquicas, Luís Fróis teria primeiramente estimulado as relações com a corte, com a burocracia e com *samurais*, para depois chegar ao *Xogum*. Após ter convertido parte da família do *Xogum* e dos funcionários do imperador, o padre chega a ter acesso aos locais mais restritos, como o complexo palaciano tanto do *Xogum* quanto do imperador¹³⁶.

Foi na cidade Miyako que aconteceu um dos casos mais interessantes de mediação e hibridismo. Pouco antes da expulsão dos jesuítas da capital, decorrente da instabilidade gerada pelo assassinato do *Xogum* Ashikaga Yoshiteru, em 1565, o padre Luís de Almeida se refere ao caso da filha de um *daimyô* cristão, chamado Dom Sancho, conhecida como Mônica¹³⁷. A menina, que era jovem, teria sido prometida em casamento a um tio mais velho. Como de costume no Japão, assim como na Europa, as famílias patriarcais, quase sempre, escolhiam o destino de sua prole. Diante do convite de casamento do seu tio, que era bonzo, Dom Sancho não teve como recusar. Indignada e insatisfeita com a posição do pai em ter arranjado seu matrimônio com um parente mais velho, a jovem apela para a intervenção do padre – que era freqüentador assíduo da casa de Dom Sancho.

Tomando ciência do assunto, Luís de Almeida ouve as lamúrias da moça que diz cortar seus longos cabelos em sinal de castidade e de comprometimento com a religião. Sabendo do interesse e da devoção de Mônica, o jesuíta tenta convencer por inúmeros argumentos o pai a não casar a menina com o tal tio. Em defesa de Mônica, o padre diz, em primeiro lugar, que sendo o *daimyô* um cristão devoto, este jamais poderia permitir que sua filha se casasse com um gentio, ainda mais um bonzo. Do lado oposto, utilizando-se da sua concepção de identidade enquanto japonês – que a esta altura estava em conflito – Dom Sancho se volta para o padre dizendo que perante os costumes locais, aquela família que recusasse um pedido de casamento passava a ser mal vista diante da comunidade de aristocratas, e por isso tinha receio¹³⁸.

¹³⁶ FRÓIS, Luís. Miyako, 6 de março de 1565. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 178-181.

¹³⁷ ALMEIDA, Luís. Fakunda, 25 de outubro de 1565. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 162-163.

¹³⁸ ALMEIDA, Luís. Fakunda, 25 de outubro de 1565. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p.162-163.



Como segundo argumento sustentado a favor de Mônica, o jesuíta volta-se mais uma vez ao pai dizendo que, sendo ele cristão, o mesmo deveria saber que aquela família que possuísse um filho ou filha entregue aos votos com Deus, seria, portanto, mais bem abençoada. Mônica então, diz que assim como as *Miko*, deveria despir-se dos seus longos cabelos e de suas roupas elegantes em sinal da vida sacerdotal¹³⁹. Pela inexistência de conventos no Japão, o padre diz à menina que não precisava ser radical a tal ponto, e permite que ela ajude, aos padres, na igreja com suas pregações e atividades. Assim, rompendo com a tradição de seu país, Dom Sancho e Mônica são os exemplos do legado jesuítico no Japão.

A morte do *Xogum* permitiu a ascensão de Ashikaga Yoshiaki, porém, indiretamente o *Bakufu* é entregue à influência direta de Oda Nobunaga. Nascido em 1534, este senhor teria herdado do pai a pequena e próspera província de Owari, em Honshu. Por volta de 1556, teria iniciado o processo de unificação do país conquistando algumas províncias mais próximas. Um dos fatores que teriam se tornado definitivo no processo de expansão de seus exércitos foi à introdução das armas de fogo¹⁴⁰.

Por mais que as áreas de comércio e de atuação missionária tenham se restringido ao complexo de Kyushu, os produtos e a doutrina cristã se espalharam por quase todo o país. Esta situação gerou um episódio controverso em Honshu: de um lado, o contato com os ocidentais era visto de forma negativa, como no caso dos constantes conflitos contra os bonzos da doutrina *Zen*. Do outro, os produtos importados pelos mercadores portugueses – principalmente as armas de fogo –, e os aspectos do catolicismo teriam chamado a atenção, sobretudo, de Oda Nobunaga, que mesmo assim,

não havendo comércio luso-nipônico em Honshu, o interesse dos grandes senhores pelos religiosos não era estimulado por razões de ordem material, o que tornava os padres muito mais permeáveis aos ataques dos bonzos, os monges budistas, que não viam com bons olhos a propagação de uma nova fé¹⁴¹.

¹³⁹ Tipo de virgem que leva uma vida monástica e se dedica aos exercícios religiosos do xintoísmo, auxiliando os bonzos e bonzas durante o culto. YUSA, Michiki. *Religiões do Japão*. Lisboa: Edições 70, 2002.

¹⁴⁰ MASON, R.H.P. e CAIGER, J.G. *A History of Japan*. Tóquio: Tuttle Publishing, 1999. 176p.

¹⁴¹ COSTA, João Paulo de Oliveira e. Oda Nobunaga e a Expansão Portuguesa. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaio de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999. p. 109.



A partir da década de 1560, liderados pelo padre Luís Fróis, os jesuítas, no intento de pregar em Honshu, foram pessoalmente recebidos em Owari por Oda Nobunaga. Ele teria sido grande admirador dos produtos e artefatos trazidos pelos *bárbaros do Sul*. Contudo, Oda Nobunaga tinha consciência de que para ter acesso a tais benefícios, deveria se relacionar de forma amistosa com os padres jesuítas, uma vez que, em Honshu, eles serviam como intermediários destes mercadores¹⁴².

Graças a isso, os missionários ganharam autorização para pregarem em Owari e nos territórios conquistados pelos exércitos de Oda Nobunaga. Considerado “*gentio protetor dos missionários*”¹⁴³, este *daimyô* estimulou o serviço dos jesuítas, pois estes o ajudavam a combater as comunidades controladas pelos bonzos.

Os territórios controlados por estes sacerdotes espalhavam-se a longo de seus domínios, assim, Oda Nobunaga temia que o poder dos bonzos sobre a população local viesse a se tornar um dos grandes obstáculos à unificação do país. Então, ele procurou estimular o choque cultural e religioso, entre os jesuítas e os bonzos, como forma de enfraquecê-los¹⁴⁴.

Devido à forma enérgica e violenta com que tratava seus opositores, Oda Nobunaga fora acusado de tirano e ditador¹⁴⁵. Porém, para os jesuítas, este *daimyô* teria estimulado o desenvolvimento de suas atividades. Sob sua proteção os missionários tiveram autorização para construir um seminário em Arima e outro Omi, assim como, a construção de uma igreja de Nossa Senhora de Assunção, em 1576, na capital Miyako.

A chegada do jesuíta napolitano Alexandre Valignano, na função de visitador do Japão no ano de 1579, teria estimulado ainda mais as boas relações entre os portugueses e Oda Nobunaga.

¹⁴² BOXER, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan: 1549-1650*. Los Angeles & Londres: University of Califórnia Press & Cambridge University Press, 1993.

¹⁴³ COSTA, João Paulo de Oliveira e. Oda Nobunaga e a Expansão Portuguesa. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaio de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999. p. 112.

¹⁴⁴ FRÓIS, Luís. Miyako, 14 de abril de 1581. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreverao dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. v2. p. 04.

¹⁴⁵ Cf. a percepção formada pelo padre Luís Fróis, a partir dos acontecimentos políticos e militares que levaram Oda Nobunaga ao poder. FRÓIS, Luís. *História de Japam (1565-1578)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.2.



Junto com Luís Fróis, Organtino Soldo e Lourenço Mexia foram recebidos pessoalmente no Castelo de Azuchi¹⁴⁶.

Os anos entre 1573 a 1578 são marcados pelo sucesso das campanhas militares de Oda Nobunaga no país lhe rendeu o título de *Tenka*¹⁴⁷. Destacando a tese de Merleau-Ponty sobre a percepção, fica claro que os missionários jesuítas, ainda ligados ao fenômeno etnocêntrico da expansão cristã sob aspecto cruzadista, confundiram a figura de Oda Nobunaga com a de um defensor e aliado da causa missionária e do cristianismo¹⁴⁸.

Durante a virada do ano de 1573 para 1574, os exércitos do *Tenka* varreram os clãs Asakura, Asai e Takeda. Nos relatos do padre Luís Fróis, a rápida vitória das forças de Nobunaga deveu-se a introdução das armas de fogo no campo de batalha. Nas palavras do padre Gaspar Coelho fica visível a admiração dos portugueses por este *daimyô*, chegando até a atribuir os seus sucessos no campo de batalha à competência divina. Segue dizendo que:

Nobunaga, que com seu esforço, e árduo um pequeno reino que tinha em pouco tempo se fez senhor de toda a monarquia do Japão, e possui agora trinta e quatro reinos, e vai ao alcanço dos outros esperando ser senhor de todos os mais que ficam, e segundo vai vitorioso se a morte lho não impedir parece que se efetuará seu intento. É tão temido este senhor, e tão reverenciado de todos os senhores do Japão, que ainda os seus inimigos lhe cometem partidos muito honrosos por adquirir sua amizade, e ele confia tanto em se poder, que nenhum partido aceita senão de sujeição de criados. Este homem parece que escolheu a Deus para aparelhar, e disposto o caminho à nossa Santa lei, sem ele entender o que nisto faz, porque não somente estima em pouco, e despreza os *Kami*, e *Fuke* aquém os japoneses têm tanta devoção, mais ainda é cruel inimigo, e perseguidor dos bonzos, e em seu reino tem destruídas tantas e tão principais varelas e mortos tantos bonzos, e desfavorece tanto a todos eles, que as seitas deles estão já muito abatidas. Tomou ocasião para isto da resistência que lhe fizeram alguns bonzos, porque como em diversas seitas viviam muito ricos, e poderosos, e eram senhores de grandes fortalezas, e ricas terras, resistiram lhe de maneira, que por vezes o puseram em grade aperto, e se estes bonzos não foram, ele fora já senhor de todo Japão¹⁴⁹.

¹⁴⁶ COSTA, João Paulo de Oliveira e. Oda Nobunaga e a Expansão Portuguesa. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaio de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

¹⁴⁷ Termo que tem por significado *Aquele que está Abaixo dos Céus*, cujo título foi designado a Oda Nobunaga por ter sido o primeiro grande *Sengoku-Daimyô* a tentar unificar o país. Cf. Glossário in YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993

¹⁴⁸ Segundo sua teoria, quando o indivíduo se depara com algum tipo de situação, o mesmo procura através de sua consciência assimilar os dados e transformá-los, de acordo com seus padrões e valores perceptivos, em um fenômeno capaz de ser compreendido. MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

¹⁴⁹ COELHO, Garpar. Nagasaki, 15 de fevereiro de 1582. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. v2. p. 30.



Nem todos os cristãos que lá estavam percebiam as ações de Oda Nobunaga como algo positivo, sobretudo, o clero cristão japonês. Em 1581, o cristão convertido conhecido como Lourenço nos fala que

as casas de Nobunaga são riquíssimas, e muito suntuosas, e é o ouro tão basto nela que tem as telhas de frente estão reluzindo a soberba deste gentio não se pode declarar porque se tem uma reputação quase divina nem lhe parece haver outra pessoa no mundo igual, tratasse com tanto estado, e magnificência que nem ainda o filho lhe fala por si, mas por terceiro, e interprete. É tão temido em todos seus reinos que não se pode crer, e posto que é tirano, e cruel com tudo estão estas terras em tanta paz quanta se nunca viu em Japão de muitos anos a esta parte¹⁵⁰.

A partir do ponto de vista do japonês Lourenço vemos que, ao contrário dos jesuítas, este é capaz de perceber de forma diferente a concepção dos fenômenos políticos e sociais ocasionados a partir da expansão de Oda Nobunaga.

Além de não ter passado pelo sacramento do batismo, tido como rito de passagem para os católicos da época e como forma de identificação do princípio da cidadania portuguesa, Oda Nobunaga financiou a construção de um templo em Azuchiyama, voltado para o culto de sua personalidade¹⁵¹. Esta parece ter sido uma falta gravíssima e que gerou uma reviravolta nas relações com os missionários.

No decorrer do ano de 1582, a tensão em torno da disputa pelo poder no Japão se acirra e a tentativa de unificação política do país, sob a égide de Oda Nobunaga, chega ao fim. Vítima de uma conspiração tramada por seus generais, o *Tenka* é assassinado na cidade de Honnoji em Miyako, pelo seu general Akechi Mitsuhide.

O próprio Luís Fróis teria retratado seu fim de forma irônica e rancorosa. O sentimento que o jesuíta tinha poderia ser explicado pela alteração na percepção que o mesmo teve de Oda Nobunaga,

¹⁵⁰ MEXIA, Lourenço. Funai, 8 de outubro de 1581. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreuerao dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. v2. p. 16.

¹⁵¹ Cf. Os Ritos da Instituição em BOURDIEU, Pierre. *O que Falar quer Dizer: a economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.p. 109-134.



após ter construído o templo para sua veneração, assemelhando-se ao próprio Deus. Para o padre, Oda Nobunaga

determinou finalmente por romper na temeridade, e insolência de Nabucodonosor, pretendendo ser de todos adorado, não como homem terreno, e mortal, mas como se fora divino, ou senhor da imortalidade, e para efetivar seu nefando, e abominável desejo, mandou fazer um templo junto de seus paços em um monte que esta separado da fortaleza, onde escreveu o intento de sua venenosa ambição, em q dizia desta maneira, transladado do Japão em nossa linguagem [...] E posto que como disse arriba, que Nobunaga em todo o discurso de seu governo fez sempre pouco caso do culto, e adoração dos *Kami*, e aos *Fuke*, agora parece chegado ao ultimo de sua cegueira, e persuadido pelo demônio mandou trazer para por naquele templo de Anzuchiyama diversos reinos os ídolos, que por Japão eram mais venerados. [...] todavia como Nobunaga chegou a tamanha insolência, e temeridade, querendo para si usurpar o que só a Deus criador, e redentor do mundo se deve, não permitiu que Deus nosso Senhor que lhe durasse muita a complacência que teve na vista daquele concurso de gente, porque desde aquela festa em que se fez aquela adoração em Anzuchiyama a dezenove dias seu corpo estava feito em pó, e cinza na terra e sua alma sepultada do inferno¹⁵².

Para os missionários jesuítas a morte de Oda Nobunaga iria dar um novo rumo às missões cristãs no país, assim como também, para os mercadores portugueses. Nas palavras da historiadora Ana Fernandes Pinto, vale salientar que

a ascensão política de Toyotomi Hideyoshi, em 1582, representou uma alteração significativa na aceitação da presença jesuítica no arquipélago nipônico. Se inicialmente as relações entre aquele guerreiro e os membros da Companhia de Jesus tinham sido pautadas pela cordialidade, a verdade é que a amizade que unia os missionários a alguns dos principais senhores da política local, muitos deles cristãos, parece ter despertado receios no então senhor do Japão¹⁵³.

De origem humilde, segundo os jesuítas, Toyotomi Hideyoshi nasceu por volta de 1537, e nos finais de 1550 teria se alistado nas fileiras dos exércitos de Oda Nobunaga. Se destacando pela engenhosidade no campo de batalha e pela embaixada junto ao *Xogum*, aliado de Oda Nobunaga, o mesmo chegou à condição de general e, por sua riqueza, a de *daimyô*¹⁵⁴.

Descrito como franzino e de traços brutos pelos japoneses, Toyotomi Hideyoshi recebeu o apelido de *kozaru* – macaco japonês –, o que lhe rendeu pelo imaginário jesuítico a característica de

¹⁵² ALMEIDA, Luís. Bungo, 20 de novembro de 1559. in [COMPANHIA DE JESUS], *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreuerao dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997. p. 62.

¹⁵³ PINTO, Ana Fernandes. *Uma imagem do Japão: A Aristocracia Guerreira Nipônica nas Cartas Jesuíticas de Évora, 1598*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2004. p. 23.

¹⁵⁴ Cf. PINTO, Ana Fernandes. *Uma imagem do Japão: A Aristocracia Guerreira Nipônica nas Cartas Jesuíticas de Évora, 1598*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2004. p. 102-109.



ser considerado um homem de “*perversa natureza*”¹⁵⁵ e de cobiça excessiva. Sendo que “*esta, como raiz de todo os males, o tem feito cruel, invejoso, falso, enganador, mentiroso, mutável e fazer cada dia tantas injustiças e tiranias, que a todos tem posto em admiração. É muito fingido e cheio de vícios, e jacta-se em fazer enganar*”¹⁵⁶.

Suas características físicas e sua origem humilde foram consideradas pontos de críticas por parte dos jesuítas, quando ele começa a perseguição. Luís Fróis ao se referir as informações coletadas a partir do encontro entre Toyotomi Hideyoshi e o vice-provincial da Companhia de Jesus no Japão, o padre Gaspar Coelho, define a predisposição do *daimyô* em tomar tal atitude de ignorância contra os missionários por este ser

filho de um pobre lavrador [*Yasuke*], e ganhava sua vida sendo moço de cortar lenha no mato, vendê-la e sustentava-se com isso; e ainda agora não nega porque não pode, e diz que pura pobreza andava vestido em umas esteiras velhas por não ter outra coisa que por sobre si, todavia tinha animo e era artiloso [...] Deixou aquele ofício baixo e começou a servir na guerra de soldado [...] E depois que Nobunaga veio a conquistar aquele reino, por ser bom soldado e cavaleiro, o veio a acrescentar em renda e opinião em sua corte: mas como era de baixo sangue, quando passava a cavalo por alguns senhores principais, descia e os outros fidalgos ficavam a cavalo¹⁵⁷.

Recluso no castelo de Nagahama, ao norte da província de Omi, o general se torna um dos *braços direitos* de Oda Nobunaga na tentativa de unificação do país. Ele teria assumido a liderança sobre o paiol das armas de fogo, de Kunitomo, e assim, sua produção teria sido incentivada. Neste período, por conta da boa disposição do *Tenka* em receber os jesuítas, Toyotomi Hideyoshi não esboçou nenhuma reação contra os padres, ao contrário, autorizados a pregarem dentro do império de Oda Nobunaga, os jesuítas tiveram acesso também aos domínios deste general¹⁵⁸.

Após o assassinato de seu suserano, Toyotomi Hideyoshi consegue sua vingança e se torna o grande sucessor de Oda Nobunaga, no processo de unificação do país. Dois anos depois, no intuito de expandir seus domínios, Toyotomi Hideyoshi se envolve em uma guerra contra o, até então aliado, Tokugawa Ieyasu. Em 1585, pela ausência de uma concorrência político-militar à altura,

¹⁵⁵ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 398.

¹⁵⁶ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 398.

¹⁵⁷ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 398.

¹⁵⁸ PINTO, Ana Fernandes. *Uma imagem do Japão: A Aristocracia Guerreira Nipônica nas Cartas Jesuíticas de Évora, 1598*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2004.



Toyotomi Hideyoshi recebe o título de *Kampaku*¹⁵⁹, tornando-se o regente do imperador. Em 1586 juntou forças para uma importante armada para fora do arquipélago em direção à Coréia e à China¹⁶⁰.

Voltado mais para o controle das diretrizes políticas do país e para as questões militares – *interna e externa* – Toyotomi Hideyoshi deixou a desejar quanto ao controle sobre outros aspectos importantes no âmbito interno do arquipélago. Assim, ele contribuiu para que os jesuítas e os mercadores portugueses ganhassem espaço no país.

Em 1587 a situação mudaria de rumo. Promulgado por Toyotomi Hideyoshi, em 25 de julho de 1587, o Édito de Hakata declarava a expulsão dos missionários do arquipélago¹⁶¹. Porém, antes de sua publicação, o padre Gaspar Coelho teria tentado se aproximar do *Kampaku* e, através de um último encontro, convencê-lo a se converter ao cristianismo. Assim, o padre tentou estimular Toyotomi Hideyoshi a pensar sobre os malefícios que o demônio poderia trazer para seus domínios sem a presença dos missionários cristãos¹⁶². Porém, Toyotomi Hideyoshi tinha uma concepção diferente do que era o mal, então, responde ao padre se referindo aos próprios jesuítas como os agentes do mal e desarticuladores da religião natural¹⁶³.

Na seqüência do debate, o próprio *Kampaku* diz ao vice-provincial da Companhia de Jesus no Japão os motivos que o levaram a publicar o Édito de Hakata. Na suposta tradução literal feita pelo padre,

a primeira, razão porque vós outros fazeis cristãos nesta terra de Japão da maneira que até aqui os fizestes? Melhor fora que vos acomodareis aos bonzos das outras seitas, os quais pregam, em suas casas e templos, mas não andam com tanta sede incitando a gente de uma parte para a outra que se façam de sua seita como vós outros[...] A segunda coisa foi: qual é razão, porque vós outros comeis cavalos e vacas, sendo coisa tão fora de razão [...] A terceira: eu tenho sabido que os portugueses e os sioneses e cambojanos que vem a estas partes fazer suas fazendas, compram grande numero de gente e a levam para seus reinos, desnaturando os japoneses de sua pátria, de seus parentes, filhos e amigos, e isto é coisa insofrível¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Título designado para se referir ao *Regente do Xogum*. Cf. Glossário in YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993.

¹⁶⁰ Cf. JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan*. Massachusetts: Harvard University Press, 2000. p. 17-24.

¹⁶¹ ELISON, George. *Deus Destroyed: The Image of Christianity in Early Modern Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

¹⁶² Cf. os capítulos 53 e 54 de FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4.

¹⁶³ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 398.

¹⁶⁴ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 402.



Notamos a partir desse trecho que, ao contrário dos *daimyôs* de Kyushu e de Oda Nobunaga, mais do que nunca, o choque gerado pelas diferenças de identidades entre o novo líder do Japão e os jesuítas teria sido o grande motivo da expulsão dos padres. Em primeiro lugar, ao contrário do individualismo das religiões do Japão, o cristianismo, assim como a política imperial do *Kampaku*, almejava o expansionismo sobre todo o arquipélago. Daí, o possível receio dos missionários e dos *daimyôs* cristãos viessem a se tornar uma das principais ameaças à unificação do país.

Em segundo lugar, Toyotomi Hodeyoshi, referindo-se aos princípios e valores da vida monástica dos bonzos de sua terra, demonizou o comportamento dos jesuítas, tais como, o de comer carne vermelha, por exemplo. Sendo assim, na sua percepção religiosa do que ele concebia como clero, tudo aquilo que fugia aos parâmetros das religiões e seitas do país era visto como algo maléfico.

Por último, esta justificativa, mais política até do que religiosa, o *Kampaku* se refere aos demais portugueses, os mercadores, como espécie de aliciadores que levavam os japoneses cativos para as regiões fora do arquipélago. O jesuíta diz ao general que o assunto não competia a alçada aos padres. Porém, Gaspar Coelho promete que pedirá ao vice-rei do Estado da Índia e ao capitão de Macau para tomarem as devidas providências¹⁶⁵.

Mantendo sua posição com relação à promulgação do Édito de Hakata, Toyotomi Hideyoshi acabaria gerando o ódio dos jesuítas. Apesar dos missionários terem se voltado contra Oda Nobunaga, eles chagaram a se referir à ascensão do *Kampaku* como fruto de sua cobiça e corrupção. Refletidas como obras de possessão do demônio, Toyotomi Hideyoshi investiu contra os padres. Assim, com

o peito abrasado em ódio contra a lei de Deus, não achava ocasião nenhuma para quebrar com a Igreja, pela prontidão e vigilância que se cá tinha em o servir, e não discrepar em coisa que lhe pudesse dar no coração, começou aquela mesma noite a prorromper em furor e em blasfêmia contra Deus Nosso Senhor, e em vitupérios contra os padres e cristandade toda¹⁶⁶.

O padre Luís Fróis lembrou que depois da promulgação do Édito de Hakata, a maioria dos bonzos – *motivados pela vingança durante o período de restrição imposto na gestão de Oda Nobunaga* – passou a incentivar a população local e os *daimyôs* gentios a porem em prática a

¹⁶⁵ Cf. FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 403-405.

¹⁶⁶ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 400.



perseguição aos missionários, como medida a fazer valer as determinações do governador da *Tenka*¹⁶⁷. Como em uma espécie de parlamento, os senhores locais tomaram conhecimento do Édito de Hakata e teriam adotado-o como um tratado de conciliação e obediência diante da autoridade do *Kampaku*¹⁶⁸.

Tendo em mente que as guerras senhoriais não haviam terminado, Toyotomi Hideyoshi sabia que as armas de fogo trazidas pelos mercadores eram importantes na sua estratégia militar. Por isso, ele teria deixado claro ao publicar o Édito a determinação de que os *daimyôs* não fizessem mal a aqueles que “*viesses fazer suas fazendas*”¹⁶⁹. E que “*daqui por diante somente mercadores, mas quaisquer outras pessoas que vierem da Índia, e não fizerem estorvo às leis dos Kami e Fuke, podem vir livremente ao Japão, e assim o saibam*”¹⁷⁰.

Após este grande incidente, os missionários tiveram suas atividades limitadas às imediações de Kyushu. Apesar da publicação do Édito de Hakata, Toyotomi Hideyoshi tinha consciência do papel que os jesuítas desempenhavam junto dos mercadores portugueses, por isso, o *Kampaku* não investiu na expulsão direta dos jesuítas do país.

Diante dessa situação, Portugal, que havia recentemente caminhado para a União Ibérica, acabou sofrendo com a concorrência dos espanhóis e dos missionários de outras Ordens nos seus territórios do Além-mar – principalmente os franciscanos. Os anos finais do século XVI são marcados por uma série de ambigüidades com relação à atuação missionária no Japão. A partir disso, a Igreja reforçaria sua presença na região pela ereção do bispado de Funai (Bungo) em 1588. Um ano mais tarde, os padres franciscanos teriam aportado no arquipélago pela primeira vez, assim, o monopólio jesuítico sobre as missões nipônicas passou a ser contestado.

O início do século XVII é ainda mais duro para os jesuítas. Em 1600, a Igreja romana abriu um precedente autorizando a entrada das demais Ordens religiosas no país, pondo um ponto final no monopólio da Companhia de Jesus. Diante da verdadeira sucessão de fatos, os jesuítas teriam assistido a entrada da Ordem dos agostinhos no Japão, por volta de 1602. Um ano depois, o general

¹⁶⁷ Além do uso político do termo *Tenka*, como já dito, este pode designar o próprio Japão, como uma espécie de país celestial, na visão dos xintoístas. Cf. Glossário in YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993.

¹⁶⁸ Cf. FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 406.

¹⁶⁹ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 407.

¹⁷⁰ FRÓIS, Luís. *História de Japam (1583-1587)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.4. p. 406-407.



Ieyasu Tokugawa é consagrado *Xogum*. A partir do início do seu governo, o novo *Xogum* passou a perseguir todos os cristãos residentes no país. Por conta disso, anos mais tarde, por volta de 1643, os Tokugawa declaram a expulsão geral de todos os estrangeiros do país, dando início ao período de isolamento político conhecido como *Período Sakoku*¹⁷¹.

BIBLIOGRAFIA

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Jesuits in Portugal, its Empire and beyond, 1540-1750*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996.

ALVES, Jorge Manuel dos Santos. *Portugal e a Missionação no Século XVI: O Oriente e o Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O que Falar quer Dizer: a economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOXER, Charles Ralph. *The Christsian Century in Japan: 1549-1650*. Los Angeles & Londres: University of Califórnia Press & Cambrige University Press, 1993.

_____. *Fidalgos no Extremo Oriente (1550-1770)*. Macau: Fundação Oriente e Centros de Estudos Marítimos de Macau, 1968.

COMPANHIA DE JESUS, *Cartas Qve os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreuerao dos Reynos de Japao & China (1549-1580)*. Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997.

COSTA, João Paulo de Oliveira e LACERDA, Teresa. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Paulinas Editora, 2007.

_____. Oda Nobunaga e a Expansão Portuguesa. COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaio de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

_____. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995

¹⁷¹ HIGASHIBABA, Ikuo. *Christianity in Early Modern Japan: Kirishitan Belief and Praticce*. Leiden: Brill, 2001.



ELISON, George. *Deus Destroyed: The Image of Christianity in Early Modern Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

FRÓIS, Luís. *História de Japam*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. v.2-4.

HIGASHIBABA, Ikuo. *Christianity in Early Modern Japan: Kirishitan Belief and Practice*. Leiden: Brill, 2001.

JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan*. Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

MASON, R.H.P. e CAIGER, J.G. *A History of Japan*. Tóquio: Tuttle Publishing, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Marins Fontes, 2006.

PINTO, Ana Fernandes. *Uma imagem do Japão: A Aristocracia Guerreira Nipônica nas Cartas Jesuíticas de Évora, 1598*. Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente, 2004.

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Primeiras Relações Comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choques de culturas. *Textura: Revista de Letras e História*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2006. n.13.

THOMAZ, Luís Felipe F.R. *Nanban Jin: os portugueses no Japão*. Lisboa: Correios de Portugal, 1993.

YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993

YUSA, Michiki. *Religiões do Japão*. Lisboa: Edições 70, 2002.



BACHARELISMO E RETÓRICA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Laíse Helena Barbosa Araújo
Mestranda em História Social da Cultura – PUC-RIO
Bolsista do CNPQ

RESUMO

O presente trabalho visa estudar o papel do bacharel em direito no século XIX partindo da premissa de que o ensino jurídico foi a via eleita no momento da formação do Estado Brasileiro para a profissionalização da elite política emergente, de tal sorte que os bacharéis, ao distanciarem-se dos interesses regionais, pudessem se identificar com o Estado, induzindo a fabricação de uma homogeneidade ideológica afim de evitar o aprofundamento dos conflitos intra-elite. Nesse sentido, indaga-se acerca do papel do estudo da retórica na formação intelectual dessa aristocracia e da influência do liberalismo jurdicista no caráter da democracia brasileira.

Palavras chaves: Construção do Estado brasileiro; bacharelismo; retórica.

ABSTRACT

The present works aims to study the role of bachelor in law in the nineteenth century on the premise that legal education was the path chosen at the time of formation of the Brazilian State to the professionalization of the emerging political elite, so that the bachelors could identify themselves with the State and be distanced of the regional interests, inducing the production of a ideological homogeneity in order to avoid the deepening conflicts between elites. Accordingly, questions were asked about the role of the study of rhetoric in this intellectual aristocracy and of the influence of legal liberalism in the character of Brazilian democracy.

Keywords: Formation of the Brazilian State; Bachelorism; Rhetoric.

A independência do Brasil e a conseqüente construção do Estado brasileiro são exemplares para demonstrar como se articulam dinamicamente fatores econômicos e políticos. Se por um lado é importante perceber que as idéias independentistas só adquiriram tom efetivo ao afetar o interesse



dos grandes proprietários rurais brasileiros – com a tentativa da metrópole de revogar acordos comerciais particularmente benéficos a eles – é fundamental notar que a maneira como se elaborou o projeto de Estado por esse núcleo dominante resultou de uma opção política que nem sempre foi consensual quanto às linhas básicas de organização desse Estado, o que desconstituiu a fatalidade na relação entre economia e política.

As diretrizes de construção do Estado brasileiro não partiram de um consenso inicial, de modo que, entre 1822 e 1840, houve uma *enorme flutuação política*, marcada por *tentativas contrastantes de organizar o poder* (FAUSTO, 2002:147), como demonstra a celeuma em torno da primeira Constituição do Império, que terminou com a dissolução da Assembléia Constituinte e outorga da carta pelo imperador D. Pedro I em 1824.

Se sugere a possível existência de um conflito ideológico, esse episódio é emblemático da peculiaridade que definirá as divergências intrainstitucionais, qual seja a falta de idéias substancialmente conflitantes. Os membros da Assembléia, ao contrário do que pode parecer para justificar a dissolução da Constituinte, adotavam antes uma postura liberal moderada – que, inclusive, defendia a monarquia. Buscava essa “oposição” estabelecer alguns limites ao poder do monarca, com a impossibilidade de dissolução arbitrária da Câmara dos deputados e extinção do poder do veto absoluto, enquanto para o imperador e para os grupos que o apoiavam era fundamental fortalecer o Poder Executivo, a fim de deter as *tendências democráticas e desagregadoras* (FAUSTO, 2002: 148).

Em linhas gerais, verifica-se que as diferenças entre as duas opções prevalentes na elaboração do Estado aos poucos se definiram no programa dos dois partidos principais do império. De um lado, o predomínio de uma visão jurídico-constitucionalista do poder – com vistas a assegurar o controle rígido da sociedade política e obstaculizar as excessivas intervenções do imperador nos negócios públicos, através do fortalecimento do poder legislativo – marcou a “pauta” dos liberais; de outro, a defesa de uma monarquia sólida, forte e centralizada – que garantisse os direitos de propriedade e que contivesse o avanço dos movimentos populares – caracterizou os conservadores.

A defesa da propriedade escrava e da forma de regime monárquica, bem como a contenção dos movimentos populares, porém, também faziam parte do ideário do grupo que se definia como



liberal, de modo que é correto afirmar que os partidos discordavam antes no modo como interesses comuns deveriam ser alcançados, o que, conquanto seja uma divergência, permite a Sérgio Adorno (1988) afirmar que as pequenas variações de ordem ideológica corresponderam, na verdade, a modalidades diversas de atuação.

Entre os conservadores, o medo das revoltas populares e de convulsões sociais caminhou par a par de suas estratégias políticas, quanto aos liberais, o medo à anarquia se transformou em temor pelo despotismo. A proximidade ideológica, segundo Afonso Arinos de Melo Franco (1980, *apud* ADORNO, 1988: 64), *fazia com que não houvesse efetivamente partidos políticos, mas facções políticas.*

Discorda José Murilo de Carvalho (2008), para quem os partidos não eram meras siglas, identificando distinções, como o fato de membros do Partido Conservador terem sido predominantemente os donos de terra de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – cuja produção agrícola, voltada para o mercado exterior, concentrava-se em áreas de colonização mais antiga – que, por isso, tiveram mais interesse em uma política nacional centralizadora e defenderam com mais ênfase a estabilidade do sistema. Os liberais – sobretudo de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul – reivindicavam mais autonomia às províncias e eram menos interessados na ordem nacionalmente considerada.

Faoro (2001b: 187) afirma que, se por um lado, é verdade que o partido liberal reivindicou a descentralização, extremado-a até o federalismo e quis que o rei reinasse, sem governo e administração, e, ao contrário, a centralização e o reconhecimento do parlamentarismo com o Poder Moderador sempre se inscreveram na bandeira conservadora, não é verdade, porém, que os conservadores não realizariam, se chamados ao poder, idéias de cunho liberal e vice-versa.

Conquanto tenha havido, pois, discordância em algumas intenções entre os componentes dos partidos, é preciso esclarecer que ambos constituíam-se por pessoas vinculadas à agroexportação e à propriedade escrava, o que limitava, certamente, a possibilidade de transtornos radicais, como admite Carvalho (*apud* LIMA, 1989: 256) que pelo próprio fato de parte da elite estar vinculada ao Estado e pelo fato de que em sua maioria provinha de setores da classe dominante, os conflitos a que davam margem as divergências eram de natureza limitada.



Destarte, em que pesem as disputas pelo poder que marcaram as primeiras décadas do império, verificou-se que a união efetiva desses interesses assegurou à elite melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construção do Estado. Para José Murilo de Carvalho (2008: 42-3) foi justamente nessa capacidade de dirimir as divergências que residiu o fulcro da estabilidade do sistema imperial, que significava, por um lado, certo conservadorismo uma vez que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais da grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Mas, que por outro, permitia uma dinâmica de coalizões políticas capaz de realizar reformas que seriam inviáveis em situação de pleno domínio dos proprietários rurais.

Somente a partir da não identificação entre o país e um determinado grupo economicamente dominante o projeto político de criação do Estado pôde se consolidar, pois, por mais que o Imperador (ou os regentes) e a alta burocracia (composta por membros dessa elite econômica) tenham agido em consonância aos interesses desses grupos de maneira geral ao promover a ordem, verifica-se, em diversos momentos do Brasil imperial, ação contrária por parte do Estado à base de apoio material.

A escolha dos presidentes provinciais, por exemplo, dava-se, em regra, fora dos quadros da elite econômica provincial, a fim de evitar uma identificação pura e simples com os interesses regionais e garantir a independência do governo central, bem como na maneira como se processou a delicada questão da abolição da escravatura, em que se pode ver com clareza como se deu a composição dos interesses dominantes pelo Estado, coerente à opção feita por um modelo monárquico, centralizador e unificado.

A unificação política vai ser apontada por Luis Felipe de Alencastro (apud FAUSTO, 2002: 185) como *fundamental para a gradual extinção do sistema escravista*, pois, a partir da necessidade comum dos proprietários rurais dos mais diversos segmentos de que essa questão fosse resolvida com a maior cautela possível, isso seria sobremaneira dificultado em um Estado fragmentado, em que fossem prevalentes os interesses regionais.

Como a maior parte das províncias assentava sua prosperidade na escravidão, elas dispõem de interesses pontuais para auferir uma vantagem comum e maior. Alencastro (apud FAUSTO: 166) reitera sua hipótese na análise das províncias que não tinham no trabalho escravo um papel



determinante na sua produção econômica, como o Maranhão e o Rio Grande do Sul, verificando que elas tiveram uma tendência separatista muito mais forte.

As escolhas vantajosas à elite, aliás, sempre se sobrepuseram àquelas opções que se apresentavam úteis a uma maior parte da população. Significativa a disputa entre a prioridade de um programa de alfabetização mais amplo ou o estabelecimento de um ensino superior para os jovens brasileiros afortunados, o que, como se sabe, prevaleceu¹⁷².

A decisão de implantar os cursos superiores, portanto, *encampava um projeto de classe* (RUDNICKI, 2007: 64), garantindo a organização do Estado brasileiro e *proporcionando aos filhos da elite dirigente a possibilidade de estudo sem necessidade de viagem para o exterior* (RUDNICKI, 2007: 68), prevalecendo em decorrência da necessidade de promover a autonomia cultural e ideológica do Brasil e além de tornar genuíno o quadro de funcionários da ex-colônia.

Para Tércio Ferraz Júnior (2003:60), a proclamação da Independência acarretou na substituição dos antigos padrões coloniais de vida econômica e social e de autoridade tradicional pela pregação de um sistema legal impessoal e nacional, que pretendia repousar sobre princípios gerais e ser aplicado segundo critérios objetivos.

O que se verá, porém, é que quando as duas faculdades de direito do Brasil, em São Paulo e Olinda, abrem as portas a seus primeiros estudantes, o país ainda se caracteriza por um sistema bastante tradicional de autoridade, pautado na estrutura familiar, com domínio dos patriarcas (o pai, o padre ou o chefe político local), o que perdurará por um lapso temporal significativo.

Será fundamental, de toda forma, analisar as características que assumiram essas Academias e investigar a *vinculação possível entre elite e dinâmica social* (CARVALHO, 2008: 25), já que,

¹⁷² Obscurecida, a opinião dos poucos deputados contrários ao projeto acadêmico à época é interessante: “Demais esta primeira instrução de que tanto precisamos, está muito atrasada; há muita gente, que não sabe ler, nem escrever; o método de ensinar é péssimo. Logo, este é que deve ser um dos grandes objetos, de que devemos tratar: a primeira instrução. Podemos igualmente ocupar-nos das aulas maiores, mas sempre como um objeto secundário. Nós seremos mais felizes com a instrução do povo, do que com o grande número de doutores. Portanto declaro que deveremos dar a principal atenção à instrução elementar [...] (COUTINHO, CCJB, 1977:175 *apud* RUDNICKI, 2007: 64)”



criadas para constituir os artífices do Estado¹⁷³, tiveram como objetivo principal nesse momento o ensino dos negócios públicos.

Da análise das instituições de ensino, pode ser elucidado como se efetivou o recrutamento dos bacharéis que formariam a elite política e qual mecanismo político-ideológico viabilizou a consolidação do Estado imperial, assegurando sua unidade política e a supremacia do governo civil. Houve, certamente, uma série de estratégias na composição dos diferentes e individualizados agentes para que se lograsse criar entre eles uma relação de pertinência com vistas a um objetivo comum. É, nesse sentido, imprescindível mostrar como se dá análise de dois dos principais estudiosos do bacharelismo no Brasil – José Murilo de Carvalho e Sérgio Adorno.

Portugal, como identifica José Murilo de Carvalho, estimulava a dependência da metrópole através da necessidade de se ir estudar na Universidade portuguesa – por isso nunca permitiu a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias¹⁷⁴ – cujo ensino foi marcado, desde 1537, pelo controle jesuítico, implicando total isolamento da Universidade em relação ao progresso intelectual e científico que se verificava no norte da Europa, o que durou mais de dois séculos, quando, em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil.

A reação liderada por Pombal atingiu, sobretudo, o Colégio das Artes¹⁷⁵ e a Universidade de Coimbra. A reforma do Colégio se deu em 1759, a dos estudos maiores em 1772. A filosofia e os planos da reforma basearam-se na obra do frade oratoriano Luís Antônio Verney, responsável pela introdução de um liberalismo cujo teor marcará a história das idéias no Brasil e pela reformulação do ensino de retórica.

O Iluminismo português que surgiu nesse contexto ficou, segundo José Murilo de Carvalho (2008: 67), muito mais próximo do italiano do que do francês, o que significa dizer que se

¹⁷³ Embora o termo utilizado por José Murilo de Carvalho (2008) tenha sido “Nação”, achou-se mais apropriado “Estado”, por entender que a construção da Nação implica uma série de outros fatores, como a constituição de um povo, a partir de um idioma, de vínculos culturais, étnicos, enfim, muito além da unidade territorial e da constituição de um aparelho estatal, o que não foi o objeto desse trabalho, que se limitou apenas à elaboração das instituições políticas.

¹⁷⁴ Interessante notar o fato de que a Espanha sempre permitiu a criação de universidades em suas colônias, o que, para José Murilo de Carvalho, sugere a Academia ter sido fator fundamental tanto na fragmentação política quanto na instabilidade governamental que se operou nas colônias ibéricas durante o século XIX.

¹⁷⁵ O Colégio das Artes, onde se faziam os estudos menores, inclusive de retórica, foi dominado pelos jesuítas desde 1555. Por meio dele os padres da Companhia controlavam também os estudos da Universidade, uma vez que era passagem obrigatória para todos os candidatos aos cursos universitários.



caracterizava essencialmente pelo reformismo e pedagogismo: *seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico.*

Se a reforma buscava recolocar Portugal em posição digna dentro do mundo civilizado e polido da Europa, Pombal repelia a tradição francesa e qualquer doutrina que representasse perigo à autoridade real: Rousseau e Voltaire continuavam proibidos na nova ordem.

Quanto à retórica, que remonta à tradição escolástica portuguesa, não houve, como se poderia esperar, uma tentativa de extingui-la. Longe de pregar seu abandono, Verney buscava modificar-lhe o conteúdo a fim de ampliar seu alcance, pois acusava os portugueses de praticarem uma retórica barroca (CARVALHO, s/d). Como arte de persuadir, pretendia ensinar a que ela fosse aplicada a todas as circunstâncias da vida: *todo lugar é teatro para a retórica*, afirmava (apud CARVALHO, s/d: 132). Na tradição de Quintiliano, queria levar a retórica para todos os domínios das relações humanas.

Segundo José Murilo de Carvalho (s/d), a política reformista exigiu, a partir de 1763, aprovação em exame de retórica para admissão à Universidade de Coimbra. Aulas régias, em substituição dos colégios dos jesuítas foram criadas para preparação dos candidatos nas principais cidades da metrópole e da colônia: elas incluíam o ensino do vernáculo, do latim, do grego, da poética, da filosofia racional e, claro, da retórica¹⁷⁶.

Às vésperas da criação das escolas de direito no Brasil, o debate acerca do teor do conteúdo programático que deveria alicerçar os cursos é revelador da natureza conservadora que eles assumirão. Sobretudo através das intervenções de José da Silva Lisboa¹⁷⁷, que, fruto do Iluminismo português, traduziu Adam Smith, defendeu o progresso, o trabalho livre e a indústria, mas, como aponta José Murilo (2008: 85), *traduziu também a obra de Burke¹⁷⁸ sobre a Revolução Francesa*. E

¹⁷⁶ Apesar do pequeno número de aulas régias criadas na colônia, pode-se dizer que no início do século XIX qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização elementar, em Portugal ou no Brasil, teria passado por elas e, portanto, teria alguma formação em retórica.

¹⁷⁷ Silva Lisboa, o visconde de Cairu, freqüentou Lisboa entre 1774 e 1779, em plena reforma pombalina, e formou-se em filosofia e direito canônico (CARVALHO, 2008).

¹⁷⁸ Considerado pai do conservadorismo anglo-americano, o irlandês tinha total desprezo pelos filósofos da revolução



era enfático quanto ao caráter liberal que deveria assumir o ensino: *Absolutamente nenhum governo pode tolerar que em quaisquer aulas se ensinem, por exemplo, as doutrinas do contrato social do sofista de Genebra* (apud CARVALHO, 2008: 86).

Se o isolamento a que estavam submetidos os alunos de Coimbra foi quebrado nas escolas de direito brasileiras, as idéias radicais continuaram ausentes dos compêndios adotados. A orientação desenvolvida foi mais pragmática e eclética (CARVALHO, 2008), com a influência de nomes como Bentham¹⁷⁹ e Victor Cousin¹⁸⁰.

Na criação das Academias de direito no Brasil também foi ratificada a importância da retórica, que constava entre os exames preparatórios exigidos para ingresso. Seu alto valor revela-se, ainda, no fato de que, após a chegada da corte do príncipe d. João ao Brasil, em 1808, um de seus principais conselheiros, Silvestre Pinheiro Ferreira redigiu – por não ter encontrado um que fosse adequado – um compêndio sob o título de *Preleções Philosophicas*, publicado entre 1813 e 1820. Sua visão da retórica assemelhava-se à de Verney (CARVALHO, s/d).

Outro indicador da divulgação dos estudos de retórica é um compêndio de Bento Soto-Maior e Menezes, publicado em 1794. Intitulado *Compêndio Rhetórico ou Arte Completa de Rhetórica*, o livro pretende apresentar um método fácil de aprendizado, que hoje poderia ter o título de *retórica para todos* (CARVALHO, s/d), o que indica sua convicção de certa popularidade no aprendizado da *arte do bem falar*.

Todas essas características, na análise de José Murilo, foram submetidas sempre à estrita supervisão do governo central: *Diretores e professores eram nomeados pelo ministro do Império, programas e manuais tinham que ser aprovados pelo Parlamento* (CARVALHO, 2008: 83), uma vez que essas escolas foram explicitamente visando à formação da elite política.

francesa, em especial Jean-Jacques Rousseau (o sofista de Genebra a que se refere), é crítico da revolução francesa, em que identifica bases frágeis.

¹⁷⁹ Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês que, ao lado de John Stuart Mill, difundiu as idéias utilitaristas. Foi também idealizador da estrutura panóptica, que será analisada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*.

¹⁸⁰ Filósofo espiritualista francês que busca mudar a ênfase do pensamento francês de materialista para idealista; autodenomina-se eclético, pois pretende descobrir a verdade que há em todos os sistemas filosóficos, reuniu-as em quatro categorias: sensualismo, idealismo, ceticismo e misticismo.



Sérgio Adorno (1988), por outro lado, afirma que parece pouco provável que os controles administrativos existentes e dirigidos para a normatização do ensino jurídico no Brasil¹⁸¹ tenham sido efetivos, pois, a despeito das insistentes e sucessivas tentativas formais, dedicou-se pouca atenção à real elaboração de compêndios e de manuais ou à indicação bibliográfica, garantindo certa autonomia ao corpo docente.

Como será explanado a seguir, segundo Sérgio Adorno, o próprio ensino jurídico no Império não teria sido substancialmente eficaz, através dos planos pedagógicos, para delinear o comportamento dos bacharéis e lhes propiciar uma formação profissional caracteristicamente política.

Divergências à parte, será aqui de maior relevância o fato de que ambos admitem que a principal conseqüência da criação das universidades foi propiciar um espaço para fabricação de uma homogeneidade ideológica e de treinamento da elite, driblando a heterogeneidade social e o regionalismo ao concentrar em si todas as possibilidades de dispersão que se apresentavam às elites políticas, evitando, dessa forma, que os conflitos intra-elite (*mineradores chocavam-se com fazendeiros, produtores para o mercado externo com produtores para o mercado interno, latifundiários de uma região contra seus semelhantes de outra*, CARVALHO, 2008: 21) promovessem inconvenientes fissuras.

De fato, a composição desse corpo discente revela certa heterogeneidade social, porém isso significava que os estudantes provinham dos variados setores que compunham a elite econômica do Brasil oitocentista, já que as Academias cobravam anuidades e, além disso, os estudantes que não eram de São Paulo ou de Recife tinham que se manter nessas cidades por no mínimo cinco anos (CARVALHO, 2008). Isso, para José Murilo (2008: 35), implica que: *seria pouco provável a existência de uma elite recrutada exclusivamente em setores não-dominantes da sociedade a dirigir o Estado contra os interesses dominantes*.

O que faz com que essa elite se distancie, em certa medida como se verá, de interesses meramente familiares, é que eles não se vão deter aos interesses dos grupos econômicos que

¹⁸¹ Embora sua análise tenha-se adstrito à Academia de São Paulo, ao meu entender, as conclusões a que chega se estendem à formação jurídica nacional, alcançando a experiência pernambucana.



representam especificamente, viabilizando o Estado que, de maneira geral, não se identifica com *um* grupo econômico especificamente.

Verifica-se que, na criação dos cursos jurídicos, foi deliberadamente introduzido no conteúdo programático, o conjunto de idéias capaz de representar os interesses da única parcela institucionalmente organizada da sociedade e que deveria sedimentar o objetivo de desenvolver as estruturas jurídico-políticas do Estado emergente: o jus-naturalismo e os princípios básicos do liberalismo econômico e político.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior (2003: 60) aduz que os cursos jurídicos no Brasil em sua gênese manifestavam uma *mentalidade reativa, constituída pela pregação do individualismo na organização política dos Estados e pelo liberalismo nas relações econômicas*.

O direito natural (caracterizado por ser a doutrina em que o indivíduo – leiam-se homens brancos livres e proprietários – anterior ao Estado, é portador de direitos subjetivos como algo inerente à sua natureza), o liberalismo econômico (baseado no individualismo, no *laissez faire* e na livre concorrência, contrário a todo intervencionismo estatal na economia) e o liberalismo político (conjunto de idéias tendentes a assegurar a isonomia plena e o pleno gozo das liberdades individuais em face do Estado) tiveram uma capacidade particular em amoldar-se às especificidades do Brasil e aos grupos econômicos em atuação, com o compromisso imperioso de legitimar a ordem e de excluir sistematicamente uma dimensão mais democrática.

A tímida distribuição geográfica dos centros intelectuais foi outro fator de importante reforço nessa homogeneidade, posto que, além de recrutar do resto do país apenas aqueles que tivessem posses para garantir a manutenção em uma das duas cidades, no ambiente acadêmico e extra-acadêmico (como indicado por Sérgio Adorno, 1988), os vínculos criados entre os acadêmicos foi crucial na orientação das futuras posições de ordem ideológica, no sentido da adesão subjetiva ao modelo político comum a ser seguido e defendido e que não desse espaço para a manifestação das reivindicações populares, pauta dos dois partidos que dividem a elite política como mencionado.

Para Sérgio Buarque de Holanda (2006: 153-157), as Academias tiveram ainda papel fundamental na descontinuidade que proporcionaram ao círculo familiar, já que a ordem doméstica pôde ser abolida *por uma transcendência*, permitindo ao simples indivíduo se tornar cidadão ante as



leis da Cidade e às relações sociais e as instituições substituírem os laços de afeto e de sangue, fundindo-se em princípios abstratos, pois, conforme o autor, se os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos contribuíram amplamente para a formação de homens públicos capazes, deve-se à possibilidade que, com isso, adquiriam os jovens subtraídos dos seus meios provinciais e rurais de *viver por si*, libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros, quase tanto como aos conhecimentos que ministravam as faculdades.

As universidades teriam sido uma tentativa e mesmo uma relativa conquista no sentido de ajustar a personalidade do estudante, tradicionalmente particularista, a novas situações e a novas relações sociais que compuseram essa transformação bastante peculiar em um país onde, muitas vezes, esses vínculos pessoais, que são vínculos de pertencimento a um grupo social, não se desentrelaçaram para dar vez a critérios objetivos e neutros.

Afirma Holanda (2006: 154) que *em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade*, como se verifica no caso brasileiro, marcada originariamente pelo patriarcalismo, que se perpetuou na construção de uma burocracia *patrimonial*, como ensina este autor (2006:159), os *detentores das posições públicas de responsabilidade* se caracterizam justamente pelo que separa o *funcionário patrimonial* do puro burocrata conforme a definição de Max Weber.

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.

Holanda (2006:170) define as atividades profissionais à época como *meros acidentes*, cujo objetivo final sempre é a satisfação pessoal, criando, segundo sua terminologia, o *finis operantis* em lugar do *finis operis*, ou seja, o fim do operador e não da obra.

A homogeneização do grupo político em torno de um único arcabouço principiológico, no entanto, não garantiu *per se* harmonia interna à administração, como se percebe com a constante



competição pelo efetivo controle do Estado, gerando relativa vulnerabilidade ao grupo, com potencialidade de dispersões e embates, que, no entanto, não se operou, sugerindo a existência de fatores de coesão com papel supletivo.

A fonte de recrutamento da minoria nacional com destacados cargos políticos foi em termos ocupacionais, por exemplo, extremamente restrita, limitando-se, sobretudo, à parcela letrada do setor terciário. Foram principalmente da administração e profissionais liberais, ocupações que compunham apenas 8% do setor terciário – e, em menor grau, capitalistas e proprietários – os membros da elite política. Excluindo-se dessa porcentagem a parcela que não possuía ensino superior, resta um grupo não superior a 16.000 pessoas. Admira-se José Murilo de Carvalho (2009: 98): *Desse reduzidíssimo estoque saiu em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores e 100% dos conselheiros de Estado.*

Se a organização da elite a partir de um núcleo determinado de profissões, orientadas à transmissão de valores e interesses materiais em que se funda, pode ter ajudado a coordená-la, foi, principalmente, com a vinculação de boa parte dos elementos à máquina estatal que o fator ocupação exerceu sua função aglutinadora.

De fato, a maioria das posições da elite política ligava-se, de alguma forma, ao Estado, que *foi o maior empregador dos letrados que ele próprio formava. A elite política refletiu, então, essa característica com a profunda conseqüência de tender a fundir-se com a burocracia* (CARVALHO, 2008: 98).

Uma vez que o exercício da representação política se sustentava na organização de um Estado de bases reconhecidamente patrimoniais e na concordância de que os fundamentos materiais da produção repousavam na exploração produtiva do trabalho escravo, a produção de conhecimentos tinha antes o efeito de qualificar o lugar ocupado pelos seus produtores, mediante a atribuição de *status*.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (2006: 171-2), porém, esse prestígio não é originário da sociedade escravocrata e patrimonial brasileira, mas suas origens podem ser identificadas na metrópole, uma vez que se, no Brasil, fatores de ordem econômica e social devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as



cercava tradicionalmente na mãe-pátria: *em quase todas as épocas da história portuguesa um carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos.*

Identifica, ainda, este autor (2006: 172) que a dignificação adquirida pelo título de doutor fazem parte da tendência brasileira em exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências. Ressalta que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao apego, supostamente nacional, quase exclusivo aos valores da personalidade. Daí, também, o fato de essa sedução sobreviver em um ambiente de vida material que já a comporta dificilmente.

A visão de José Murilo de Carvalho (2008), por outro lado, leva em consideração esse *ambiente de vida material* – dimensão pouco considerada por Sérgio Buarque (2006) e por Sérgio Adorno (1988) – da necessidade de emprego que havia nesse momento, e afirma que o emprego público era procurado por representar fonte estável de rendimentos e que teve o papel de “vocaçã de todos”¹⁸², uma vez que seus membros realmente necessitavam dele para sobreviver, tanto os marginais ascendentes do sistema escravista, como também os marginais descendentes, devido às crises dos setores exportadores.

Também identifica no desemprego dos bacharéis a representação de um potencial perigo à estabilidade imperial, pois estes constituíam um grupo *mais habilitado a formular suas queixas em termos políticos e a servir de instrumento a grupos de oposição, incluindo os que buscavam a queda da monarquia* (CARVALHO, 2008: 41), e que, por isso, deveriam ser cooptados.

A predominância quase absoluta de burocratas em cargos do governo durante os anos cruciais de formação e consolidação do Estado foi um fator coesivo pelo fato de a ocupação em cargos públicos favorecer uma orientação estatista. De fato, a burocracia, composta por pessoas ideologicamente comprometidas com a manutenção da unidade nacional, foi planejada para ter as habilidades necessárias à organização do poder e para contrapor-se a quaisquer manifestações de ameaça à ordem.

¹⁸² Expressão cunhada por Joaquim Nabuco (Apud Carvalho, 2008: 40).



A fusão de elite política com a burocracia significava que os representantes da sociedade eram, ao mesmo tempo, representantes do Estado, restringindo as bases de poder e sacrificando a representatividade. Ao constatar que o topo da burocracia se identificava na quase totalidade com a elite política, Carvalho (2008: 56-7) afirma que o *grupo que estaremos analisando aqui inclui a quase totalidade dos homens que tomavam decisões dentro do governo central. Os limites de seu poder de decisão eram os limites do poder do governo.*

Sérgio Adorno (1988: 143) afirma que a homogeneização da elite não dependeu apenas do preenchimento de cargos na administração estatal, mas que foi necessário compensar a vulnerabilidade decorrente da heterogeneidade social mediante a constituição de um tipo intelectual *algo cosmopolita, que se aventurasse por outros campos do saber, não exclusivamente restritos à lei e ao direito*, o que não se deu, como procurou demonstrar, dentro das instituições de ensino.

Partindo da análise das características do processo pedagógico ao longo do século XIX, afirma que, embora a estrutura curricular tenha buscado imprimir orientação definida no processo de ensino-aprendizagem, não se verificou, nem no conteúdo programático nem nas práticas didáticas, a responsabilidade pela formação cultural e profissional do bacharel.

O aprendizado jurídico, marcado pelo autodidatismo, teve caminho sinuoso: não consolidou a formação de discípulos, não promoveu o engajamento dentro da academia e apresentava sérias contradições no tocante à formação ideológica que buscou conciliar em um único espaço institucional, cujo quadro docente revela, ainda, que seus integrantes tiveram destaque no cenário político brasileiro, mas pouco ou quase nada produziram na vida acadêmica, como percebe Alberto Venancio Filho (1977: 119), o ofício de professor era uma atividade complementar no quadro do trabalho profissional. A política, a magistratura, a advocacia, representavam para os professores, na maioria dos casos, a função principal.

Esses fatores, *em si*, representam elementos de dispersão da elite que se buscava coesa e levam, seguramente, à conclusão de que a preocupação em formar juristas aptos à produção da ideologia jurídico-política do Estado Nacional emergente se mostrou secundária e que a formação profissional do bacharel, embora realizada sob o signo da ciência do direito, teve muito mais um sentido político do que propriamente jurídico.



Freqüentemente apontadas por docentes e discentes, as deficiências da Academia – que vão desde as instalações físicas dos cursos até aquelas referentes ao programa curricular, à indicação dos compêndios, à contratação de professores e à falta de critérios nos ritos de avaliação – não serão jamais sanadas ao longo do período monárquico. Apesar dessa negligência do Estado, verificou-se que o objetivo de construção do *tipo burocrático ideal* foi alcançado, o que demonstra, para Adorno (1988), que há de ter havido, furtivamente, algum fator capaz de forjar um profissional que fosse (como foi) *politicamente disciplinado*, conforme os fundamentos ideológicos do Estado.

Essa suspeita do autor paulista caminha no sentido da conclusão que identifica na obra de Venancio Filho (1977) de que, na realidade, o ensino jurídico no Império nunca teria existido concretamente. Hipótese que, ao analisar minuciosamente, levou-o em busca do que teria sido o verdadeiro elemento de construção da elite bacharelática, tendo encontrado nas atividades realizadas fora do ambiente acadêmico as condições sociais e culturais ideais.

A Academia, muito mais do que uma simples escola de transmissão de ciência, teria sido um espaço de transmissão de costumes (ADORNO, 1988: 155). E a atividade didático-pedagógica exercido sua função política no que transbordou de seu intuito deliberado, ao estimular um aprendizado que nenhuma outra instituição imperial foi capaz: a militância política deveria se orientar por critérios intelectuais.

O principal veículo de atuação dessa militância acadêmica foi o periódico, que representou verdadeira arena pública, fundamental na divulgação das associações e institutos acadêmicos e das idéias liberais que dominavam o arcabouço ideológico da elite política em formação, permitindo a realização de alianças e gerando mesmo desacordos políticos, e proporcionou à elite de políticos profissionais em formação a oportunidade de lapidar a linguagem, instrumento fundamental da atividade política, ao legitimar a retórica como fundamento da participação política, consolidando, assim, a exclusão dos analfabetos – grande maioria da população.

Mas, de onde teriam surgido os critérios intelectuais que deveriam orientar a militância política? Como se teria fundado o arcabouço ideológico indiscutivelmente liberal? Quatro movimentos, segundo Adorno (1988: 41-2), foram responsáveis pela introdução, difusão e absorção cultural do ideário liberal no Brasil. Trata-se da formação dos intelectuais brasileiros em Coimbra, da



participação das sociedades secretas no movimento emancipatório, do envolvimento dos clérigos com a maçonaria e da proliferação dos movimentos separatistas.

E prossegue identificando o contato com o liberalismo econômico e político como a viabilização da própria formação cultural e intelectual dos estudantes brasileiros, que serão os futuros estadistas e construtores do Estado Nacional (BARRETO, 1979 *apud* ADORNO, 1988), destacando a Academia coimbrã como o movimento mais relevante de introdução das idéias liberais no Brasil¹⁸³.

A criação das duas Universidades de direito no Brasil foi norteadas pelos estatutos da Universidade de Coimbra (ADORNO, 1988), e seus docentes possuíam, inicialmente, formação jurídica coimbrã, plasmando, portanto, nas instituições nascentes o ideário liberal conservador que lá aprendiam, a geração de Coimbra foi predominante durante a fase de consolidação também para José Murilo de Carvalho (2008).

Se por um lado Sérgio Adorno (1988:92) afirma que não parece passível de comprovação que o ensino jurídico no Império tenha sido eficaz ao ponto de modificar o comportamento do corpo discente e lhe propiciar, através de um plano pedagógico definido, uma formação profissional, qualquer que ela tenha sido, sólida ou não, também admite que *as Academias de São Paulo e Olinda se nutriam dos pressupostos lapidares do liberalismo político* (Adorno, 1988: 120, *os grifos são meus*), que foi a fundamentação ideológica amplamente debatida na imprensa acadêmica e força motriz na condução dos negócios públicos, de tal sorte que parece frágil a afirmação da *total ausência* de importância das salas de aula.

Da leitura da obra seminal de Venancio Filho (1977) que teria dado as bases para Sérgio Adorno apequenar a participação das Academias na formação do bacharel, percebe-se, na verdade, que aquele afirma no mesmo sentido que se tem defendido nesse trabalho, ou seja, o de que todas as deficiências das escolas não podem fazer invalidar a efetiva contribuição das faculdades de direito. Citando Oliveira Viana, explica Venancio Filho (1977: 275) que desses centros de idealismo político nacional, os mais importantes por serem justamente os focos de sua elaboração, eram as academias superiores, já que nelas se educaram e formaram os representantes dessa geração que sucedeu à da Independência, e cuja ação começou a se fazer sentir nos primeiros decênios do IIº Império. Essa

¹⁸³ “Os grandes códigos legais do Império foram todos redigidos pela geração de Coimbra” (CARVALHO, 2008: 77).



segunda geração teve, porém, por mestres os representantes da geração anterior, educada no espírito da velha universidade peninsular. Herdou-lhe, portanto seu idealismo, que era do tipo utópico e não orgânico.

Esses centros de cultura nacional, segundo a análise de Venancio Filho (1977), tornaram-se os mais legítimos focos dos ideais europeus, pois, durante todo o Império, as gerações que saíram das Academias com destino certo na vida pública vinham inteiramente embebidas desse idealismo de origem, do tipo europeu, e a partir dele é que se manifestavam, em nome de todas ou algumas das idéias de que esse ideário se compunha.

Tércio Ferraz Júnior (2003) acrescenta o fato de que a criação das faculdades de direito foi importante para a posterior elaboração de leis que produziram, doutrinariamente, a organização jurídico-legal da vida política nascente, força fundamental em prol do Estado Liberal, marcado, ainda que teoricamente, por limitações constitucionais ao poder governamental e garantidor da autonomia privada.

Perspicaz, identifica Venancio Filho (1977) que o papel exercido pelas academias nesse momento da história brasileira *não se deu apenas* pelo fato de elas terem sido os principais centros de elaboração do idealismo europeu, *mas também* porque permitiu a disseminação desse idealismo, através do periodismo e da publicística.

Não se questiona quanto à importância do periodismo no *treinamento* da elite. Além de Alberto Venancio Filho, José Murilo de Carvalho (2008, 54-5) identifica o jornalismo como uma importante e influente instituição no império, *período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre*, devido à estreita relação que o jornalismo tinha com a atividade política, funcionando como o fórum alternativo para os partidos sem representação na Câmara. Mas, também, afirma que os jornalistas, nesse momento, não se constituíram um grupo à parte, mas eram imbricados à elite política. De fato, não se verificava na imprensa monárquica autonomia ideológica suficiente capaz para exercício de um papel efetivamente pedagógico, ainda que tenha sido fundamental, repita-se, no *treinamento* da elite.

É importante ressaltar, como o próprio Sérgio Adorno (1988) o fez, que a ornamentação lingüística foi fomentada mesmo dentro das Universidades, assim como de outros caracteres



extrínsecos à substância doutrinária, consistindo como verdadeiros critérios avaliativos, que tinham menos o objetivo de verificar os progressos efetuados na ciência do direito do que o de avaliar as virtudes pessoais do candidato, de tal sorte que a subjetividade e a arbitrariedade pareciam regra no julgamento, em Adorno (1988: 120): *efetivamente, virtudes oratórias, prodigiosa capacidade de memorização, qualidades carismáticas, presença na vida pública, atitudes morais prevaleciam no julgamento sobre a capacidade intelectual do candidato ou sobre sua capacidade como docente.*

Característica marcante da condução do processo de aprendizagem e que, para Sérgio Buarque de Holanda (2006: 173), farão parte da construção do caráter da intelectualidade brasileira, o prestígio da palavra eloqüente era determinante na formação espiritual brasileira. Tudo o que prescindisse de agudeza mental, idéias lúcidas, parecia para o autor, constituir a verdadeira essência da sabedoria segundo os ideais da nação.

Ao lado do *status* inerente à posse do título de bacharel, *que permite ao indivíduo atravessar a existência com discreta compostura* (HOLANDA, 2006: 172), estaria, ainda, a crença na aptidão inata, pois, diretamente relacionada ao desvalor do trabalho, típico de uma sociedade escravocrata, em que o verdadeiro talento haveria de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem.

Para Sérgio Adorno (1988, 120), se [as Academias] não impediram a emergência de uma elite política aparentemente coesa, nem por isso possibilitaram a formação de discípulos ou de intelectuais capazes de promover teorias sobre a sociedade brasileira com critérios próprios e independentes das influências sedutoras exercidas em voga no mundo europeu

Ou seja, ainda que toda a deficitária prática pedagógica da Academia não tenha impedido o surgimento dos profissionais de que o Estado necessitava, também não possibilitou a formação de juristas *stricto sensu*, no sentido de intelectuais capazes de produzir teorias jurídicas autênticas, com critérios próprios e independentes. Certamente. O Estatuto do Visconde de Cachoeira¹⁸⁴ já o indica,

¹⁸⁴ “O curso completo de Direito será de cinco anos, em cada um dos quais se ensinarão as matérias que podem formar um jurisconsulto brasileiro, seguindo a ordem mais natural e metódica, *a fim de que os estudantes vão como levados por degraus, pela mão até o fim desta carreira*” (apud RUDNICKI, 2007: 67).



ou seja, o projeto de regulamento de construção dos cursos jurídicos parece ter contado com esse efeito ou mesmo o planejado um espaço dedicado à reprodução do saber, nunca à sua produção.

Parece, no entanto, que há uma inversão de idéias que precisa ser recomposta com base no próprio objetivo com que foram criadas as Universidades. Nesse sentido é lúcida a conclusão de Dani Rudnicki (2007), para quem se criou um curso para ensinar as leis do Estado, com o objetivo de formar os quadros burocráticos desse próprio Estado.

Outro não é, como demonstra, o objetivo expresso no artigo 10 do referido Estatuto, em que se lê que, tendo-se decretado que houvesse, na Corte, um curso jurídico para nele se ensinarem as doutrinas de jurisprudência em geral, para que fosse cultivado este ramo da instrução pública, e se formassem homens hábeis para serem um dia sábios magistrados e advogados, de que tanto se carecia; e outros que pudessem vir a ser dignos deputados e senadores; aptos para ocupar os lugares diplomáticos e demais empregos no Estado (*apud* RUDNICKI, 2007: 66-7).

Na verdade, *ainda que toda a deficitária prática pedagógica da Academia não tenha propiciado a formação de juristas, garantiu o surgimento dos profissionais de que o Estado necessitava, marcado fortemente por um liberalismo juricista* (ADORNO, 1988:75).

O que se percebe é que, na tentativa de criticar a Academia pela “deformação jurídica”, ou seja, pela ausência efetiva de juristas formados por essas instituições de ensino, Adorno as desresponsabiliza. No lugar de criticá-las por terem tido um papel meramente *funcional* na formação dos estudantes, e pelo fato de elas terem sido criadas voltadas para a formação de membros do aparelho estatal, relegando a autonomização cultural do Estado nascente, e a importância que as Universidades poderiam ter tido para a construção de pensadores com *critérios próprios e independentes*, como ele diz, este autor simplesmente nega, contraditoriamente, qualquer relação entre o conteúdo do ensino e a formação dos bacharéis como efetivamente se deu.

É inconteste, segundo os estudiosos do bacharelismo no Brasil analisados aqui, que a elaboração ideológica desse *liberalismo juricista* refletiu *antinomias e ambigüidades* inerentes ao conteúdo programático das diversas disciplinas que compunham o currículo das Academias de Olinda e São Paulo, facilmente verificável na atuação da elite (mais uma vez insinuando a influência da Academia na construção profissional e cultural do acadêmico), mas também se verifica que essas



divergências possuíam um sentido unificador que se distingue pelo *conservadorismo* dessas idéias, com tendências sempre moderadas quanto à participação nas decisões públicas, constituindo uma elite marcadamente tédica, “cujo ritmo dialético se desenvolve entre os pólos da lide e da conciliação, da polêmica e da transação” (REALE, 1976: 17, *apud* ADORNO, 1988: 97).

Os ideais iluministas que ingressaram no Brasil com os bacharéis da geração coimbrã foram a alternativa ideológica perfeita para a emancipação colonial, pois, ao conferirem, com suas fórmulas abstratas de soberania popular, os fundamentos éticos e políticos para a reformulação da legitimidade do poder em uma sociedade marcadamente oprimida, tanto econômica quanto politicamente, atenderam às reivindicações de autonomia nacional da elite intelectual e política e das camadas populares.

A construção do Estado nacional que se seguiu ao processo de independência revelou o caráter essencialmente instrumental que assumiram as idéias liberais que aqui ingressaram, por conta da inadequação natural das mesmas à realidade que encontraram, como afirma José Murilo de Carvalho (2008: 38-9), as teorias políticas e os modelos de organização do poder existentes na Europa não se adaptavam ou adaptavam-se apenas parcialmente às circunstâncias em que se achavam os países emergidos do colonialismo. Periferia do sistema capitalista, com suas principais riquezas voltadas para os mercados dos países centrais, esses países se viram prisioneiros de cruéis dilemas entre, por exemplo, o livre comércio e o protecionismo, o liberalismo e o trabalho escravo, o centralismo e a descentralização.

Elucida Sérgio Buarque de Holanda (2006: 175) nesse sentido que de todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu ao Brasil em formação a mais dignificante. Importou-se de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar as mudanças que tais condições lhe imporiam.

Os principais aspectos relacionados à estrutura política do Império, como a monarquia constitucional hereditária, a submissão da Igreja ao Estado, o voto censitário e descoberto e a presença do poder moderador, indicam a flagrante contradição entre a ideologia da democracia liberal, constitucionalmente legitimada, e o exercício autoritário e aristocrático de poder.



O Estado emergente dependia do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação para a sua manutenção ao mesmo tempo em que formava seu aparelho burocrático e se tornava refúgio para os elementos que não encontravam espaço de atuação dentro dessa agricultura, instalando-se dentro do próprio Estado uma ambigüidade básica que dava à elite política certa margem de liberdade de ação.

Segundo a compreensão de José Murilo de Carvalho (2008: 41), embora tenha havido no Estado imperial maior coesão e controle do que seria de esperar de *simples porta-voz dos interesses agrários* em decorrência do particular processo de independência do Brasil, e pela herança da estrutura burocrática e do padrão de formação de elite portugueses, não admite que tenha havido na elite e burocracia brasileiras à época condições para a constituição de estamentos e tampouco se sobrepunha o Estado em tanta proeminência à Nação.

A burocracia era dividida, como mostra José Murilo, em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e do treinamento do que de *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais. O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação.

A análise de Sérgio Adorno (1988), no entanto, afirma no sentido da formação de autênticos estamentos senhoriais¹⁸⁵, cuja apropriação de privilégios na administração pública, maculou o exercício da justiça, que, privado, legitimava-se pela integração de seus membros à máquina estatal constitucionalmente organizada: impasse que impedia a elite política de universalizar os interesses políticos bem como de organizar a apropriação do poder de forma institucional.

Sob a aparência de contradição, afirma Sérgio Adorno (1988) que repousaram paradoxos reais, como os que dizem respeito à rígida separação que aqui se operou entre os princípios liberais e os democráticos, com prevalência do ideal de liberdade sobre o de igualdade, fio condutor da formação intelectual, cultural e política dos bacharéis.

¹⁸⁵ Nesse sentido e contrariamente a José Murilo de Carvalho (2008), cf. Raymundo Faoro (2001a).



Reitera essa posição Sérgio Buarque de Holanda (2006: 175-6), para quem a ideologia pessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou em solo brasileiro. A aristocracia rural e semifeudal teria importado a democracia e a adaptado, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.

Para Sérgio Adorno (1988), essa conciliação só foi possível na medida em que o liberalismo, tanto econômico quanto político, como já foi dito, tornou-se cada vez mais conservador, na medida em que se afastou dos ideais democráticos, o que se deu, com a neutralização, no âmbito institucional, da oposição que figurasse como radical, primando pela moderação e com a exclusão de qualquer tipo de participação popular nas decisões políticas.

Momento significativo de consolidação dos elos entre a burocracia patrimonial, conservadores e esse tipo de liberal moderado (excluídos desde sempre os exaltados e radicais) foi a outorga da Carta de 1824 e a instituição do poder moderador, que atuou, ao contrário do que pode parecer, como peça estratégica na enxadrística de conservação do Estado patrimonial nos moldes liberais.

O exercício desse poder régio impediu que a monarquia ficasse submissa aos ditames do poder legislativo (controlado, sobretudo, pelos grandes proprietários rurais), sobrepondo-se ao cidadão e caracterizando o patrimonialismo. Criou-se um sistema de revezamento partidário no governo, característico, sobretudo, do segundo reinado, que condicionou os diversos grupos sociais dominantes a disputar prestígio junto ao imperador e poder junto ao estamento burocrático patrimonial e matizou o publicismo com as características a que se referiu, forjando uma permanente crise de hegemonia. No intrincado jogo político que se armou, a publicística foi a forma como os políticos evitaram o ostracismo.

Essa imprensa, cujo sêmen plantou-se na Academia, é reveladora do típico bacharel que havia à época do Brasil imperial, caracterizando perfeitamente o político, com formação liberal *moderada*, que repudiava tanto a tradição quanto a revolução, preparado para perpetuar a cisão entre liberalismo e democracia, priorizar a liberdade em lugar da igualdade e colocar o indivíduo no centro das



questões políticas em lugar do grupo social (Adorno, 1988) – e, claro, o uso amiadado da linguagem retórica.

O jus-naturalismo fundante do ensino jurídico do império, juntamente com o jornalismo bacharel, ensinou a ver as relações sociais como institutos contratuais, que se estabeleciam entre partes pressupostamente iguais, dotadas de autonomia da vontade e induziu a prática de privatização dos conflitos sociais, relegando a um plano secundário a autonomia da ação coletiva, questão central no ideário democrático.

De modo que leva Adorno (1988: 25) a afirmar que não existiu verdadeiramente um dilema liberal, mas um dilema *democrático*, pois a cisão entre princípios liberais e princípios democráticos, presente nas duas manifestações políticas antagônicas – conservadorismo x radicalismo – foi sistematicamente enfatizada pelo Estado e o liberalismo moderado e conservador foi a força motriz na ação política dos construtores do Estado Nacional.

Vaticinado à vida pública, o bacharel em direito figura nas primícias do Estado brasileiro de forma ambígua, contaminando de retórica o cenário político do século XIX. Será, então, que se pode afirmar, com Adorno, a ausência de um ensino jurídico efetivo tenha gerado tais contradições ou seria, talvez, de se pensar em uma deliberada (de)formação de uma aristocracia intelectual na direção de um liberalismo conservador?

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, s/d.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista. São Paulo: Globo, 2001b.



_____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição revista. São Paulo: Globo, 2001a.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A filosofia do direito no Brasil e o Papel de Miguel Reale* in: BITTAR, Eduardo C. B. (org.) *História do direito brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RUDNICKI, Dani. *O estatuto do visconde de Cachoeira e os debates parlamentares sobre o ensino jurídico brasileiro ocorridos entre 1823 e 1827* in: CARLINI, Angélica, CERQUEIRA, Daniel Torres de e ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo (orgs.) *180 anos do ensino jurídico no Brasil*. Campinas, SP: Millennium Editora, 2007.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.



RESENHAS

ESCORSIM, Leila. Mariátegui: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
Celso Gestermeier do Nascimento
Unidade Acadêmica de História e Geografia (UFCG)

O livro de Leila Escorsin ajuda a suprir uma grande ausência nas livrarias brasileira: a de trabalhos que tenham como foco a América Latina. A obra que ela assina, embasada em seu trabalho de tese de doutorado, é uma preciosidade ao público leitor que pouca oportunidade tem de ler acerca de José Carlos Mariátegui e isso no ano em que completam-se 80 anos de sua obra mais importante: “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”, o que torna ainda mais importante e apaixonante o trabalho de Leila, que se constitui num passeio pela vida pessoal do autor, expondo também ao leitor a trajetória intelectual que o levou a tornar-se um marxista voltado para a análise da realidade peruana com a finalidade de transformá-la.

O primeiro capítulo: **O país e o Revolucionário: o Peru de Mariátegui** traz a dimensão pessoal da trajetória de vida do pensador peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), de origem humilde e autodidata. Nele a autora mostra o contexto histórico da transição do século XIX para o século XX em que Mariátegui viveu, como a criação do Partido Civilista, surgido como uma reação ao caudilhismo militar. Formado por proprietários urbanos, homens de negócios, fazendeiros e advogados, o Civilismo dominou o cenário político peruano de 1895 a 1919, enquanto a economia nacional era dominada por um pequeno grupo de comerciantes e de homens ligados a produção agrícola e extrativista, com poderes quase ditatoriais em seus domínios – “gamonalismo” – além de associados aos interesses britânicos. Além disso, o país também se dividiu em duas regiões: de um lado o litoral, de economia agroexportadora e branca e, de outro, a da serra, os Andes, isolada, de economia atrasada – para os moldes capitalista - e presença maciça indígena. O período civilista encerrou-se em 1919 com a chegada ao poder do ditador Leguía (1919-1930) e do abandono de um projeto econômico nacional – burguês e autônomo - face aos laços cada vez mais estreitos da economia peruana com o capital norte-americano, que aos poucos substituía o britânico, o incentivo à imigração – principalmente asiática – e ao extrativismo mineral (cobre, petróleo e carvão). Tratou-se de uma crise do modelo oligárquico que acompanhou a falência do civilismo e cujo estado de



coisas viu eclodir no país grandes manifestações de camponeses, estudantes e de operários, notadamente de anarquistas e anarcossindicalistas e ainda o problema indígena aparecendo como elemento fundamental dentro da questão nacional. Esse é o pano de fundo em que se desenrola a primeira fase da vida de Mariátegui, que muitos autores caracterizam como “idade da pedra”, marcada por artigos sob o pseudônimo de Juan Croniqueur. Tendo a vida toda trabalhado em jornais e revistas e colaborado na fundação de muitos deles, o autor é praticamente forçado a viajar à Europa em 1919, onde viveu até 1923 – na Itália – e realizou intenso aprendizado ao travar contato com o pensamento marxista, que o auxiliou na tarefa de uma análise histórica – com enfoque econômico – do Peru, com a finalidade de detectar problemas que persistem desde o período colonial com a finalidade de traçar as diretrizes para a organização da classe operária peruana com vistas à Revolução Socialista: “trazer o Peru para a modernidade revolucionária do século XX” (p.42). Sob a perspectiva mariateguiana da revolução mundial que se preparava então, havia tarefas formidáveis a serem realizadas com a função de inserir seu país nela.

No capítulo II: **Do Anticapitalismo Romântico às lutas sociais**, a autora sustenta a tese de que tal conceito - anticapitalismo romântico - recuperado pelo pensador Löwy nos anos de 1980 não poderia ser aplicado a Mariátegui, na medida em que ele carrega implícitamente o retorno a valores sociais e culturais do passado, algo que só poderia referir-se ao autor de forma bastante residual, presente na “idade da pedra” e possivelmente relacionada a um projeto de “estetização da experiência religiosa” que, segundo a autora, refere-se a uma “posição global diante da vida” (p.56), no sentido de construção da própria vida como uma obra de arte, e é esse caráter subjetivista que o coloca em confronto com o anticapitalismo romântico, não se trata de restaurar um “comunismo agrário”, mas de recuperar elementos fundamentais para a construção de um novo socialismo, tais como a tradição cooperativa e socialista incaica, submetidos às novas bases marxistas, pois ela vê a tradição em Mariátegui como “viva e dinâmica”. Ao mesmo tempo, a autora retrata duas ordens de experiência para a vida de Mariátegui pós 1916 que o distanciam definitivamente do anticapitalismo romântico. Em primeiro lugar a influência anarquista de González Prada, cujas grandes temáticas de reflexão aparecerão na obra de Mariátegui, tais como a valorização do índio e sua importância na construção da nacionalidade peruana, assim como a visão das massas enquanto sujeito histórico, além de um gritante anti-academicismo. Entretanto, para o amauta, Prada não focou seu trabalho numa obra coletiva, que por sinal foi uma tarefa recusada pelos anarquistas do período. A outra



experiência que o afastou do anticapitalismo romântico foi sua atuação profissional como jornalista, na cobertura dos debates parlamentares ao mesmo tempo em que foi tocado pelas transformações políticas do período, tais como a greve geral, a criação da Federação dos Trabalhadores Têxteis do Peru e do Partido Socialista do Peru, do jornal “Germinal” etc. Aqui se encerra “idade da pedra” e 1919 marca o ano da viagem de Mariátegui para a Europa e seu aprendizado no pensamento marxista.

No capítulo III: **As concepções marxistas de Mariátegui**, Escorsim mostra a importância da estadia européia na formação intelectual de Mariátegui, principalmente no tocante a falência do modelo democrático-liberal e a ascensão do fascismo e do comunismo. Também é tocante o movimento de reação à Segunda Internacional Comunista (1889), e seu “marxismo vulgar”, no qual ao partido caberia a organização e conscientização da classe operária à espera de uma “crise final” do capitalismo. É nesse momento que Mariátegui sofre influências que lhe serão caras para o resto da vida, em especial a importância da “análise econômica como suporte da análise histórico-política” que encontra em Golbetti e a valorização da tese do mito – a revolução operária – enquanto “mobilizador da ação social”, a ponto de encarar a força revolucionária como uma verdadeira força religiosa. Aqui se configura o marxismo agônico, no sentido de luta, de um pensamento sempre em movimento como um método de interpretação da sociedade capitalista, assim como de ação sobre ela, dinâmico e não apenas enquanto concepção teórica.

No capítulo IV: **A tarefa americana (I): a organização da cultura**, partindo do pressuposto de uma relação entre a decadência artística – dado que em Mariátegui não existe a arte “pura” – o processo de crise da sociedade burguesa levou à falência do projeto de construção de mitos, produzindo duas alternativas possíveis: o protesto romântico, com a tese do retorno ao passado dourado, típico do fascismo, e o protesto socialista, que aponta para o mito revolucionário e a nova sociedade socialista. É nesse momento em que o surrealismo o atrai, a ponto de chamá-lo de “supra-realismo” ou de uma antecipação do “verdadeiro realismo”, porque retrata o auge da dramática decadência burguesa. O artista vive, nesse momento, na “zona de sombra” que compõe a passagem do mito burguês para o mito revolucionário e daí a importância da organização da vanguarda artística, que caminha junto com a vanguarda revolucionária. O retorno ao Peru em 1923 marca a transição entre a “morte” de Juan Croniqueur e a importância cada vez maior de temáticas como



“Ensino e Educação” associada à preparação para a escola única que acompanharia uma “nova ordem social”. Da mesma forma, aparece a valorização do indigenismo, apontando para o fato que, dada a configuração da população peruana, a classe trabalhadora era eminentemente indígena e seu problema seria um problema social, tendo relação direta com o problema da terra. Logo, é preciso organizar a vanguarda cultural, e essa será uma penosa tarefa para “Amauta” (1926-1930), revista fundada sob os ventos da Internacional Comunista de 1921 e sua tese leninista de “frente única” para ser a “voz da nova geração”, onde “tudo o que é humano nos pertence” (201). O capítulo é encerrado com a autora comentando cada um dos Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana, a saber: Esquema da Evolução Econômica, O Problema do Índio, O Problema da Terra, O Processo da Instrução Pública, O Fator Religioso, Regionalismo e Centralismo e O Processo da Literatura.

Os últimos anos da vida de Mariátegui e sua maturidade política são enfocados no capítulo V: **Tarefa americana (II): a organização do proletariado**, leva a autora a polemizar com autores que viam relações conflituosas entre Mariátegui e a Internacional Comunista, ao mostrar que na realidade existiram tensões normais que nunca supuseram oposições ou rompimento; ela divide a tarefa mariateguiana de organização do proletariado em seus últimos 7 anos de vida em duas fases: a primeira indo de 1923 a 1928, sob os auspícios da tese da “frente única” que, aos poucos, leva-o a confrontos com Haya de La Torre e o APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana, fundada em 7/5/24). A segunda vai de 1928 ao final de sua vida, pois na VI Internacional Comunista, a política da “frente única” é substituída pela “classe contra classe”, o que acabou por levar ao rompimento definitivo de Mariátegui com Haya de La Torre e à fundação do Partido Socialista Peruano em 1928, quando assumiu a Secretária Geral, da Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos em 1919 e, posteriormente, ao Partido Comunista Peruano, em 1930.

Ao concluir este instigante trabalho, Escorsim recupera a imagem não somente do ativista político como também do ser humano que foi Mariátegui e entende que, embora hoje enfrentemos novos problemas que sem sequer se esboçavam ao mundo ainda pré-urbano do pensador, mesmo assim é possível pensar-se na sua contemporaneidade, principalmente através de três planos: da anti-fetichização da teoria, da realidade enquanto submetida a investigação e pesquisa e da ação política anti-utópica e, por outro lado, anti-demagógica. Por fim, se o Amauta pode ser visto como um pensador radical, também foi um intelectual coerente, que pautou sua vida num movimento incessante de aprendizagem teórica e de ação prática, sem jamais perder a fé no mito da revolução proletária.



BURKE, Peter, **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

Silvia Sasaki
Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Nesta obra, Burke faz uma coletânea de ensaios, dispostos em onze capítulos, discutindo algumas das muitas variedades de história cultural, com o objetivo de demonstrar que o questionamento da forma clássica de tal modo de fazer história resultou em uma multiplicidade de abordagens e objetos, bem como suscitou a importância da interdisciplinaridade para embasar a emergência destes novos dimensionamentos.

Para o autor, o significado de cultura, diante das mais possíveis traduções e empregos, só pode ser definida em termos de nossa própria história, diferenciando-se conforme as regiões, costumes e épocas. Porém, mesmo sabendo que toda cultura tem uma história, o termo história cultural remonta a fins do século XVIII, na Alemanha¹⁸⁶.

O primeiro capítulo trata das origens da história cultural e as possíveis identidades do tema. No conjunto em que a história cultural aborda, as histórias da literatura, das artes e das línguas emergiram como efeitos do Renascimento, interligando cultura e sociedade. O fato é que as diferenças entre costumes – rudes ou requintados – estavam associadas também aos diferentes modos de pensamento, onde as civilidades estavam ligadas ao intelecto. Assim, enquanto os alemães centravam-se em cultura, os franceses usavam a expressão como “o progresso do espírito humano”.

Para o segundo capítulo, Burke explicita as possíveis subjetividades abarcadas pela história cultural, principalmente o reconhecimento dos territórios oníricos, reivindicados pelos historiadores das últimas gerações, como Michel Foucault. O ensaio apresentado neste capítulo defende a possibilidade de “uma história dos próprios sonhos” (BURKE, 2006: 41) e suas implicações metodológicas e investigativas. O fato é que o autor concluiu que os sonhos são uma fonte em potencial para analisar a história cultural. Com cautela, este universo onírico de símbolos pode ser tratado em conjunto, como indícios para os historiadores, categorizando e comparando-os a fim de uma possível interpretação cultural dos sonhos.

¹⁸⁶ Na década de 1780, entrou em uso geral na Alemanha o termo *kultur*.



O ensaio seguinte trata do delicado embate entre história e memória. Burke intitula tal capítulo como “História e memória social”, apontando desta forma um resumo dos complexos meios pelos quais se recorda e se registra o passado. Um dos problemas levantados é o da memória individual e coletiva, onde uma influencia a outra formando as estruturas sociais e culturais. Além disso, cinco variedades de meios de comunicação nas organizações das memórias são analisadas: as tradições orais; a ação do historiador; as imagens; os rituais e os espaços. E para finalizar o capítulo, o autor demonstra os usos da amnésia social como uma obliteração de memórias em conflito, onde o historiador, em alguns casos, desempenha o papel de lembrar às pessoas o que muitas delas gostariam de ter esquecido.

Para o terceiro ensaio, é suscitada uma interessante abordagem sobre o estudo da linguagem gestual, como um subsistema inserido em uma estrutura maior de comunicação: a própria cultura. Embora o autor tenha feito tal abordagem culturalista com foco na Itália, este caminho que tem os gestos e o controle do corpo como objetos são indícios de comportamento e convivência com a cultura social, isto é, relativizam a própria cultura e sua história (já que os gestos também se modificam em relação ao tempo).

Assim como os gestos, o riso também tem sua importância na história sociocultural. Tão aplicável quanto os modos à mesa, o chiste tem muito a dizer de cada cultura e de cada geração. O riso, portanto, é tratado pelo autor como uma medida social, revelando determinadas tensões em culturas diferentes. A ideia do cômico como cultura material parte do pressuposto de que é impossível reprimir de todo o riso, bem como as mudanças nas convenções sociais. Isto é, o riso é reflexo dos objetos de seu tempo, seja ironizando, subvertendo ou comicizando, com significados que mudam com o decorrer do tempo.

No ensaio seguinte, Burke apresenta os diários e correspondências de viagens como fontes para a história cultural. A possibilidade de se colocar tanto o leitor quanto o historiador no lugar do viajante - e ver através dos olhos deste, experimentando como se fosse o próprio - é tentadora, mas deve ser levada com precaução. Isto porque os limites entre estranhamento e preconceitos são muito tênues e podem se emaranhar, levando às enganosas interpretações. Contudo, o autor tenta evitar os perigos opostos do construtivismo e do positivismo, abordando estas narrativas como documentos



preciosos para a história, percebendo que as distâncias culturais também são percepções importantes, desde que corretamente tratadas.

A importância do urbano e das cidades em geral como material para a história é debatida no sétimo ensaio. O valor atribuído à vida privada tem como espaço referencial também os lugares públicos, onde um encontra-se imbricado no outro. Logo, os espaços urbanos – sejam no concerne do público ou privado – são lugares de cultura, onde os sujeitos atuam e agem na construção e manutenção da história, através das estruturas sociais e políticas. Tal temática tem certa continuidade no oitavo capítulo, pois Burke, dentro dos espaços das cidades italianas, analisa as diferenciações e aproximações entre cultura popular e erudita. O fato é que elementos eruditos e populares transitam nas estruturas sociais, cabendo aos historiadores e estudiosos em geral reconhecerem os poliformismos destes processos.

Extrapolando fronteiras, o autor evidencia a América Latina como inserção do Novo Mundo, no nono ensaio. Interessantemente, Burke inicia sua análise com os romances de cavalaria, de fins do século XIX, e como estes estão presentes no Brasil em forma de literatura de cordel, desde o mesmo período. A maior importância desta abordagem está na persistência dos temas, geralmente estruturados em termos de tradições culturais e condições sociais que favorecem a manutenção dessas tradições.

Continuando seus ensaios sobre o Brasil, no penúltimo capítulo é feita uma abordagem do Carnaval brasileiro como objeto legítimo e recorrente da própria cultura do país. A partir de uma visão estrangeira, Burke discute a interação cultural entre diferentes grupos, afirmando que, no caso do Brasil, um processo de redescoberta da cultura popular esteja evidenciando novas estruturas de valorizações, principalmente a afro – americana por parte das elites, como uma “re-africanização do Carnaval” (BURKE, 2006: 230).

Em sua conclusão, o autor afirma que estes novos estudos culturais – como uma “virada cultural” (BURKE, 2006: 233) – florescem no âmbito das humanidades, onde os estudiosos se definem como pesquisadores das mais diversas possibilidades de “culturas” (cultura visual, cultura da ciência, cultura política e outras). Tantas variedades praticadas desde o fim do século XVIII, para Burke, ainda não estão estabelecidas de maneira tão sólida, mas evocam sua importância. Diante de



tantos questionamentos, em uma era de fragmentações e relativismos, a história cultural se demonstra essencialmente necessária não somente para dar respaldo aos novos interesses por parte dos historiadores e estudiosos, promovendo respostas às fraquezas de paradigmas anteriores, mas também para dar vozes àqueles antes vistos como uma grande unidade massificada, como se não houvesse diferenciações entre os grupos e indivíduos.

A história cultura se demonstra como uma possibilidade de tradução do passado, tornando esta inteligível ao presente, pois ao invés de uma opção somente pela alteridade, onde a oposição é a forma redutível de percepção, esta se demonstra como uma abordagem dos distanciamentos culturais – ao invés dos “choques culturais” - minimizando as diferenças. O que antes era marginal é deslocado para o centro dos olhares, redefinindo as fronteiras entre cultural e social. Não se trata de homogeneizações, mas sim de encontros culturais nos quais as diferenças são perceptíveis e não anuladas, onde as fronteiras são atravessadas por repetidas vezes, em um processo de interação entre diferentes subculturas - embora o termo empregado pelo autor pareça, neste contexto, tão pejorativo. Por fim, e também por falta de uma definição exata para cultura, tanto Burke quanto os interessados nestas questões galgam uma concepção de bricolagem cultural, onde o processo de assimilação e apropriação deslocam-se como essências para suas abordagens.



ENTREVISTA

Entrevistada: Esther Caldas Guimarães Bertollette¹⁸⁷

Entrevistadora: Juciene Ricarte Apolinário¹⁸⁸

Tema: Projeto Resgate Barão do Rio Branco

1 - Fale um pouco da história do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, enquanto coordenadora Nacional?

Resposta:

Desde que comecei a trabalhar na Biblioteca Nacional, em meados dos anos 70, ouvia falar de um grande projeto de resgatar a documentação sobre o Brasil existente no exterior, principalmente em Portugal....através da microfilmagem sistêmica. Fui durante muitos e muitos anos a coordenadora do PLANO NACIONAL DE MICROFILMAGEM DE PERIÓDICOS BRASILEIROS cuja finalidade era o resgate das coleções dos periódicos brasileiros, revistas, jornais, e outras publicações seriadas do tipo Anais, Relatórios...Sempre ouvia o grande historiador José Honório Rodrigues falar, em várias ocasiões, de um PROJETO de resgate da documentação manuscrita existente no exterior...Aos poucos fui sendo "convocada" como especialista em coordenação de projetos de microfilmagem a participar de reuniões sobre o nascente PROJETO RESGATE...É assim que, em 1983, participei de uma grande reunião no Itamaraty, no Rio de Janeiro, convocada pelo Embaixador Wladimir Murtinho que seria o grande incentivador e coordenador do PROJETO RESGATE, responsável sem dúvida alguma pelo caminho seguro que fomos trilhando sobre a sua orientação e liderança. Nesta reunião, à qual estavam presentes diversos historiadores de todos os Estados que "trabalhavam" com o Brasil Colônia, entre eles, o próprio José Honório Rodrigues, o Prof. Dr. Caio César Boschi(MG), a Profa.Dra. Maria Thetis Nunes(SE), o Prof. Dr. Walter Piazza(SC), o Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal (ES), a Profa. Maria Célia Guabiraba (CE) e tantos outros que tinham ido a Lisboa com bolsa de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian - que sempre colaborou com os projetos ligados ao Brasil e principalmente à documentação, desde os anos 70 até os dias de hoje - tentar trabalhar na documentação colonial para suas teses de doutoramento. Recebi de todos eles, os seus apontamentos, alguns resumos dos documentos em uma primeira tentativa de esquematizar e re-

¹⁸⁷ Coordenadora Nacional do Projeto Resgate Barão do Rio Branco – MINC.

¹⁸⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande



organizar as caixas que guardavam, o nosso passado colonial no ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, em Lisboa, o antigo Arquivo Histórico Colonial. A partir desta reunião começaram a ser delineados os sonhos de um resgate completo da documentação... Foram feitos os primeiros Acordos de Cooperação com o Governo Português... e foram muitos os Acordos e os Convênios firmados por ilustres personalidades brasileiras como o atual Presidente da Academia Brasileira de Letras, o pernambucano Marcos Vinícios Vilaça, em 1983, à época Secretário de Cultura do Ministério da Educação, por Antonio Houaiss, quando Ministro da Cultura, e finalmente na gestão do Embaixador Jerônimo Moscardo, Ministro da Cultura, com base na Resolução n. 4212/1974 da UNESCO conseguimos desenvolver os primeiros trabalhos com a documentação portuguesa. Assim é que no início dos anos 90 estabeleceram-se os primeiros parâmetros que iriam nortear o PROJETO... A partir de uma Comissão criada pelo Ministro e coordenada pelo Embaixador Wladimir Murtinho, da qual fiz parte, delineou-se o *modus faciendi* do PROJETO RESGATE... Foram realizados contactos com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que o CNPq apoiasse o projeto e assim começamos, com a ajuda de muitas instituições federais, estaduais e municipais, públicas e privadas, tentar alcançar os objetivos desde sempre sonhados. Pois sabemos todos que desde o início do século XIX, logo após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, falou-se e articulou-se diversas missões de "copiagem" dos documentos ... O livro do José Honório Rodrigues "A Pesquisa Histórica no Brasil", 1978, fala das diversas missões à Europa de ilustres "letrados", cujos resultados podem ser encontrados hoje em instituições como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, e o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em volumes tipo códices que foram por muitos anos o único acesso aos documentos guardados no exterior. Hoje sabemos que a documentação copiada representa cerca de 1 % dos documentos existentes fora do Brasil e agora trazidos de volta na sua quase totalidade.



2- Quais as maiores dificuldades no desenvolvimento do PROJETO e após execução quando a documentação passa a ser distribuída nas instituições nacionais?

Resposta:

Na realidade dificuldades existiram, não se pode negar, mas todas puderam ser superadas graças à conjugação de esforços que logo foi sendo criada em torno do velho sonho que começava a se tornar realidade. Por causa das comemorações dos 200 anos da Inconfidência Mineira o Prof. Dr. Caio César Boschi tinha conseguido recursos para “trabalhar” em Lisboa a documentação relativa ao período no conjunto de caixas da antiga Capitania de Minas Gerais, no Arquivo Histórico Ultramarino e foi ele o nosso primeiro Coordenador Acadêmico e a referida Capitania a primeira a ser trabalhada pelo PROJETO RESGATE para ser microfilmada. O Embaixador do Brasil em Portugal à época, era o mineiro e ex-Presidente Itamar Franco que teve a honra de “acionar” o botão para microfilmar o primeiro documento da série MINAS GERAIS que tinha começado a ser “trabalhada” dentro das normas e regras da moderna arquivística, em 1989. Tratava-se de um documento de 1680, uma carta de Francisco Gil de Araújo para o Rei de Portugal sobre a descoberta da Serra das Esmeraldas.

Na verdade algumas dificuldades tivemos com os recursos para o pagamento da microfilmagem e para a manutenção das equipes de pesquisadores, geralmente arquivistas, paleógrafos ou mestres em História que se dispunham a se deslocar para Lisboa por um prazo de tempo de um mínimo de seis meses mas que alguns chegaram a ficar 3 anos, totalmente dedicados ao trabalho de leitura paleográfica dos documentos, seu re-ordenamento, pois muitos anexos e mesmos documentos encontravam-se fora da ordem cronológica na qual tinham sido arranjados. Diversos Professores Doutores de várias Universidades atuaram como Coordenadores Acadêmicos dos trabalhos ligados às Capitânicas, coordenando equipes que variavam de 4 a 9 pesquisadores, devendo ser destacado aqui a atuação e dedicação da Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto que muito nos ajudou ao longo dos anos com seus profundos conhecimentos de diplomática e de arquivística. Aos recursos, do próprio Ministério da Cultura, que representaram cerca de 50 % do total dos recursos empregados no PROJETO RESGATE foram muito importantes as bolsas do CNPq e o apoio de Fundações brasileiras e portuguesas, entre as quais se destacam: Fundação Calouste Gulbenkian(Lisboa), Fundação Clemente Mariani (BA), a Fundação VITAE (SP), Fundação Demócrito Rocha e Fundação



Wlademar Alcântara (CE) Fundação Joaquim Nabuco(PE), Fundação Cultural Brasil-Portugal(RJ). Inúmeros Institutos Históricos e Geográficos estaduais e o Brasileiro, Governos de diversos Estados (principalmente na liberação de funcionários dos Arquivos Públicos), inúmeras Universidades também na liberação de professores especialistas, e as Comissões Brasileira e Portuguesa que se formaram para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e das comemorações dos Descobrimientos Portugueses, e finalmente o apoio do Protocolo que criou Comissão para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental Comum/COLUSO, coordenada no Brasil e em Portugal pelos Diretores dos Arquivos Nacionais e da qual fazem parte diversas instituições brasileiras e portuguesas. Foram mais de 100 instituições que, se uma forma ou de outra, apoiaram os trabalhos do PROJETO RESGATE em Lisboa, podendo-se ampliar para 120 o número das que apoiaram o trabalho do PROJETO RESGATE no exterior, com especial destaque para as nossas Embaixadas, sempre atentas e colaboradoras em todas as etapas do processo. Sempre recebemos dos senhores embaixadores e do corpo diplomático em geral e dos funcionários das Embaixadas todo o apoio necessário ao bom andamento dos trabalhos.

Mas, para além de Portugal o PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO deu início à elaboração dos GUIAS DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL EXISTENTE NO EXTERIOR e “trabalhando” em oito países, para além de Portugal, conseguiu identificar em mais de 270 instituições sediadas em 130 cidades , os documentos que se referem de algum modo à trajetória do Brasil desde o seu descobrimento até o século XIX.

3- Qual a totalidade da documentação catalogada , microfilmada e a e digitalizada pela equipe do Projeto Resgate próximo ao se término?

Resposta:

Estima-se em mais de 3 milhões de páginas manuscritas só dos documentos já microfilmados e/ou digitalizados em 9 países, sendo que cerca de 2 milhões de páginas são fruto de pesquisa efetuada só em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, o que comprova-se com a efetiva publicação dos Catálogos em 23 títulos com um total de 64 volumes.Toda a documentação foi transferida para 316 CDs a partir dos dois mil e quatrocentos e noventa rolos de microfimes, trazidos de Lisboa em 4



conjuntos de duplicados. E ainda hoje nos surpreendemos com a “descoberta” em Lisboa de resíduos da antiga documentação do Conselho Ultramarino que ficou “deixada” para trás, nas transferências realizadas nos anos 30 como o recente conjunto de caixas, felizmente já todas catalogadas e microfilmadas, inserindo-se assim no conjunto documental ao qual pertenciam, completando assim a série do Conselho Ultramarino. Mas devemos falar no trabalho realizado nos outros países baseados nas pistas deixadas por José Honório Rodrigues e a consulta minuciosa nos GUIAS DE FONTES PARA A HISTÓRIA DAS NAÇÕES, da UNESCO, publicados a partir dos anos 70, pelos diversos países europeus podendo-se assim aprofundar os trabalhos. Pudemos avançar com o trabalho dos pesquisadores nas instituições mencionadas nos Guias da UNESCO e em outras que aos poucos foram sendo desveladas, e chegarmos às publicações de GUIAS DE FONTES específicos sobre a documentação relativa à nossa História: Espanha, Holanda, França, Itália, Bélgica, Áustria, Inglaterra e Estados Unidos. A partir do ano de 2001 demos início às publicações dos GUIAS DE FONTES, resultado de trabalhos de diversos pesquisadores que percorreram instituições e cidades desses países :

- Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês. Brasília e Recife. MinC e Editora da FUNDAJ/Massangana, 2001
- Guia de Fontes para a História Franco-Brasileira: Brasil Colônia, Vice-Reino e Reino Unido. Brasília e Recife. MinC. e Ed. L.Dantas Silva. 2002
- Guia de Fontes Manuscritas para a História do Brasil conservadas em Espanha. Madrid. Ed. Mapfre Tavera. 2002 (edição bilíngüe)
- O Brasil nos Arquivos Britânicos e Irlandeses: Guia de Fontes. Universidade de Oxford. Oxford, 2007 (duas edições, uma em português, outra em inglês)
- Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil. Coleções Documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos. MinC e MRE/Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2010.

Próximos Guias a ser editados: Bélgica, Áustria e Itália.

No PROJETO RESGATE/HOLANDA estamos trabalhando a documentação identificada e já foram editados diversos CATÁLOGOS que já foram publicados na Série Mautritiana, com o apoio da



Universidade de Leiden, 4 volumes, em edições bilíngües(português e neerlandês). Alguns dos microfilmes produzidos já se encontram no Brasil para uma futura digitalização.

No PROJETO RESGATE/FRANÇA foram microfilmados diversos documentos indicados no GUIA e estamos no Brasil preparando a leitura paleográfica e procedendo à catalogação dos documentos para elaboração de futuros Catálogos.

No PROJETO RESGATE/ESPANHA estamos “trabalhando” os documentos existentes no Arquivo das Índias em Sevilha, preparando uma catalogação sistemática e consolidando trabalhos anteriormente realizados, dos documentos para a publicação em catálogo e depois procedermos a microfilmagem.

Também na Bélgica estão sendo microfilmados os documentos para serem posteriormente catalogados, ou seja, elaborados os verbetes/resumos para a publicação de Catálogos facilitadores da pesquisa.

O importante e aqui vale assinalar que toda a documentação do PROJETO RESGATE já pronta, ou seja, a de PORTUGAL foi colocada na internet no site www.cmd.unb.br, do Centro de Memória Digital da UNB, para maior acesso a todos os interessados, além de ter sido publicada na Revista Digital da UNB, para maior acesso a todos os interessados, além de ter sido publicada na Revista Digital, do mesmo Centro, que objetiva reunir colaborações na área de História e Ciências Humanas e a interconexão com o sistema operacional tecnológico, em 2 volumes, o primeiro no ano 2007 que foi a revista inaugural e o segundo no ano 2009 que apresenta as diversas introduções dos catálogos em dossiês relativos ao Projeto Resgate.

Com relação aos microfilmes trazidos de Lisboa, todos eles foram duplicados e encontram-se na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e os correspondentes de cada Capitania nos Arquivos Públicos Estaduais. Mais de 130 caixas contendo os Cds de todas as Capitanias foram distribuídas para todo o território nacional nas Universidades Federais e algumas privadas, todos os Arquivos Públicos Estaduais e alguns Municipais e todos os Institutos Históricos e Geográficos.

Acreditamos que o PROJETO RESGATE tenha inúmeros desdobramentos como os que começam a surgir com edições de alguns Códices como o recém publicado pela Kapa Editorial, *RENDAS E FIADOS DO NORDESTE BRASILEIRO(1760-1761)*, Rio de Janeiro, 2009, e os volumes que



estarão em breve publicados da transcrição dos documentos da Capitania do Ceará, com o apoio do Banco do Nordeste, também pela mesma editora. Inúmeros projetos vêm sendo criados pelos pesquisadores voltados para a História Colonial como Catálogo Geral de Documentos de História Indígena e Escravidão Negra no Brasil (financiado pela Petrobrás Cultural), Resgate Documental, História Ambiental e Etnohistória do Semiárido Brasileiro, Resgate Documental, História Ambiental e Etnohistória do Rio São Francisco nos Períodos Colonial e Impérial, Catálogo Geral e Documentos de História da Mulher e Relações de Gênero do Período Colonial e Catálogo Geral e Documentos de História da Educação do Período Colonial que está sendo desenvolvido sob a coordenação da Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Nos citados projetos estão sendo separados todos os documentos/verbetes digitalizados pelo Projeto Resgate referentes às antigas Capitanias que serão publicados em catálogos impressos e as imagens documentais serão publicadas em DVDs.

4 - Quais as contribuições do Projeto resgate para a escrita da história do Brasil colonial e no processo de democratização das fontes históricas coloniais?

Resposta : Acreditamos que apenas começam a ser contabilizadas as contribuições do PROJETO RESGATE para um novo olhar para o nosso passado colonial, não só visto pelos pesquisadores brasileiros mas por todos os pesquisadores interessados na História do Brasil. Dissertações de mestrado, monografias de conclusão de cursos, teses de doutorados, artigos, estudos, e tantas outras manifestações como a que podemos apreciar em Congressos, Simpósios , Seminários. A interligação dos fatos, dos nomes, dos temas, os estudos mais aprofundados de paleografia e diplomática podem ser agora mais facilmente estabelecida.

E com a elaboração dos novos Catálogos e a chegada paulatinamente dos microfimes dos documentos dos outros países cuja história se imbrica com a História de Portugal, no período colonial, mas não apenas com ele, os pesquisadores brasileiros poderão “rever”, por assim dizer a História do Brasil.



5 - Deixe uma mensagem para os pesquisadores que desejam desenvolver projetos de preservação do Patrimônio documental brasileiro.

Resposta: Uma mensagem de otimismo e de esperança aos jovens pesquisadores da nossa história que agora podem debruçar-se sobre os documentos nunca antes disponíveis no Brasil, embora de maneira virtual, mas que poderão ser impressos à medida em que se avança nos sonhos e nas pesquisas. Estamos todos de parabéns pois podemos re-estudar a nossa história, comparar documentos, realizar análises mais concretas e objetivas, demonstrar novas conjecturas e teses...enfim confrontar para melhor analisar cada episódio do nosso passado . E que cada um, na medida de suas possibilidades e no seu ambiente de estudo, possa contribuir cada vez mais, para a preservação do patrimônio documental brasileiro que se acha em cada rincão deste nosso imenso país, nas paróquias, nas prefeituras, nas câmaras municipais, estaduais, nas famílias, nas associações comerciais, nas casas de comércio, nas escolas...que cada um dos jovens estudantes, que cada cidadão brasileiro, possa ajudar a preservar os documentos de interesse para a História do Brasil, pois sem documento não se faz história, sem documento não se é cidadão...Enfim... VIVA O DOCUMENTO!